[N.º 11]

EBVROBRIGA

HISTÓRIA•ARQUEOLOGIA•PATRIMÓNIO•MUSEOLOGIA

REVISTA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO MUNICIPAL JOSÉ MONTEIRO - FUNDÃO | 2025

EBVROBRIGA

HISTÓRIA•ARQUEOLOGIA•PATRIMÓNIO•MUSEOLOGIA

MUSEU ARQUEOLÓGICO MUNICIPAL JOSÉ MONTEIRO

-

FUNDÃO

2025

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 1 28/07/2025 11:41:53

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR
Paulo Fernandes
Presidente da Câmara Municipal do Fundão

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Pedro Miguel Salvado

SECRETARIADO DE REDACÇÃO
Joana Bizarro

PROPRIEDADE
Município do Fundão | Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

CONSELHO EDITORIAL
Amílcar Guerra, Ana Mercedes Stoffel, Angel Espina Barrio, Antonieta Garcia, António dos Santos Pereira, António Maia Nabais, António Martinho Batista, Armando Redentor, Fernando Patrício Curado, Filomena Barata, Henrique Coutinho Gouveia, Hugues de Varine, Joaquim Candeias da Silva, João Carlos Caninas, João Paulo Avelãs Nunes, João Trigueiros, José d'Encarnação, Luís Raposo, Manuel Poças das Neves, Marcos Osório, Martín Almagro-Gorbea, Mário Moutinho, Pedro Carvalho, Primitiva Bueno, Raquel Vilaça, Rodrigo de Balbín Behrmann, Trinidad Nogales Basarrate

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO
Gabinete de Marketing e Comunicação da Câmara Municipal do Fundão

IMAGEM DA CAPA
"A cultura viva é o produto de gerações sucessiva. Não é controlável. A cultura viva é essencialmente criadora".
Hugues de Varine
Mural realizado aquando da abertura do CETMOPA e da atribuição da Medalha de Ouro Municipal.

Impressão:
ISSN: 1645-9687
Depósito Legal:
Edição: N.º 11

Dirigir os pedidos de permuta, de exemplares e colaborações a: geralmuseu@cm-fundao.pt
Museu Arqueológico Municipal José Monteiro
Rua do Serrão, n.º 13-15 • 6230-418 Fundão

Tel: 275 774 581

Solicita-se permuta/ On demand l'echange
Man bitten um austaush / Exchange requested

ÍNDICE

PALAVRAS DO PRESIDENTE 7
Paulo Fernandes

PATRIMOINE, EDUCATION ET CHANGEMENT 9
Hugues de Varine

EDUCACIÓN MUSEAL Y PATRIMONIO CULTURAL PARA TODAS LAS PERSONAS: RETOS ACTUALES 19
Dolores Álvarez-Rodríguez

CONSTRUIR E PRESERVAR A MEMÓRIA DAS MIGRAÇÕES – UMA MISSÃO QUE SE IMPÕE 25
Maria Beatriz Rocha – Trindade

HUGUES DE VARINE E A DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA 31
Fernando Paulo das Neves

PAULO FREIRE E A NOVA MUSEOLOGIA 33
Moana Soto

UM LABORATÓRIO SOCIOMUSEOLÓGICO NA BEIRA INTERIOR O CENTRO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO, MOBILIDADES E PATRIMÓNIO - CETMOPA APRESENTAÇÃO BREVE 39
André Mota Veiga
Agostinho Janeira
Pedro Salvado

PREPOSICIONALIZACIÓN DE LA ARQUEOLOGÍA: PARA/DESDE/ POR/CONTRA LA COMUNIDAD 45
Juanjo Pulido

PULPO, SANTOS Y CASTROS: CÓMO HACER ARQUEOLOGÍA COMUNITARIA EN GALICIA (ESPAÑA) 49
Xurxo Ayán Vila

DOS LUGARES DE MEMÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES 59
Filomena Barata

ACCIÓN MASAV CONTRA LA DESPOBLACIÓN
Juan Pablo López García 77

CONTA-ME COMO FOI!
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NUM PROJETO ARQUEOLÓGICO
(...PERDIDO NAS TERRAS DO INTERIOR) 83
Miguel Serra,
Eduardo Porfírio

LAS COMUNIDADES TIENEN VOZ 91
Sabah Walid

IDENTIDADE CULTURAL E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL: QUE FUTURO PARA O CASTRO DA ARGEMELA? 95
Maria do Carmo Raminhas Mendes

O XAROCO E O PROJECTO OUTEIRO DO CIRCO. O VENTO COMO METÁFORA PARA A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO JUNTO DAS COMUNIDADES LOCAIS 101
Eduardo Porfírio
Miguel Serra,
Andrea Mendoza

A AÇÃO EDUCATIVA EM MUSEUS COMUNITÁRIOS: O CASO DO MUSEU AGRÍCOLA DE RIACHOS 111
Luís Mota Figueira

SERÃO OS MUSEUS ESPELHOS OU JANELAS?
A AÇÃO EDUCATIVA EM MUSEUS COMUNITÁRIOS 121
Rosalia Vargas

MUSEU DE AGRICULTURA DE FERMENTÕES (GUIMARÃES)
UMA COMUNIDADE ENVOLVIDA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL 123
Manuel Ferreira

MEMORIA CON CAFÉ Y CRISTAL 127
Ana Julia Yanase de Rezende
Ana Marcela Villalpando Aranda

OS MUSEUS ENQUANTO MEDIADORES DAS MEMÓRIAS DO SÉCULO XXI: O IMPACTO SOCIAL DO MUSEU MARÍTIMO DE SESIMBRA 131
Andreia Filipa Conceição
Eduardo Cunha

MUSEU E ESCOLA: CATALISADORES DE EMOÇÕES PARA ATIVAÇÃO COMUNITÁRIA 135
Eunice R. Lopes
Mónica Cardoso

ACESSIBILIDADE AOS AMBIENTES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO: BREVES APONTAMENTOS 143
Desirée Nobre Salasar

ACHADOS INÉDITOS NOS POVOADOS DO VALE FEITOSO, DE S. BRÁS E DA ARGEMELA (FUNDÃO) 151
Joana Bizarro

OS CONTRATOS DAS SISAS DE 1527 NA REGIÃO DA COVILHÃ E CASTELO BRANCO 155
Saul António Gomes

UMA OBRA DE JOSÉ CAMPAS NA COLEÇÃO DE JOSÉ ALVES MONTEIRO – BREVE APROXIMAÇÃO AO IMAGINÁRIO RURAL DO INÍCIO DE NOVECENTOS 183
Diana Salvado

A PROPÓSITO DO TOPÓNIMO *MESTAS* 189
Jorge de Alarcão

TECNOLOGIAS TRADICIONAIS NO ALCAIDE. OS CESTEIROS. 193
Albano Mendes de Matos

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 5 28/07/2025 11:41:53

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 6 28/07/2025 11:41:53

REVISTA "EBVROBRIGA" UM NOVO NÚMERO

PAULO FERNANDES
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

O presente volume de *Eburóbriga*, pela sua amplitude temática, reconfirma a nossa vontade em manter activo este projecto editorial de referência regional nas áreas dos estudos da arqueologia, da museologia e do património nos seus múltiplos sentidos.

Nos últimos anos, o nosso Município com a equipa do Museu do Fundão, em comunhão com entidades nacionais e internacionais, organizou importantes encontros nessas áreas científicas de que, entre outros, são exemplo as *Jornadas de Arqueologia, Museus e Comunidade(s), Arqueologia com Todos,* o Curso *Inclusão, Cidadania e Direito Cultural da Pessoa com Deficiência, em espaços culturais*, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro , o *Congresso de Antropologia Ibero-Americana* subordinado ao tema "Territórios, Migrações e Fronteiras", numa organização em colaboração com a Universidade de Salamanca e com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina ou o *Encontro Internacional de Desenvolvimento Comunitário e Museus-não-Museus*, com o ICOM – International Council of Museums.

Nesta linha apontamos também a criação do Centro de Estudos do Território, Mobilidade e Património (CETMOPA, ideado a partir das extraordinária doação de Hugues de Varine, museólogo de referência mundial e nosso ilustre concidadão, que desempenhará um papel um papel insubstituível na definição de projetos que contribuirá para um aprofundamento da relação entre desenvolvimento regional e identidade cultural.

Procuraremos alcançar a regularidade anual da revista *Ebvrobriga*, objectivo evidentemente sempre dependente, e de acordo, com os ritmos de investigação e propostas de edição que nos sejam apresentados. Fazendo um balanço breve, as metas alcançadas com esta revista são consideradas muito positivas como um vínculo e confirmação de uma das coordenadas do nosso Museu municipal, que cada vez mais tem unido tempos e patrimónios. A divulgação de trabalhos, como aqueles que tiveram como análise o território do concelho foi complementado com um alargamento assumidamente transfronteiriço nas suas geografias e saberes, seja ao nível das disciplinas patrimoniais, seja ao nível das temporalidades. *Ebvrobriga* encontra-se já disponível ao público no espaço digital, revitalizando-se, deste modo, os conteúdos de anteriores entregas e difundindo com rapidez as investigações. Uma palavra de agradecimento é devida ao Conselho científico da revista, que dignifica a edição e ao mesmo tempo nos responsabiliza.

Esta publicação constitui um espaço editorial destinado a autores que de alguma forma se identificam com a região e generosamente contribuem com os seus artigos para que a memória coletiva fique mais rica. É, também, uma forma de interação que permite a transmissão de conhecimento, complementando os conteúdos relevados no e pelo Museu que, cada vez mais, se afirma como um Museu do Território aberto, inclusivo, participativo e democrático. Aliás, não terá sido um acaso o Prémio de Educação atribuído ao nosso Museu pelo *Ibermuseus*, organização internacional que gere e articula as políticas públicas museológicas no espaço Ibero-Americano. Concorreram 280 projetos oriundos da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Peru, Portugal e Uruguai. O Museu do Fundão foi o único premiado de Portugal.

É esta perspetiva que norteará a construção futura de uma renovada paisagem cultural que junte todos os tempos, gentes, contradições, matérias e imatérias e que façam cumprir todos os significados da palavra identidade.

A todos aqueles que, com a sua persistência e preparação, possibilitaram este novo número de *Ebvrobriga* o meu Bem-haja.

PATRIMOINE, EDUCATION ET CHANGEMENT

HUGUES DE VARINE
CONSULTOR DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Les dynamiques du vivant, et plus particulièrement celles des sociétés humaines, co-évoluent à travers le temps et l'espace avec les milieux dans lesquels elles vivent.

(Demoule, Garcia et Schnapp, Une histoire des civilisations, Paris, La Découverte, 2018, p.525)

Le texte qui suit développe mon intervention lors du Séminaire organisé à Fundão (Portugal) par ICOM Europe et le Comité international de l'ICOM pour et l'Action Culturelle (CECA), les 24-26 juin 2019, sur le thème "L'action éducative dans les musées communautaires"

Tous les musées, grands et petits, nationaux ou locaux, considèrent que l'éducation est une de leurs missions prioritaires. Lorsqu'ils en ont les moyens, ils se dotent de services éducatifs plus ou moins nombreux et établissent toujours des relations étroites avec les établissements d'enseignement de leur environnement. Le Comité international de l'ICOM pour l'éducation et l'action culturelle (CECA) a depuis longtemps suscité et facilité les échanges entre professionnels des musées et de l'éducation, et plus récemment de la médiation. Toute une littérature existe dans diverses langues sur ces sujets.

Ici nous pouvons réfléchir de façon approfondie, non plus sur le cas général de l'éducation au musée, mais sur celui du musée local, qui travaille sur un territoire connu, pour une communauté précise, à un moment qui est aujourd'hui et dans un contexte connu, local d'abord, puis s'élargissant jusqu'au global.

C'est sur ces bases que j'ai été intéressé par l'idée du changement, qui s'impose sans cesse à nous tous, et par le rôle éducatif que le musée communautaire pouvait – et peut-être devrait – jouer pour accompagner ce changement et pour aider les membres de la communauté à le maîtriser. Et j'ai voulu élargir le sujet à un concept de musée - institution patrimoniale, qui peut agir non seulement à partir de ses propres collections et de ses moyens traditionnels d'exposition, mais aussi de la totalité du patrimoine vivant de sa communauté d'appartenance.

Je vais donc essayer, à partir de mon expérience des processus de développement local et de mobilisation communautaire, de proposer une démarche logique, en m'appuyant sur les idées développées par mon maître Paulo Freire, en particulier dans un petit livre intitulé *"Educação e mudança"*[1].

CHANGEMENT ET TERRITOIRES

Le monde change sans cesse et nous le constatons chaque jour dans notre vie quotidienne et dans notre environnement. Il ne suffit pas de consulter les médias ou d'écouter les meilleurs philosophes, sociologues ou économistes, nous pouvons en trouver des preuves et des illustrations dans notre maison, à notre lieu de travail ou à notre porte. Cela fait partie de la dynamique du vivant, c'est à la fois naturel et culturel.

Certes, il n'y a rien là de nouveau. Tout change sans cesse depuis l'origine du monde. Mais depuis quelques siècles, on observe trois phénomènes qui se produisent simultanément et dont les effets sont cumulatifs:

- chaque individu et chaque communauté humaine est impacté par des changements dont l'origine et l'échelle lui échappent entièrement (le climat, la pollution, par exemple) ;
- ces changements se produisent avec une vitesse et selon des rythmes qui dépassent de très loin notre capacité culturelle à leur adapter nos comportements ;
- ils sont en grande partie le résultat de décisions politiques et d'évolutions technologiques qui ne sont pas accessibles à l'immense a majorité d'entre nous.

Apparemment donc, nous sommes, en tant qu'individus, dominés par des forces extérieures puissantes, dont les logiques et les mécanismes peuvent être qualifiés d'inhumains, car ils ne respectent pas nos rythmes de vie, nos capacités de compréhension et notre liberté de choix conscient et informé. Nous ne pouvons réagir face à cette situation que collectivement, à partir de l'échelon de la société au sein duquel nous avons encore une chance de pouvoir décider et agir, c'est à dire notre communauté déterminée

1| FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 9 28/07/2025 11:41:53

par un territoire que nous reconnaissons comme le cadre de notre vie personnelle, familiale, professionnelle, civique, économique.

C'est là que nous pouvons nous appuyer sur un terreau, des racines, une continuité historique et sociale, une solidarité, pour y vivre les changements que nous souhaitons ou qui nous sont imposés. Quatre démarches nous sont ouvertes, pour ce travail qui ne peut être que collectif :

- **obéir**, plus ou moins passivement, aux changements que nous considérons comme inévitables, ou bien qui nous sont apportés par des autorités politiques, administratives, économiques, intellectuelles supérieures que nous estimons ne pas pouvoir, ou devoir contester ; cette obéissance est synonyme d'oppression, car nous perdons notre liberté de décision.

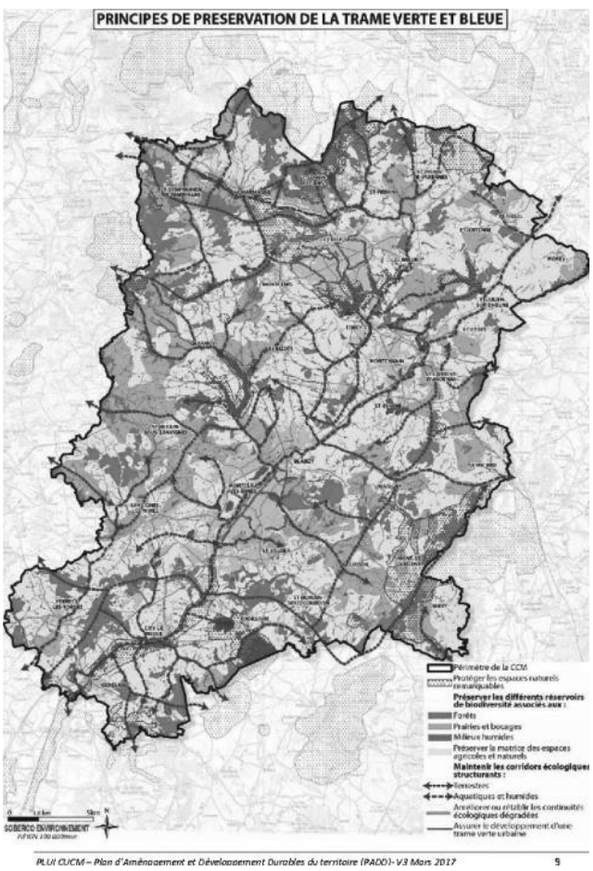
- nous **adapter**, le mieux possible, à ces changements, en modifiant nos pratiques et nos comportements de manière à appréhender ou à nous approprier leurs contributions positives, tout en réduisant ou contournant leurs effets non-souhaitables ; c'est une attitude passive, qui portera sans doute à terme atteinte à nos valeurs, à notre autonomie et à notre créativité.

- **maîtriser** autant que faire se peut le changement, en faisant le nécessaire pour l'intégrer de façon créative dans la vie de nos communautés et de nos territoires, soit en en faisant volontairement une composante et un enrichissement de nos pratiques, soit en lui apportant les modifications ou les enrichissements qui le rendront non seulement acceptable, mais constitutif de notre progrès ; c'est un effort considérable qui exige une forme de négociation permanente entre les destinataires du changement et les facteurs ou les auteurs de celui-ci.

- **résister** à certains aspects du changement qui apparaîtraient comme néfastes ou défavorables à l'évolution à long terme de notre société ou de notre territoire (sans évidemment les refuser a priori par simple rejet de la nouveauté) ; c'est alors une lutte déterminée et parfois violente qui entraîne des risques pour la cohésion sociale.

Nous pouvons trouver bien des exemples pour illustrer cette problématique. Je citerai seulement un cas concret, en France, dans la Communauté d'agglomération du Creusot-Montceau, un territoire semi industriel, semi rural, composé de 34 communes pour un total de près de 100 000 habitants, sur 742 km².

La loi française oblige les communautés d'agglomération à élaborer et à adopter un "Plan local d'urbanisme intercommunal" (PLUI) qui établit, sous forme de cartes détaillées et commentées les principes et les règles du développement du territoire pour les années à venir. Ce plan part de la situation du territoire à un instant donné et de l'évolution constatée depuis les plans d'urbanisme précédents, pour prévoir et orienter les changements qui



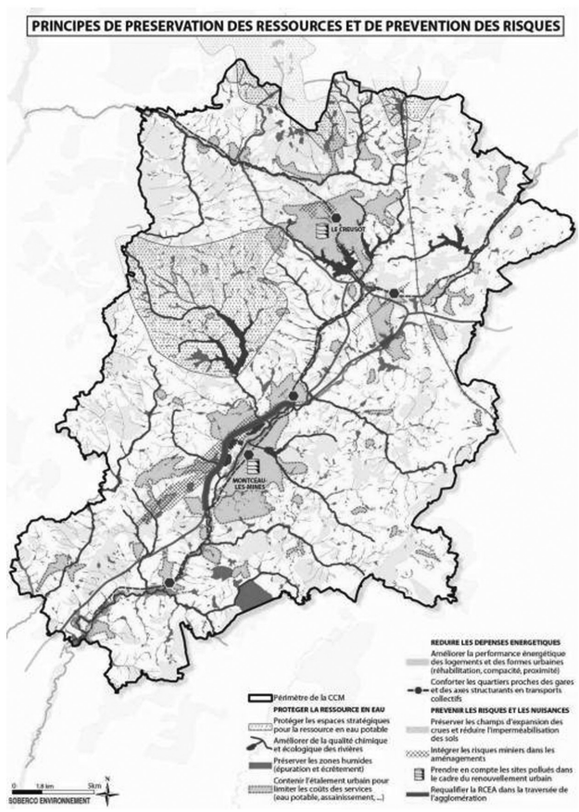


FIG. 1 | Deux cartes extraites du projet de PLUI de la Communauté du Creusot-Montceau
https://www.creusot-montceau.org/index.php?option=com_multicategories&view=article&id=1314&Itemid=99

sont susceptibles d'intervenir dans chacun de ces domaines, pendant les dix prochaines années, en fonction d'une stratégie concertée de développement soutenable.

On traite ainsi l'habitat, l'agriculture, l'industrie, les voies de communication, les transports, les ressources naturelles et le patrimoine, les risques. Naturellement, s'agissant d'une décision nationale appliquée par une collectivité territoriale à partir d'études menées par des administrations et des bureaux d'études techniques, le risque existe que le PLUI impose directement et indirectement des changements substantiels au cadre de vie de la population, celle-ci n'étant consultée qu'à travers des auditions confidentielles qui ne peuvent intéresser que des personnes déjà sensibilisées et disposant des codes d'interprétation de ces différents domaines. Les élus locaux eux-mêmes sont relativement impuissants à intervenir dans les décisions très techniques qui leur sont proposées.

On voit bien la difficulté pour les citoyens ordinaires de résister, ou de s'adapter, ou mieux de maîtriser des problèmes aussi complexes que la ressource en eau ou les réseaux de transports publics. Trop souvent, pour ne pas dire presque toujours, la population sera contrainte de subir les changements qui vont intervenir dans les dix années qui viennent, quitte à se plaindre individuellement, voire à manifester collectivement – mais généralement trop tard – leur désaccord ou leur colère devant certains effets imprévus de décisions prises en principe dans un souci d'intérêt général, mais qui se trouveront confrontées à d'autres facteurs de changement dus à des contraintes extérieures ou à des évènements non contrôlables.

C'est ainsi que des sentiers de communication traditionnels, des édifices industriels inscrits historiquement dans le paysage, des micro-sites riches en bio-diversité, des espaces humides, des formes paysagères spécifiques pourraient disparaître. Mais il pourra aussi y avoir des initiatives associatives, des démarches politiques en période électorale, des contre-projets négociés quand il en est encore temps, des concertations proposées et acceptées qui permettront soit d'adapter le PLUI aux attentes de la population, soit d'amener la population à entrer dans la dynamique du changement par l'information et l'explication.

Je pourrais aussi citer ce que nous appelons en France les ZAD, « zones à défendre », qui ont fait la une de l'actualité il y a peu avec le projet d'aéroport de Notre Dame des Landes près de Nantes ou en Italie avec le train à grande vitesse Lyon Turin : ces changements aux conséquences multiples localement, décidés d'en haut, sont contestés d'en bas dans un face à face plus ou moins violent qui se perpétue en conflits sociaux, culturels, économiques sans solutions réellement satisfaisantes.

QUELS CHANGEMENTS?

La nature humaine est rétive au changement : il est aussi pénible de renoncer à nos habitudes que de se forcer à en adopter de nouvelles, qui supposent parfois un apprentissage plus ou moins long et difficile. Mais on peut aussi dire que tout change en nous sans cesse, sans même que nous nous en apercevions, ne serait-ce que l'âge, la santé, le capital de connaissance, la mémoire, la relation aux autres, etc.

Au-delà de ces facteurs de changement propres à chacun d'entre nous et auxquels nous sommes bien obligés de nous adapter, tentons de préciser un peu mieux ce concept de changement, de manière totalement empirique et ressentie, à partir de notre expérience d'individu et de membre du corps social.

Certains changements sont **voulus** plus ou moins librement par nous-mêmes, en tant qu'individus, même s'ils résultent de facteurs extérieurs ou du contexte : vivre dans un nouveau lieu, vivre en couple ou en changer, redécorer son logement, adopter un régime alimentaire nouveau… Nous devons accepter les conséquences, y compris négatives, de nos propres décisions ou modifier celles-ci dans le cours du temps.

Ils peuvent aussi être **décidés collectivement** avec notre participation, par exemple en tant que citoyens : le choix de nouveaux représentants politiques pour être mieux gouvernés, la création d'une association pour résoudre un problème social, un mouvement de grève pour améliorer les conditions de travail. Cela nous oblige à la fois à partager des responsabilités et les conséquences des décisions prises.

Il y a des changements **naturels**, comme ceux qui découlent de l'évolution du climat, de mouvements tectoniques, ou simplement du passage d'une génération à la suivante. Notre cadre de vie, notre mode de vie, nos goûts et nos besoins sont modifiés indépendamment de notre volonté et de nos choix personnels. Cela nous pose des problèmes de compréhension, d'acceptation, d'adaptation.

Il y a les changements **imposés** par les autorités nationales ou locales, sans que nous soyons consultés, mais naturellement pour notre bien, ou du moins c'est ce que l'on nous dit. Ils portent sur tous les secteurs de la vie et, même si nous avons souvent tendance à en contester le fond ou la forme, nous n'avons ni le pouvoir, ni les moyens de les remettre en cause ou de les modifier. Ils sont d'une telle complexité que nous n'avons pas la compétence pour en comprendre tous les détails, ou toutes les justifications.

D'autres sont le fruit d'**évolutions technologiques**: nous avons ainsi été impactés par les nouvelles techniques de l'information et de la communication (NTIC), de l'informatique aux smartphones ou aux équipements connectés. Nous sommes progressivement obligés de les utiliser, ne serait-ce que pour payer nos impôts ou acheter un billet de train.

Enfin, il y a tous les effets de la **globalisation**, qu'il s'agisse de la World Culture, du tourisme de masse, de la société de consommation ou de la montée des océans, qui influent directement ou indirectement sur notre quotidien.

Je prends comme exemple, parmi bien d'autres cas vécus, le site du Morro da Queimada[2], un quartier de la ville d'Ouro Preto, sur les pentes de la Serra (massif de moyenne montagne de 1000 à 1500 mères d'altitude) qui était un des premiers territoires d'exploitation de l'or au Brésil, autour de l'année 1700. On peut y analyser un grand nombre de

2| http://morrodaqueimada.fiocruz.br/parque-arqueologico.php

changements intervenus depuis plus de trois siècles.

Au début, un espace de forêt primaire est défriché et transformé en une mine en partie à ciel ouvert, accompagnée des installations de traitement du minerai et de divers bâtiments, dont des logements. Premier changement de paysage et utilisation économique. Après une vingtaine d'années, les relations entre l'exploitant privé et la couronne portugaise se dégradent et une révolte éclate en 1720, qui est réprimée par le sang et la destruction totale des mines et de l'installation humaine. Retour à la forêt qui absorbe les ruines : le changement est alors naturel. Au XX° siècle, l'arrivée de migrants venus du Nord-Est du Brésil entraîne l'installation spontanée d'un habitat auto-construit sur une partie du site, proche de la ville historique : un nouveau quartier naît et se développe, avec diverses initiatives de la municipalité pour répondre à des besoins essentiels (énergie, eau, transports, etc.), en débat permanent avec les habitants et leur association de quartier. A la fin du XX° siècle, des archéologues, soutenus par la municipalité, par des fondations et par le gouvernement fédéral, proposent de faire du site de la Serra (qui englobe le Morro da Queimada) un parc archéologique comprenant un vaste chantier de fouilles et un accueil éducatif et touristique. Une première initiative des autorités consiste à expulser un certain nombre de familles pour démolir leurs maisons et préparer l'exploration archéologique, cela sans concertation. Malgré ce mauvais début, les négociations se poursuivent entre la population et la municipalité qui aboutissent à la création de nouveaux services aux habitants, notamment un lieu de culte et un centre social. L'Ecomusée de la Serra de Ouro Preto, rattaché à l'Université fédérale locale, intègre le quartier dans sa démarche de mobilisation populaire et de développement de son territoire.

On voit bien dans cet exemple toute la gamme des changements qui, pendant trois siècles, ont été provoqués par l'action des colons, des agents économiques, de la politique, de la nature, des organisations de la société civile, des scientifiques. Si l'on ajoute à ces évènements purement locaux, relevant seulement du territoire et de son environnement, les changements que la société brésilienne toute entière et aussi le reste du monde a connus pendant le même temps et qui ont impacté plus ou moins fortement

FIG. 2 | Ouro Preto (MG, Brésil) - Quartier Morro da Queimada (Photo de l'auteur)

les habitants du quartier, on peut avoir une idée de la complexité d'une histoire locale qui a façonné et qui façonne encore ce Morro da Queimada, de façon très différente de ce que les mêmes trois siècles ont apporté à la ville historique d'Ouro Preto qui se situe à quelques centaines de mètres seulement et qui bénéficie du label UNESCO et de flux touristiques considérables.

L'ÉDUCATION AU CHANGEMENT

Le développement soutenable d'un territoire exige une participation consciente et informée des citoyens, sans laquelle les politiques suivies et les mesures qui en découlent – et qui produiront les futurs changements – restent toujours déterminées par des enjeux de court terme, en général élaborées en dehors du territoire en fonction de principes et de règles théoriques.

Mais cette participation ne va pas de soi : nos citoyens, dans leur immense majorité, sont habitués à être gouvernés et administrés, car ils sont soumis à une démocratie dite représentative, qui est en réalité une démocratie de délégation. Tous les 4, 5 ou 6 ans selon les régimes constitutionnels de nos pays, ils sont invités à désigner ceux et celles qui vont gérer leur territoire. Ils peuvent naturellement changer de délégués à chaque élection, mais il est très rare que les campagnes électorales et les programmes annoncés par les candidats informent suffisamment et clairement les électeurs pour leur permettre d'imaginer les changements qui vont leur être imposés pendant le mandat suivant et dont certains seront décidés au cours de ce même mandat, sans annonce ni débat préalable, en raison d'évènements imprévisibles souvent venus de l'extérieur du territoire. Des consultations populaires sur certains projets majeurs sont souvent prévues par la loi, pouvant aller jusqu'au référendum local, mais la participation effective des citoyens-électeurs reste généralement faible et les dossiers de projet sont trop complexes pour être réellement accessibles à la plupart.

Il faudrait donc pratiquer une forme d'éducation collective, destinée à l'ensemble des habitants du territoire, quel que soit leur âge ou leur niveau de connaissances, qui non seulement apporte et explique les informations indispensables à toute participation à la décision, mais qui suscite la volonté et la capacité de participer aux processus de décision, de mise en oeuvre et d'évaluation concernant le territoire. C'est ce que certains appellent en anglais *empowerment*, ou en portugais *capacitação*.

Une telle éducation vise à faire prendre conscience par chaque citoyen, autant que possible dans une consultation collective, des enjeux pour la communauté de toute décision politique ou mesure administrative, par exemple leurs effets sur la santé, l'emploi, l'environnement, l'avenir à long terme pour les générations futures, le niveau et la qualité de vie. Elle doit aussi montrer l'importance et l'influence des comportements personnels de chacun sur leur mise en oeuvre.

Pour cela, il faut s'appuyer sur le capital social et culturel local, qui comprend la mémoire individuelle et collective et l'ensemble du patrimoine vivant présent sur

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 12 28/07/2025 11:41:54

le territoire et partagé par sa population ancienne comme récemment implantée. Sur ce terreau et les ressources qu'il recèle, on pourra développer l'esprit d'initiative, les facultés d'organisation, de négociation, de coopération et de collaboration, indispensables à la naissance d'une communauté d'acteurs conscients et efficaces des réflexions, des décisions et des projets concernant le territoire et la communauté, donc à même de maîtriser les changements

FIG. 3 | Musée des maisons comtoises, Nancray (photo Y.Goux, musée)

en cours et à venir.

Mon exemple pour ce thème sera le Musée des Maisons Comtoises de Nancray[3] dans la province française de Franche-Comté, non loin de Besançon.

C'est un musée de plein air tout à fait classique fondé en 1983 et qui présente dans un parc paysager une collection de maisons et de constructions des différentes unités de paysage et d'habitat de la région. Une modification du statut et une nouvelle direction, à partir de 1997, ont fait repenser le rôle du musée qui, de simple outil de conservation et de loisirs culturels, s'est organisé pour contribuer à la prise de conscience des enjeux de l'habitat rural d'aujourd'hui et de demain dans la région : rapport à l'environnement, modes de construction, manières d'habiter, problèmes et solutions en matière d'énergie, de déplacements, de traitement des déchets, etc.

Au moment où les logements et bâtiments d'exploitation des agriculteurs sont systématiquement modernisés et, d'une certaine manière, « urbanisés » pour répondre soit aux normes nationales et européennes de confort familial et d'élevage dans les professions agricoles, soit à la mode des résidences de vacances acquises par des urbains dans des maisons d'architecture traditionnelle situées dans un environnement rural préservé, le rôle du musée est de conseiller et de former les habitants permanents ou saisonniers aux matériaux, aux formes, aux usages correspondant à leurs besoins en les inscrivant dans la continuité du paysage des territoires.

C'est toute une éducation qui se fait au long de la visite, à partir des exemples et modèles d'habitat traditionnel (hérités largement du XIX° siècle) : matériaux, modes de construction, économies d'énergie et d'eau, éclairage, jardinage écologique, traitement des déchets, tout ce qui peut aider un rural ou un néo-rural du XXI° siècle à adopter des méthodes de restauration ou de construction respectueuses de la tradition et des nouvelles normes est présenté en situation réelle, avec les commentaires indispensables.

PATRIMOINE ET CHANGEMENT

Le patrimoine est un héritage du passé ou le résultat de notre créativité, que nous laisserons à nos descendants. Il y a deux façons de le regarder : comme un trésor à protéger à tout prix en tant que composante de notre identité, ou comme une matière première que nous avons la responsabilité de respecter, de mettre en valeur, d'enrichir et de transmettre.

Dans le premier cas, il est le reflet du passé et administré comme tel : c'est le patrimoine « décrété », sélectionné selon des critères fixés par des chercheurs et des spécialistes hautement qualifiés ; il comprend les collections des musées, les monuments et les sites reconnus par la loi. En principe, il n'est pas affecté par le changement, puisqu'il est protégé de toute altération ou aliénation. Malheureusement, nous savons bien que certains évènements soumettent ce patrimoine à des changements imprévisibles : une guerre civile, un tremblement de terre, l'érosion naturelle ou touristique, par exemple. Et d'ailleurs, ce grand patrimoine ne contribue pas lui-même au changement ou au progrès de la société, de la culture ou de l'économie, car il est exposé comme un passé supposé éternel.

La seconde modalité est le patrimoine « vivant » qui nous entoure ; celui-là fait partie de notre culture et, même quand il nous vient du passé, nous en profitons et nous l'utilisons, quitte à le transformer ou à le mettre en danger. Ce patrimoine-là accompagne tous les changements de notre monde, en particulier ceux de notre territoire. Il est lui-même capable de changement au fil du temps : changement d'usage, d'aspect, de propriétaire, de sens. C'est une ressource fragile et non renouvelable, car chaque élément est unique et contient de nombreux composants objectifs et subjectifs : selon les gens, il représente des usages, des significations, des souvenirs, des appréciations que le changement les affectera différemment aux yeux de chacun.

Comme toute chose vivante, il est en outre soumis à des influences extérieures qui peuvent l'enrichir ou l'appauvrir ; il est aussi ressenti différemment selon qu'il est regardé et utilisé par un « héritier » – un membre de la communauté qui en possède la mémoire et les codes culturels et fonctionnels – ou par un « étranger », chercheur, résident de fraîche date ou visiteur occasionnel (touriste ?), qui doit l'apprendre et se l'approprier.

Le patrimoine est donc un témoin du changement de la société qui le reçoit et le transmet : il en permet la prise de conscience et en facilite l'acceptation et l'assimilation, en assurant une nécessaire continuité. Nous avons besoin, pour avoir accès aux bénéfices des changements ou pour en corriger les excès, du facteur de permanence que représente le patrimoine, surtout notre patrimoine commun, celui de notre territoire.

Car il ne faut pas adapter le patrimoine au changement, mais au contraire faire que le changement

3 | https://www.maisons-comtoises.org/fr/musee-nancray-grand-besancon

FIG. 4 | Parco dei Mulini, Parabiago

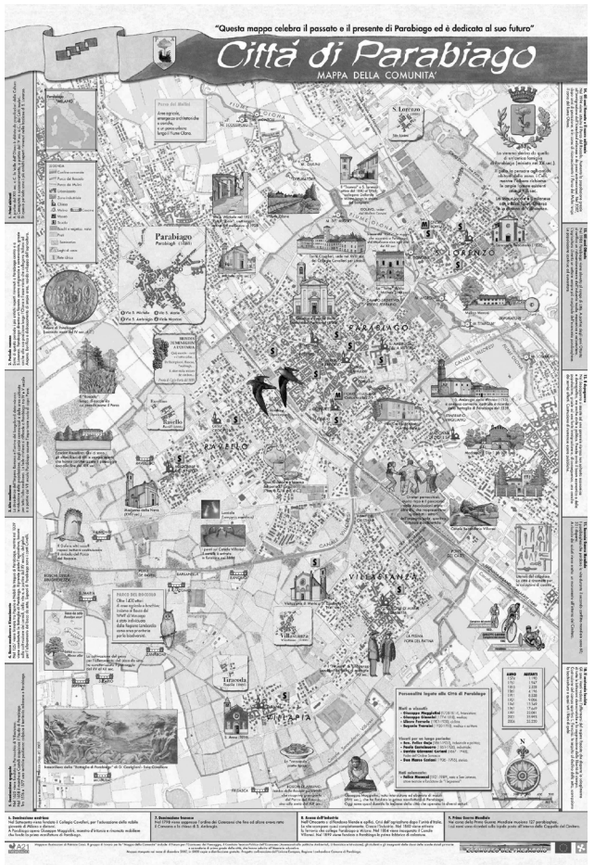


FIG. 5 | Mappa di Comunità Ecomuseo del Paesaggio, Parabiago
Source: http://ecomuseo.comune.parabiago.mi.it/

s'adapte au patrimoine, au plus près de notre milieu de vie.

La *Mappa di Comunità*[4], méthode que les écomusées italiens utilisent pour faire l'inventaire du patrimoine de leurs territoires avec la participation du plus grand nombre possible de membres de la communauté, est une bonne illustration de ce rôle du patrimoine dans la maîtrise du changement. Il en va de même pour la méthode du «diagnostic en marchant» que nous utilisons pour le développement local en France. Lorsque des habitants sont amenés à regarder leur cadre de vie et leur environnement pour décider de ce qu'ils considèrent comme leur patrimoine vivant, ils regardent aussi en même temps les changements qui sont intervenus dans le passé récent (effet de mémoire) et ils parlent des changements qui risquent de transformer ce patrimoine dans le futur prévisible. Cet exercice a une grande valeur pédagogique et conscientisante.

Mon exemple cette fois sera l'Ecomuseo dell' Paesaggio de Parabiago (Lombardie) non loin de Milan, qui se définit comme « un pacte par lequel la communauté s'engage à prendre soin de son territoire ». Il a initié depuis 2008 le Parco dei Mulini, un programme de développement intermunicipal sur un espace agricole encore préservé, de part et d'autre de la rivière Olona, sur le territoire de cinq communes industrielles et résidentielles[5]. Parti d'une démarche de *mappa di comunità* dérivée de celle de Parabiago et associant dans un pacte signé par les municipalités, les acteurs économiques, les agriculteurs et propriétaires de moulins, et de nombreux organismes publics et privés intéressés par le site, le Parco dei Mulini mobilise tous ces acteurs d'abord pour résister à l'urbanisation et à la dégradation de l'environnement qui menaçaient cet espace libre et vivant au milieu d'un tissu urbain dense, ensuite pour en faire un projet commun de restauration écologique, de maintien de l'agriculture et de loisir populaire. Un détail est révélateur : la rivière Olona était polluée ou point que les poissons en avaient disparu. Un effort concerté des industries locales et des équipements d'épuration a permis de rendre sa pureté à l'eau de la rivière, tandis que des habitants bénévoles allaient prendre des poissons dans un canal voisin pour les remettre dans le cours d'eau restauré. Les anciens moulins sont remis en valeur et des itinéraires de visite peuvent être parcours à pied, en vélo ou sur des applications virtuelles. Les plus dangereux, jusqu'ici incontrôlés, des effets du changement économique sont ainsi maîtrisés et la population elle-même intervient pour revitaliser un cours d'eau important pour elle.

LE MUSÉE ÉDUCATEUR

La fonction éducative fait partie de la définition du musée traditionnel. Si l'on peut douter de la réalité de cette fonction pour les visiteurs issus du tourisme de masse, elle est réelle pour les publics scolaires ou étudiants et pour les visiteurs qui appartiennent au territoire ou à un tourisme que je qualifierai de proximité. Les musées, surtout locaux et régionaux, offrent en effet une gamme de produits éducatifs et de services pédagogiques qui utilisent principalement

4| http://www.mappadicomunita.it/

5| Commes de Nerviano, Parabiago, Canegrate, S. Vittore Olona, Legnano

FIG. 6 | Expositions au Musée Dauphinois, Photos Musée Dauphinois

l'exposition comme langage : exposition permanente de ses collections, expositions permanentes, prêts d'oeuvres ou d'objets, ateliers de pratiques…

La plupart des musées sont dotés, même souvent obligatoirement, de ce que les Français appellent "Programme scientifique et culturel" (PSC), c'est à dire un document élaboré par l'équipe professionnelle du musée avec éventuellement l'aide d'experts extérieurs, qui précise entre autres la nature des collections, les publics visés, les objectifs à moyen terme d'activités, les moyens humains et matériels, donc les services éducatifs proposés aux différents publics et en particulier aux écoles. Ce PSC, il faut le reconnaître, est surtout au service de ses collections et de la ou des disciplines académiques dont elles relèvent (histoire de l'art, archéologie, ethnologie, sciences naturelles, etc.). Il n'est élaboré que par des universitaires et des muséologues ou muséographes qualifiés et n'est pas toujours conscient du rôle qu'il pourrait jouer sur son territoire en tant qu'institution éducative, par exemple en abordant des sujets susceptibles de répondre aux besoins ou aux attentes de la société environnante. Il lui manque une dimension sociale.

Cependant, un nombre de plus en plus grand de musées, et surtout de musées locaux, évoluent dans leurs approches théoriques et dans leurs pratiques. Que le programme officiel du musée le prévoie ou non, ils préparent, décident et réalisent leurs expositions et leurs autres activités AVEC les autres institutions culturelles et sociales de leur territoire, et parfois avec des associations et des personnes-ressources locales. Les enseignants des établissements scolaires sont encouragés à faire connaître leurs demandes et à participer aux choix muséographiques. Les sujets choisis sont pris dans l'actualité ou s'intéressent à telle ou telle section de la population, de l'économie, de l'histoire locale.

Il en existe de nombreux exemples. Je citerai seulement le Musée Dauphinois de Grenoble[6] qui mène depuis cinquante ans des actions de recherche, de collecte, de sensibilisation sur tout le territoire du Dauphiné (sud-est de la France) et plus largement de l'arc Alpin, et qui a organisé des expositions très scientifiques sur et avec des populations particulières comme les immigrés italiens et le monde du travail sur son territoire.

Ce musée et bien d'autres appliquent des principes et des méthodes qui avaient déjà été affichées lors de la réunion du Comité de l'ICOM pour l'éducation et l'action culturelle (CECA), à Umeå (Suède) en 1976, dans la ligne d'intégrations sociale qui avait été définie par la Table Ronde de Santiago en 1972. On privilégie l'approche communautaire et territoriale, on abandonne le plus possible les expositions permanentes pour multiplier des expositions à durée limitée qui couvrent progressivement tout le territoire, ses caractéristiques et ses problèmes actuels. La participation des groupes de population intéressés par les thèmes d'exposition est forte, mais reste surtout le produit d'enquêtes de terrain.

6| https://musees.isere.fr/musee/musee-dauphinois

C'est la qualité de la restitution au territoire, de la scénographie et de la communication qui garantit le succès auprès du public. Il faut remarquer toutefois que l'on reste le plus souvent dans une relation entre des professionnels de différentes disciplines, représentées dans les collections et utiles aux problèmes abordés par les expositions et autres activités muséographiques, et les publics, par l'intermédiation (ou non) d'éducateurs: le musée apporte un message, en utilisant son langage. Il se comporte comme l'école ou le conférencier. Il s'adresse à des «usagers» auxquels il apporte une connaissance, une information, dont le matériau de base reste la collection du musée complétée d'objets ou de documents empruntés à d'autres institutions, à des collectionneurs privés ou à des membres de la population du territoire. La source de la connaissance est bien cette population, mais collectée et traitée scientifiquement avant d'être restituée, fréquemment avec des biais introduits par la subjectivité des chercheurs anthropologues, historiens, sociologues, technologues, etc.

En matière de changement social, culturel, environnemental ou économique, un tel musée peut aider les citoyens à comprendre et à s'adapter, individuellement et collectivement aux nouvelles règles, modes, pratiques, consommations, de façon aussi objective et complète que possible, mais aussi avec une neutralité qui découle de sa situation d'institution publique. Encore faut-il que ces citoyens acceptent de devenir membres du «public » du musée, c'est-à-dire qu'ils viennent se faire éduquer.

L'inconvénient de ces pratiques est que la population ne peut exercer aucun contrôle sur le musée, ses programmes, le choix des thèmes d'exposition et surtout les messages qu'il transmet. Il est véritablement dans la position de l'enseignant et l'habitant-visiteur dans celle de l'enseigné.

LE MUSÉE MÉDIATEUR

Un musée peut-il aller plus loin ? Aussi longtemps qu'il est chargé d'une mission publique de gestion d'un patrimoine commun – sa collection – et que ses responsables sont des agents publics de haute qualification (fonctionnaires ou non) choisis par les autorités politiques ou administratives de tutelle, cela restera difficile et exceptionnel.

Il existe pourtant actuellement dans le monde, un mouvement muséal que l'on peut qualifier d'alternatif[7], celui de la muséologie communautaire. Il prend des formes et des appellations très variées : musée communautaire comme au Mexique, écomusée comme en Italie[8], musée autochtone comme au Canada ou indigène comme au Brésil, ou encore musée de territoire, de rue, de parcours, espace de mémoire... Il s'appuie sur les trois piliers du territoire, de la communauté de ses habitants et de leur patrimoine vivant. Il parle le langage de leur culture vivante et il est l'héritier d'une histoire et d'une mémoire, en particulier celle des changements qui ont abouti à l'état présent de la société, de son cadre de vie, de ses valeurs spirituelles et morales, de ses richesses, de ses lacunes et de ses déviances. A ce titre, il est un acteur du processus de développement du territoire, qui doit assurer sa continuité et la valorisation optimale de ses ressources humaines, naturelles et économiques. Ce n'est pas d'abord une institution, même s'il doit généralement trouver un statut légal pour exister ; il n'a d'ailleurs pas de structure organisationnelle rigide, et ses responsables, souvent en majorité des volontaires, sont au service de son projet de développement.

Ce projet de développement est essentiellement un projet éducatif, mais pour une éducation libératrice, comme le proposait et le justifiait par la pratique Paulo Freire. Je m'inspire ici, de façon très libre, d'un de ses petits livres, daté des années 60 du siècle dernier : Educação e Mudança (Education et changement), écrit d'abord en espagnol au Chili, puis traduit en portugais quelques années après par son auteur lui-même. Il s'agissait pour Paulo Freire de montrer comment l'éducation conscientisante fait de chaque individu au sein de son groupe ou de sa communauté un sujet de sa propre vie et de son avenir, donc un facteur et un acteur du changement compris, voulu et maîtrisé. C'est évidemment un concept très politique, car il échappe aux règles habituelles de l'éducation descendante, imposant des savoirs, celle que Paulo Freire appelait « éducation bancaire ».

Nous rencontrons là un concept dont on parle de plus en plus sous différentes formulations – empowerment, capacitação, prise de confiance – qui vise à donner à la communauté des habitants la maîtrise des décisions qui les concernent, des techniques qu'ils doivent utiliser, des usages de leurs patrimoines et de leurs savoirs, des attitudes qu'ils adopteront face aux autres pouvoirs et aux autres acteurs.

Un tel musée n'est pas un médiateur entre un public et des éléments de patrimoine mis en exposition, mais un médiateur d'une part entre les citoyens et leur patrimoine (connaissance, respect, usage, gestion), d'autre part entre ces mêmes citoyens et les auteurs des changements qui s'imposent à eux. Et c'est dans la pleine conscience de leur patrimoine, de leurs savoirs, de la force de leur effort collectif qu'ils peuvent s'imposer comme interlocuteurs des pouvoirs publics et privés, comme porteurs d'initiatives, comme résistants ou comme négociateurs.

Le musée communautaire est alors, non pas une structure d'action culturelle classique, mais bien l'outil que la communauté se donne pour assurer sa participation à son propre développement soutenable et pour maîtriser les changements selon les différents modalités choisies en connaissance de cause et en toute liberté : acceptation,

7| On a longtemps parlé de « nouvelle muséologie », mais celle-ci signifie plutôt un effort de moderniser la muséologie à partir de la définition classique de celle-ci et sa conception de l'éducation relève plutôt du paragraphe précédent. Le mouvement donc il est question ici semble prendre le plus souvent le nom d'écomuséologie ou de muséologie communautaire. Voir mon livre « L'écomusée, singulier et pluriel », Paris, L'Harmattan, 2017.

8| Saccoccio, Antonio (Ed.), Nuovi modelli di sviluppo comunitario per gli Ecomusei in Italia, Quaderni dell'ecomuseo dell'agro pontino, Edizioni Avanguardia21, Roma, 2018 (e-book).

adaptation, résistance ou appropriation.

Je me permets de citer ici en exemple le cas de l'île de Cotijuba qui est l'un des territoires de l'Ecomuseu da Amazônia, à Belém (Para, Brésil). Cette île de trouve au milieu d'un des bras du delta de l'Amazone, à environ une demi-heure de bateau de la ville de Belém. C'était autrefois le site d'une prison, actuellement en ruines. Une population pauvre, essentiellement rurale, y vit de l'exploitation des ressources de la forêt et d'un peu d'agriculture. A cause des très belles plages qui font le tour de l'île, les habitants du centre ville de Belém en ont fait une de leurs destinations de fin de semaine et de loisirs préférées : on estime à environ 300 000 visiteurs annuels pour une population locale d'environ 24 000 personnes. Une telle invasion a évidemment un effet très déstabilisant et oppressant (ou plutôt opprimant) sur les habitants, sans compter les conséquences pour l'environnement, notamment en matière de pollution et

Museu da Amazônia, Belém (Pa)

FIG. 7 | La ville de Belém et l'écomuseu da Amazônia. Le programme de l'écomusée. L'île de Cotijuba.
Source : flyer de l'Ecomuseu da Amazônia, 2012

d'atteintes à l'environnement.

L'écomusée a entrepris une action de longue durée avec les habitants pour les amener à faire l'inventaire de leur patrimoine et à le traiter comme une ressource sur trois plans : éducation patrimoniale et capacitação des enfants et des adultes, notamment avec une association locale de femmes ; contrôle des flux touristiques par l'organisation des transports et la protection des sites naturels sensibles; développement endogène d'une agriculture familiale et d'une exploitation forestière raisonnable et d'une production de céramique usuelle et artistique.

Cette méthode a réussi à Cotijuba, mais aussi dans les autres sites de l'écomusée: le District de Icoaraci et les îles de Mosqueiro et de Caratateua. Sur cette dernière se trouve le groupe scolaire Prof. E. Moreira qui abrite le siège de l'écomusée qui a lui-même été créé par une fondation dépendant du département d'éducation de la ville de Belém. Il y a donc une volonté et une pratique d'intégration du patrimoine dans la population (enseignants, enfants, jeunes, adultes) comme matériau essentiel de l'éducation scolaire et populaire.

J'ai pu moi-même constater à de nombreuses occasions l'effet d'empowerment produit sur les habitants, surtout sur les femmes, et aussi le rôle d'accompagnement et de facilitation (et non pas d'enseignement ou d'encadrement) joué par les agents de divers métiers qui font partie de l'équipe de l'écomusée. Plusieurs conséquences apparaissent déjà, après une douzaine d'années, que l'on peut assimiler à une réelle maîtrise du changement culturel, social et économique: vie associative, gestion de l'environnement, auto-production vivrière, création de spectacles, initiatives de tourisme «de base communautaire». Ce dernier est d'ailleurs une réponse exemplaire aux problèmes posés à un territoire et à sa population par les flux et l'érosion touristique : les habitants eux-mêmes (souvent des jeunes) se responsabilisent pour maîtriser les différents aspects de cette activité qui devient ainsi un vrai facteur de développement économique endogène.

LE MUSÉE-OUTIL

Le musée peut être considéré comme un outil qui met en relations des choses et des gens. Le musée communautaire ajoute la notion d'outil collectif desservant un territoire. Ces « choses » ne sont pas seulement des collections amassées et jalousement enfermées/conservées comme un trésor. Elles constituent ensemble le patrimoine du territoire, de ses habitants, du collectif des habitants. Elles font partie de la vie quotidienne, des équipements professionnels, de l'habitat, de la vie publique ou religieuse, de l'agriculture et de l'industrie, du paysage… Elles sont des biens communs qui traversent les générations.

Ce sont des choses vivantes : même si elles apparaissent concrètes, matérielles, elles ont toujours une dimension immatérielle, mémorielle, affective, sensible, spirituelle, plus ou moins prononcée et profonde.

Ce sont aussi des choses parlantes auxquelles le musée communautaire sait donner les multiples sens qu'elles renferment, par des moyens variés : l'inventaire participatif (*la mappa di comunità* en Italie), le parcours (*museu de rua* au Brésil), l'exposition, l'atelier pédagogique, l'écoute de la mémoire (*la roda de memória* au Brésil). L'habitant trouve ainsi dans son patrimoine un matériau qui lui permet de développer sa créativité, de générer des opinions et des projets, de devenir acteur de l'avenir de son territoire.

Les techniques modernes de la mémorisation et de la communication, comme les nouvelles formes de sociabilisation, sont souvent mises à contribution pour faciliter la prise en compte du patrimoine dans les langages, dans l'acquisition de l'autonomie et dans l'affirmation de la solidarité. Le changement dans la technique devient alors un auxiliaire de la maîtrise de bien d'autres changements et de leur inscription dans une continuité.

Enfin ce sont des choses utiles, qui peuvent être transformées dans leur usage ou dans leur signification pour servir à l'adaptation de la communauté aux changements qui lui sont indispensables et aussi à ceux qui lui sont imposés. Le musée devient alors un laboratoire d'idées et de projets, un lieu où les nouveaux habitants peuvent apprendre le patrimoine et lui ajouter le leur dans une synthèse qui facilitera la cohabitation et la coopération.

J'ai choisi comme illustration un projet un peu particulier: celui de l'Ecomuseu de Maranguape, dans l'Etat de Ceará, au Brésil. Il a été créé à la demande d'une coopérative d'agriculteurs pour maintenir dans la durée le travail réalisé dans le cadre d'un Agenda 21 local et aider à gérer le

FIG. 8 | Ecomuseu de Maranguape (Ceará) – Brésil
Source : https://cidadeseducadoras.org.br/experiencias/ecomuseu-de-maranguape

paysage et le patrimoine d'un territoire en évolution. Pour cela, l'écomusée s'est associé à l'école secondaire locale et les élèves comme les professeurs sont devenus l'équipe permanente du musée : le musée est présent dans l'école, les élèves sont présents au siège du musée et dans ses différentes antennes dont ils gèrent les activités. Toutes les questions d'actualité sont débattues avec les élèves, notamment celles qui ont un rapport avec l'agriculture, l'environnement, la gestion des ressources naturelles. C'est ainsi une appropriation du patrimoine par les jeunes générations qui prennent à devenir des acteurs responsables de leur territoire.

J'aurais pu aussi présenter un musée indigène, comme celui de la communauté Jenipapo-Kanindé, près de Aquiraz, également au Ceará : on y utilise le musée, en même temps que l'école communautaire, pour rendre les jeunes capables, par la conscience de leur mémoire et de leur patrimoine, d'entrer dans le monde de demain en sujets-acteurs responsables et résolument modernes, car en possession de leur capital culturel et social intégral.

Comment conclure cette réflexion appuyée sur quelques expériences et observations personnelles ?

Notre monde actuel est en changement constant et accéléré dans tous les domaines; nous-mêmes changeons de génération en génération et même à l'intérieur d'une même génération.

Le seul facteur de stabilité sur lequel nous pouvons nous appuyer pour résister ou pour nous approprier ce changement réside dans notre patrimoine génétique, culturel, environnemental et dans les objets, savoirs ou souvenirs qui le représentent.

Nous devons donc, individuellement et surtout collectivement, au sein de nos territoires et de nos communautés, nous rendre conscients et responsables de ce patrimoine, en le conservant vivant et créatif, et non pas nostalgique.

Le musée communautaire, ancré dans le territoire et géré par la communauté des habitants, anciens et nouveaux, peut être un instrument de maîtrise du changement par l'enracinement de celui-ci dans le patrimoine et par la libération de nos capacités de résistance à la contrainte, d'adaptation à la nouveauté, d'accueil au progrès.

C'est là, je crois, la vocation réellement politique du musée communautaire et la meilleure démonstration de son utilité sociale.

EDUCACIÓN MUSEAL Y PATRIMONIO CULTURAL PARA TODAS LAS PERSONAS: RETOS ACTUALES

DOLORES ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ
UNIVERSIDAD DE GRANADA (ESPAÑA)

RESUMEN

La educación museal en los últimos años ha evolucionado como tema de estudio e interés paralelamente a la introducción de nuevas concepciones y prácticas. Este desarrollo ha permitido un mayor conocimiento y una concepción más precisa del tema y, de hecho, ha propiciado nuevas perspectivas de trabajo. Hoy en día, los museos se entienden en su relación con las personas y la comunidad. Son éstas las que proporcionan su valor patrimonial a los objetos, lugares, monumentos o eventos. El museo ha experimentado cambios en sus funciones y roles. Quizás entre las más destacadas se encuentra la forma en que se ha relacionado con la sociedad que, en los últimos tiempos, ha afectado incluso a su esencia y misión. Se puede decir que se ha adaptado a las demandas sociales sin perder su carácter, pero evolucionando en su razón de ser y su rol social. Además, el mundo de hoy se enfrenta a desafíos globales que deben tenerse en cuenta en los ámbitos culturales y educativos. Hoy, más que nunca, es necesario revisar el sentido educativo del museo y darle todo su potencial como agente para el desarrollo del conocimiento. En la sociedad del conocimiento ubicua, multimodal y flexible, donde el aprendizaje es dialógico y fluye el conocimiento, es la propia sociedad la que insta a las instituciones museísticas a adoptar un papel más activo y buscar mayores interacciones que den un significado social a sus actividades.

ABSTRACT

In the last years Museum Education has evolved as topic of study and interest, parallel to the introduction of new conceptions and practices. This development has carried out mayor knowledge and a more precise conception of the subject and, indeed, some new perspectives on it. Nowadays Museums are understood in relationship with people and community who provide the heritage values to the objects, places, monuments or events. The museum has experienced changes in its functions and roles. Perhaps among the most outstanding is the way in which it has been related to the society that, in recent times, has affected even its essence and mission. It can be said that social demands have been adapted without losing their character but evolving the social role. In addition, the world today faces global challenges that must be taking into account in cultural and educational areas. Today, more than ever, it is necessary to review the educational sense of the museum and to give it its full potential as an agent for the development of knowledge. In the ubiquitous, multimodal and flexible knowledge society, where learning is dialogical and knowledge flows, it is society itself that urges museum institutions to adopt a more active role and seek greater interactions that give social meaning to their activities.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 19 28/07/2025 11:41:56

1. INTRODUCCIÓN

La función educativa de los museos es inherente a su propia naturaleza desde que se crearon los primeros grandes museos abiertos al público en la época ilustrada y moderna. El museo, en todo este tiempo de existencia como institución, ha experimentado cambios en sus funciones y roles. Entre los más destacados está la manera en que se ha relacionado con la sociedad que, en los últimos tiempos, ha afectado incluso a su esencia y su misión. Se puede decir que se ha adaptado las demandas sociales sin perder su carácter pero evolucionando en su razón de ser y su rol social. Precisamente a consecuencia de las ideas desarrolladas por la Nueva Museología[1], por el desarrollo de la tipología ecomuseo, vinculado al territorio, desde los años 70 del siglo pasado y las ideas de la Sociomuseología a partir de una nueva concepción del patrimonio cultural[2].

Por otro lado, pero en el mismo sentido, la educación como ciencia se ha desarrollado y ha evolucionado y se presenta, hoy día, como un campo complejo y extenso que se imbrica en bastantes aspectos de la sociedad. Sin embargo, en no pocas ocasiones, la concepción de la educación en el ámbito museístico mantiene una idea decimonónica de la misma, centrada en la enseñanza y los contenidos más que en los aprendizajes, los intercambios y las comunidades.

Actualmente es necesario revisar el sentido educativo del museo y dotarlo de todo su potencial como un agente para el desarrollo de conocimiento. En la sociedad del conocimiento ubicuo, multimodal y flexible, donde los aprendizajes son dialógicos y los saberes fluyen, es la propia sociedad la que insta a las instituciones museísticas a que adopten un papel más activo y procuren mayores interacciones que doten de sentido social a sus actividades.

2. EDUCACIÓN MUSEAL Y EL PATRIMONIO CULTURAL EN EL CAMBIO DE PARADIGMA DEL CONOCIMIENTO.

Una nueva concepción del patrimonio, más ligado a las personas y a los procesos, constituye la base para la educación en museos imbricados en la sociedad y en la comunidad.

El concepto de patrimonio cultural se ha revisado en las últimas décadas. Cuando hablamos de patrimonio, de manera casi inmediata, surgen connotaciones historicistas y objetuales. Pensamos en objetos que deben ser preservados o lugares que deben conservarse. Además de estas evidencias, la evolución del concepto nos permite hablar de patrimonio con una visión centrada en las personas: individuos y colectivos o comunidades. Desde esta perspectiva, también debemos considerar su carácter procesual más allá de los hitos o monumentos. Concebir el patrimonio con un carácter cambiante y evolutivo implica tener en cuenta los aspectos activos y creativos. El valor del patrimonio se lo confieren las personas: individuos o colectivos. Así, se conforma la identidad, a través de los vínculos que se establecen, o que ya están consolidados, entre el elemento patrimonial y su comunidad de referencia. Esto también nos lleva a la idea de relacionar la experiencia con el patrimonio cultural, pero la experiencia se produce siempre en un contexto.

Hoy día, el contexto para el aprendizaje y para experimentar la cultura está mediatizado, en gran medida, por las tecnologías. En las últimas décadas la sociedad está virando hacia un mundo cada vez mas digitalizado. La sociedad ha cambiado, y ha cambiado mucho, en los últimos tiempos. En concreto, ha evolucionado la manera en que nos relacionamos con la cultura y, en consecuencia, la concepción del museo, en muchos casos tratando de adaptarse desde su tradición a esta nueva visión del mundo. Pero, así mismo, hay cuestiones que permanecen: la idea de los museos comunitarios que no están de espaldas a las personas sino todo la contrario, que surgen desde la necesidad misma de la comunidad de conservar y crear un patrimonio propio. Se crean nuevas comunidades, que ya no son territoriales en el sentido físico, sino que sus territorios son fluidos, cambiantes y ubicuos, presentado unos nexos que tienen que ver menos con la tradición sino con intereses comunes y maneras similares de concebir el mundo y la esistencia. De ahí su actualidad.

Nos hallamos en la sociedad del conocimiento, como evolución de la llamada “sociedad de la información”, entendiendo que esta última surgió cuando se hicieron comunes el uso de ordenadores y los medios de comunicación, las redes como Internet, con información cada vez más basada en las imágenes y en los audiovisuales, multimedia, hipertextual con formato digital. Esta ha dado paso a la sociedad del conocimiento actual, caracterizada por la importancia que hoy tiene la formación continua y la gestión del conocimiento; supone una renovación de los saberes en el sentido de reconversión de los saberes en conocimiento aplicado. El desarrollo de la Sociedad del conocimiento conlleva una importancia creciente de todas las actividades que se realizan en red, que son la mayoría hoy día, lo que Implica una gestión del conocimiento a través de la fluidez, el intercambio de contenidos en todos los sentidos y la formación continua. Siempre se está aprendiendo algo nuevo. Hay una renovación, que ha supuesto una cierta revolución, que provoca la superación de los saberes estancos en la concepción tradicional que tienen una validez limitada en el tiempo y fecha de

1| El concepto de Nueva Museología se inicia en la Mesa Redonda celebrada en 1972 en Santiago de Chile, auspiciada por la UNESCO con el fin de tratar el papel de los museos en América Latina. Se institucionaliza en la Declaración de Quebec de 1984. Donde se sientan las bases y principios que lo rigen. Hoy día se organiza en torno al Movimiento Internacional para la Nueva Museología (MINON): http://www.minom-icom.net

2| La Sociomuseología surge en el Departamento de Museología de la Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologías de Lisboa, Portugal. Hay una revista especializada, Cuadernos de Sociomuseogía que pueden consultarse en: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia

caducidad al adoptar nuevas visiones y perspectivas desde diversidad de colectivos anteriormente no considerados. Esto es debido a que los flujos de conocimiento producen un cambio constante en los saberes disciplinares, que se vuelven inabarcables, debido a la globalización, son fluidos, líquidos, flexibles, superficiales e instantáneos, hasta que llegan a convertirse en "conocimiento" funcional, aplicable y competencial, dónde lo interesante es saber hacer. Esto implica el saber para hacer, el hacer propiamente dicho, y el poder demostrarlo. Este es el tipo de conocimiento que fomenta el mundo digital y la omnipresencia de la diversidad de medios en nuestra vida.

En este paradigma el aprendizaje permanente cobra un nuevo sentido en su relación con la digitalización de la experiencia. El aprendizaje es, aparentemente, constante y los saberes líquidos. Nada resulta como nos lo contaron, lo leímos o conocíamos y vemos que el cambio es constante. En este marco del aprendizaje permanente el contexto es ineludiblemente no formal, en el sentido en que hablamos de aprendizaje no-formal como el que se produce en un contexto no reglado, incluso no siendo educativo.

Surge, de esta manera, el modelo de aprendizaje basado en competencias, de alguna manera opuesto a los saberes, como estándar actual del conocimiento, también en los contextos no formales. Por tanto, se trata de un conocimiento práctico y aplicado, demostrable y eficiente. Este es el paradigma educativo actual, el contexto en que nos movemos, y es el modelo europeo para el conocimiento que las políticas educativas llevan implementando hace ya varias décadas.

Así, inicialmente en 2006[3] y más tarde en 2018, la Comisión Europea lanzó las recomendaciones con respecto a las competencias clave para la sociedad actual y la ciudadanía activa[4]. Se trató de una hoja de ruta para los gobiernos de los países europeos y los responsables de las políticas educativas, pero también afectando a las políticas culturales, partiendo de las aspectos económicos que, en definitiva, son las que marcan la agenda y las prioridades.

En este marco se entiende por competencias clave las que todos los individuos han de manejar y necesitan para una ciudadanía plena[5] y se desarrollan a lo largo de toda la vida[6]. Se definen como una combinación dinámica de conocimientos, habilidades y actitudes.

Se establecen ocho competencias clave. Entre ellas, la octava se define como "Conciencia y expresión cultural", haciendo referencia a las competencias culturales para la sociedad actual a través de las capacidades creativas para expresar ideas propias de las artes en sus diversas modalidades potenciando el intercambio intercultural y la diversidad[7]. En la Tabla 1 se presenta la competencia definida tal y como apareció por primera vez en los documentos oficiales en 2006.

3| Recomendación del Parlamento Europeo y del Consejo de 18 de diciembre de 2006
sobre las competencias clave para el aprendizaje permanente (2006/962/CE) : https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:394:0010:0018:ES:PDF

4| Recomendación del Consejo de la Unión Europea de 22 de mayo de 2018 relativa a las competencias clave para el aprendizaje permanente (2018/C 189/01). https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&from=SV.

5| La ciudadanía plena se manifiesta en el desarrollo personal, en el empleo, la inclusión social y la participación activa en los procesos como miembros de una sociedad.

6| El concepto de aprendizaje permanente (lifelong learning) implica un desarrollo desde la primera infancia a la senectud, y no sólo en situaciones de enseñanza reglada, sino en contextos no formales e informales dónde se produce el aprendizaje, que pueden ser familiares, escolares, en el lugar de trabajo, de ocio, y en otras comunidades con las que se interactúa, incluidas las digitales.

7| Se puede hablar también de capacidades diversas en varios sentidos a partir de las formas de expresión artística y cultural.

TABLA 1

Competencia clave: conciencia y expresión culturales

Definición:

Apreciación de la importancia de la **expresión creativa** de ideas, experiencias y emociones a través de **distintos medios,** incluida la música, las artes escénicas, la literatura y las artes plásticas.

Conocimientos, capacidades y actitudes esenciales relacionados con esta competencia:

La expresión cultural (*cultural knowledge*) precisa una conciencia de la herencia cultural a escala local, nacional y europea y de su lugar en el mundo. Abarca conocimientos básicos de las principales obras culturales, incluida la cultura popular contemporánea. Es esencial comprender la diversidad cultural y lingüística en Europa y otras regiones del mundo, la necesidad de preservarla y la importancia de los factores estéticos en la vida cotidiana.

Las capacidades están relacionadas con la apreciación y la expresión: la apreciación y el disfrute de las obras de arte y de las artes escénicas, así como la expresión de uno mismo a través de distintos medios gracias a las capacidades individuales innatas. También se precisa la habilidad para comparar las opiniones creativas y expresivas de uno mismo con las de otros y para determinar y realizar las oportunidades sociales y económicas de una actividad cultural. La expresión cultural es fundamental para el desarrollo de las aptitudes creativas, que pueden trasladarse a una variedad de contextos profesionales.

La base del respeto y de una actitud abierta a la diversidad de la expresión cultural es una buena compresión de la cultura propia y un sentimiento de identidad. Una actitud positiva se basa también en la creatividad y en la voluntad de cultivar las capacidades estéticas mediante la expresión artística y la participación en la vida cultural.

Fuente: Recomendación del Parlamento Europeo y del Consejo de 18 de diciembre de 2006 sobre las competencias clave para el aprendizaje permanente (2006/962/CE): https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:394:0010:0018:ES:PDF

Este modelo competencial es común a todos los sistemas educativos europeos, y se aplica tanto a la educación formal como a la no formal y, por supuesto, tiene implicaciones en los desarrollos culturales en los ámbitos a los que hace referencia.

Por otra parte, en 2015 las Naciones Unidas proclaman una serie de objetivos de alcance global para afrontar las problemáticas del mundo actual, definiendo metas comunes para gobiernos, empresas y sociedad civil, con un horizonte en el año 2030. Se concretan en los llamados objetivos del desarrollo sostenible que afectan a una diversidad amplia de aspectos urgentes y necesarios a nivel planetario[8].

FIG. 1 | Marco actual para la educación en contextos reglados y no formales como los culturales, sociales o comunitarios a partir del modelo competencial y el aprendizaje para toda la vida. Fuente: elaboración propia.

8| Información completa sobre los objetivos de desarrollo sostenible en la web de las Naciones Unidas: https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/

De esta manera tenemos el marco para la educación hoy en Europa, basada en el modelo competencial con base en las competencias clave y el aprendizaje permanente, teniendo en cuenta los objetivos del desarrollo sostenible (**FIG. 1**). En este marco se ha de imbricar la cultura, los museos y el patrimonio cultural. Se trata de un marco que también se aplica a los museos con enfoque comunitario en dónde el patrimonio cultural se presenta incluso más vivo y con unos vínculos más estrechos con su contexto de referencia, con su comunidad.

En 2018 se celebró el año Europeo del Patrimonio Cultural[9] para concienciar sobre la existencia de un legado común europeo y reforzar el sentimiento de pertenencia al espacio común. Se desarrolló un plan de trabajo en forma de marco para la acción en materia de patrimonio cultural plasmado en documentos oficiales[10]. Se establecen cinco áreas de acción prioritarias. La primera se refiere al carácter necesariamente inclusivo que ha de tener el patrimonio cultural a través de la participación y el acceso a éste para todas las personas. Este se desarrollará con la implicación de un público cada vez más amplio a través de todas las vías posibles, incluidos los medios digitales, de los escolares desde las edades más tempranas hasta la gente joven, en definitiva, la ruptura de las barreras para un acceso universal al patrimonio cultural. Esto implica trabajar en contextos formales, no formales e informales de aprendizaje para toda la vida y en conexión con la comunidad.

3. CONCEBIR EL MUSEO COMO UNA COMUNIDAD DE APRENDIZAJE

Un modelo educativo que cobra un sentido especial en este marco es el denominado comunidad de aprendizaje. Esta se define como un proyecto de transformación social y cultural (de un centro educativo) y de su entorno para conseguir una sociedad del conocimiento para todas las personas, basada en el aprendizaje dialógico, mediante una educación participativa de la comunidad, que se concreta en todos sus espacios (Valls, 2000)[11]. De esta manera se produce una transposición de conceptos e ideas que, inicialmente, parecen contrapuestos pero cuya dualidad se supera para interconectarse. Así, los contextos formales y no formales para el aprendizaje se diluyen, del mismo modo en que se difuminan las fronteras entre lo real y lo virtual. Una comunidad de aprendizaje supone una interacción horizontal entre la comunidad y los aprendizajes y la cultura para una ciudadanía plena donde la participación social y el desarrollo de las economías se producen de manera simultánea.

Concebir un museo como una comunidad de aprendizaje supone la superación de ideas preconcebidas sobre ciertas concepciones y su transgresión, sobre todo a la luz de una idea de patrimonio cultural que se basa en los vínculos identitarios de la comunidad a la que pertenece. La educación circunscrita al espacio escolar reglado se desborda hacia los mundos culturales de la comunidad y se borran las barreras entre los contextos reales y virtuales, formales y no formales porque, en realidad, el aprendizaje es constante y se produce en los sitios más insospechados. Éste se produce de manera más efectiva incluso que en los espacios y tiempos destinados a ello porque se fomenta en la experiencia y en la situación. Es un aprendizaje situado. El conocimiento popular adquiere el mismo valor que el considerado experto y lo tradicional se funde con la tecnología más avanzada para formar parte de una misma realidad cognoscitiva. El museo como institución ha de formar parte de la propia comunidad para, paradójicamente, dejar de serlo y fundirse con ella.

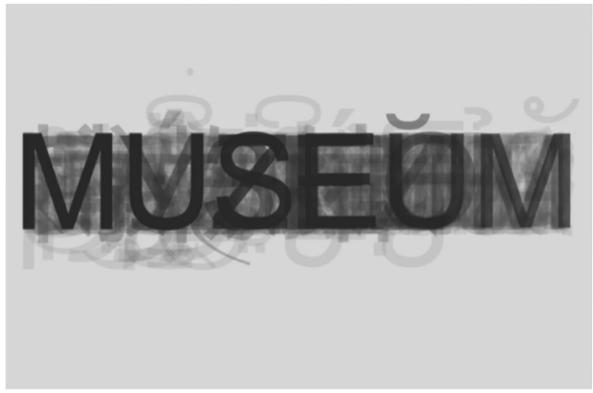


FIG. 2 | Imagen alegórica a la creación de la nueva definición de museo por el Consejo Internacional de los Museos (ICOM). Fuente: captura de pantalla de la web: https://icom.museum/es/recursos/normas-y-directrices/definicion-del-museo/

La definición de museo se ha revisado recientemente por el Consejo Internacional de los museos (ICOM)[12]. Es necesario tener en cuenta estos aspectos, además de otros, para poder integrarlos en esta nueva visión que se pretende más acorde con la situación actual de la mayoría de los museos del mundo que tienden a un proceso más sostenible y, sobre todo, más centrado en la calidad humana y en las

9| 2018 año europeo del Patrimonio cultural: https://ec.europa.eu/culture/es/cultural-heritage/eu-policy-cultural-heritage/ano-europeo-del-patrimonio-cultural-2018

10| Documento de trabajo de la Comisión Europea Marco de Actuación sobre el Patrimonio Cultural: https://ec.europa.eu/culture/document/european-framework-action-cultural-heritage

11| Valls, Rosa (2000). Comunidades de Aprendizaje: Una Práctica Educativa de Aprendizaje Dialógico para la Sociedad de la Información. Tesis doctoral. Programa de Doctorado: Pedagogía Social y Políticas Sociales. Departamento de Teoría y Historia de la Educación. Universidad de Barcelona: 2000. Ver también: Rodrigues de Mello, R. (2015). Comunidades de aprendizaje: democratización de los centros educativos. Tendencias Pedagógicas, 17, 3–18. Recuperado a partir de https://revistas.uam.es/tendenciaspedagogicas/article/view/1955

12| Se puede seguir el proceso de revisión de la definición de museo, la metodología y la definición finalmente adoptada en Praga en agosto de 2022 en la web del ICOM https://icom.museum/es/recursos/normas-y-directrices/definicion-del-museo/

personas, haciendo el patrimonio cultural común accesible en un sentido amplio.

Para concluir utilizaremos las palabras de António Guterres en la pared del museo "Casa das Memórias de Antonio Guterres" en Donas (Portugal):

"No final, resume-se a valores (...) Queremos que o mundo que as nossas crianças vâo herdar seja definido pelos valores consagrados na Carta das Naçòes Unidas: Paz, Justiça, Respeito, Direitos Humanos, Tolerància e Solidaridade.".

Antonio Guterres

CONSTRUIR E PRESERVAR A MEMÓRIA DAS MIGRAÇÕES – UMA MISSÃO QUE SE IMPÕE

MARIA BEATRIZ ROCHA TRINDADE[1]

A mobilidade física, que acompanha desde sempre a vida dos seres humanos, assume configuração e regularidades diversas, no tempo em que se processa e no espaço em que tem lugar.

Itinerários percorridos entre territórios, navegação realizada através de mares e de oceanos, travessias prosseguidas por via aérea constituem movimentos demográficos, que têm encaminhado continuadamente gerações de homens e de mulheres para outros lugares, tanto no interior das próprias regiões que habitam, como para fora delas, incluindo deslocações conducentes, a posterior fixação, que tanto pode assumir um caráter temporário, como definitivo.

Entre as motivações, que os impulsionam, encontra-se uma variedade de propósitos apoiados na expectativa de que, ao serem cumpridos, poderão possibilitar que venha a ser atingida uma melhoria de vida. As razões positivas que ao próprio justificam tomar uma tal decisão, declaradamente complexa e difícil, resultam de um confronto prévio em que a consideração daquilo que se tem e se conhece, face ao que se espera poder conseguir alcançar, alimenta e reforça, os sentimentos de esperança subjacentes.

Objetivos de natureza económica; de valorização intelectual, capazes de proporcionar a continuidade de uma dada frequência académica ou eventualmente adquirir uma especialização; fuga tanto a perseguições políticas como às de intolerância religiosa; causas inerentes ao desempenho de uma profissão, entre muitos outros, encontram-se subjacentes aos movimentos que ocorrem. Utilizada a sua interpretação num sentido alargado, as conotações sociais que naturalmente revestem permitem, em muitos casos, aplicar o conceito migração e a designação emigrante/imigrante - a qualquer tipo de deslocação, ou a quem a realize ultrapassando a forma jurídica, se assim fosse tomada, caso em que normas estabelecidas e aprovadas restringem a sua correta aplicação.

Condicionamentos legais, resultantes de regras que em cada país pautam as condições responsáveis pela entrada (visita turística, residência em período de reforma, exercício de um qualquer trabalho por conta própria ou por conta de outrem) orientam, conforme a origem nacional e situação em que cada um se encontra, o género e a idade que têm e a qualificação adquirida, aqueles que nele querem passar a viver, obrigando necessariamente a respeitar os preceitos vigentes que sempre enquadram a situação, podendo facilitar ou impedir a instalação pretendida.

Tomando em conta todo o conjunto de deslocações materiais que ocorrem dentro e a partir do espaço político português e, muito em particular, considerando o fenómeno migratório como objeto da análise que se segue, face ao desejo de melhor poder dar a conhecer uma das situações, cuja permanência e importância constitui facto incontornável no decorrer da sua própria História, necessário se torna verificar que, infelizmente, não lhe tem sido prestada a importância que se impunha e indubitavelmente merece.

No passado, ocorrência diluída no âmbito da Demografia, localizada sem destaque pelas ciências geográficas, mais intensamente tratada pela investigação realizada por historiadores, só muito tardiamente veio a constituir tema individualizado, capaz de catalisar o interesse que justamente passou a ser-lhe atribuído. O desencadear do processo de colocação num lugar institucional, quer ao nível do quadro político de governação, quer no panorama universitário, simultaneamente ao nível da lecionação e ao nível da pesquisa científica interdisciplinar em que atualmente se encontra, só neles obteve lugar depois da Revolução de Abril (Rocha-Trindade, 2014).

Melhor conhecer e guardar a lembrança de um fenómeno social de tal importância, relevante para a vida do país e dos próprios migrantes, cuja existência naturalmente influenciou e continua a influenciar, em cada conjuntura, tanto a vida das populações que permaneceram como a respeitante aos elementos que partiram, constitui um imperativo. Na sua decorrência, uma especial atenção merece também ser prestada à manutenção da interação estabelecida entre

1| O interesse da autora pelo fenómeno migratório internacional, muito em particular pela migração portuguesa, manifesta-se desde os anos 60 do passado século. Assume especial relevo a atenção que sempre tem prestado ao conhecimento científico e à divulgação alargada que sobre qualquer deles se impõe realizar. A importância reconhecida tanto à pesquisa bibliográfica como à realizada em arquivo, por via de análise documental, não dispensa (em seu entender), a procura e o registo de informações possibilitadas pelos que, pela própria experiência de vida, são detentores de uma inigualável riqueza de conhecimentos. O repositório desse saber, que poderia ser reunido no quadro de um ou mais centros de configuração museológica, considerados adequados espaços de registo de memória, têm constituído objeto de continuada reflexão. Desde 1993, a publicação de numerosos trabalhos de sua autoria, disso dão conta.; da mesma forma, apenas com a exceção do «Museu Espaço e Memória» de Melgaço, tem estado implicada em todos os projetos assinalados no texto e feito parte das equipas de trabalho para tal constituídas.

ambas as partes, acompanhada pelo cuidado com que deve ser observada a ligação emocional existente entre os que se encontram dentro e fora do espaço nacional.

Como primeiro registo de memória dos estrangeiros, milhares de exilados e refugiados que, em fuga dos conflitos europeus (Guerra Civil de Espanha e Segunda Guerra Mundial), procuraram Portugal como país de acolhimento, espera e passagem, foi fundado o «Espaço Memória dos Exílios» (1999). Inserido no edifício dos Correios do Estoril (projeto da autoria do arquiteto modernista Adelino Nunes, que data de 1942), mantem um acervo documental de muito alto valor.

Embora um olhar retrospetivo percorra o quadro normativo existente (ao nível das leis, recomendações e resoluções) relativamente aos dispositivos legais produzidos (**Quadro 1**) importa considerar em particular o despacho exarado pela Secretária de Estado da Emigração (24 - 08 - 1984) que, tendo cometido a dois técnicos da instituição a tarefa de constituir «o embrião de um futuro Museu vivo da Emigração e das Comunidades Portuguesas, com a criação de um Fundo Documental e Iconográfico», nunca proporcionou ao projeto as condições materiais indispensáveis para que a sua constituição tivesse podido ser iniciada e, muito menos, lhe conferiu as possibilidades necessárias para poder prosseguir[2].

As personalidades que então residiram prioritariamente na linha de Cascais, mas também em Sintra – muitas ligadas a monarquias depostas, artistas e escritores, deixaram marcas locais de uma época de crise ao nível europeu.

O recorte e intensidade dos vínculos assumidos neste âmbito, a título privado e em público, merecem que lhes seja prestada particular atenção, porque embora a manifestações que os traduzem sejam constantes e não ofereçam qualquer dúvida, à regularidade que as caracteriza juntam - se as particularidades que assinalam a sua diversidade.

Considerar o aprofundamento do estudo e as formas de ensino e de divulgação de acontecimentos que mantêm uma constante presença, qualquer que seja a formalidade ou a informalidade da via a utilizar, conduz à necessária avaliação do leque das possibilidades que se apresentam e importa ter em atenção o grau de viabilidade que oferecem - circunstância que remete obrigatoriamente para a apreciação de fatores humanos e financeiros, variáveis justamente consideradas fundamentais em qualquer tipo de programação.

Ainda que em data posterior, várias iniciativas de fundação de um museu em torno do fenómeno migratório tivessem vindo a aparecer em Portugal, torna-se lamentável que aos projetos que foram surgindo, com a única exceção do que continua em funções, não tenha correspondido o andamento esperado. Tal não anula, no entanto, o facto de constituírem espelho de como o reconhecimento local, superando o continuado desinteresse demonstrado pelo poder central, tem sido capaz de conferir alguma visibilidade a uma missão que se impõe venha a ser concretizada.

A lembrança que ainda hoje se mantém viva em Fafe, decorrente do volumoso fluxo que daí partiu para o Brasil nos finais do século XIX e princípios do século XX (Monteiro, 2000), visível através das marcas deixadas na paisagem urbana, que recorta um património arquitetónico assinalável, sem esquecer o desenvolvimento económico resultante dos investimentos de grande alcance então efetuados, permite facilmente compreender porque, depois

FIG. 1 e 2 | Espaço Memória dos Exílios, edifício dos Correios, Estoril

Quadro Legal

Despacho de 24-08-1984
Secretaria de Estado da Emigração , Ministério dos Negócios Estrangeiros
Anexação de Fundo Documental e Iconográfico no Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas com o objetivo de lançar as bases para um futuro museu "vivo" da Emigração e das Comunidades Portuguesas

Diário da República, n.º 195, I-A Série de 19-08-2004 (Páginas 5379-5394)
Lei n.º 47/2004
Assembleia da República
Lei-Quadro dos Museus Portugueses

Diário da República, n.º 237, I Série de 12-12-2017 (Página 6586)
Resolução da Assembleia da República n.º 267/2017
Assembleia da República
Recomenda ao Governo a valorização do ensino da história da emigração portuguesa

Diário da República, n.º 243, I Série de 20-12-2017 (Página 6653)
Resolução da Assembleia da República n.º 269/2017
Assembleia da República
Recomenda ao Governo que melhore os instrumentos de análise da emigração portuguesa

Resolução da Assembleia da República n.º 271/2017
Assembleia da República
Recomenda ao Governo a criação de um museu nacional sobre a emigração portuguesa dotado de um centro de estudo e documentação

Quadro 1

2| No âmbito de uma deslocação oficial realizada à Suécia, Manuela Aguiar, então Secretária de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, teve ocasião de visitar demoradamente o museu de Vaxjö (Smaland) - The House of Emigrants (fundado em 1965). Face ao interesse que o fenómeno politicamente revestia no Portugal de então, imagina como se justificava replicá-lo em território nacional.

de tantos anos decorridos, a situação se mantém presente e reveste grande importância.

Projetando a criação de um museu que viesse a evocar o brilho de um passado que muito honra a cidade, a ele se juntam factos relacionados com a recente emigração para a Europa, sem esquecer todos os outros destinos procurados pelos Fafenses. À Câmara Municipal e, em particular ao seu presidente (o jurista José Ribeiro/mandatos que se estendem de 1997 - 2013), ainda que com o apoio do trabalho desenvolvido pelo historiador Miguel Monteiro (1995 - 2009), é devida uma conceção museológica verdadeiramente inovadora.

FIG. 3 | Museu das Migrações e das Comunidades / Casa da Cultura, Fafe

FIG. 4 | Interior do Museu das Migrações e das Comunidades, Fafe

A visão criativa que então orientou a elaboração desse plano, introduzindo o virtual no tratamento dos factos registados e das memórias sobreviventes, confere abrangência ao nível da constituição do acervo e diversifica as modalidades de tratamento dos dados. Encontra-se assim possibilitada a diversidade de formas de acesso, tanto no que respeita ao que pode ser perguntado, como em relação ao que pode ser respondido, conferindo riqueza à circulação da informação disponível.

Primeiramente fundado com o nome de «Museu da Emigração», o actual «Museu das Migrações e das Comunidades»[3], criado por deliberação municipal em 12 de julho de 2001, tem-se mantidoem estado de letargia por razões relacionadas com a orientação da política cultural que teve lugar no mandato subsequente, não proporcionando o andamento de um projeto de grande valor, que a todos os títulos merece justo reconhecimento.

A atual equipa municipal, enquanto novo executivo, que tomou posse em 2021, integrando no conjunto dos seus vereadores a responsável que, assumindo um total de oito pelouros, mantém a tutela dos que se referem à Cultura e Turismo, à Biblioteca e Arquivo Histórico e ao Património, História e Museus, tem a seu cargo desenvolver o espaço museológico referido. Um anunciado projeto de renovação que ainda se encontra em curso poderá, eventualmente, não só retomar como atualizar as intenções iniciais dos fundadoreso.

O conhecido movimento migratório que sempre fez sair do arquipélago atlântico, hoje designado Região Autónoma dos Açores, numerosos fluxos populacionais, levou do seu espaço territorial um assinalável volume de habitantes, face à população que nele reside. Pode dizer-se ser extraordinariamente marcado por esse fenómeno social, que assume presença, de forma constante em todo o viver quotidiano.

Situado a meio caminho entre o continente europeu e o continente americano, constitui esse último o destino prioritário dos que, saindo da sua origem, procuraram melhorar vida fora dele. Os Estados Unidos mantém-se até hoje como o mais procurado.

Face ao que acima é referido, natural se torna que um espaço museológico referente ao tratamento desta temática, tenha sido fundado em 2005 na Ribeira Grande - São Miguel.

Locais em que se realizam atividades comerciais e se celebram festividades civis e religiosas, propiciam não só evocar as migrações como conduzem à participação dos próprios migrantes. Estes lugares, que poderiam ser designados como museus "vivos" traduzem, mais uma vez, a importância que localmente assume o fenómeno migratório.

Decorrente do posicionamento geopolítico, a história concelhia de Melgaço, vila raiana situada na fronteira entre Portugal e Espanha, que separa o Minho da Galiza, conduziu os responsáveis políticos a olhar para duas situações que, localmente, merecem particular interesse. Uma delas diz respeito à emigração e a outra encontra-se relacionada com o contrabando, atividades sociais que concitam simultaneamente a atenção dos poderes autárquicos por um lado e, por outro, envolvem a própria população. Tal implica considerar quem nele se move e a forma como ocorreram as deslocações realizadas nesse espaço de dimensão internacional.

3| A Casa da Cultura do Município de Fafe encontra-se instalada num palacete designado como "Casa do Santo Novo", mandado construir pelo seu proprietário, aristocrata José Pinto Saldanha de Castro, que para aí se transferiu da sua residência anterior no "Palácio do Santo Velho", situado na mesma cidade. A sua arquitetura espelha o estilo da época e, embora não sendo propriedade de um "braseiro", poderá induzir em erro pelas características adotadas pela construção.

FIG. 5 | Museu da Emigração Açoreana, Ribeira Grande, São Miguel - Açores

FIG. 6 | Espaço Memória e Fronteira, Melgaço

FIG. 7 e 8 | Antiga Fábrica de Conservas Vasco da Gama, Matosinhos

As razões que motivaram o registo de um passado recente, cuja memória instava fazer permanecer, processo que veio a ser concretizado pela criação de um novo lugar museológico - «Espaço Memória e Fronteira» (2007), proporciona a visita de várias salas, em que uma visão abrangente cria oportunidades de melhor poder compreender a natureza das dificuldades encontradas pelos implicados em qualquer das aventuras acima mencionadas. Os que foram capazes de as enfrentar e conseguiram contorná-las vêm assim reconhecida publicamente a sua coragem e heroicidade.

Injusto seria não mencionar a valiosa contribuição prestada a este museu pelo sociólogo Albertino Gonçalves. Professor da Universidade do Minho e investigador de muito elevada qualidade científica, os conhecimentos que detém sobre o fenómeno migratório emprestaram grande valor à seleção dos temas, à escolha dos documentos e das peças que constituem o seu acervo. A forma como foi tratado e a técnica de exposição utilizada para todo este material, conferem-lhe a desejável qualidade pedagógica que se impõe alcançar num museu desta natureza. Acrescente-se que, por intenção do Presidente do Município, este grande estudioso das migrações, tem em mãos a renovação/atualização do espaço museológico acima referido.

O resultado da iniciativa da Câmara Municipal de Matosinhos respeitante ao projeto de criação do «Museu da Língua Portuguesa e da Migrações», diligência que se estendeu por um período considerável de tempo, pode ser considerado como um dos melhores elaborados em Portugal.

Liderado por Isabel Pires de Lima, professora da Universidade do Porto, que para tal constituiu uma equipa multidisciplinar, a diversificada formação dos membros que a integraram, provenientes de várias áreas do saber - Museologia, Linguistica, Sociologia das Migrações e Arquitectura - permitiu, pela sua complementaridade, o cruzamento e articulação de olhares diferenciados, tivesse conduzido à conclusão da proposta final. Importa referir que o modelo arquitetónico deste museu, a ser instalado na antiga fábrica de conservas Vasco da Gama, que se encontra desativada, foi cometido ao reconhecido arquiteto Siza Vieira.

Tendo, entretanto, ocorrido uma mudança na presidência da Câmara Municipal de Matosinhos, não foi infelizmente dada continuidade à concretização do programa que, realizado em conjunto, decorrera com tanta participação e entusiasmo. O projeto final e superiormente entregue aguarda desde há anos a superior decisão autárquica, para que o andamento prossiga e a conclusão venha a efetivar-se[4].

A criação de uma área de estudo sobre a mobilidade, cuja configuração museológica daria não só importância ao fenómeno como permitiria fazer permanecer a memória dos que aí chegaram do exterior ou de lá partiram para outros

4| Tal não impediu, no entanto, que o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, o tivesse referido no discurso de encerramento do Fórum Luso Estudos (2ªedição) proferido na Sociedade de Geografia de Lisboa (9 - 09 - 2018).

lugares, encontra-se desde há algum tempo nas intenções expressas pelo Município do Fundão.

Da mesma forma, conhecer e divulgar o fenómeno migratório, sempre constituiu uma preocupação do órgão de informação local, o conhecido "Jornal do Fundão".

Congressos sobre a temática, analisada de forma mais circunscrita ou mais alargada, propiciaram manter viva a sua recordação.

Na sequência da proposta oportunamente apresentada superiormente ao responsável autárquico, por quem da migração tem verdadeiro conhecimento (Manuel Dias Vaz e Abílio Laceiras, ambos emigrados em França desde há muito tempo). Subsequentemente, foi retomado o mesmo assunto, tanto no âmbito do primeiro encontro «Labirintos da Memória I - Emigração, Memória e Futuro» (23 e 24 - 04-2015) como no segundo encontro, intitulado «Labirintos da Memória II – Migrações, Novas Vozes, Novas Fonteiras» (28 e 29 - 07- 2017).

O desenvolvimento dos trabalhos proporcionou que a assunção de tal desiderato fosse mais uma vez assumida em público porém, apesar de relembrado o tema, não foram realmente criadas até agora, as condições necessárias para que a sua concretização pudesse efetivar-se.

Aproveitando a ocasião em que foi prestada homenagem ao museólogo Huges de Varine (Fundão, junho de 2019), primeiro presidente do Instituto Franco-Português, instituição de curta duração que hoje já não existe, o assunto foi de novo evocado, em data posterior, tendo sido debatido por um grupo de trabalho para tal constituído com o patrocínio autárquico do Fundão.

FIG. 9 | O Jornal do Fundão publicita o Fenómeno Migratório

Mantém-se suspensa a criação de um "Museu da Territorialidade", novo projeto que se seguiu. A designação de grande amplitude, que considerava abordagens temáticas diversas, mas confluentes, possibilitando dar destaque à individualidade e valor próprio à Região do Fundão, tanto na perspetiva física como cultural, oferecia condições verdadeiramente inovadoras. A decisão que se encontra pendente, continua a aguardar a determinação política que se impõe, para que possa instituir-se.

A circunscrição de um espaço de análise, em que as fronteiras que o delimitam não poderiam sujeitar-se à rigidez de qualquer imposição que o limitasse, tinha de obedecer a uma flexibilidade de critérios que, tendo por base as "afinidades" existentes num mesmo território, possibilitassem a visão integrada de uma história comum. Esta perspetiva inclui experiências próprias pertencentes ao passado mas, também, as que subsequentemente têm vindo a decorrer e se encontram em curso.

A indissociabilidade do seu encadeamento, visão integrada que contempla umas e outras, a ser realizada numa perspetiva regional, conduz ao lançamento de um olhar retrospetivo e possibilita seguir o itinerário da sua caminhada cultural.

Uma instituição que proporcione uma visão alargada do território, a partir das condições morfológicas e climáticas que o caracterizam, perspetivada através das várias vertentes do seu percurso histórico, constituiria uma inovação no panorama cultural nacional. A articulação de subtemas, facilitada pela dinâmica de novas tecnologias, possibilitaria estudar a realidade que lhe é própria.

Conhecer a mobilidade no espaço territorial do Fundão implica que não sejam delimitadas fronteiras fixas, impeditivas de uma observação alargada, sendo antes desejável manter critérios de flexibilidade na análise de um vasto território, em que participações conjuntas permitam obter uma visão integrada.

Recuando a tempos remotos podem ser analisados, por exemplo, os vestígios arqueológicos que dão a conhecer as deslocações da época em que situaram; prosseguindo, poderá ser-se conduzido à medievalidade em que o povo judeu, obrigado compulsivamente a mudar de vida por determinação régia, se veio a estabelecer na área geográfica onde chegou e de onde foi obrigado a partir; aos tempos monárquicos e à implantação da República, sem esquecer a o regime democrático, instalado após a Revolução de Abril. Tantos aspetos a considerar e a interligar...

A atual deputada Dra. Berta Nunes, médica de formação académica, Secretária de Eestado das Comunidades Portuguesas (2019-2022) deu andamento a um projeto[5] virtual, anteriormente esboçado, capaz de integrar uma rede museológica relacionada com as Emigrações portuguesas.

Aos primeiros aderentes juntou-se todo um conjunto

5| O embaixador Luís Castro Mendes, adstrito ao Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros (Prof. Doutor Augusto Santos Silva), aceitou exercer funções de coordenação do referido projeto, passando a colaborar diretamente com a Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas.

de municípios e instituições que, manifestaram interesse (Melgaço, Fafe, Matosinhos, Fundão, Marco de Canaveses, Póvoa de Varzim, Ribeira Grande, Loulé e Vilar Formoso). Existia a expectativa que a estes, outos pudessem vir a congregar-se em data posterior.

Esteve desde o início previsto que, em altura oportuna, núcleos museológicos relacionados com as migrações portuguesas, apesar de situados no estrangeiro, pudessem ainda vir a participar no desenvolvimento deste projeto[6].

As propostas apresentadas no espaço da Assembleia da República, pelo deputado socialista Paulo Pisco, embora não sendo inovadoras, surgem como um alerta que chama a atenção para a importância de estender a lecionação da história da emigração portuguesa ao ensino secundário, através da sua introdução nos curricula escolares. Em simultâneo, surge ainda e a hipótese de criação de um museu - «Museu Nacional da Emigração», espaço de memória, que ao ser dedicado ao tema, com justiça consagraria publicamente a existência de um fenómeno estrutural.

Aproveitando a oportunidade que se apresentava, o Presidente da Câmara Municipal da Guarda (Álvaro Amaro) considerou em discurso público ter disponibilidade e ser de «elementar justiça» acolher o «Museu Nacional da Emigração» numa cidade, capital de um distrito, «sangrado pela emigração» (maio, 2017). A ocasião prestava-se a afirmações que, embora tendo sido feitas, não tiveram qualquer implicação sobre a concretização da estratégia nem de qualquer forma vieram a atingir o projeto nomeado. No entanto, o assunto tem continuado a vir a público e tem sido frequentemente transmitido pelos órgãos de comunicação social.

Considerando o alcance que reveste um melhor conhecimento sobre o fenómeno migratório, em toda a extensão que o caracteriza e na vertente qualitativa que assume, o manancial de recursos que detém a realidade considerada potencia grandes oportunidades à governação do país. Desenhar uma estratégia, em que a dinâmica de ações táticas adequadas, a ser diferentemente desenvolvida em cada situação transnacional, pudesse utilizar a colaboração dos que se reclamam de origem portuguesa e se orgulham pela riqueza da múltipla pertença cultural que os situa em espaços nacionais diferentes, traria resultados de reconhecido interesse.

Um museu, que não só como justa homenagem, mas também e principalmente como instituição de pesquisa e de ensino, ainda que veiculado informalmente, viesse a desempenhar um papel insubstituível e importantíssimo, cujos resultados de largo espectro iriam refletir-se tanto a nível interno como a nível internacional continua, infelizmente, a aguardar a tão esperada decisão que se impõe venha a ser tomada.

6| No âmbito de uma visita realizada ao Fundão, em que a Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas também esteve presente na abertura do XXVI Congresso Internacional de Antropologia Ibero-Americana (março 2022), subordinado ao tema "Territórios, Migrações e Fronteiras", foi exposto apresentada com todo o detalhe esta iniciativa cultural.

BIBLIOGRAFIA

Botelho, Maria Leonor - «Os Museus de Etnografia e a Temática da Migração em Portugal: Contributos para uma Museologia de Território», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto - https://sigarra.up.pt/flup/pt/func_geral.formview?p_codigo=498422.

Carvalho, Ana e Maria Vlachou - (2015) - «Museus e Património Cultural: O Papel da Museologia na Promoção da Integração Social dos Imigrantes em Portugal», Lisboa, Instituto de Investigação e Formação Avançada, 301 pp.

Castro, Joaquim Filipe Peres de e Marques, Abel – (2003) - «Emigração & Contrabando», Melgaço, Centro Desportivo e Cultural de São Paio, 176 pp.

Monteiro, Miguel (2000) – «Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834 – 1926)», Braga, Universidade do Minho, 343 pp.

Oliveira, Ernesto Veiga de – (1971) - «Apontamentos sobre Museologia. Museus Etnológicos: Lições dadas no Museu de Etnologia do Ultramar», Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 112 pp.

Rocha - Trindade, Maria Beatriz et al., (Coord.) - (1993) - «Iniciação à Museologia», Lisboa, Universidade Aberta, (inclui 1 manual, 275pp.; 2 videogramas com 12 programas; 1 coleção com 150 diapositivos).

Rocha - Trindade, Maria Beatriz - (2002) - «Musealizar as Migrações» in História. *Por Terras Estrangeiras. Emigração e Imigração*, Ano XXIV (III Série), N º42, pp. 58 - 63.

Rocha - Trindade, Maria Beatriz; Monteiro, Miguel - (2007) - «I Mussei delle Migrazioni in Europa. Il Museu da Emigração e das Comunidades, Fafe, Portugallo» *in I Musei Delle Migrazioni, Studi Emigrazioni*, Roma, Centro Studi Emigrazioni, Rivista Trimestrale, Nº 167, pp. 588 – 596.

Rocha - Trindade, Maria Beatriz - (2014) – «O Fenómeno Migratório em Portugal: Ensino e Investigação» in Scott, Dulce Maria; Blayer, Irene Maria F. (Coords.) *InterDisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, (IJPDS), Vol. 3, Nº 1 pp. 9-29.

Rocha - Trindade, Maria Beatriz - (2018) - «Migrations Museums - A Journey through the Itinerary of National History» in *Gaudium Sciendi*, Nº 14, pp. 14.

HUGUES DE VARINE E A DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

FERNANDO PAULOURO NEVES
JORNALISTA E ESCRITOR

Vou ao inventário dos dias e não consigo lembrar-me de quando conheci Hugues de Varine. Mas não tenho medo de errar se disser que foi pela mão do grande amigo de ambos – há sempre uma enorme saudade quando evocamos o seu nome – o jornalista António Jorge Martins, homem de cultura e de empenhamento cívico, que na pátria adotiva de Estrasburgo alimentava a chama forte da interculturalidade entre comunidades e destas com a sociedade portuguesa.

Nesse tempo, eu estava – como estive sempre – no "Jornal do Fundão", que era uma espécie de plataforma cultural de resistência, ou melhor, um território livre e sem fronteiras, onde a palavra liberdade, antes e depois de Abril, era sonho desmedido comum ao tempo que nos coube em sorte.

Ficámos amigos, ganhando eu o privilégio de uma relação de amizade, que era também de grande cumplicidade cultural. É preciso dizer que na convivialidade com o Professor Hugues de Varine se aprendia e se aprende sempre a perceber melhor a realidade social, na emergência dos seus quotidianos, com as suas arestas de inquietação fecunda, articuladas com uma esperança levantada do chão, raiz forte de futuro.

Essa postura convergia numa atenção primordial ao sentir comunitário, numa combustão lenta de aprendizagem de ideias e conceitos, às vezes de descobertas imediatas para melhor sabermos olhar e saborear as coisas.

Quando despontava o Verão, uma ou outra vez no outono ou na primavera – não sei se alguma vez veio ao Castelejo e à Enxabarda, no Inverno, apanhar azeitonas com o António Jorge! – o Professor Hugues de Varine, que ama esta nossa matriz solar, do céu azul e das transparências fulgurantes da luz, vinha por cá semear conhecimentos, e somar outros à sua vastíssima biografia cultural, com a persistente ideia de que é sempre possível alcançar alguma mudança para nada ficar na mesma.

Transformar o mundo à pequena escala do desenvolvimento local é ainda a verdadeira aventura de construir futuro com as comunidades, microcosmos de grande densidade humana e lugares privilegiados de sabedorias e de memórias, o tal património imaterial que então ainda não estava na moda, mas Hugues de Varine já ensinava que essa imaterialidade, para se objetivar, era tributária da memória.

É por isso que, à distância do tempo, como quem manuseia velhas fotografias, que nos dão sempre, como dizia Lorca, uma ilusão de eternidade, como se habitassem a substância do tempo, estou a ver o Professor Hugues de Varine assumindo a Beira como uma particular espécie de inseparável geografia sentimental.

Numa imagem fugidia, acerto o olhar com a lente da memória. Vejo-o, então, leve de equipagem, mas com a sua mochila (onde nunca falta o caderno de apontamentos), descobridor de comunidades e de paisagens, levando consigo gente jovem – era o tempo da interação França-Portugal em que também pontificava, em Paris, o entusiasmo de Madame Beatriz de Varine – palmilhando rotas da Serra da Gardunha ou do Açor, e, claro, da Estrela, garimpando o seu enorme dorso de diversidades. Gostava de observar a paisagem fantasmática das Minas da Panasqueira e as suas escombreiras, nas vertentes baças do Zêzere – Que história! Que Ecomuseu! – ou divisar da Argemela, por baixo está o lítio, o vale da Beira.

Num país de descobridores, ele potenciou outras descobertas e outras navegações: as do território. Eu dizia, sorrindo, que era um poeta da paisagem, em tudo aquilo que a poesia pode conter como sonho dirigido, como dizia Borges.

E, de facto, Hugues de Varine foi sempre um observador rigoroso, faceta em que se articulava a sua interdisciplinaridade académica – historiador, arqueólogo, museólogo, ensaísta – que gostava tanto dos grandes horizontes da Estrela, com a imensidão de montanhas azuis a perder de vista, como das aldeias e do mundo rural, esses pequenos altares, que às vezes se abriam em rostos lavrados de rugas, tisnadas pelo sol dos camponeses, cujas linhas não eram, afinal, outra coisa senão histórias de vida escritas sempre na primeira pessoa.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 31 28/07/2025 11:41:57

Muitos anos depois, descobri com o querido Eduardo Lourenço, quando o ouvi dizer: "quem olha o seu povo, vê o mundo todo" – que havia nestes territórios de precárias unidades sociais quanto baste de universal.

Apetece-me, por isso, sobrepor ao seu nome, aquele poema de Carlos Queirós -- poeta que jaz no panteão do esquecimento -- em que avisa:

"Ver só com os olhos
É fácil e vão
Por dentro das coisas
É que as coisas estão"

Toda a gente sabe que o pensamento e as ideias de Hugues de Varine, que foi presidente do ICOM (Conselho Internacional de Museus), tiveram tal impacte no mundo da museologia que se tornaram referência internacional de uma nova forma de encarar a reinvenção desse mundo estático dos museus, não só ao nível da teoria – o conceito de ecomuseu foi uma revolução – mas sobretudo na prática de uma cidadania cultural dinâmica, em que as pessoas e as comunidades, detentoras de um "património vivo", passavam a primeiro plano.

É hoje inimaginável o que essa mudança ocasionou no Portugal do início dos anos 80, um país marcado por séculos de expropriação de direitos, em que as pessoas, ainda mais súbditos do que cidadãos, às vezes se consideravam mortas e morriam civicamente, como no livro de Elio Vitorini.

Para os que, no país do risco ao meio, resistindo, tinham ficado, era bom saber que essas ideias novas de ecomuseu correspondiam de certa maneira ao reconhecimento da importância do legado de memória das populações e das comunidades, no céu aberto da sua territorialidade, fazendo dos habitantes atores primeiros e destinatários do que eu chamaria a sua herança civilizacional. Era, ao mesmo tempo, uma certidão de dignidade, de que tinham estado sempre ausentes, no tempo longo da história.

Calcula-se, se calcular se pode, a desconfiança dos diferentes patamares do poder político a esta ousadia de democracia participativa. E a uma outra problemática prévia: a democratização social da memória, questão dilemática do nosso tempo, cuja urgência o pensamento de Varine antecipou.

Fascinou-me sempre essa dimensão de utopia, a que o tempo deu razão, multiplicando-se a uma escala planetária a concretização desses projetos em louvor da memória comunitária, como "raiz do futuro".

Muita coisa mudou, mas o combate pela memória como desígnio histórico, é débil. O país da amnésia, com os seus assassinatos cirúrgicos, prevalece. Mudam-se os tempos... Se nos ativermos ao território de proximidade não faltam museus de lugar, o que revela atenção ao património, mas talvez valha a pena regressar ao pensamento do Professor Hugues de Varine, procurando uma forma outra de articular com eles a dimensão comunitária a céu aberto e a participação cidadã, consolidando a base social indispensável ao êxito dos projetos.

Agora, a lente da memória desloca a fotografia para outros instantes. Estou a vê-lo, outra vez. Batia à porta do "Jornal do Fundão", íamos com António Paulouro ao café, que esta terra, como em "Uma Ideia de Europa", também tem cartografia identitária de cafés e Steiner, se estivesse por cá, não desdenharia decerto acompanhar-nos para dois dedos de conversa, à hora da "bica".

Esta relação com o Jornal era muito particular: tinha consigo o traço afetivo da emigração. Havia palavras que viajavam com os que partiam e que, por vezes, também iam a salto, sem passaporte, para não ficarem sitiadas. A emigração fazia parte da atualidade informativa, com os seus dramas e as suas esperanças de mudar de vida, mesmo quando a Censura queria fazer crer que essa realidade não era uma história trágico-terrestre, como eu gosto de chamar à saga dos emigrantes. Era traço identificador da matriz do jornal. (Quero deixar aqui um aceno muito especial à Prof. Maria Beatriz Rocha Trindade, pioneira dos estudos académicos sobre a emigração em Portugal e que acompanhou sempre as iniciativas e a viagem do Jornal, com a Diáspora).

Penso que foi esse universo – lá e cá, cá e lá -, menos com as tintas da "pax ruris" e mais como afirmação de direitos denegados, antecipadores de uma Europa que os portugueses verdadeiramente só puderam ter de "jure" depois do 25 de Abril, que ancorou Hugues de Varine a esta região, e, sobretudo, ao Fundão. Anotei o que ele um dia me disse: o Jornal faz-me ler o imaginário da emigração com os pés assentes na terra originária e de destino.

De novo a lente da memória a viajar no tempo. Agora, vejo o Professor Varine, à frente do Instituto Franco Português, sempre a desbravar caminhos de cooperação, ao tempo em que era embaixador em Lisboa, o seu amigo Jacques Chazelle, outra figura excecional e grande amigo de Portugal, que veio ao Fundão, com o JF, para dialogar com o movimento associativo da emigração.

Este "retratíssimo" da "narrativa de um homem", para utilizar palavras de Herberto Hélder, é, apenas, um pequeno abraço de palavras, em jeito de tributo de amizade e gratidão, por tudo aquilo que Hugues de Varine, pensando e escrevendo, nos ofereceu já, como utensílios de pensamento e de cultura, para melhor sabermos ler o rumor do mundo e compreendê-lo, como dizia Paulo Freire, seu Mestre. Reconhecimento, também, pela sua generosidade, bem expressa na doação do seu importante espólio ao Fundão.

Querido Amigo

Retenho o seu pensamento e lembro-me de Gide, quando disse que, apesar de tudo ter sido dito, é preciso recomeçar sempre. Por dentro das coisas é que as coisas estão.

PAULO FREIRE E A NOVA MUSEOLOGIA[1]

MOANA SOTO[2]
MUSEÓLOGA

RESUMO

Neste trabalho pretende-se abordar um tema que, apesar de ser apontado como central pelos principais atores do campo da Sociomuseologia ainda não recebeu um estudo aprofundado: a influência do pensamento de Paulo Freire no surgimento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Esta influência é evidenciada pelo convite à Paulo Freire para que presidisse a Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972), marco central do movimento. Para isso, se apresentará a conjuntura mundial que possibilitou essa aproximação, em particular as terceira (1944/1964) e quarta (1968-1980) vagas revolucionárias, estabelecendo influências teóricas diretas, como as diretrizes sócio-educativas para a construção de uma teoria e prática museológica comprometida com a comunidade e com o exercício consciente da cidadania, de corte freireano.

Palavras-chave: Educação Museal, Nova Museologia, MINOM, Paulo Freire, Sociomuseologia

ABSTRACT

This paper intends to address a theme that, despite being pointed as central by the main actors in the field of Sociomuseology, has not yet received an in-depth study: the influence of Paulo Freire's thought on the emergence of the International Movement for a New Museology (MINOM). This influence is evidenced by the invitation to Paulo Freire to chair the Santiago Roundtable (1972), the movement's central landmark. For this, the world conjuncture that made this approach possible will be presented, in particular the third (1944/1964) and fourth (1968-1980) revolutionary waves, establishing direct theoretical influences, such as the socio-educational guidelines for the construction of a theory and museum practice committed to the community and the conscious exercise of citizenship, by Freire's court.

Keywords: Museum Education, New Museology, MINOM, Paulo Freire, Sociomuseology

1| Este texto foi originalmente publicado no livro "Aprenda a dizer a sua palavra", organizado por Janaina M. Abreu e Paulo Roberto Padilha, publicado pelo Instituto Paulo Freire, São Paulo (Brasil) 2020.

2| Doutora e Mestre em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com especialização em Educação e Museus pela Universidade Europeia Miguel de Cervantes e licenciada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É museóloga no Núcleo de Educação do Museu Histórico Nacional; investigadora da Cátedra UNESCO-ULHT em Educação, Cidadania e Diversidade Cultural; investigadora associada do Centro de EstudosTerritório, Mobilidade e Património do Fundão; investigadora do Grupo Salamanca de Investigación en Museos y Patrimonio Iberoamericano - GSIM; investigadora do grupo Sistematização e Difusão de Práticas e Metodologias de Políticas Culturais de Base Comunitária. Vencedora de dois prémios Ibermuseus de Educação (2018 e 2020). Entre outras entidades, é membro do Movimento Internacional para uma Nova Museologia - MINOM-ICOM; do Instituto Paulo Freire Portugal; da Associação Portuguesa de Cultura e Educação Permanente - APCEP; e da Campanha Latino-Americana e Caribenha em Defesa do Legado de Paulo Freire.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 33 28/07/2025 11:41:57

O histórico da Nova Museologia se inicia efetivamente no pós-guerra, quando se consolida a Organização das Nações Unidas (ONU), uma estrutura que originará o mais importante organismo acerca das questões culturais no mundo: a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). No âmbito dos museus e do patrimônio, a UNESCO criará em novembro de 1946 o Conselho Internacional de Museus (ICOM), que foi organizado em comitês e que iria a partir daí promover encontros e conferências a fim de facilitar a reflexão e tomada de decisões em temas fundamentais para a Museologia mundial.

O ICOM, primeiro sob a orientação de Georges-Henri Rivière e mais tarde tendo Hugues de Varine-Bohan como diretor, decide reunir os profissionais de museus em encontros e conferências mundo afora. Com o apoio da UNESCO, a partir dos anos sessenta, esses encontros propiciarão as discussões que posteriormente serão a base para o desenvolvimento da Nova Museologia. Os ecos da descolonização se farão presente, por exemplo, na afirmação de Varine de que "o museu precisa ser 'descolonizado culturalmente'" (Cândido, 2003, s.p).

O clima de renovação no âmbito da Museologia fez surgir uma série de publicações que denunciavam o espírito por demais conservador dos profissionais de museus, e criticavam a imobilidade da própria Museologia enquanto campo frente às necessidades contemporâneas. A partir daí foram apresentadas propostas alternativas visando assim a tão desejada renovação museológica: em setembro desse ano o ICOM realizou em Grenoble sua IX Conferência, onde redefiniu o conceito de museu, afirmando a sua dimensão política e de valorização do meio ambiente. Sintomaticamente o tema da mesma foi *"O museu ao serviço do Homem e o papel educativo dos museus hoje e amanhã"*.

A conjuntura política terá um papel central para entender o ambiente político-cultural aonde essa proposta germinará. Em 1968 começa a quarta vaga revolucionária do século XX:

A quarta onda da revolução mundial foi a mais internacional de todas, até hoje, e ameaçou seriamente a dominação imperialista. [...] Começou, também, na Europa – Maio 68 francês, e Outono quente italiano – e na Ásia (ofensiva no Vietnam e internacionalização no Camboja, derrota militar portuguesa nas colônias africanas), e chegou a ter uma refração na América Latina, onde o movimento estudantil se levantou pelas liberdades democráticas (México e Brasil em 1968), e o movimento operário se lançou a ações de massas combativas (Cordobazo argentino em 1969, revolução chilena 1970/73). A articulação entre os movimentos de luta em diferentes continentes não avançou. Um por um, derrota atrás de derrota, os três focos foram sendo destruídos[3] (Arcary, s.d.:s.p.).

É esse substrato histórico que permite entender o contexto de formulação da política da Nova Museologia e Paulo Freire. Esta vaga revolucionará ultrapassará os átrios dos museus, escancará suas portas, será "um vento de renovação [que] agitou o universo dos museus" (Varine-Bohan, 2012:180).

Seguindo em frente, em 1972, acontece a Mesa Redonda de Santiago do Chile[4], promovida pelo ICOM e UNESCO, marcando assim as discussões no âmbito da América Latina e, principalmente, por ter sido o cenário da produção de uma declaração fundamental para o desenvolvimento da Nova Museologia. Vale destacar que Paulo Freire chegou a ser indicado para presidir a mesa-redonda, mas foi vetado pelo delegado brasileiro da UNESCO. Lembre-se que o Brasil nesta época vivia a fase mais repressiva de sua ditadura empresarial-militar (1964-1985) sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), e que Paulo Freire era um dos muitos exilados políticos. Freire será obrigado a sair do Brasil em 1964 e só retornará em 1980, após a anistia de 1979.

De fato, desde o fim dos anos setenta, o cenário museológico vai ganhando novos ares e a Nova Museologia surge buscando uma renovação dos aspectos teórico-metodológicos no âmbito das questões acerca do patrimônio, da memória e das tão diversas identidades culturais existentes no planeta. Isto possibilita a construção de museus contextualizados junto à realidade sócio-histórica da multiplicidade de grupos humanos, ou seja, da comunidade em que está inserido e, por assim dizer, com que se compromete.

Este momento também marca o avanço dos museus em relação à perspetiva educativa, o fazer pedagógico passa a ser então incorporado dentro do espaço museológico, assim integrando a educação às funções das instituições museais. A dimensão educativa, verdadeiramente reconhecida, e a partir de então tida como a função social primeira dos museus, confere à ação museológica um novo sentido existencial. Os profissionais de museu passam a se reconhecer enquanto agentes de promoção educacional e sócio-cultural, indo além das tradicionais funções técnico-científicas pertencentes à esfera museal (conservação, preservação, documentação, etc.). Será através da construção dialética entre todas estas funções que irá finalmente se concretizar e também se justificar a existência dos museus.

O museu deve então aproveitar todas as oportunidades para desenvolver o seu papel de recurso educativo a ser usado por todos os setores da população, aos quais ele tem por objetivo servir. Atrai então audiências novas e mais amplas dentre as camadas da comunidade ou localidade ao qual objetiva servir, tendo o dever de oferecer a ambos, tanto a comunidade em geral como a indivíduos ou grupos específicos, oportunidades de envolvimento ativo em prol de objetivos e políticas. O museu passa a ser entendido como instrumento de mudança social, para o desenvolvimento,

3| Mesmo não concordando integralmente com as análises que Arcary faz no que diz respeito a datação das quatro primeiras ondas revolucionárias e sua extensão, ele nos serve para analisar o contexto aonde as idéias e conceitos abordados foram criados.

4| Não por acaso ela ocorre nesse país e nessa época, pois então se desenrolava o processo revolucionário chileno, com o governo da Unidade Popular de Salvador Allende (1970-1973).

e suas ações devem ser direcionadas para proporcionar à comunidade uma visão histórica de sua realidade.

Diante desta nova realidade, fica bastante claro que, dentro do universo de autores e teorias sócio-educativas, os teóricos que estavam a formular esta Nova Museologia iriam beber na fonte de Paulo Freire. O educador brasileiro traz ao longo de sua obra um comprometimento com a educação que vai muito além da sala de aula, apontando o posicionamento político e não neutro da ação educativa, afirmando a educação enquanto ferramenta de libertação.

Paulo Freire, quando afirma que é necessário que reconheçamos que a educação é ideológica, ele está nos alertando para que entendamos que a educação não é neutra. [...] É ideológica pois ela tem a ver com o conjunto de ideias, de príncipios, de valores que nós defendemos. [...] Devemos reconhecer a politicidade do ato educativo. Paulo Freire afirma que a educação é um ato político. [...] Política também pode ser entendida como tomada de decisão, como escolha, como forma de gerir uma escola, um grupo familiar. A educação é politíca porque implica escolhas. Porque está associada a um projeto de sociedade, de ser humano (Antunes, 2019:s.p.).

É inevitável para todo profissional de museus comprometido com a chamada *educação libertadora*, já preconizada por Paulo Freire e muitas vezes referida por Hugues de Varine-Bohan como base essencial para o exercício de uma boa ação museológica educacional, que seu exercício profissional passe pela preocupação social de suas propostas, pela busca de um diálogo cada vez mais amplo e profundo com diversos setores da sociedade, pela atualidade de suas ações, pelo aprimoramento e reflexão contínuos de suas atividades.

O papel exercido pelo pensamento de Paulo Freire nas novas experiências de museus foi marcante, principalmente, pela transformação do *homem-objeto* em *homem-sujeito*, como assinalou Hugues de Varine-Bohan em 1979, período em que exercia a direção do ICOM. A partir desta conceção, Varine formulou uma importante metáfora nesta mudança de paradigma dos museus e da própria Museologia, "o museu como finalidade, o museu como objetivo, é a universidade popular, a universidade para o povo através dos objetos. O que numa universidade normal é a linguagem das palavras e em última instância a linguagem dos sinais escritos, no caso do museu converte-se em linguagem dos objetos, do concreto" (Salvat, 1979, 19).

Odalice Priosti apresentou à mesa de discussões da nova museologia (durante o III Encontro de Ecomuseus e Museus Comunitários, no Rio de Janeiro, em setembro de 2004) o conceito de museologia da libertação, por extensão dos princípios da teologia latinoamericana da libertação por um lado e por referência à educação como prática da liberdade (Paulo Freire). Nessa abordagem, claramente política no sentido mais nobre da palavra, trata-se de utilizar o museu e a educação patrimonial para conscientizar os membros das comunidades, torná-los capazes de autonomia e de iniciativa, prepará-los para uma participação dinâmica no desenvolvimento de seu território e em geral na vida pública. (Varine-Bohan, 2005:s.p.).

Se for possível afirmar que "a pedagogia libertadora de Freire é o correlato, em educação, da 'teologia da libertação'" (Saviani, 2008:333), poderíamos dizer que a Nova Museologia é o seu correlato museológico, uma *museologia da libertação*.

Através de novas experiências e considerando o que era anteriormente excluído, este movimento criou uma museologia da libertação, que abre espaço para a criação, a consciência crítica, e a participação ativa da comunidade. A Nova Museologia é resultado de uma reflexão crítica do fazer e pensar tradicionalista dos museus. Este que anteriormente se tratava apenas de um espaço, uma instituição com objetivos e funções definidas pelo ICOM, agora vai além e se converte também num processo que visa "contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto presente quanto futuro" (Varine-Bohan, 2000:s.p.).

Estas transformações deram origem a Nova Museologia, gestada através de novos conceitos e práticas. Ou seja, as instituições museológicas saíram da preocupação única e exclusiva com as questões administrativas, documentais e preservacionistas, para uma visão das necessidades e anseios sociais, passando a utilizar uma visão de um patrimônio global. A política museal que anteriormente estava centrada no objeto muda de foco, tendo então o público, a comunidade, como ponto central de suas ações.

A Nova Museologia pode ser então caracterizada como um movimento, organizado a partir da iniciativa de um grupo de profissionais, em diferentes países, aproveitando as brechas, ou seja, as *"fissuras"*, dentro do sistema de políticas culturais instituídas, organizando museus, de forma criativa, interagindo com os grupos sociais, aplicando as ações de pesquisa, preservação e comunicação, com a participação dos membros de uma comunidade, de acordo com as características dos diferentes contextos, tendo como objetivo principal utilizar o patrimônio cultural, como um instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social (Santos, 2009:117).

Os museus do século XXI podem então ser caracterizados como um reflexo de todo esse processo, em que a comunicação com o público torna-se o aspecto principal do propósito de existência dos museus, e as coleções estão completamente vinculadas a tal aspecto, tanto em relação a sua natureza e finalidades, como em relação à forma com a qual serão apresentadas.

A influência do pensamento de Paulo Freire para este movimento de renovação da Museologia já se fazia notar no convite a ele feito para a presidência da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, episódio já referido. Algumas de suas idéias seriam mais tarde incorporadas por museólogos ao se referirem ao papel social e educativo dos museus. Tantos são os aspectos da Pedagogia de Paulo Freire que podem ser encontrados ao longo das obras produzidas no âmbito da Nova Museologia: relação dialética, proposta de educação popular, reconhecimento e assunção da identidade cultural

dos indivíduos, reflexão crítica sobre a prática, importância da comunidade.

Entretanto, é importante ressaltar que é o caratér libertário da educação que faz a mais importante ponte teórica entre a proposta freiriana e o movimento da Nova Museologia, ao encontrar esta na obra de Paulo Freire as diretrizes sócio-educativas para a construção de uma teoria e prática museológica comprometida com a comunidade e, principalmente, voltada para o exercício consciente da cidadania.

A Pedagogia da Autonomia contém em si uma intencionalidade política emancipadora. Ela visa uma qualidade de educação que considera a formação da consciência crítica. Leitura crítica do caráter injusto da sociedade e do papel que tem a educação na reprodução ou transformação. A pedagogia comprometida com a cidadania ativa. [...] A educação popular estimula a participação política, cidadã das classes populares para a superação de condições sociais opressivas. Educar para transformar. (Antunes, 2019:s.p.).

O cenário internacional já reconhece a grande importância de Freire, sendo sempre referenciado em encontros, congressos e seminários de Museologia pelo mundo à fora[5]. É sintomática a presença no Vagues de um texto não propriamente museológico, também de autoria de Paulo Freire, intitulado "L'éducation, pratique de la liberté (La société brésilienne en transition)" (Freire, n.d. *apud* Desvallées, 1992, 195-212).

Coube a Freire este papel de destaque na configuração do movimento da Nova Museologia, quando se transferiu ao campo museal suas teorias sobre educação como prática de liberdade e conscientização, que se consubstanciou na visão de que o museu pode ser também uma ferramenta de construção de identidade e de cidadania.

No Brasil atual, crescem o número de iniciativas museias em meios populares, com ecomuseus e museus comunitários por todo o território nacional financiados, tanto pelo Estado, como pela iniciativa privada, através de projetos de patrocínio e financiamento. Um belo exemplo trata-se do Museu da Maré, um espaço cultural criado e voltado para a própria comunidade da Maré e que, na atualidade, é amplamente reconhecido por toda a comunidade museológica internacional como um polo de cultura popular.

Contudo, apesar dessa intensa e reconhecida influência de Paulo Freire sobre a Nova Museologia, mesmo em uma conjuntura de crescimento e desenvolvimento desta corrente museológica, não há ainda nenhum estudo ainda sistemático sobre essa relação. Com isso, se impõe com esse objetivo de superar essa lacuna, que se realize uma tese com esta pergunta de partida: Como a obra de Paulo Freire influenciou na construção dos referenciais conceituais e metodológicos da Nova Museologia?

Reconhecer a participação fundamental de Paulo Freire na transformação do modo de fazer e pensar desta grande instituição secular que é o museu, colabora no necessário processo de de(s)colonização do pensamento acadêmico e valorização das contribuições periféricas, latino-americanas para o pensamento social mundial. E, através de um estudo sistemático desta relação, vamos preencher uma lacuna teórica importante para o campo, bem como uma lacuna política, ao reconhecer as profundas contribuições de Paulo Freire à constituição do Movimento Internacional para uma Nova Museologia.

5| No dia 25 de maio de 2010, Paulo Freire é citado na American Association of Museums Anual Meeting & Museum Expo 2010. (American Association of Museums, 2010, s.p.).

BIBLIOGRAFIA

American Association Of Museums. (2010). *American Association of Museums Annual Conference*, 2010. http://sched.co/3WFi Acesso em 12/10/2019. s.d.

Andreola, B. A. (2001). "Pedagogia do Oprimido: um projeto coletivo". Freire, A. M.A. 2001. *A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire*. São Paulo: UNESP.

Arcary, V. *Um processo revolucionário mundial em forma de ondas sincronizadas, as cinco vagas revolucionárias do século XX.* www.cefetsp.br Acesso em 15/10/2018. s.d.

Brasil. (1986.) *Museu Educação: Ação educativo-cultural nos museus. Alguns aspetos teóricos e práticos*. Ministério da Cultura. Fundação Pró-Memória, Programa Nacional de Museus: Rio de Janeiro.

Cândido, M. M. D. (2003). *Ondas do pensamento museológico brasileiro*. Cadernos de Sociomuseologia, nº20 – 2003. Lisboa: ULHT.

Desvallées, A., & Mairesse, F. (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. (B. B. Soares. & e M. X. Cury Trad.). São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura.

Fernandes, A. M. S. (2005). *Um núcleo documental para o estudo do MINOM*. Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

Freire, P. (1967.) *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, paz e Terra.

Freire, P. (1979). *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P., Nogueira, A., & Mazza, D. (1989). *Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular*. Petrópolis: Vozes.

Freire, P., Gadotti, M., & Guimarães, S. (1985). "Pedagogia: Diálogo e Conflito". *Coleção Educação Contemporânea*. São Paulo: Cortez.

Gadotti, M. (1996). *Paulo Freire, uma Biobibliografia*. São Paulo: Cortez - Instituto Paulo Freire.

Gramsci, A. (1982). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Instituto Paulo Freire. (2019). "Reconhecer que a Educação é Ideológica". *Curso Aprenda a Dizer a sua Palavra* - 2019. Produção: EaD Freiriana, São Paulo: Coordenação Geral: Paulo Roberto Padilha. Videoaula 6/12.

Institut oecuménique au service du développement des peuples. (1971). *Conscientisation: Recherche de Paulo Freire; documentde travail*. Paris: UNESCO.

Primo, J. S. (1999). *Pensar Contemporaneamente a Museologia*. Cadernos de Sociomuseologia 16. Lisboa: ULHT.

Priosti, O. M., & Priosti, W. V. (2019). *Os ecomuseus e o patrimônio da liberdade de ação comunitária*. www.abremc.com.br Acesso em 19/10/2019. s.d.

SALVAT. "Os Museus no Mundo". (1979). *Biblioteca Salvat de Grandes Temas*. (v.26.) Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil.

Santos, M. C. T. M. (2008). *Encontros Muselógicos*. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU.

Santos, M. C. T. M. (2009). *REFLEXÕES SOBRE A NOVA MUSEOLOGIA*. Cadernos De Sociomuseologia, 18 (18). Lisboa: ULHT.

Saviani, D. (2008). *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

Scocuglia, A. C., & Melo Neto, J. (Org.). (1999). *Educação Popular - Outros Caminhos*. João Pessoa, Editora Universitária – UFPB.

Soto, Moana. (2015). *Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma conceção museal à serviço da transformação social*. Cadernos de Sociomuseologia48 (4). Lisboa: ULHT.

UNESCO. (1958). *Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus Rio Janeiro*. (M. Cristina O. Bruno, M. Pierina, & F. Camargo. Trad.) Rio de Janeiro: UNESCO.

Varine-Bohan, H. de. (1987). *O Tempo Social*. Rio de Janeiro: Eça Editora.

Varine-Bohan, H. de. (2000). "A nova museologia: Ficção ou Realidade." *Museologia Social*. Porto Alegre: Unidade Editorial / Secretaria Municipal de Cultura.

Varine-Bohan, H. de. (2019). *O museu comunitário é herético?* www.abremc.com.br Acesso em 16/10/2019. s.d.

Varine-Bohan, H. de. (2012). *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz.

Wasserman, F. (Coord.). (1992). *Vagues: uneantologie de la Nouvelle Muséologie (Collection Museologie, vol. 1)*. Savigny-le-Temple: Éditions W-M.N.E.S.

Wilder, G. S. (2009). *Inclusão Social e Cultural*. São Paulo: Editora Unesp.

UM LABORATÓRIO SOCIOMUSEOLÓGICO NA BEIRA INTERIOR
O CENTRO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO, MOBILIDADES E PATRIMÓNIO - CETMOPA APRESENTAÇÃO BREVE

ANDRÉ MOTA VEIGA
CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO - motaveiga@cm-fundao.pt
AGOSTINHO JANEIRA
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CETMOPA - agostinho.janeira@gmail.com
PEDRO SALVADO
CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO E COORDENADOR DO CETMOP - pedro-salvado@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

A visão territorial distingue-se de uma mera análise da localização das pessoas, dos lugares ou dos recursos. O território não é apenas uma área ou um conjunto de sítios georreferenciados, mas antes um composto resultante de espaços construídos, sistemas naturais, infraestruturas de conectividade, entre outros, eixos que estão associados a distintas representações imagéticas, identitárias e políticas que se afirmam através de uma gestão mais ou menos equilibrada entre recursos naturais, humanos e institucionais.

As estratégias e as políticas de desenvolvimento territorial em Portugal resultaram de olhares renovados para o todo nacional que acompanharam o regime democrático e a afirmação do poder ao longo das últimas cinco décadas. A partir de 1986, as modelações da "paisagem portuguesa" estão intrinsecamente associadas aos Fundos Europeus que, através das mais dispares formas e modelos de investimento nacionais e comunitários, reduziram disparidades e assimetrias socioeconómicas, demográficas ou estrangulamentos funcionais, dando outra ênfase a setores tradicionais, como a agricultura e promovendo uma cultura projetiva de esperança que pretendeu anular todos os determinismos vivenciais negativos.

A Beira Interior e a Cova da Beira incluem-se nos territórios hoje eufemisticamente denominados de baixa densidade, nova roupagem designativa para as realidades rurais tradicionais resultantes de um tempo longo que, a partir da segunda metade do século XX, sofreram um processo de marginalização económica, social e simbólica. As relações entre o rural e o urbano alteraram-se, dando origem a realidades que vão associar às zonas rurais cenários de "periferia" e de "margem", paisagens profundas cada vez mais vazias de pessoas e de recursos (Ferrão, 2000: 46). Pirâmide demográfica invertida, parca interação entre populações e instituições, fraca análise crítica e projetiva acerca das dinâmicas sociais e económicas, constituem algumas das razões para as estratégias de desenvolvimento rural terem tido resultados frugais face aos investimentos efetuados nas últimas décadas. Segundo M. Mota, há "(...) ainda o facto dos territórios de baixa densidade serem zonas duplamente desfavorecidas, primeiro, devido às ligações praticamente inexistentes das redes globais de produção de bens e serviços, e segundo, por estarem sujeitas à concorrência do mercado global, com repercussões ao nível da economia local, para além de sofrerem as consequências das alterações socioculturais" (Mota, 2019: 25).

Os atores locais desejam, fundamentando, a definição de políticas diferenciadoras e de discriminação positiva capazes de gerar mudanças na estrutura demográfica e no emprego, as duas primeiras variáveis objetivas que analisam e avaliam o território na sua capacidade atrativa. A ideia de Interior continua a deter uma carga negativa. Para A. Domingues, o conceito "precisa de uma revisão, pois ou é utilizado em oposição em relação a um litoral urbano sempre desenvolvido e um interior rural sempre atrasado" (Domingues, 1998: 72).

Entretanto, registaram-se avultados investimentos na construção e na requalificação de infraestruturas mediante contratos que envolveram o Estado, a iniciativa privada e o setor associativo. Não é nosso propósito analisar os efeitos dessa estratégia. Certo é que houve equipamentos, estruturas e acessibilidades, ações estruturantes que foram e são vitais para o território. Entre outros, a criação e a credibilização das instituições de ensino superior nas cidades de Castelo Branco, Covilhã e Guarda assumiram-se de uma importância capital para atrair recursos humanos, diversificar competências e complementar dinâmicas, sociais, económicas e culturais. Com efeito, os Politécnicos da Guarda e de Castelo Branco e a Universidade da Beira

Interior, sediada na Covilhã, são polos de concentração e de emissão de saberes e de funções com evidente impacto no quotidiano da região. Investimentos nos setores produtivos e de serviços permitiram, também, que este território se afirmasse no panorama nacional, gerando respostas diferenciadas que contribuíram para atenuar as disparidades sub-regionais, nomeadamente em zonas que continuaram a ser determinadas por um viver periférico e fronteiriço.

Mas, na verdade, o trajeto que Portugal empreendeu foi vertiginoso, profícuo e contraditório. Simultaneamente, outros países da Europa, com sistemas democráticos consolidados, empreenderam percursos e processos de desenvolvimento através do empreendedorismo dos seus atores locais, na busca de parceiros estratégicos, dando ênfase ao capital humano, aprimorando o lugar e o papel das comunidades locais e das suas vantagens ao nível dos saberes e do seu património, dinâmicas europeias que demoraram a ancorar em solo nacional.

CETMOPA
CENTRO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO MOBILIDADES E PATRIMÓNIO

FIG. 1 | Marca gráfica do CETMOPA

EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO

Neste contexto de tempos e de construção nacional de cenários para o desenvolvimento, salienta-se a intervenção do francês Hugues de Varine (n. 1935), historiador e arqueólogo que, depois de ter desempenhado cargos como o de Chefe do Centro de Documentação da Missão Cultural Francesa (1958-1960) na Embaixada de França em Beirute, de Diretor Adjunto (1962-1965) e de Diretor do Conselho Internacional de Museus, ICOM[1] (1965-1974), foi criador de uma base teórica sustentada e aplicada em diversos domínios do serviço público, nomeadamente no Ministério da Cultura francês. Entre 1982 e 1984, foi Diretor do Instituto Franco-Português (IFP), em Lisboa, iniciando uma nova estratégia e um outro quadro de permuta entre Portugal e França, que teve na história da emigração portuguesa transpirenaica um dos principais eixos de ação. Varine arquiteta um plano de trabalho que se projetava muito para além dos objetivos estratégicos do IFP (Varine, 2021). Portugal debatia-se, então, com graves problemas relacionados com desigualdades socais e estrangulamentos económicos regionais e locais, mas vislumbrava as potencialidades e oportunidades que eram importantes capitalizar com a sua entrada na então Comunidade Económica Europeia. É na idealização e construção desse plano que se depara com o fenómeno da emigração[2], através do contacto com estudantes universitários luso-descendentes frequentadores da programação cultural e formativa no IFP e do contacto com as populações e autarquias cuja realidade demográfica, caracterizado por abandonos e envelhecimento, o Portugal profundo, como então se caracterizavam as paisagens dos atuais territórios de baixa densidade, tinham resultado do surto migratório das décadas de 60 e de 70 do século XX.

Sempre que oportuno, Varine viajava pelo país, assumindo compromissos na construção de projetos nos domínios do desenvolvimento local e do património cultural, dando continuidade à reflexão em torno do conceito de desenvolvimento, uma das suas prioridades sempre presente ao longo do seu desempenho profissional. A este propósito, anotemos que, em 1971, durante a sua presidência do ICOM, o conceito de desenvolvimento foi introduzido nos estatutos desta organização (Varine, 2002: 23), de forma a motivar e potenciar novas formas de registo e reprodução da cultura do património e da identidade que poderiam assumir uma expressão museológica, projetando o património como um garante de futuro de qualquer comunidade. Varine considerou sempre que os conceitos são "pequenos laboratórios" de convergência de intenções face aos comportamentos e evoluções de uma sociedade. Muito para além de uma aparente singela definição, é a comunidade que fundamenta e onde se enraíza qualquer ação, "emana de um grupo humano diverso e complexo que, vivendo num território, partilham uma história, um futuro, os modos de vida, as crises, mas também a esperança" (Varine, 2002: 28), dando consistência àquele que seria um dos seus princípios orientadores: "o património é o ADN do território e da comunidade".

A inclusão assumida por Hugues de Varine da cultura como eixo fundamental em qualquer projeto de desenvolvimento foi pioneira. A UNESCO assumiria em 1982, a cultura como a base[3] que engloba diversas áreas como as artes ou o artesanato, num conceito expansivo em construção continuada, que atualmente se revela através, por exemplo, das indústrias criativas, detendo um importante impacto na economia e na sociedade. É um conceito global de presença e de ausência e, paradoxalmente, no documento Relatório Brundtland da ONU, em 1987, a cultura não está incluída. Em 2010, no 3º congresso Mundial da CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos), foi aprovado o documento de orientação política "A Cultura é o quarto pilar do desenvolvimento sustentável", onde se expressa

1| De acordo com o seu site português, "O ICOM é a maior organização internacional de museus e profissionais de museus dedicada à preservação e divulgação do património natural e cultural mundial, do presente e do futuro, tangível e intangível. Criado em 1946, o ICOM é uma organização não-governamental (ONG) que mantém relações formais com a UNESCO e tem estatuto consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas".

2| Contextualizando, as políticas repulsivas da emigração em França contemplavam, nesse período, um apoio financeiro extraordinário de incentivo ao regresso aos países de origem.

3| Declaração do México sobre as políticas culturais da UNESCO, 1982.

o seu papel fundamental no desenvolvimento. Em 2015 são aprovados os O.D.S. (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), orientados para a agenda de 2030, a cultura é referida de forma incipiente, com uma expressão puramente protecionista, para "redobrar os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural" ou integrada em desígnios orientados para "cidades e comunidades sustentáveis". A inovação conceptual desenvolvida por Hugues de Varine ultrapassa, de forma pioneira, os atuais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável promovidos pela ONU.

Os seus trabalhos levaram-no a cerca de 75 países e, também em território luso, tornando-se numa voz autorizada e escutada junto do Ministério da Cultura, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, universidades, museus e autarquias. Do Minho ao Algarve, solidificou amizades que perduram no tempo. Aludimos, por exemplo, à Associação de Desenvolvimento Local In Loco, uma estrutura pioneira em Portugal, dirigida então pelo Prof. Alberto Melo, com quem trabalhou e colaborou na definição de estratégias e instrumentos de desenvolvimento para a Serra do Caldeirão, adotando o princípio que continua atual "Pensar no global, Agir no Local", no Município de Guimarães, no desenvolvimento do projeto das Termas das Taipas, ou nos Municípios de Montalegre e Boticas, com o Ecomuseu do Barroso.

Num período em que era escassa a produção teórica e científica associada ao desenvolvimento local em Portugal, Melo e Varine fomentaram a interação com as comunidades, a importância de experiências de campo, a partilha de ideias e o conhecimento intrínseco a cada comunidade. O "desenvolvimento local" foi uma estratégia teórica inventada e reinventada em cada momento e para cada território ou realidade, tendo sempre como objetivo primordial promover o bem-estar das pessoas residentes e a valorização dos seus recursos culturais e ambientais. Esta metodologia defende, como condição para o sucesso, que as populações possam sempre expressar a sua ideia de futuro, de forma aberta e flexível, tendo em consideração os seus níveis de confiança, de autoestima e de pertença a um território.

A sua ligação à Beira Interior e, em especial, ao Fundão foi, sem dúvida, por via do Jornal do Fundão e do seu fundador António Paulouro (Varine, 2021:13), aprofundando-se a partir 1982. As páginas deste periódico despertaram-lhe (e continuam a despertar) um vivo interesse pelas temáticas abordadas, num espírito de livre pensamento e expressão. É neste ambiente que intervirá, participará e acompanhará as três edições das Jornadas da Beira Interior (década de 1980), promovidas pelo Jornal do Fundão, da mesma forma que continua a manifestar o seu agrado pelos encontros de proximidade Interioridades que o semanário realiza, numa abordagem articulada, analisando os problemas das comunidades situadas em territórios de baixa densidade. Nas frequentes viagens a Portugal, regressaria à Beira por diversas ocasiões, na qualidade de perito e de consultor internacional para as áreas da museologia e do desenvolvimento comunitário. Interveio em seminários e jornadas, afirmando-se como um observador atento das mutações operadas nas últimas décadas na Beira através do Jornal do Fundão.

Em reconhecimento do seu papel em prol do desenvolvimento comunitário, da museologia social e da sua ação operada no município fundanense, Hugues de Varine foi agraciado com a Medalha de Ouro da Cidade do Fundão em 2019 e, em 2023, com a Medalha de Mérito Cultural do Estado Português.

FIG. 2 | Inauguração do Centro

UM LABORATÓRIO SOCIOMUSEOLÓGICO NA BEIRA INTERIOR

O CETMOPA - Centro de Estudos do Território, Mobilidades e Património - é um organismo de direito público sem fins lucrativos, criado pela Câmara Municipal do Fundão. Teve por origem a doação que Hugues de Varine fez a Portugal, localizando no Município do Fundão todo o seu acervo bibliográfico e documental constituído ao longo do seu itinerário profissional e de uma vasta intervenção internacional nos domínios da Nova Museologia e do desenvolvimento comunitário. Desde a germinação da constituição do Centro[4], houve a perspetiva de aumentar e enriquecer o seu fundo documental, através de novas incorporações.

A inauguração do espaço ocorreu em setembro de 2023 no âmbito do programa das comemorações das Jornadas Europeias do Património. O Centro está instalado num edifício de recorte setecentista[5], situado Rua da Cale, uma das principais artérias da cidade com forte marca identitária.

À data da sua abertura, ao CETMOPA estavam

4| Reunião da Câmara Municipal do Fundão de 31 de maio; Ata nº 9/2021.

5| Este emblemático imóvel foi sucessivamente utilizado para residência da família Vaz de Carvalho, como colégio até meados do século XX e como espaço de comércio até ter sido adquirido pelo Município do Fundão. Foi, a partir de 2018, alvo de profundas obras de recuperação e reconversão arquitetónica, durante as quais foram mantidos ou recuperados os elementos arquitetónicos mais característicos ou notáveis, com a finalidade de acolher o de Centro de Inovação Tecnológica, liderado pela SOFTINSA, uma empresa do grupo IBM e a sede do CETMOPA.

associados, a par da doação de Hugues de Varine, fundos de Olinda Sardinha[6], de Abel Dias Gama[7], de Rolão Preto[8] e de José Alves Monteiro[9], que compreendem documentação, obras de referência, registos sonoros e imagéticos em suportes digitais e analógicos. Esta documentação encontra-se em fase de inventariação e catalogação de forma a ficar disponível para consulta presencial e, em parte, em formato online.

O fundo bibliográfico e documental doado por Hugues de Varine, apresenta temáticas diversificadas como a cultura, o desenvolvimento local, a ação comunitária, os museus e o património com um denominador comum, que lhe foi sempre peculiar: a comunidade em todos os processos de análise. As tipologias documentais são diversificadas: comunicações e conferências, abundantes notas de observação resultantes de visita e de reuniões, relatórios técnicos, troca de correspondência, projetos de intervenção ou grelhas de monitorização, espelhando a riqueza concetual do seu percurso.

Porventura a sua derradeira grande obra, L'écomusée - singulier et pluriel, redigida na primeira pessoa, transporta o leitor através de todos os tempos e espaços percorridos, identificando os seus interlocutores, apresentando, construindo e desconstruindo ideias, definindo a sua arquitetura concetual mas, também, assumindo a importância das dúvidas e interrogações demonstrando, ainda, a importância da reflexão na construção de "pontes" entre protagonistas, técnicos e atores com as comunidades de trabalho.

Hugues de Varine destaca a conceção e colaboração, ao longo de vinte e quatro anos (1971-1995) no Musée du Creusot Montceau (atual Musée de l'Homme et de l'Industrie), um projeto que o apaixonou pela sua originalidade, um museu sem coleções, dedicado à gestão de todo um património industrial de desativação funcional, insubstituível registo identitário com e para a população local. Esta intervenção permitiu-lhe adquirir uma notável experiência, definindo um quadro de boas práticas das quais extraiu ensinamentos que procurou referenciar e aplicar noutros contextos. Na sua narrativa, emerge o conceito de "ecomuseu", definição que o próprio cocriou, com Georges Henri Rivière, Serge Antoine (conselheiro do Ministro da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia) e Robert Poujade (Ministro da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia), o trabalhou e ajudou a difundir à escala global. Contudo, o sentido genuíno de um "ecomuseu" é, sem dúvida, sempre o de um "museu comunitário".

A promoção, incentivo e apoio a projetos de investigação-ação, o estudo e a análise das ligações entre o património cultural e natural, a identidade e os processos desenvolvimento local, regional e transfronteiriço, as migrações e mobilidades ao longo dos tempos, constituíram igualmente áreas de intervenção inerentes ao território e às comunidades. Em paralelo, a teoria varineana ilumina sempre a afirmação dos direitos do homem.

Almeja-se fomentar o conhecimento e a reflexão crítica sobre as dinâmicas territoriais na região, a abordagem às questões complexas de maneira integrada e que auxiliem à definição de estratégias políticas para a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

O Centro de Estudos foi constituído para promover e desenvolver investigação de temáticas ou disciplinas das três áreas associadas ao seu objeto impulsionador para o desenvolvimento sustentável: Território, Mobilidade e Património, palavras singulares sempre entendidas como plurais.

FIG. 3 | Interior das instalações do CETMOPA

PARCERIAS

O Centro é um espaço aberto, de participação democrática, que fomenta a cooperação entre organismos públicos, privados, de ensino ou de investigação, dinamizando redes transnacionais nas áreas do desenvolvimento, da inovação, da economia sustentável, do turismo ou da educação patrimonial.

Regista-se um enfoque especial no envolvimento e integração das comunidades no desenvolvimento de projetos, estudos ou ações. As instituições locais, escolas, associações são percecionadas como parceiros. Oficinas, seminários, eventos de sensibilização e de divulgação serão organizados para promoverem o diálogo e a salutar troca de ideias e experiências entre investigadores, cidadãos, sensibilizando as comunidades para a construção de projetos de interesse comum. Neste eixo, salientamos a contribuição do CETMOPA para a criação da Rede de Museus da Cova da Beira (concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor) ou a organização, em colaboração com o ICOM, do Encontro Internacional de Desenvolvimento Comunitário

6| Antropóloga natural do concelho do Fundão, integrou os quadros do Museu Nacional de Arqueologia e projetos de recolha e investigação na região. Salientamos os trabalhos desenvolvidos nos anos 90 do século passado na freguesia do Telhado, na área da olaria.

7| Fotógrafo com um vasto espólio de fotografias captadas no Concelho do Fundão, principalmente na década de 50 e 60 do século XX.

8| Político natural da Soalheira, com intervenção durante o Estado Novo.

9| Jurista e fundador do Museu Municipal do Fundão, que esteve na génese do principal equipamento museológico do Fundão, o Museu Arqueológico Municipal José Monteiro.

e Museus-não-Museus, que teve lugar no Fundão, em 2022, após Conferência Mundial do ICOM, de onde surgiu uma nova definição de Museu[10] que inclui, pela primeira vez a "participação das comunidades". Coube a Hugues de Varine proferir, por videoconferência, a comunicação inaugural deste evento refletindo sobre as linhas inovadoras do Encontro, contextualizando-as com o território e reafirmando a importância do património entendido como um recurso para o desenvolvimento: "(...) Aqui estamos numa situação particular: Fundão e toda a Beira Interior são regiões de emigração desde há muito tempo (...) é uma região de intercâmbio, de vai e vem, de trocas entre países (...). Este é um aspeto essencial e é relativamente novo nas estratégias de gestão do património, pois trata-se de um património vivo que se insere nas mobilidades que o CETMOPA também estuda e que importa inventariar, estudar(...)".

Dos diferentes trabalhos em curso que o CETMOPA está a desenvolver, salientamos o Mapa de Comunidade, onde as diferentes freguesias do concelho do Fundão estão a identificar quais as principais existências e manifestações patrimoniais, culturais e ambientais construindo-se, também, mapas de memórias coletivas. Através de oficinas e questionários, entre outros métodos, os cidadãos são incentivados a contribuir para a criação de um atlas patrimonial colaborativo, que poderá ser utilizado em iniciativas de preservação integrada, planeamento e de gestão cultural e territorial. Pretende-se, também, desenvolver um plano estratégico para a valorização do património, promovendo iniciativas para a sua preservação nas diferentes perspetivas e para a promoção de um nicho de turismo cultural sustentável em comunidades de matriz rural ou atividades que valorizem a identidade e aumentem a autoestima pessoal e coletiva.

FIG. 4 | Interior das instalações do CETMOPA

10| Na nova definição, aprovada de 24 de agosto de 2020, "Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento".

UM CENTRO DE PORTAS ABERTAS

O CETMOPA, pela diversidade e abrangência de temáticas da documentação inédita, a bibliografia que dispõe e a originalidade do seu modelo - um centro de documentação de cariz municipal - pode potenciar ou suprir lacunas ao nível do acesso a dados e informações essenciais para projetos de investigação nos domínios da museologia nacional e internacional, da história ou de atualização conceptual das relações entre património, trajetórias, memória e identidade de comunidades. Será expectável que os produtos dos trabalhos da investigação possam criar efeitos multiplicadores e sustentar iniciativas dos órgãos decisores políticos locais e regionais.

É certo que o alcance das propostas implica um intenso trabalho colaborativo e de parceria para promover a pesquisa aplicada e a formação de redes de conhecimento que contribuam para o desenvolvimento. A contribuição académica é vital para a formação de novas gerações de investigadores e para a construção de um acervo teórico alargado e em continua atualização. Aplicação e promoção de linhas de investigação, realização de conferências, oficinas, exposições, edição de publicações em linha editorial própria ou em revistas científicas, constituem algumas das formas que o Centro utilizará para disseminar conhecimento e promover debates sobre as temáticas que pretende englobar.

O CETMOPA tem gerado impacto nos meios universitários, principalmente nacionais, e junto da comunidade local. A sua atuação tem promovido colaborações com universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais, colocando-o como mais um "ator" na discussão sobre desenvolvimento integrado em territórios de baixa densidade e em contextos de aceleradas mudanças sociais e ambientais. Como um dia afirmou o fundador da geografia regional portuguesa, Orlando Ribeiro, "Afigura-se-me que há duas formas de olhar para as rápidas transformações por que o mundo passa. Muitos veem sobretudo o que muda, outros procuram surpreender o que, a despeito delas permanece". E será, nesta dualidade de ritmos, que revisitar o território sob o olhar de Hugues de Varine e dos demais doadores, fornecerão robustez ao trabalho que importa desenvolver na atualidade, mas permite-nos, sobretudo, preparar e projetar o futuro.

FIG. 5 | Hugues de Varine em trabalho de campo na Casa do Barro no Telhado, concelho do Fundão

BIBLIOGRAFIA

Domingues, A. (1998). Desenvolvimento do Interior. In J. M. Pinto, & A. Dornelas, *Perspectivas do Desenvolvimento do Interior,* 69-74. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Felício, J. A. F. e Brandão, J. M. B. (2014). Da concepção à acção: Dificuldades e êxitos, 55-62. *Voz e Voz* Edição Especial.

Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano - Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54.

Moreira, M. B. (2001). *Globalização, Agricultura e Zonas Rurais Desfavorecidas*. Oeiras: Celta Editora.

Mota, B. M. (2019). *A Problemática dos Territórios de Baixa Densidade: Quatro Estudos de Caso*. Mestrado, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa.

Varine, Hugues de (2002). *Les racines du futur - Le patrimoine au service du développement local.* Ed. ASDIC.

Varine, Hugues de (2017). *L'écomusée - singulier et pluriel - Un témoignage sur cinquante ans de muséologie communautaire dans de monde*. Paris: Ed. l'Harmattan.

Varine, Hugues de (2021). *L'Institut franco-portugais - Histoire d'un projet inaccompli 1982-1984*. Ed. Imprim'Vert.

PREPOSICIONALIZACIÓN DE LA ARQUEOLOGÍA: PARA/DESDE/ POR/CONTRA LA COMUNIDAD

JUANJO PULIDO
UNDERGROUND ARQUEOLOGÍA PATRIMONIO & GENTE

Este artículo pretende ser una reflexión sobre el papel de las comunidades en los proyectos arqueológicos. Existen distintos conceptos o formas de definir esa vinculación entre ciencia y ciudadanía que, en ocasiones, son confundidos o mal interpretados, o simplemente utilizados en el discurso pero no aplicados en la práctica. El desarrollo en la actualidad de procesos participativos o de gestión comunitaria en arqueología está propiciando, en no pocas ocasiones, la sostenibilidad de algunos proyectos, que de depender únicamente de los recursos económicos destinados para el desarrollo de trabajos específicos de documentación y estudio terminarían por cancelarse.

This article aims to be a reflection on the role of communities in archaeological projects. There are different concepts or ways of defining this link between science and citizenship, which are sometimes confused or misinterpreted, or simply used in the discourse but not applied in practice. The current development of participatory processes or community management in archeology is encouraging, on many occasions, the sustainability of some projects, which depend on only the economic resources allocated for the development of specific documentation and study work would eventually be canceled.

Desde hace algunos años se viene teorizando mucho sobre cómo vincular a la ciudadanía en temas relacionados con el patrimonio cultural, y más concretamente, y teniendo en cuenta el ámbito en el que hemos trabajado en estas jornadas, con el patrimonio arqueológico. Hay una cosa clara, y es que la gente es el fin último de los procesos culturales, y son varias las formas en las que ésta se relaciona con esos procesos. No obstante, en la mayoría de los casos encontramos que esos procesos se plasman en una participación de la ciudadanía sobre un producto cultural concreto, que se presenta en bien de la sociedad, aunque esa sociedad no es integrada en la creación del discurso ni en el posterior diálogo. Se trata de un público que ni siquiera espera poder entrar en esos procesos, con lo cual al final termina comportándose tal y como se les presenta, como público. Y no público como ente genérico, sino muchas veces como ente numérico o cuantificable que sirve para evaluar la rentabilidad de los proyectos culturales, los espacios musealizados o las supuestas políticas participativas, muy de moda en estos momentos de cambio, por parte de las administraciones.

Y es ahí cuando empezamos a "preposicionalizar", a analizar distintos términos o conceptos relacionados con ese binomio sociedad-patrimonio que definen o tratan de definir el mayor o menor grado de integración, asimilación o apropiación de los discursos científicos por parte de comunidades que hasta el momento, como acabamos de mencionar, solo eran meras espectadoras. Cuando hablamos de difundir, la gran mayoría de nosotras sabemos que nos referimos a mostrar los resultados de nuestros proyectos y reflexiones a nuestras iguales como investigadoras, o por lo menos a personas que tienen un conocimiento básico sobre nuestra disciplina. Del mismo modo, cuando hablamos de divulgar sabemos perfectamente que nos referimos a adaptar ese conocimiento académico o científico generado a un lenguaje asimilable por la totalidad (o a gran parte) de la comunidad, sea cual sea la vía de comunicación o el formato [para la comunidad].

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 45 28/07/2025 11:42:00

Si ya estos dos conceptos que, a priori, están bien definidos y bien conceptualizados en ocasiones se confunden a la hora de aplicarlos en nuestros proyectos, no queremos decir nada de los de socialización, gestión comunitaria, arqueología participativa o arqueología en comunidad, que también llegan a confundirse incluso con los primeros [por, desde la comunidad].

Personalmente, pienso que todas estas definiciones no tienen que ser ni antagónicas ni formar parte de procesos distintos. Incluso creo que algunas de ellas tienen que ser o son complementarias.

Caso práctico. En el año 2012 contactaron con nosotros un grupo de ciudadanos del pueblo de Malpartida de Cáceres con la intención de que les ayudáramos a buscar la forma de gestionar la excavación de un yacimiento arqueológico de época tardoantigua localizado en el paraje de Los Barruecos. Ante la dificultad de encontrar los recursos necesarios para realizar un proyecto de tal envergadura, quisimos consensuar una forma de trabajar en ese elemento patrimonial que no supusiera un gran gasto y que pudiera hacerse de forma participativa. Entonces, nos propusieron hacer un plano en el que pudiera reflejarse la extensión del yacimiento y pudieran visualizarse las distintas estructuras existentes, ya que éstas son perceptibles a simple vista. Fue en ese momento cuando decidimos entre todos la realización de una acción consistente en dibujar algunas estructuras siguiendo la metodología del dibujo de campo tradicional entre todas aquellas vecinas y vecinos de Malpartida de Cáceres que quisieran formar parte de la actividad, que decidimos llamarle Proyecto Maila porque era el nombre que aparecía en un resto epigráfico funerario localizado años atrás en la misma localidad.

Tras dos sesiones, una en marzo y otra en octubre de ese año, registramos más de 60 estructuras, 15 de las cuales fueron dibujadas en planta por parte de las personas que participaron en la actividad, siempre bajo supervisión técnica. Una vez finalizada la acción, un miembro del equipo realizó una recreación virtual de alguna de las estructuras dibujadas agrupadas en un determinado sector del yacimiento. Esta recreación tenía la única función de dar volumen al trabajo realizado en papel para que los participantes tuvieran una visión más ajustada a lo que podría haber sido aquel poblado en el pasado, pero teniendo en cuenta que no se había realizado ningún tipo de excavación y que solo contábamos con las evidencias localizadas en superficie.

Así, una vez finalizado el proyecto, nos encontramos con que la única documentación arqueológica que existe sobre el yacimiento, sin contar con alguna mención del mismo en estudios sobre evidencias de otras épocas en el mismo lugar, era la del plano que habíamos realizado desde esta acción comunitaria. Y aquí es cuando se abre el debate. ¿Puede considerarse que esta información gráfica obtenida por un grupo de personas sin formación arqueológica, aunque bajo control de profesionales, es válida como conocimiento científico generado? Para nosotros sí, pero no para otros colegas.

Esta es una discusión que viene generándose desde hace algunos años, pero pienso que es un problema de concepto tanto desde la academia como desde la comunidad. Cuando hablamos de una persona aficionada a la Arqueología (Arqueología como disciplina que estudia los restos de la actividad humana para conformar un discurso histórico), desde la academia se dice: "¿dejarías que te operara un médico aficionado?" Claro que no, si consideramos que una persona aficionada a la Arqueología es una gran entusiasta de las matrix Harris, de las lecturas de paramentos, de las columnas polínicas y de los remontajes líticos musterienses. Pero no es el caso. Una persona aficionada a la Arqueología (exceptuando a los expoliadores "amables", que recuperan artefactos para su conservación) en realidad es aficionada a la historia, a todo aquello relacionado con el pasado, sobretodo de su territorio, de su entorno más cercano, y que tiene interés en participar en colaborar en la generación de ese conocimiento. Evidentemente, el desarrollo de una intervención arqueológica siempre suscita un gran interés por parte de la comunidad. La aparición de hallazgos importantes, sobretodo en los yacimientos más mediáticos, supone un efecto llamada a la hora de que la gente se acerque a los sitios arqueológicos, incluso con el deseo de participar… pero no para realizar tareas para las que no está formada sino para otros trabajos que no interfieren en la documentación y que son de carácter mecánico (y

FIG. 1 | Visita guiada a la fortificación en altura de época romana de Los Castillos II, Higuera de la Serena, Badajoz (Foto: UNDERGROUND Arqueología Patrimonio & Gente)

FIG. 2 | Proyecto Maila. Acción participativa de dibujo de las estructuras del yacimiento tardoantiguo de Los Barruecos, Malpartida de Cáceres (Foto: UNDERGROUND Arqueología Patrimonio & Gente)

que también realizan, por ejemplo y lamentablemente, estudiantes voluntarios que tampoco tienen esa formación), entre ellos el dibujo de campo.

Posibilitar esa participación, no solo supone un beneficio personal en cuanto a la satisfacción por parte de la ciudadanía de poder formar parte de ese trabajo de recuperación del pasado de tu territorio, si no también para el propio proyecto arqueológico, que se beneficia de un interés por el trabajo científico desde la comunidad, posibilitando la implicación desde el inicio de los agentes locales no solo como meros informadores de datos útiles para nuestra investigación. El trabajo conjunto entre equipos científicos y comunidades en el diseño y ejecución de proyectos arqueológicos pienso que es enriquecedor para ambas partes, considerando que esos proyectos no tienen por qué basarse exclusivamente en la organización de unos trabajos arqueológicos puntuales, sino que deberíamos incidir en otros aspectos del territorio, del paisaje, de la evolución de los usos, tradiciones y elementos patrimoniales tangibles e intangibles que han configurado las memorias de esos espacios y esas gentes. Y ahí, la comunidad tiene un papel esencial. Pienso que no trabajar desde esa visión más amplia es un error [contra la comunidad].

FIG. 3 | Proyecto Maila. Recreación virtual de alguna de las estructuras documentadas (Foto: UNDERGROUND Arqueología Patrimonio & Gente)

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 48 28/07/2025 11:42:01

PULPO, SANTOS Y CASTROS: CÓMO HACER ARQUEOLOGÍA COMUNITARIA EN GALICIA (ESPAÑA)

XURXO AYÁN VILA
INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA / IN2PAST-LABORATÓRIO ASSOCIADO PARA A INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM PATRIMÓNIO, ARTES, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIO
XURXOAYAN@FCSH.UNL.PT - HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-2124-5210

INTRODUCCIÓN

El Ministerio de Educación, Cultura y Deporte del Gobierno de España organizó en Madrid, entre el 13 y 14 de octubre de 2016, el *IIº Encuentro de Cultura y Ciudadanía*, esta vez centrado en cuestiones como el territorio, el patrimonio y la participación ciudadana. En el marco de la sesión denominada *Periferias y ultraperiferias rurales: conexión y desconexión rural*, pudimos disfrutar de la presentación de Alfredo Puente, un técnico de la fundación Cerezales, asentada en el pequeño pueblo leonés del mismo nombre. Antes de irse a Madrid, Alfredo les comentó a vecinas de Cerezales que iba a hablar del pueblo en una cosa que llevaba el nombre de *Periferias y Ultraperiferias*. Una de las señoras, al escuchar estas palabras, le contestó indignada: *¡Ay Alfredo, nos nos llames eso!*

En el Encuentro citado pudimos comprobar cómo lamentablemente sigue vigente en ámbitos técnicos, académicos y tecnocráticos esta visión de las comunidades rurales como seres subalternos, periféricos, sujetos que hay que dinamizar y poner en valor. Las políticas de desarrollo local llevadas a cabo en las últimas décadas en el Estado español han materializado este enfoque a través de proyectos diseñados desde arriba y que han generado poco progreso y sí muchas ruinas arqueológicas de nuevo cuño (Ayán, 2014).

La irrupción de la Arqueología en Comunidad en los últimos quince años se enmarca en un intento de revertir este enfoque, por parte de ciertos profesionales autónomos, empresas privadas y entidades oficiales de investigación (Díaz-Andreu, 2016). En nuestro caso, hemos trabajado en este ámbito aplicado al caso de los poblados fortificados de la Edad del Hierro de Galicia desde el año 2000, en el seno del Laboratorio de Arqueología y Formas Culturales de la Universidad de Santiago, integrado después en el CSIC (actual Instituto de Ciencias del Patrimonio). A través de los proyectos de Castrolandín (Cuntis, Pontevedra), los castros de Neixón (Boiro, A Coruña), A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra) o As Croas de Niñóns (Ponteceso, A Coruña) hemos diseñado estrategias de intervención en áreas arqueológicas en colaboración con las comunidades locales, pero siempre con la idea clara de adaptar la *Community Archaeology* anglosajona a la realidad de nuestro pequeño país atlántico y trasatlántico (Ayán, 2021a).

Los éxitos y fracasos, los ensayos de prueba-error han cimentado una experiencia compartida que nos ha sido de mucha utilidad para abordar nuevos proyectos que respondan a las demandas de una realidad rural que ha cambiado radicalmente en los últimos años, en el marco de la crisis económica desatada en 2008. En otros sitios hemos remarcado el cambio sustancial detectado en la sociedad rural gallega en estos tiempos recientes (Ayán y Gago, 2012). Descreídos de las políticas oficiales de desarrollo sostenible y reconversión del rural a través del patrimonio y la naturaleza, las parroquias gallegas reivindican de nuevo la autogestión de sus recursos (montes comunales, yacimientos arqueológicos). Este empoderamiento patrimonial es una realidad que no ha sido bien digerida todavía por aquellos que detentaban el control absoluto del patrimonio (administraciones, academia y gremio arqueológico).

Para ilustrar este proceso traemos aquí el ejemplo de un proyecto arqueológico[1] iniciado en mayo de 2016 por la Asociación de Vecinos de Cereixa *María Castaña* en el que colaboraron en un principio el Grupo de Investigación en Patrimonio Construido (Universidad del País Vasco, Euskal Herriko Unibertsitatea), el Instituto de Ciencias del Patrimonio (CSIC) y la Fundación de ABANCA. Esta iniciativa se centra en la recuperación y puesta en valor de un castro de la Edad del Hierro en la parroquia de San Pedro de Cereixa, en el ayuntamiento lucense de A Pobra do Brollón (Ayán, 2021b).

Esta pequeña comunidad rural ejemplifica los procesos vividos en la Galicia interior en este inicio del siglo XXI: desertización demográfica, envejecimiento de la población rural, desplazamiento residencial hacia las villas y ciudades, desmantelamiento del tejido productivo (sector agropecuario) y desaparición de servicios en el mundo rural. A pesar de todo ello, la población local sigue aferrada al paisaje y en gran medida se resiste a dejar de ser (Ayán *et al.*, 2021). Esta es la realidad de un área geográfica que forma parte de la denominación de origen vinícola *Ribeira Sacra*. Las administraciones (Diputación Provincial de Lugo, Xunta de Galicia) están intentado consolidar este geodestino y se centran en dos ámbitos estratégicos: promover la candidatura de la Ribeira Sacra como Patrimonio de la Humanidad y potenciar la ruta jacobea que atraviesa este territorio, el Camino de Invierno, que cruza la propia parroquia de Cereixa.

Dentro de este contexto, las piedras y el pasado emergen como un nuevo activo en el presente para mirar al futuro. Desde la Asociación vecinal, con el apoyo científico de las entidades anteriormente citadas, ideamos un proyecto que muestra y demuestra que estas políticas patrimoniales se pueden llevar a cabo con el protagonismo de las comunidades de base. Para nosotros, lo más importante es contar con la humanidad que ha construido ese paisaje, que lo habita, vive y piensa, con los hombres, mujeres y niños que aquí viven.

EL CASTRO

El castro de San Lourenzo se localiza entre las aldeas de Nogueiras y Alende, en la parroquia de San Pedro de Cereixa, ayuntamiento de A Pobra do Brollón, en la comarca histórica de la Terra de Lemos, en el sur de la provincia de Lugo. Se encuentra catalogado por la Dirección Xeral de Patrimonio Cultural de la Xunta de Galicia bajo el topónimo *Castro de Alende*, emplazándose en las coordenadas: UTM (X) 630400 // UTM (Y) 471270. Este yacimiento sigue siendo un hito en el paisaje cultural y en el imaginario colectivo de la comunidad local, de ahí que fuese siempre identificado como un espacio habitado por *mouros y mouras*. El desarrollo de trabajos de extracción de arena entre fines de la década de 1960 y comienzos de la década de 1970 por la empresa Arenas de Cereija S. L. afectó a la cara meridional del castro (**FIG. 1**). Esta cantera conllevó la apertura de una pista de acceso al interior del poblado, la destrucción de una antigua mina de agua y la localización de restos arqueológicos como objetos de hierro, picos, herraduras, huesos humanos e incluso una figura de piedra que *se llevó un socio de la empresa al pueblo de Sarria*.

En la década de 1980 la elaboración del primer inventario oficial de sitios arqueológicos del ayuntamiento recoge una ficha individualizada de este asentamiento. En aquellos años, el arqueólogo Antonio Álvarez recogió datos sobre el yacimiento y llevó a cabo una ardua labor de concienciación patrimonial entre los vecinos para evitar posibles afecciones al castro. En los años 1990 el investigador relacionado con la Universidad Complutense, Luis Francisco López González identificó el castro de San Lourenzo como un castro minero romano. Ya formando parte de la empresa de arqueología Terra Arqueos S.L. fue el encargado de realizar el catálogo arqueológico del ayuntamiento de A Pobra do Brollón, actualizando la ficha oficial del yacimiento, en la que señala la presencia de labores extractivas en el entorno del castro (López *et al.* 1997).

Los datos recogidos en la década de 1990, así como las fotografías aéreas más recientes y las imágenes LIDAR tratadas por nuestro equipo de trabajo en 2016 nos aportan una visión clara y actualizada de la morfología del asentamiento (**FIG. 2**). El castro de San Lourenzo presenta un

FIG. 1 | Fotografía aérea del castro de San Lourenzo de finales de la década de 1970 en donde se observa la afección causada por la explotación de arena (Vuelo del Ministerio de Agricultura, 1973-1986).

1| www.sanlourenzo.net

perímetro total de cerca de 8.800m², incluyendo una terraza secundaria situada al oeste del conjunto. El asentamiento presenta un primer recinto circular ceñido por una potente muralla aterraplenada. En algunos tramos todavía se ve el muro de mampostería de la cara externa de la muralla, levantado con cantos rodados. El acceso al recinto superior probablemente se ubica en el extremo SW de acuerdo con la prospección magnética llevada a cabo en junio de 2016. En la zona oriental del castro se concentran las estructuras defensivas, con un doble sistema de fosos y contrafosos. La croa y su recinto oriental se asientan sobre una terraza que se extiende a lo largo del arco SW-E, ceñida a su vez por sendas vaguadas conformadas por antiguas zanjas mineras (*As Grovias*). Estas dos trincheras parten de una zanja de exploración que se extiende hacia el NE.

En nuestro proyecto, partimos de la hipótesis de que el castro de San Lourenzo era uno de esos castros mineros levantados por el ejército romano en un primer momento (época de Tiberio-Claudio) para dar inicio a la exploración masiva de los recursos mineros en las cuencas de los ríos Saa y Cabe. Por lo tanto, el yacimiento presentaba un gran potencial arqueológico y justificaba por sí solo el diseño de un proyecto de investigación específico que permitiese cubrir el vacío de información existente en el sur de la provincia de Lugo sobre este período histórico. Pero había más razones para abordar un proyecto de estas características. Así pues, no hay que olvidar que este antiguo castro romano ha sufrido mucho en los últimos tiempos y ha sobrevivido a unos cuantos contratiempos: las extracciones furtivas llevadas a cabo por buscadores de tesoros, la cantera de arena que se detuvo milagrosamente al pie de la muralla del recinto superior y los grandes incendios de 1987 y 1991. Con todo, el poder regenerador de la naturaleza ha conseguido revertir esta situación. Los grandes hoyos generados por la cantera se han convertido en lagunas artificiales que acogen vegetación y fauna protegida (aves migratorias). Este entorno lacustre constituye un activo a rentabilizar y proteger a corto plazo.

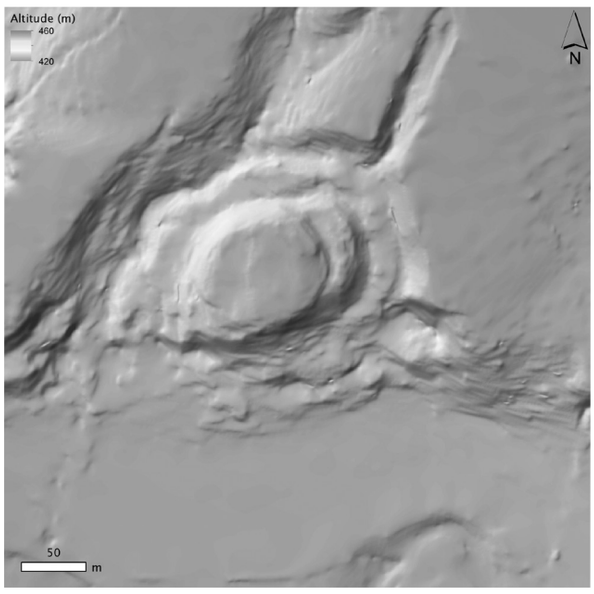


FIG. 2 | Imagen LIDAR del castro de San Lourenzo (INCIPIT, CSIC).

Un segundo factor importante que justificaba la recuperación del castro es su ubicación al pie mismo de una vía secundaria del Camino de Santiago, una ruta jacobea conocida como Camino de Invierno y que acaba de ser reconocida oficialmente por la Xunta de Galicia. En este sentido, pretendemos generar un recurso visitable a través de excavaciones y consolidación de la arquitectura exhumada como ya se ha hecho con otros poblados fortificados emplazados cerca de vías jacobeas.

En tercer lugar, pretendemos abordar un estudio de caso que sirva de modelo para integrar a las comunidades locales en el marco del proceso de patrimonialización de la denominada Ribeira Sacra. La intención era buena, pero ¿cómo conseguir que se integren en este proceso y sean partícipes de la recuperación y puesta en valor del patrimonio? ¿cómo reconocerlos como garantes y propietarios de esa materialidad del pasado? ¿cómo conseguir que se sientan implicados en el propio proceso de generación de conocimiento histórico sobre el pasado como herramienta de futuro?

EL SANTO

Para responder a las preguntas que cierran el apartado anterior, debemos conocer los códigos culturales de una comunidad rural de comienzos del siglo XXI, una sociedad en la que se combina Tradición y Postmodernidad, sentido de lugar y globalización, en la que la desestructuración de la cosmovisión campesina da pie a un campo de juego en el que la identidad y las inercias del pasado tienen un peso enorme. Un mundo en el que se fusionan ámbitos de la realidad, en otros lares dicotómicos, pero que aquí se confunden: cultura de élites-cultura popular, religión católica-religiosidad popular e identidad local-identidad supraterritorial (Ayán, 2021c).

En la Galicia rural, la referencia identitaria por excelencia sigue siendo la parroquia, el símbolo de una comunidad dispersa en aldeas por el territorio. Los hitos de exaltación de la identidad colectiva en el calendario son las fiestas religiosas en las que se rinde culto a determinadas advocaciones, santos y/o santas de honda devoción popular (Ayán, 2021a). En estos eventos participan todos los vecinos, religiosos y laicos. En la Galicia rural, que una parroquia no organice su fiesta es considerado como un fracaso, todo un símbolo de decadencia. Incluso si se llega a organizar, se compite con las parroquias vecinas en cuanto al número de orquestas o la cantidad y calidad de cohetes y/o fuegos artificiales. El prestigio de la comunidad está en juego. Teniendo en cuenta esta realidad, hemos manejado dos soportes básicos para cimentar el proyecto de recuperación del castro: la identidad y la religiosidad popular.

Así pues, la plataforma elegida para promover el proyecto fue la *Asociación de Vecinos de Cereixa María Castaña* (creada en 1990) que lleva el nombre de un personaje histórico del siglo XIV, una campesina acaudalada de nombre María Castaña que se rebeló con su familia contra el señor feudal del coto de Cereixa, el obispo de Lugo (Portela 2007:doc. 516). Desde el comienzo vimos el potencial de

este personaje femenino, no solo para conectar con el pasado local, sino también para promover una perspectiva de género. En este sentido, gracias al trabajo del diseñador argentino Juan Pablo Venditti, diseñamos un nuevo logotipo de la asociación tomando como referencia la propia María Castaña, una mujer representada con un toque pop, muy en la línea de diseños innovadores recientes que reinterpretan iconos de la galleguidad, como es el caso de esa Rosalía de Castro impresa en camisetas al estilo de los cuadros de Andy Warhol (**FIG. 3**).

María Castaña como referente identitario se acompañó de un segundo icono, masculino en este caso, que no fue otro que San Lourenzo, el santo que da nombre al propio castro desde época medieval, al menos. En este caso, echamos mano de la religiosidad popular como motor de arranque del proyecto en su primer año. Esta decisión táctica nos aportó el apoyo decidido del párroco y de un grupo importante de mujeres que son las que realmente gestionan el templo y el calendario religioso de la población. En la parroquia de Cereixa hay dos fiestas principales: el San Blas a comienzos de febrero (fiesta de raigambre eminentemente popular) y la Virgen del Rosario (impuesta por el obispo de Lugo en la segunda mitad del siglo XVI). La fiesta del San Blas fue recuperada *ex novo* en la década de 1970 por un grupo de jóvenes de la parroquia. Este precedente nos sirvió de inspiración para emprender toda una aventura: recuperar una antigua tradición perdida, de la que queda constancia en el retablo mayor de la iglesia y en la tradición oral. Según cuenta la gente mayor, la talla del San Lorenzo la trajeron los curas de una capilla que había en el castro. El santo, cansado de que no le pagasen el *ferrado das fabas* (una renta en especie) se escapaba a su castro. San Lourenzo es un santo hidróforo que llama a la lluvia (Bouza Brey, 1963). En Cereixa, en las épocas de sequía, se sacaba en procesión el santo, se le mojaban los pies en el río Saa y se llevaba al castro. Con los datos que tenemos, sabemos que esta tradición se mantuvo vigente hasta fines del siglo XIX. Todos los vecinos habían oído hablar de la existencia de la capilla del santo en el castro. Utilizar el santo que da nombre al castro fue una decisión estratégica totalmente pragmática para recuperar el sentido de lugar. Desde luego, es mucho más fácil llegar a la comunidad local buscando una capilla y recuperando una tradición festiva, que explicándoles lo que es un castro minero romano, una materialidad escondida bajo tierra. El escepticismo se diluye en el primer caso, mientras que se acrecienta en el segundo.

Juan Pablo Venditti, nuevamente, diseñó el logo del proyecto, a partir de la talla conservada en el retablo mayor. La parrilla, símbolo de su supuesto martirio, aparece aquí evocando aquellas arcanas parrillas con las que dibujábamos los arqueólogos en los yacimientos, antes de la llegada de la fotogrametría digital, el Agisoft Photoscan y demás. Una vez definida esta imagen de marca, diseñamos nuestra propia campaña de *crowdfunding*, valiéndonos de la tradición de los *petos* (cajas portátiles de madera para pedir para la fiesta del pueblo). En la Galicia rural, a lo largo del año, un par de hombres de la parroquia iban con el *peto* por las ferias, mercados y fiestas para pedir ayuda económica para organizar las fiestas patronales. Esta fue nuestra particular campaña de búsqueda de financiación. *Torrado*, un artesano de Vimianzo, en la Costa da Morte, hizo a mano el *peto* del santo, siguiendo los modelos tradicionales.

La presentación oficial del proyecto en el seno de la comunidad tuvo lugar durante la celebración en el campo de la fiesta del *Días das Letras Galegas*, jornada en la que la A. V. organiza una comida popular y los vecinos y vecinas representan obras de teatro. Allí, en el campo de *Os Carballos* (centro simbólico de la parroquia) montamos el primer chiringuito con las nuevas camisetas de María Castaña. El ensayo fue un rotundo éxito y el *peto* se llenó de donativos hasta los topes. Habíamos acertado con la fórmula.

Ese mismo día llevamos a cabo una acción arriesgada en el seno de las comunidades rurales campesinas: *bajar el santo* del retablo de la iglesia. En Galicia, desde la década de 1960 se dio un proceso sistemático de depredación del patrimonio religioso. Un dicho popular indica que los santos cuando se llevan a restaurar, se van siendo de madera y vuelven siendo de escayola. En aquellos lugares en los

FIG. 3 | La restauradora Marién González, ataviada con la camiseta de María Castaña, devuelve el santo a la parroquia el 10 de agosto de 2016, fiesta de San Lourenzo.

FIG. 4 | Planta de la antigua capilla de San Lourenzo en el castro, exhumada en la excavación arqueológica de agosto de 2016.

que se interviene sobre tallas de gran devoción se desatan auténticos conflictos patrimoniales (Jiménez y Sánchez 2015). En nuestro caso contamos con una doble ventaja. En primer lugar, la devoción por el santo se perdió en su día; en el *ranking* devocional local se puede considerar un santo *aletargado*. El único que cuenta con iluminación propia, con bombilla autónoma, es el San Blas, y eso que ocupa un retablo lateral. En segundo lugar, contamos con la estrecha colaboración de Mari Carmen, una de las gestoras reales del templo. Este detalle es importante. El contacto con la religiosidad oficial, con el *establishment* católico se reduce a los trámites burocráticos de solicitud de permisos para restaurar el santo. Lo demás corre a cargo de la religiosidad popular. La gestión del templo es un ámbito femenino por excelencia. Gracias a su colaboración, la bajada del santo se hizo con normalidad y acabó en el taller de Laxe (A Coruña) en donde desarrolla su trabajo la profesional Marién González, una de las máximas expertas en restauración de tallas religiosas y pinturas murales de Galicia.

Esta nueva decisión táctica obedecía a una estrategia clara: retomar de nuevo la tradición de un santo al que le gustaba moverse de sitio, ir de la iglesia al castro, un santo aventurero que ahora, como dijo la señora Manuela *d'A Regueira*, "iba a conocer mundo, a ver el mar". Tras la restauración, nuestra idea era devolver el santo a la iglesia parroquial el día de su fiesta, el 10 de agosto, bajo el lema *Volvió el santo*. Y de ahí a las ruinas de la antigua capilla que estábamos exhumando (**FIG. 4**). Esta operación salió bien gracias a tres factores: el apoyo del cura párroco y de mujeres como Mari Carmen, la transparencia informativa por nuestra parte y la utilización del púlpito como espacio emisor de mensajes para la comunidad. Todo ello legitimaba nuestro proyecto. Primero el santo, después el castro.

En todo este proceso, la propia Mari Carmen nos dio un consejo de vital importancia: si queríamos recuperar la fiesta del santo habría que respetar la fecha, cayese como cayese en el calendario. El 10 de agosto era el hito clave en toda esta historia. En función de esa fecha diseñamos nuestra estrategia de intervención sobre el yacimiento arqueológico. En primer lugar, abordar la limpieza biótica del recinto (6-14 de junio de 2016); en segundo lugar, llevar a cabo la prospección magnética del espacio habitacional (16-17 de junio de 2016) y, en tercer lugar, proceder a la excavación arqueológica con un objetivo claro: exhumar las ruinas de la capilla del castro para recuperar ese espacio como campo de la festividad del 10 de agosto.

A estas alturas la agenda de investigación del equipo arqueológico no la marcaba la minería romana o el poblamiento castreño, sino un adolescente del siglo III oriundo de Huesca y llamado San Lourenzo.

LA GENTE

Desde la presentación oficial del proyecto en el *Día das Letras Galegas* a mediados de mayo de 2016, hasta el inicio de las excavaciones arqueológicas en el castro el 1 de agosto del mismo año, se desató todo un proceso de empoderamiento dentro de la comunidad parroquial. Estamos delante de una reactivación patrimonial desde abajo, por la gente de Cereixa, que creyó en el castro y en su santo. En este sentido, el proyecto del castro de San Lourenzo es una iniciativa multivocal que ha sido redimensionada por individuos con nombre y apellidos, por personas que por diferentes motivos se han aferrado al castro y a su santo como referentes identitarios. Ellos y ellas son los verdaderos autores de este artículo. El primero de ellos es *O'Regueiro*, un vecino de 85 años, el guardián de la memoria del paisaje de Cereixa. Cuando fallezca no quedará nadie que conozca todos los microtopónimos de las parcelas, la extensión y límites de las propiedades, la microhistoria de cada paraje de la parroquia. Este señor es Patrimonio intangible de la Humanidad. Aunque estamos en la época del Google Earth, del LIDAR y los modelos digitales, sin la colaboración de *O'Regueiro* hubiera sido imposible conocer el parcelario real bajo el manto de vegetación selvática que cubría el castro de San Lourenzo. Él está confiado en que aparecerá oro, como así se afirma en las leyendas. También nos dio un consejo: "elegid mejor un santo que cure enfermedades, que eso es lo que da dinero". Pero en Cereixa ya tenemos el San Blas para cubrir esa función.

O'Corbal es descendiente de una saga de artesanos, carpinteros y herreros. Él se dedica a arreglar casas viejas y poner tejados de pizarra. A raíz de la limpieza del castro se ha ido animando y ha empezado a trabajar su particular San Lourenzo, una talla de madera en madera de fresno. Este vecino se inspira en series de televisión como *Águila Roja* para diseñar mandobles y espadas en su fragua. Está muy interesado en la metalurgia de los castreños y los romanos.

No nos podemos olvidar tampoco de Don José, el cura párroco, quien ve en la recuperación del castro una posibilidad de recristianizar a estas gentes y conseguir que algunos vuelvan a la iglesia. Este hombre sospecha (con buen criterio) de estos mártires paleocristianos y no se acaba de creer sus fantásticas historias hagiográficas. En todo caso, al comienzo del proyecto, se acercó a la casa del arqueólogo director del proyecto (el que suscribe) y trajo un fascículo monográfico sobre la figura de San Lorenzo publicado por la editorial diocesana de Sevilla en la década de 1990.

O'Corenta es, entre otras muchas cosas, tamborilero y compositor. Su abuela le contaba las leyendas de los *mouros* y *mouras* del castro y conoce de primera mano toda esa tradición oral. De boca de sus mayores escuchó la letanía que se recitaba en la comitiva para pedir la lluvia. "¡San Lourenzo vén a nós, que o ferrado das fabas pagámolo nós!" Haciendo gala de su genio creativo, y partiendo de este estribillo, compuso la siguiente copla [la traducción del original en gallego es nuestra]:

"Cuentan los viejos que un día
se escapó de la iglesia un santo que allí había.
Dicen que se marchó enfadado,
porque la gente del pueblo no pagaba el *ferrado*.
¡Pues hay que ir a buscarlo! dijo el señor cura.
¡Pues vamos allá! dijo el sacristán.
Sin prisa chaval que todavía es verano.
Convocaron al pueblo a una reunión y ¿qué acordaron?:
salir a buscarlo en una procesión.

Sacaron a la Virgen, a dos o tres santos
y fueron río arriba recitando esta letanía.
¡San Lourenzo vuelve con nosotros,
el impuesto de las habas lo pagamos nosotros!
¡San Lourenzo vuelve con nosotros,
el impuesto de las habas lo pagamos nosotros!
Y allí lo encontraron, quieto, sin pestañear,
entre el Agro y el Palomar.
Y desde entonces el Agro lleva su nombre
y dio maíz y habas, para el santo… y para el hombre".

O'Corenta reclutó a su colega *O'Netzer*, policía municipal en la capital comarcal, para limpiar de vegetación el tramo del antiguo camino que lleva al *Porto do Santo*, al paso del río por el que habría que llevar en procesión al santo en la fiesta del 10 de agosto, camino del castro. Los dos, a las siete y media de la mañana allí se plantaron con sendas desbrozadoras para que quedase expedito el paso al San Lourenzo.

Este *Porto do Santo* era un espacio femenino por excelencia. Todavía en la década de 1980 las mujeres lavaban la ropa en las dos riberas del río; de un lado, las de A Ría (barrio de A Zapateira), del otro, las de A Ponte. Allí se cantaba y se intercambiaba información. Carmiña *d'A Regueira*, emigrada en su día a Venezuela, tomó la determinación de crear toda una performance con su prima, la ya citada Maricarmen. El 10 de agosto, cuando la comitiva con el santo llegó al río ellas dos se apostaron con sus tablas de lavar y su pañoleta en la cabeza, como en los viejos tiempos. Toda una reivindicación del sentido de lugar, una apropiación simbólica de un espacio premoderno en tiempos postmodernos por parte de las mujeres, las más subalternas entre el campesinado subalterno en la sociedad rural tradicional. En la procesión, en el tramo final antes de subir al castro, estas mujeres también quisieron llevar en andas el santo.

FIG. 5 | Candela, la última niña de Cereixa, posa ante el cartel indicador del castro, diseñado por los vecinos.

Candela tiene 11 años y vive al pie del castro, en la aldea de Alende. Realmente es la única niña de esa edad que hay en la parroquia. Conoce el sitio de San Lourenzo porque se crió con su abuela y con ella solía ir a coger agua a la fuente o a dar un paseo por el entorno. Cuando empezamos a excavar en la *croa*, Candela decidió subir y pasar alguna que otra tarde con nosotros. Armada con su cuaderno, vistiendo su camiseta de María Castaña, se sentaba siempre debajo de uno de los dos alcornoques del castro y se ponía a retratar a los arqueólogos y a dibujar a lápiz panorámicas. Como nos llegó a comentar en su día, a ella le gusta que se excave y se recupere el castro porque ella está sola en Cereixa y así, con la excavación, vendrán niños y niñas de otros sitios con los que podrá jugar.

O'Modesto trabajó en Madrid como conductor de autobús urbano en la empresa municipal de transportes. Ahora, recién jubilado, ha vuelto a trabajar el campo y pasa grandes temporadas en Cereixa. Este hombre, enamorado de su pueblo, es uno de los pocos que conoce todavía el lenguaje de las campanas, los códigos manejados por los *badaleiros* (campaneros). El día de la fiesta del santo, allí estuvo apostado en el campanario, durante una hora que duró la procesión desde la iglesia hasta el castro. A través de mensajes de whatsapp se le avisaba de las paradas técnicas.

O'Lagoa emigró a Venezuela con apenas quince años en la década de 1960. En los duros inicios de la emigración en Caracas compartió la experiencia con otras familias de Cereixa. Hecho a sí mismo, es un buen ejemplo del denominado *sueño americano*. Actualmente este empresario y hombre de negocios reside entre Norteamérica y Cereixa. En puridad, puede ser definido como un *indiano* del siglo XXI. Amante del arte, es un convencido galleguista empeñado en proteger, restaurar y promover el patrimonio cultural del sitio en el que nació. *O'Lagoa*, a través de su mecenazgo, está cubriendo el vacío dejado por las administraciones. Hasta el momento el proyecto del castro de San Lourenzo no cuenta con el apoyo económico de ninguna administración, exceptuando el caso del ayuntamiento de A Pobra do Brollón, que ha colaborado en la limpieza biótica del yacimiento arqueológico. Este es un aspecto crucial en este proyecto: no dependemos económicamente de las instituciones, ni estamos supeditados a coyunturas políticas, ni corremos el riesgo de ser absorbidos por intereses partidistas y/o personalistas. Estos son dos factores clave para el éxito del proyecto: integra a toda la comunidad local por encima de diferencias ideológicas y goza de una independencia y capacidad de autogestión que no se dan en otros contextos.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 54 28/07/2025 11:42:02

EL PULPO Y EL CHURRASCO

En la *Gallaecia* romana las fuentes clásicas nos hablan de unos núcleos de población denominados *fora*, centros comarcales que actuaban a modo de mercado en el marco territorial de los diferentes grupos étnicos (*Forum Limicorum*, *Forum Girrurorum*, p.e.). Del mismo modo, en la Galicia rural tradicional las *feiras* eran y siguen siendo el punto de encuentro fundamental a escala supralocal (a escala parroquial está la iglesia y la taberna). En nuestra zona de trabajo los cambios han sido notables en las tres últimas décadas. Ya no hay ganado en las ferias, unos pocos vendedores se apostan para vender ropa, calzado y aperos y poco queda ya del pasado. Sin embargo, sigue siendo (junto con los entierros y *cabodanos*) el punto de encuentro fundamental, el lugar privilegiado para intercambiar información, para ver y ser visto. A este respecto, la comensalidad *ferial* es básica para entender la economía política galaica. Y dentro de estas coordenadas, el pulpo es el dios rural postmoderno, toda una religión (Fidalgo 1999). En los circunstanciales encuentros en el rural la gente no suele hablar del clima (esa es una conversación urbana, de ascensor), sino que se pregunta si el pulpo estaba bueno el día de feria o se debate sobre la calidad del cefalópodo servido entre los distintos puestos. El proyecto del castro de San Lourenzo no se puede entender sin esta deidad rural que vino del mar: el pulpo. Nada más comenzar la excavación, el día 2 de agosto (*feira* en A Estación da Pobra do Brollón), nuestro mecenas invitó al equipo a todo un banquete inaugural. La ceremonia se fue repitiendo a lo largo de todo el mes, en las dos ferias mensuales de A Pobra do Brollón (días 11 y 25) y así sucesivamente. Los arqueólogos fueron recibidos con pulpo y se despidieron con pulpo.

La investigación sobre la comensalidad ha marcado la agenda de los estudios de la Edad del Bronce y la Edad del Hierro en los últimos años y con razón, ya que el estudio del banquete y la reunión son claves para comprender cómo funcionan sociedades premodernas, ya sean campesinas, de jefaturas o ambas cosas a la vez (Hayden 2014). Del mismo modo, para trabajar en Arqueología en comunidad en la Galicia rural debe asumirse este factor clave. Así pues, en el proyecto del castro de San Lourenzo, como ya apuntamos, nos propusimos un objetivo realmente ambicioso: recuperar una tradición perdida (que no olvidada) y organizar una fiesta que, partiendo de la tradición, se abriese también a nuevas formas de hacer. En este sentido, diseñamos un amplio programa de actos, nunca visto hasta entonces, para el día 10 de agosto en el castro: visitas guiadas, un taller de cerámica castreña, un arqueocampo para niños, otro taller de metalurgia de bronce, una degustación de cervezas artesanales, la actuación musical de un grupo folk local, una *queimada* popular y hasta una observación astronómica de las lágrimas de San Lorenzo. Nuestro diseñador, Juan Pablo Venditti, ideó un panel que rompió con el canónico modelo de cartel festivo parroquial, el mismo desde hace décadas.

Dentro de este ambicioso programa de socialización dejamos el ámbito gastronómico de lado, ciertamente. Craso error. El entusiasmo de la comunidad local a la hora de participar en esa jornada estaba reñido con una anomalía incomprensible: los rumores apuntaban a que no habría pulpo en el castro. Nos dimos cuenta de los tintes de tragedia épica que estaba tomando el asunto cuando Candela, la niña de Alende, se nos acercó y nos preguntó curiosa: *Andan diciendo por el pueblo que en el San Lourenzo no va a haber pulpeiras*. No había vuelta atrás. Por esas fechas era imposible contratar a estas profesionales, ya que coincidían fiestas y *feiras* en toda la comarca, a rebosar por todos los emigrantes retornados, veraneantes y turistas. Las *pulpeiras* con las que contactamos tampoco se atrevían a adentrarse en lo desconocido, en una fiesta de nuevo cuño en el medio del monte, sin garantías de ningún tipo.

Finalmente solventamos la papeleta con una comida popular al pie del castro, al lado del río, bajo una carpa en la que se sirvieron platos típicos, entre ellos empanada, *carne ao caldeiro* y... *churrasco*, ese gran invento trasatlántico, inventado por los *indígenas* brasileños y que a través de Venezuela y Argentina llegó a Galicia. Éste es el segundo protagonista de la historia. *O'Moure*, emigrante en Venezuela, retornó a la parroquia y en 1973 fundó la primera parrillada de la provincia de Lugo: *O'Fogón*. Rápidamente todo el mundo vio una conexión evidente: la primera churrasquería tuvo que ser precisamente en Cereixa, en donde se venera un santo que murió asado a la parrilla. Este restaurante, uno de los principales negocios locales, se convirtió en santuario del proyecto, en escenario de las grandes celebraciones. Así pues, el tradicional partido de solteros contra casados se rebautizó como *Memorial San Lourenzo*. Arqueólogos y paisanos se enfrentaron en el campo y compartieron plato y mantel en *O'Fogón*. Esta inmersión etnocultural de los arqueólogos foráneos (extremeños, asturianos, castellanos, vascos, aragoneses) a través de la comensalidad y la implicación colectiva tuvo sus resultados: en la procesión hacia el castro, los jóvenes de la parroquia invitaron a los arqueólogos a portar el santo durante un tramo del recorrido (**FIG. 6**).

Volviendo al churrasco, todo ello ha servido para consolidar la imagen de marca de la parroquia de Cereixa. A comienzos de diciembre de 2016 se organiza en el ayuntamiento de A Pobra do Brollón un Concurso de Tapas: nuestra parrillada participa con la *Tapa San Lourenzo*, una recreación de la cara del santo sobre una losa de pizarra. El churrasco es un excelente plan B. *O'Casanova*, ex alcalde de A Pobra do Brollón y actualmente hostelero, considera que en la fiesta del año que viene tenemos que organizar en el castro una gran churrascada en homenaje al santo chamuscado. Y así lo haremos.

La comunidad rural de Cereixa sigue siendo fiel al calendario cíclico, a la reactualización constantes de prácticas y ritos (matanza, vendimia, *magosto*...). Los grandes eventos comunales se realizan al pie de los robles centenarios de *Os Carballos* en primavera-verano y en invierno en el centro social de la A.V. Y no se entienden sin el concepto de banquete colectivo (**FIG. 7**).

FIG. 6 | Arqueólogos portando el santo durante la procesión al castro, en la romería de San Lourenzo.

FIG. 7 | Banquete colectivo en el Día das Letras Galegas, en el centro simbólico de la parroquia, Os Carballos.

VALORACIÓN FINAL: LA MAGIA DE LA ARQUEOLOGÍA

Categorías como *ultraperiferia* o *Galicia profunda* no sirven para pensar una comunidad rural como Cereixa. Este pequeño lugar ha estado estrechamente conectado con el mundo. Los flujos migratorios han definido una dinámica trasatlántica desde fines del siglo XIX. Primero, la construcción del canal de Panamá y el éxodo posterior a Cuba y Estados Unidos. A partir de 1955, Argentina y, sobre todo Venezuela. Después, Bélgica, Francia, Australia... Muchos jubilados y jubiladas de la parroquia son políglotas y han pasado gran parte de su vida en otros países o en otras comunidades como Euskadi o Catalunya. Ellos y ellas han visto cómo sus hijos y nietos se han reasentado en el lugar donde nacieron sus padres y sus abuelos. Por lo tanto, estamos ante un grupo humano que conecta lo local con lo global, que construye y re-construye constantemente su identidad colectiva y la proyecta al exterior. El proyecto de San Lourenzo es seguido por cereixanos y cereixanas de la diáspora desde París, Caracas, Miami o Sidney, es construido por campesinos, desertores del arado, excampesinos, neorresidentes, segundos residentes y población neorrural.

Este marco de actuación es el que marca las pautas de nuestra experiencia de Arqueología en Comunidad. En las últimas décadas proliferan suficientes ensayos y códigos de buenas prácticas dentro de esta disciplina, proyectos internacionales modélicos y diferentes tendencias teóricas para reflexionar sobre la construcción social del patrimonio. En este sentido, no pretendemos servir de guía para nadie. Probablemente existan tantas Arqueologías en comunidad como comunidades posibles. Cada contexto sociocultural define el campo de lo posible. En nuestro caso, hemos apelado a toda una Arqueología emocional para la que hemos utilizado como categorías clave la identidad, la comensalidad, la religiosidad popular, el mito y la ciencia.

En cuatro meses conseguimos recuperar para la parroquia un espacio invisibilizado, oculto y olvidado por todos, en un espacio social abierto a la comunidad, en todo un referente identitario. ¿Por qué han funcionado el castro, María Castaña y el santo? La niña Candela quizás sea la que mejor lo ha resumido. Porque son símbolos de cohesión social que ayudan a mirar al futuro con cierta esperanza y optimismo. La parroquia sigue viva y se siente orgullosa de recuperar su paisaje cultural. En algunas parroquias vecinas consideran que aquí se entierra el dinero, que los de Cereixa están locos, porque han hecho una procesión sin curas (el párroco titular estaba de baja y el sustituto, no podía caminar tanto por problemas médicos). El día 10 de agosto, miércoles, día laborable, congregó a todas las familias de Cereixa en el castro. Hubo gente que hacía décadas no entraba en la iglesia pero ese día sí lo hizopor la restauración del "santo".

Nao castro. San Lourenzo hace milagros, hasta consigue que arqueólogos ateos y algún comunista lo lleve en volandas hasta el castro. Hasta logra que un vehículo oficial del CSIC se convierta en un soporte móvil del programa de fiestas.

Otro aspecto importante ha sido implicar a los vecinos y vecinas en la construcción del conocimiento sobre este paisaje cultural, incorporar al relato el saber popular, el imaginario colectivo. El mito es una herramienta fundamental para soñar y, complementado con la ciencia, da resultados prodigiosos. Por eso también hablamos de la magia de la Arqueología, fundamental para vencer el escepticismo de aquellos y aquellas que consideraban que el castro no tenía valor, que allí nada había. La cadena técnico-operativa seguida por el proyecto arqueológico ha definido una secuencia operativa en cuatro fases: limpieza biótica, vuelo con dron, prospección geofísica y excavación arqueológica. El impacto mediático de los resultados de los trabajos ha coadyuvado notablemente a generar expectación y consolidar ese sentimiento de orgullo. La apertura de las excavaciones a todos los vecinos y la instalación del laboratorio de procesado de materiales arqueológicos en el bajo del local social también fueron decisiones que contribuyeron a socializar el conocimiento y a legitimar la actividad científica como algo *que genera cosas buenas para el pueblo*.

Así hemos sentado las bases para un proyecto a medio plazo que sí puede servir de propuesta alternativa para poner en valor el patrimonio cultural real de la Ribeira

Sacra, aquel que es sentido como tal, como propio, por sus habitantes. Porque la Arqueología sí que puede llegar a ser una herramienta útil para transformar la realidad y para ayudar a comunidades rurales que, como Cereixa, se resisten a dejar de ser (**FIG. 8**).

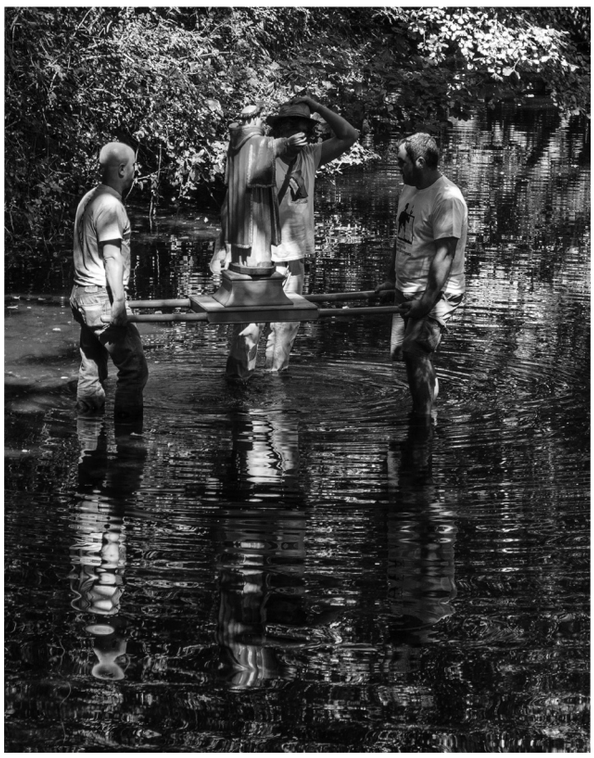


FIG. 8 | Miembros de la directiva de la Asociación de vecinos mojan los pies al santo en el río, durante la procesión al castro. Tradición recuperada el 10 de agosto de 2016 (Foto de Helena Cerviño).

BIBLIOGRAFÍA

Ayán Vila, Xurxo (2014), "El capital social del patrimonio arqueológico. La gestión para el desarrollo y la participación de las comunidades locales". En: Vives-Ferrándiz, Jaime y Ferrer García, Carlos (eds.), *El pasado en su lugar. Patrimonio arqueológico, desarrollo y turismo*. Museu de Prehistòria de València, València, p. 139-176.

Ayán Vila, Xurxo (2021a), "Myth, Science and Community: the archaeological project of San Lourenzo hillfort (Galicia, Spain)". *Journal of Community Archaeology and Heritage*, 8(3), p. 145-159.

Ayán Vila, Xurxo (2021b), *San Lourenzo ven a nós. Memorias dun castro galego*, Santiago de Compostela.

Ayán Vila, Xurxo (2021c), "Proxecto arqueolóxico castro de San Lourenzo". En Sabah Walid, Juanjo Pulido y Esther Rodríguez (eds): *Arqueología y Procomún. Guía para el desarrollo de procesos de ciencia comunitaria en el rural*. FECYT, Mérida, p. 92-103.

Ayán Vila, Xurxo y Gago Mariño, Manuel (2012), *Herdeiros pola forza. Patrimonio Cultural, Poder e Sociedade na Galicia do século XXI*, Ames.

Ayán Vila, Xurxo., Novo, Olga y Gago Xosé (2021), "Voces Ceibes: oralidad, paisaje y memoria en la Ribeira Sacra (Galicia, España)". Revista *Memória em Rede*, 13 (24). Universidade de Pelotas, Pelotas, p. 11-38.

Bouza Brey, Fermín (1963), "Ritos impetratorios da choiva en Caliza: a inmersión dos sacra e os vellos cultos hídricos". En: *Actas do primeiro Congresso de Etnografía e Folklore* (Braga, 22-25 de Junho de 1956). Biblioteca Social e Corporativa. Vol. I, Lisboa, p. 125-38.

Díaz-Andreu, Margarita (2016), "Arqueología, comunidad y valor social: un reto para el patrimonio arqueológico del siglo XXI". En Díaz-Andreu, Margarita; Pastor, Ana y Ruiz, Apen (eds.), *Arqueología y comunidad: el valor social del patrimonio*, Madrid, p. 69-89.

Fidalgo Santamariña, Xosé Antón (1999), *La gran pulpada gallega. Consideraciones histórico-antropológicas de la fiesta del pulpo de Carballiño*, Barcelona.

Hayden, Brian (2014), *The Power of Feast. From Prehistory to the Present*, Cambridge.

Jiménez Esquinas, Guadalupe y Sánchez-Carretero, Cristina (2015), "Mediaciones patrimoniales para relaciones incendiarias: el caso del santuario da Virxe da Barca de Muxía". *Revista PH*, 88. Sevilla, p. 2-8.

López Rodríguez, E.; Álvarez González, Yolanda y López González, Luis Francisco 1997, "Ficha de catalogación do castro de San Lourenzo (Cereixa, A Pobra do Brollón, Lugo)". Inventario da Dirección Xeral de Patrimonio Cultural, Santiago de Compostela.

Portela Silva, María Xosé (2007), *Documentos da Catedral de Lugo*. Século XIV, Santiago de Compostela.

MUSEUS COM COLECÇÕES DE ARQUEOLOGIA

FILOMENA BARATA
CIDEHUS - CENTRO INTERDISCIPLINAR DE HISTÓRIA, CULTURAS E SOCIEDADES

DOS LUGARES DE MEMÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES

«Todos os colectivos têm a sua memória; alguns deles retiram dela uma história; interessando os vizinhos por ela, poucos conseguem fazer História. Para ultrapassar o contexto onde se vive, não basta "deixar vestígios". Registar num suporte, sim, começa-se por aí. Mas para transformar um entreposto num trampolim, é preciso reactivá-lo de geração em geração através do ensino e dos rituais, astúcias indispensáveis para o fazer sair do nada. E a ligação de uma alma colectiva (expressão de um corpo transindividual) a um património dos vestígios que permite acrescentar um reconhecimento (social) a persistência (física) de um passado através de uma tradição.

Dar vida a um stock de letras, de marcas ou de volumes, requer a invenção duma ortopraxia, um sistema de liturgias familiares e comunitárias susceptíveis de abrir para o futuro um legado de símbolos que uma descodificação sábia, solitária e cerebral reduziria rapidamente ao silêncio do vestígio».

Régis Debray, *Deus - um Itinerário. Ambar*, 2002

Refletindo a partir da análise de intervenções e de "projectos e valorização de sítios arqueológicos", centrámo--nos nos seguintes aspectos:

1 - O valor intrínseco da "ruína", enquanto testemunho material imóvel, tanto mais que se está, tantas vezes, ou a maioria delas, perante fragmentos de uma História que afinal não foi narrada, ou seja, "descrita".

As realizações humanas manifestas tanto em obras materiais como intelectuais perduram no tempo, rompendo o vínculo da sobrevivência humana. Nascidas num momento determinado, com um contexto definido, elas sobrevivem, ou não, prolongando a sua existência para lá desse contexto. Conservando o sentido original ou mudando segundo a evolução dos critérios de pensamento e dos valores das comunidades, os vestígios materiais são, na maioria dos casos, os únicos veículos que temos para a inteligibilidade ou "reconstituição" do passado, dos códigos sócio-económicos, políticos e ideológicos de um povo ou povos.

Por isso a importância que assumem os vestígios arqueológicos.

Parafraseando Vitor Oliveira Jorge no seu *Projectar o Passado*, diremos: " Entre as marcas caóticas desse passado, que herdámos e nos rodeiam, tentamos ver a clareza de uma trajectória, e assim indicar o que já amanhã se insinua

FIG. 1 | Campanhas de escavação, conservação, restauro reconstrução, 1959 - 1973 coordenadas por D. Fernando de Almeida em Miróbriga (Fotografia da Câmara Municipal de Santiago do Cacém)

naquilo que temos sido até hoje"[1].

Para o fenómeno da sobrevivência e conservação dos valores patrimoniais e culturais podem apontar-se motivações de variadíssima ordem:

- Necessidade de preservação da memória individual ou colectiva;
- Vontade política de perpetuar os mesmos valores espirituais e ideológicos;
- Necessidade prática de conservar a obra que desperta afectos, que é útil ou "bela";
- Necessidade de a conservar porque nos agrega, num momento ou num lugar.
- A rentabilidade económica que o turismo introduziu e que favorece e viabiliza, em alguns casos, a preservação de bens patrimoniais.

O acto de conservar registos do passado é quase tão velho como o próprio Homem. É reconhecido na antiga Suméria o interesse pela conservação e ampliação dos templos de dinastias anteriores, com a intenção de manter vivo o espírito religioso que assegurava um determinado equilíbrio social.

Na Grécia Antiga, recomendava-se a limpeza periódica das esculturas dos templos, bem como outros cuidados com as "obras de arte". Plínio que "os antigos aplicavam uma capa de betume" às estátuas de bronze e que, em alguns casos, retocavam as estátuas de mármore antigas que recebiam uma decoração pictórica. Os Gregos tinham, ainda, cuidados

1| Vitor Oliveira Jorge. Projectar o Passado. Editorial Presença, Lisboa 1987, p.7

especiais com o ambiente de alguns locais onde colocavam as estátuas. No Partenon, para obviar à secura do ambiente, eram distribuídos alguns depósitos com azeite que tinham em vista a preservação de obras como a Ateneia de Fídias[2].

Mas assistimos, igualmente, ao longo da História, à destruição ou reutilização dos vestígios do Passado.

Basta ver a sobreposição, até à actualidade, de construções no tecido urbano, sacrificando as mais antigas que, quantas vezes, ficaram reduzidas a meros fornecedores de matéria-prima das mais novas. A título de exemplo podemos referir que, quando da decadência do Império Romano, com a ameaça da invasão dos povos germânicos, se sacrificaram muitas edificações, fundamentalmente as monumentais, à protecção das cidades: as muralhas que passam a envolver os aglomerados urbanos apoiam-se, quantas vezes, nas antigas que, desmanteladas, servem para a sua construção.

Em Troia, Grândola, apenas para lembrar um exemplo, ainda no século XVI, se encontravam documentos notariais de emprazamento que permitiam a utilização da pedra das ruínas em edificações novas, salientando o facto de na península do mesmo nome a única pedra acessível serem os calcários da Arrábida, os conglomerados do Alto do Viso, os mármores de Estremoz e os "mármores" fétidos de S. Brissos que os romanos haviam transportado para a edificação da cidade industrial[3].

Como afirma Jean-Jacques Goblot: "Tudo se passa como se a humanidade, para progredir, tivesse ao mesmo tempo que conservar as aquisições da sua história passada e libertar-se do seu peso: conservar, sob pena de "tornar a partir do zero", as aquisições do seu desenvolvimento histórico anterior, romper com tudo o que, nesse desenvolvimento, era "natureza" e expressão dos seus limites"[4].

2 - O valor dos objectos

Os objectos encontrados em contexto de escavação colocam-nos bastantes questões enquanto possibilidade de "descrição", tendo presente que as dificuldades que se colocam à sua "decifração", enquanto parte de contextos ou conjuntos culturais, são inúmeras, pois apenas são, a maioria das vezes, "o espólio do espólio", ou seja, o que já, antes de nós foi seleccionado, melhor dizendo, abandonado.

Os objectos arqueológicos de Museu são, portanto, na sua maioria esse "espólio" já de si excluído, à excepção dos casos em que um cataclismo selou ambientes ou de ambientes funerários que foram intocados.

Clarificando, gostaria de aprofundar de que forma estamos perante um conjunto de indicadores que, se por um lado, nos parecem fazer vislumbrar a capacidade de interpretar, são, no entanto, enganadores, pois apenas são os fragmentos dispersos e "abandonados" de realidades culturais: uma outra história se poderia contar dos que seleccionados foram passados de mão em mão, até se lhes ter perdido o "lugar".

3 - O conceito de "valorizar"

Pese as inúmeras teses e trabalhos já realizados sobre o tema, gostaria de aprofundar o conceito de "valorizar", enquanto fenómeno de atribuir valor, ou dar um valor acrescentado.

Porque, por um lado, o conceito de "valorizar" parece ter subjacente a ideia de que, sem essa atitude, o "objecto" ou o sítio *per se* não tem atributo ou adjectivação suficiente, pois é incapaz de "contar uma história", de representar um momento ou ideia, ou simplesmente de ser suficientemente belo ou simbolicamente representativo sem ser sujeito a essa "valorização".

Tentaremos aqui abordar uma outra questão que é a capacidade ou incapacidade das coisas se contarem sem que o testemunho da palavra venha corroborar, ou seja, o que poderíamos dizer, apenas de forma simplista, utilizando o discurso museográfico, que não há objecto sem legenda, sem texto.

4 - O Património se constrói sobre o Património?

Ainda no contexto desta reflexão sobre o conceito de "valorizar", cuja expressão teve o expoente no terceiro quartel do século XX, gostaria de a partir dos exemplos que adiante serão dados de reflectir sobre os seguintes aspectos:

Que Património se aduziu ao Património com as intervenções e projectos de valorização.

Servir-me-ei, fundamentalmente, da análise dos exemplos dos Itinerários Arqueológicos, pois foi um programa que acompanhei de perto, tentando caracterizar os sítios, as tipologias de intervenção, seriando-as e descriminando-as e debruçando-me, mais detalhadamente, nos aspectos do discurso interpretativo/museográfico e também no discurso arquitectónico, como guardião, ou como "invólucro" privilegiado desse mesmo discurso interpretativo.

Ou seja, tentarei analisar de que forma a arquitectura se manteve, de algum modo, hegemónica, como representante de um discurso museográfico que também acaba por ser um discurso marcado pelo seu tempo e, mas ainda, pelo poder, porque a obra pública assume-se sempre como o seu instrumento[5].

Não há, portanto, "valorização" inócua, sem marca temporal e político-cultural.

2| PLÍNIO. Textos de Historia del Arte, Edición de Esperanza Torrego, Madrid, 1987, p.36

3| BARATA, Filomena. "Porquê e o quê conservam os Homens desde períodos remotos"? https://ascidadesdalusitania.blogspot.com/2015/07/filomena-barata-porque-e-o-que.html

4| Jean-Jacques Goblot - Materialismo Histórico e História das Civilizações, Editorial Estampa, Lisboa 1975. p. 122.

5| Cf. Mariana Alexandra Carneiro Azevedo. Arquitectura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico. Dissertação de Mestrado. Novembro 2008.

A ARQUEOLOGIA: "O MAIS DEMOCRÁTICO DOS PATRIMÓNIOS"

Parafraseando Luís Raposo, podemos dizer que não existe nada de mais universal e próximo como manifestação presente do passado do que o vestígio arqueológico... um passado literalmente debaixo dos nossos pés.

A Arqueologia constitui, assim, segundo o mesmo investigador, o mais democrático dos patrimónios, nas suas várias dimensões e manifestações:

- Na Cidade e no campo
- Grande construção e ruína ou pequena fogueira
- Peça valiosa e resto de lixeira
- Objecto simbólico ou ritual e ferramenta do dia-a-dia

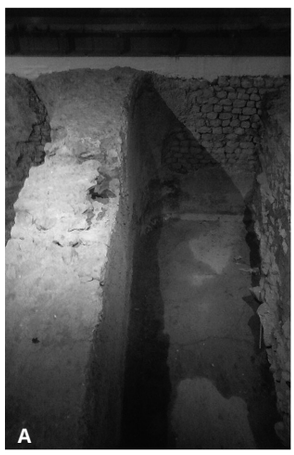


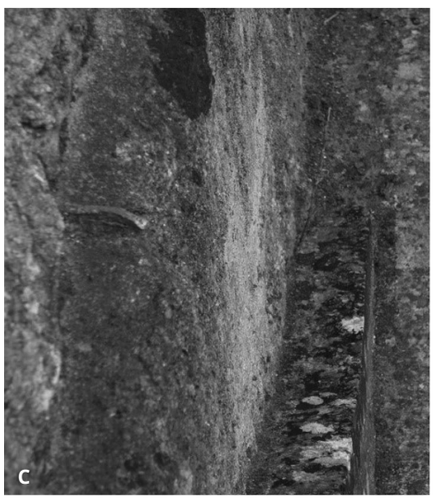
FIG. 2

A – Fábrica de salga da Casa do Governador da Torre de Belém

B - Miróbriga, escadaria da zona residencial e Capela de S. Brás

C – Espigão de bronze que prendia as placas de revestimento dos balneários de Miróbriga.

D – Figura antropomórfica com carácter apotropaico em osso. Miróbriga



DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: ALGUMAS QUESTÕES

Questões de fundo se colocam quando se decide sobre a conservação e salvaguarda dos bens arqueológicos. Como e quem decide o que tem valor social e simbólico para uma Comunidade?

Se, do ponto de vista científico, mal ou bem, se foram encontrando mecanismos de aferição que justificam, embora com muitas assimetrias, as prioridades de intervenção, já no que respeita à abordagem sobre o valor social dos sítios e às opções subjacentes à sua salvaguarda e valorização a questão torna-se muito complexa.

Exige-se, cada vez mais, um maior conhecimento e uma visão política do território que permita uma leitura equilibrada dos recursos, ou seja, as suas "mais valias" simbólico-culturais ou físico- culturais, humanas económico-financeiras ou geográficas.

Acresce-se que noção de sítio arqueológico, que compreende os vestígios arqueológicos e a sua envolvente ambiental e humana, se instalou definitivamente, desde a segunda metade do século XX, nos conceitos actuais de preservação.

Salvaguardar sítios e paisagens e valorizar "in situ" os vestígios do Passado exige investimentos e, principalmente, uma manutenção contínua que têm como base a capacidade económica das comunidades.

FIG. 3 | Fotografia aérea de Miróbriga. Santiago do Cacém. Filomena Barata 1997.

COMO E QUEM DECIDE O QUE TEM VALOR SOCIAL E SIMBÓLICO PARA UMA COMUNIDADE?

Obviamente deveriam ser as próprias comunidades, sendo para isso necessário que haja um envolvimento sistemático com o trabalho científico.

Se teoricamente parece algo de tão natural como a própria ideia de Democracia, a verdade é que não se pode ainda assumir que seja uma realidade em todas as áreas do conhecimento, até pela especificidade do trabalho científico que tem exigências nem sempre coadunáveis com a preocupação no "retorno social" da investigação.

E "valorizar", no sentido da comunicação e da partilha social da investigação exige mediação.

FIG. 4 | Fotografias em Miróbriga das campanhas de D. Fernando de Almeida

O QUE ENTENDEMOS POR "VALORIZAR"?

Pese as inúmeras teses e trabalhos já realizados sobre o tema, deveremos aprofundar o conceito de "valorizar", enquanto fenómeno de atribuir valor, ou dar um valor acrescentado, neste caso específico, a vestígios arqueológico.

O conceito de "valorizar" parece ter subjacente a ideia de que, sem essa atitude, o "objecto" ou o sítio *per se* não têm atributos ou adjectivação suficientes, pois é incapaz de "contar uma história", de representar um momento ou ideia, ou simplesmente de ser suficientemente belo ou simbolicamente representativo sem ser sujeito a essa intervenção de valorizar.

Longe estamos da contemplação do ruinismo romântico que se comprazia com a "busca estética do Pitoresco, do Belo ou do Sublime alcançada pela reverência desses espaços, seja pelo incutir de sentimentos hedonísticos poeticamente associados a ruínas coexistindo em simbiose com a natureza e marcando a passagem do tempo, ou seja ainda pelo interesse mais racionalista pelos vestígios arqueológicos de um Passado que se pretendia conhecer e preservar, os artistas do Romantismo possuíam de facto uma forte atracção pelas ruínas e pelos significados a estas associados"[6].

Há, pois, que equacionar qual é o limite da "valorização", pois, se, por um lado, implica valores subjacentes à partilha democrática, também ela pode originar excessos de populismo na comunicação.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ARQUEOLOGIA

Podemos, sintetizando, dizer que a função social da Arqueologia é produzir conhecimento e dar a conhecer, partilhar e comunicar esse mesmo conhecimento.

A Arqueologia, através da sua intervenção, pode ainda colaborar na Educação para a Cidadania. Lembremos como a História, por exemplo, pode ajudar a consolidar, por um lado, o conceito de Património como recurso identitário e como «pertença», mas também, ao mesmo tempo, permite olhar o mundo como uma entidade global, pois, desde sempre o Homem foi migrante e com ele levou crenças, costumes e coisas.

A Arqueologia pode também participar no desenvolvimento local ou regional, criando sinergias.

A Arqueologia pode e deve ser um factor de coesão do território e gerador de dinâmicas sociais e de novas realidades projectivas, que permitam "reforçar a peculiaridade da sua existência no presente.

Através da Arqueologia, podemos promover o conhecimento dos sítios e territórios e aprender que o Território demora milénios a consolidar-se e foi antropizado e modificado.

A Arqueologia permite fomentar identidades colectivas, onde habitantes ou visitantes se revejam, e criar mais-valias económicas que viabilizem a fixação de pessoas.

A Arqueologia permite estabelecer correlações e Interligações e estimular a criação de circuitos e redes Incrementar uma política de colaboração com outras entidades.

QUAL O VALOR SIMBÓLICO DA ARQUEOLOGIA?

Podemos questionar-nos se a Arqueologia como disciplina científica mas também como valor patrimonial permite:

Fomentar emoções?
Promover experiências?
Criar novas sociabilidades ou mesmo novos rituais?
Pensar os lugares como redutos de silêncio?
Incrementar a qualidade dos Lugares?

FIG. 4 | Espectáculo nos Balneários de Mitóbriga, 2001.

A FUNÇÃO TERRITORIAL DA ARQUEOLOGIA

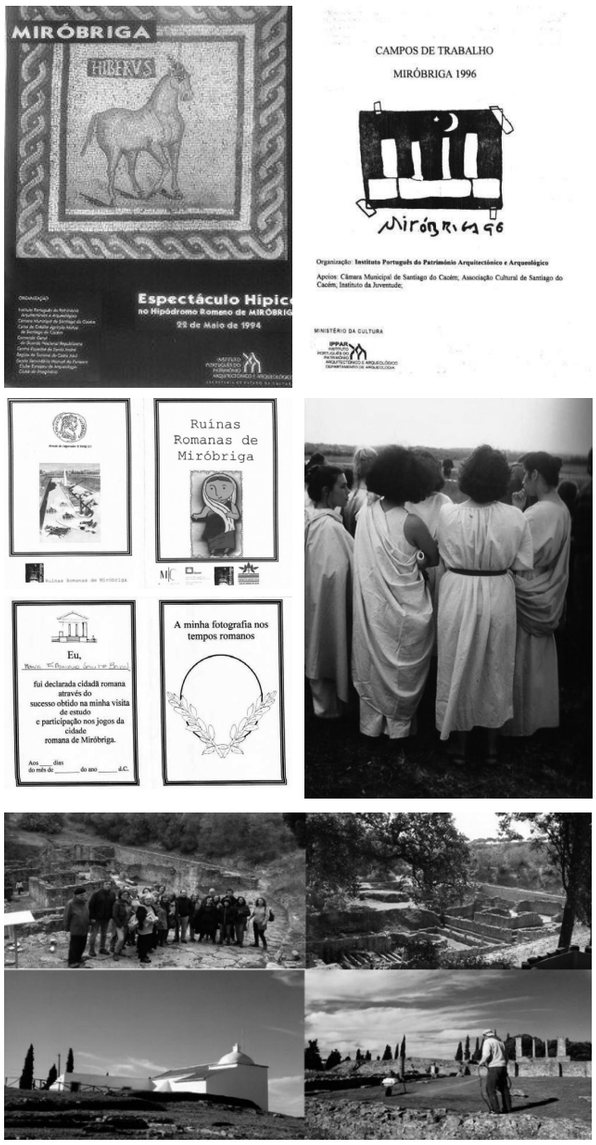
Incentivar o estudo de sítios, territórios, paisagens e heranças materiais e imateriais. Conhecer os recursos culturais e paisagísticos. Fomentar a preservação dos valores ambientais. Fomentar a ligação a um Território.

6| Joaquim Rodrigues dos Santos; Sofia Braga. "As Falsas Ruínas do Romantismo em Portugal: Evolução e Contextos". In: ARTIS - Revista de História da Arte e Ciências do Património. Lisboa: Caleidoscópio, 2016, nr.4 (2ª série), pp.58-67 https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38109/1/Falsas_Ruinas_do_Romantismo_em_Portugal.pdf

QUAL O VALOR SOCIAL E SIMBÓLICO DA ARQUEOLOGIA?

Viabilizar o conhecimento e envolvimento de múltiplos agentes na manutenção e preservação dos bens culturais, envolvendo diversas entidades.

Fomentar o envolvimento das comunidades da definição dos seus valores culturais.



Podemos considerar iniciativas de divulgação e de comunicação, as iniciativas didáctico-pedagógicas para a comunidade escolar e público em geral; as acções de formação com apresentação de resultados dos trabalhos efectuados ou outras vocacionadas para a compreensão dos sítios e territórios; os ciclos de conferências; as exposições permanentes e temporárias; as visitas temáticas e os ateliers de trabalho e todas as demais iniciativas que fomentem medidas de inclusão, designadamente com o recurso à produção de materiais usando as novas tecnologias.

OS SÍTIOS E OS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO

Tal como o património natural e património cultural não podem dissociar-se, a Memória das Comunidades não pode ser divorciada das mesmas, porque a Cultura não é senão a antropização das paisagens ao longo do Tempo.

Os Centros Interpretativos respondem, de algum modo, a essa necessidade, passando a ter uma função integradora e de proximidade.

Contudo, dados os parcos recursos existentes e a necessidade do alargamento do funcionamento em rede, deve sempre ponderar-se se a criação de novas infraestruturas e/ou readaptação de imóveis é sempre necessária, pois a pulverização de centros interpretativos exige grande investimento na sua construção e manutenção.

Vantagens:

Contacto imediato com a realidade envolvente.
Apreensão directa dos vestígios do passado.
Maior possibilidade de recriação de ambientes.
Alargamento dos agentes e intervenientes da comunidade.
Desenvolvimento local e regional.
Inconvenientes:
Impacto negativo da carga de Visitantes aos Sítios Arqueológicos.
Necessidade de reforço na conservação dos vestígios.
Isolamento ou difícil acesso.
Necessidade do retorno social imediatista para a comunidade que pode originar usos menos adequados.
(Baseado em Luís Raposo)

OS MUSEUS DE ARQUEOLOGIA

Vantagens:

Maior facilidade na conservação dos bens móveis e de existência de laboratórios.
Maior facilidade na manutenção dos equipamentos para apresentação dos bens móveis (iluminação, som, etc.).
Facilidade de acesso.

Construção de todo o tipo de discursos, reunindo bens de proveniências diversas. Maior facilidade na constituição de redes de âmbito mais geral.

Inconvenientes

Descontextualização dos bens arqueológicos (sítio e/ou paisagem). Menor ligação dos bens culturais com as comunidades de origem.
Maiores barreiras físicas entre objecto e visitante.
Acumulação de objectos em reservas, sem utilidade social visível.
Exposição massiva de objectos, anulando-os mutuamente. (Citando Luís Raposo)

QUE SÍTIOS? QUE MUSEUS? QUE REALIDADES?

Embora não se trate de um trabalho de levantamento finalizado, podemos sintetizar que, para esta intervenção, nos mereceram particular atenção dois Museus Nacionais de Arqueologia: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa e Museu Monográfico de Conímbriga – Museu Nacional; cerca de 100 Museus com colecções de Arqueologia que listámos; cerca de 30 Centros Interpretativos em Sítios Arqueológicos abaixo sumariamente descritos, embora existam bastante mais disseminados por todo o país[7].

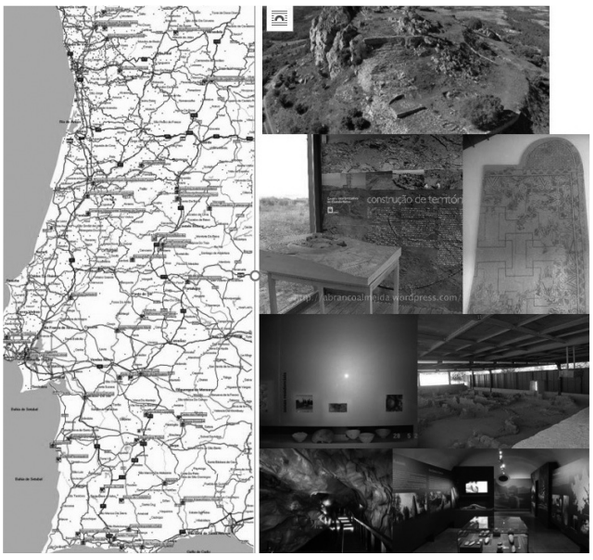
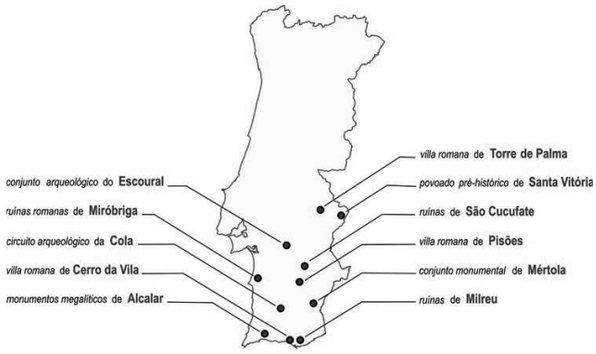


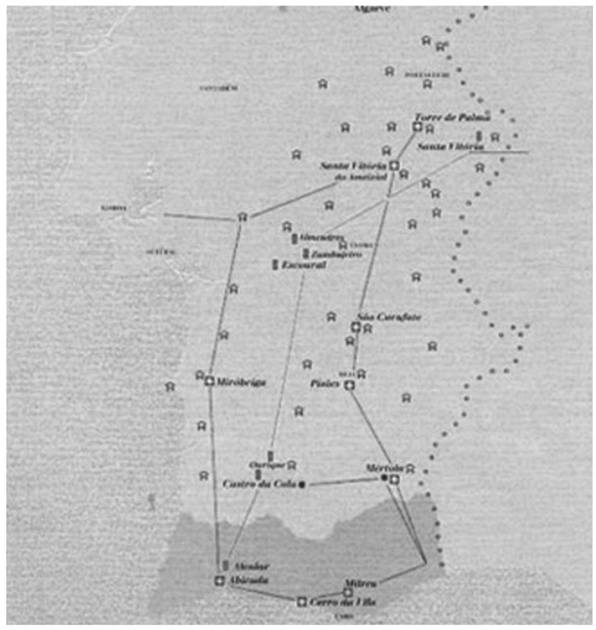
FIG. 8 | Mapa: Mário Jorge Almeida

ALGUNS TESTEMUNHOS: OS ITINERÁRIOS DO ALENTEJO E DO ALGARVE DA UTOPIA À REALIDADE



Na sequência da assinatura de um acordo entre a então Secretaria de Estado da Cultura, através do ex-IPPAR, e da Secretaria de Estado do Turismo, através do Fundo de Turismo, foi criado, em 1994, um Programa de Acções Estruturantes, "Itinerários Arqueológicos", que tinha por objectivo a valorização cultural e turística dos Monumentos e Sítios Arqueológicos, cuja "Alteração aos Regulamentos Financeiros" foi homologada pelo Senhor Ministro da Cultura e pelo Senhor Secretário de Estado do Turismo em Outubro de 1996. Nesta última data foi feita uma reavaliação do programa e das acções em curso, até porque, em muitos casos, a propriedade particular dos terrenos dificultava o bom andamento das intervenções previstas.

Abrangendo um conjunto de sítios arqueológicos situados no Sul do país, revelando testemunhos históricos desde a Pré-história, do mundo Romano e até à Idade Média, os seus principais objectivos eram o melhor conhecimento científico destes locais, a implementação de acções sistemáticas de manutenção e restauro, e a criação de condições adequadas de acolhimento e visita aos monumentos, tendo em vista uma maior divulgação e uma melhor "fruição" desse património por um público cada vez mais alargado.



7| Filomena Barata. Museus e Centros Interpretativos com colecções de Arqueologia em Portugal (em elaboração).
https://ascidadesdalusitania.blogspot.com/p/museus-e-centros-interpretativos-em.html

Com essa finalidade grande parte destes monumentos foi dotada de Centros de Acolhimento e Interpretação, onde o visitante tem a possibilidade de previamente obter uma informação sobre o sítio, através de pequenas exposições temáticas, e aceder a materiais de divulgação e publicações relacionadas com o tema da visita; também os percursos de visita foram objecto de uma requalificação, tendo em vista as melhores condições para o visitante. Os Centros Interpretativos constituem também um factor determinante para a gestão de proximidade dos Sítios.

Pretendia-se que os 11 sítios inscritos no Programa que foram (e estão) (situados 3 no Algarve e 8 no Alentejo) tivessem características diferenciadas entre si, quer no tema de visita que proporcionam, pelos períodos históricos que documentam, quer nas características das respectivas envolventes, possibilitando assim uma selecção por parte dos visitantes, de acordo com os respectivos interesses.

Grande parte dos sítios arqueológicos seleccionados situam-se em contextos naturais de grande valor paisagístico, propiciando uma interacção de interesses entre as actividades relacionadas com o eco-turismo e o turismo cultural, possibilitando e remetendo os visitantes para a descoberta de outros sítios naturais, monumentais, núcleos urbanos e aldeias históricas localizados numa área geográfica mais próxima. Ou seja, pretendia-se que se constituíssem como polos de outras redes culturais a criar ou a inter-relacionar.

Tinha-se em mente uma relação mais estreita entre o público e estes monumentos, entendendo o património edificado como um recurso para o desenvolvimento das comunidades, como factor de diferenciação das raízes de cada uma delas, ou seja, também como vector identitário.

Associando-se ainda à ideia Itinerário, pretendia-se, criando caminhos, fazer um percurso ao longo da História, escolhendo "marcos" de cronologias diferenciadas.

FIG. 11 | *Villa* romana de Torre de Palma, Monforte.

Este Programa, que, em termos gerais, visava criar condições para a dinamização turístico-cultural dos Sítios Arqueológicos, como já mencionado, através do seu melhor conhecimento, preservação e valorização e ainda da criação de infra-estruturas de acolhimento público e de interpretação dos monumentos seleccionados, contemplava os seguintes Sítios Arqueológicos: Ruínas de Miróbriga, Santiago do Cacém; *Villa* romana de Pisões, Beja; Povoado pré-histórico de Santa Vitória, Campo Maior; *Villa* romana de Santa Vitória do Ameixial, Estremoz; Campo Arqueológico de Mértola; *Villa* romana de S. Cucufate, Vidigueira; *Villa* romana de Torre de Palma; Monforte; Parque Arqueológico do Escoural, Montemor-o-Novo e Évora; Parque Arqueológico do Castro da Cola, Ourique; *Villa* romana de Milreu, Faro; *Villa* romana da Abicada, Portimão; Monumentos megalíticos de Alcalar, Portimão; *Villa* romana do Cerro da Vila, Loulé.

FIG. 12 | Ruínas de S. Cucufate, Vidigueira

O programa teve uma Comissão de Acompanhamento com representação das entidades envolvidas e cada um dos Sítios Arqueológicos passou a ter um responsável específico pelo programa de valorização, que efectuou um levantamento prévio das necessidades, definiu o âmbito geral das intervenções, em articulação com os respectivos serviços, propondo e coordenando as acções com ele relacionadas.

Tendo em vista evitar a individualização dos critérios e obviar ao tratamento casuístico ou pontual dos problemas, foi designada uma coordenação geral para este Programa, que se encarregou de estabelecer critérios e prioridades, de fazer a gestão dos recursos, e ainda de viabilizar uma apreciação multidisciplinar das intervenções, fazendo a signatária parte dela.

Paralelamente à assinatura do Acordo acima mencionado, foram signados protocolos com a maioria das Autarquias onde se situam os vestígios arqueológicos, tendo em vista uma estreita colaboração entre o organismo da tutela (Ministério da Cultura) e o poder local, no que diz respeito à sua valorização e à criação de infra-estruturas de apoio. Inaugurado em 2001, pretende fazer a apresentação da Cidade Romana e apoiar a investigação, porque é dotado de um laboratório e salas de trabalho.

O Centro Interpretativo de Miróbriga, onde fora assinado o protocolo, é a estrutura interpretativa de maior escala.

Deve-se ao facto de se implantar nas ruínas da cidade romana Miróbriga que tem uma ocupação entre o século I a.C. e o século V, assentando a cidade num povoado fortificado da Idade do Ferro. No século XVI, foi construída sobre estruturas romanas uma capela dedicada a S. Brás, onde funcionou, até que se concluiu o "Centro de Interpretação".

As ruínas romanas de Miróbriga desenvolveram um conjunto de acções que se prendiam com a sua conservação e restauro, limpeza e manutenção, bem como com o seu estudo, nomeadamente escavações. Foram também efectuadas obras de recuperação na Capela de S. Brás, obras de conservação e restauro na ponte romana e área adjacente, nos balneários e zona habitacional, tendo-se construído um "Centro de Interpretativo, que prentendia não só apoiar este Sítio Arqueológico, como, através da criação de redes locais e regionais, outros locais.

Por isso este centro foi dotado de um laboratório de tratamento de materiais arqueológicos, cuja utilidade

malogradamente apenas parcialmente atingiu os objectivos para que foi criada

Executou-se ainda a sinalização dos vários núcleos arqueológicos[8].

Foram também integrados neste Programa alguns outros elementos, como guardas e jardineiros, que estiveram a trabalhar nos Sítios Arqueológicos, ao abrigo de um protocolo assinado entre o IPPAR e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Uma vez que as acções previstas nos mesmos foram já objecto de anterior publicação detalhada, tentaremos fazer uma sumária síntese das mesmas e um balanço dos aspectos positivos e negativos que, do nosso ponto de vista, se colocaram ao programa.

ITINERÁRIOS ARQUEOLÓGICOS DO ALENTEJO

Pontos Fortes

Investimentos feitos em aspectos estruturantes para os sítios arqueológicos
Criação de circuitos e redes
Política de fomento de acordos de colaboração com outras entidades
Fomento do conceito de Património como recurso identitário e como «pertença».

Pontos Fracos

Investimentos marcados no tempo;
Adaptação e inserção no programa de projectos anteriores;
Adaptação de programas às condicionantes de vária índole, designadamente a espaços disponíveis para Centros de Acolhimento.
Dificuldades com a titularidade dos terrenos
Ausência de uma verdadeira política de investimento a longo prazo, quer no que se refere
aos recursos humanos necessários, quer à manutenção dos equipamentos e dos sítios arqueológicos;
Pequeno investimento feito nas acções previstas em acordos de colaboração com outras entidades.

ALGUNS CENTROS INTERPRETATIVOS DO TERRITÓRIO NACIONAL

Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro, Distrito de Lisboa

O acervo exposto é constituído por armas da época das Guerras Peninsulares e por artefactos arqueológicos doados pela populaçãolocal.

(http://www.cmlourinha.pt/cibvexposicoes)

Centro Interpretativo de S. Lourenço (CISL), Esposende

http://www.visitesposende.com/pt/fazer/monumentos/centro-interpretativo-de-s-lourenco

Centro Interpretativo do Castro de Monte Mozinho, em Penafiel

http://www.museudepenafiel.com/informacoes/horario.php?h=3

Centro Interpretativo do Sítio Arqueológico de Miróbriga - Santiago do Cacém.

O Centro Interpretativo de Miróbriga, inaugurado em 2001, foi construído na sequência de um acordo de colaboração, signado nesse Sítio Arqueológico, em 1994, entre o Ministério da Cultura, através do Instituto Português do Património Arquitectónico, e da Secretaria de Estado do Turismo, através do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, que criou um Programa de Acções Estruturantes, "Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve", acima referido[9].

Centro Interpretativo Villa Romana de S. Cucufate. Vila de Frades, Concelho de Vidigueira, Distrito do Beja

Designação de Classificação do Sítio Arqueológico: Ruínas do Convento de São Cucufate, Protecção Legal: Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 36383, de 28 de Junho de 1947). São Cucufate apresenta três épocas de ocupação, integrando uma primeira fase, sob a forma de uma *villa* datada de meados do século I, que foi demolida para dar lugar a uma outra em meados do século II d. Durante a segunda metade do século IV, a *villa* é sujeita a novas remodelações. À *villa* estava associada a um templo consagrado a divindades pagãs não identificadas, tendo sido cristianizado no século V, verificando-se alguns enterramentos no seu pórtico envolvente. O Centro de Acolhimento e Interpretação,

8| Filomena Barata. "Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve" https://ascidadesdalusitania.blogspot.com/arch?q=centro+interpretativo

9| Para conhecer mais em pormenor, poderá consultar: Filomena Barata. "O Centro Interpretativo de Miróbriga". https://ascidadesdalusitania.blogspot.com/p/o-centro-interpretativo-de-mirobriga-em.html

tem uma exposição permanente sobre o sítio organizada tematicamente, uma sala para acolhimento de grupos e uma loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação. O Sítio Arqueológico tem percurso de visita sinalizado e está dotado de parque de estacionamento para ligeiros e autocarros.

(http://patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/alentejo-algarve/04/).

Casa do Arco, Vila de Frades

O espaço foi destinado à exposição permanente dos materiais provenientes das escavações arqueológicas de S.Cucufate. (http://patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/alentejo-algarve/04/)

Centro Interpretativo de Milreu, Estói.

Situadas junto a Estoi, 9 Km a Norte de Faro, as ruínas apresentam a descoberto um complexo edificado do século III, constituído por uma casa senhorial de grandes dimensões, as instalações agrícolas, um balneário e um templo. O percurso de visita sinalizado está sinalizado. O Centro de Acolhimento e Interpretação tem uma exposição permanente sobre o sítio organizada tematicamente; loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação;

(http://patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/alentejo-algarve/09/).

Centro Interpretativo da Casa da Medusa, Alter do Chão

Embora actualmente em remodelação, esteve instalado no primeiro piso do Cine-Teatro

Municipal de Alter do Chão, a poucos metros da *Villa* Romana da Casa de Medusa, a qual foi objecto de um projecto de valorização que contenplou a colocação de uma cobertura, um passadiço, tratamento do mosaico do *triclinium*, onde está representado Alexandre, o Grande.

Centro de Acolhimento e Interpretação dos Monumentos Megalíticos de Alcalar

Nas proximidades de Portimão, situa-se o sítio de Alcalar, onde há cerca de 5.000 anos se fixou e viveu uma importante comunidade pré-histórica. Aqui estabeleceram um povoado defendido por trincheiras e taludes, onde construíram habitações, junto das quais edificaram um importante conjunto de túmulos megalíticos.

Descobertos e explorados desde os finais do século XIX, os monumentos megalíticos de Alcalar estão classificados como Monumento Nacional. Em Alcalar, dois desses monumentos funerários encontram--se abertos ao público e permitem um contacto direto com os processos e os materiais utilizados na sua construção.

(Informação adaptada a partir de https://museudeportimao.pt/museu/monumentos-megaliticos-de-alcalar).

Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal

As escavações aí realizadas colocaram a descoberto uma complexa rede de estruturas com uma cronologia que vai desde os tempos proto-históricos até à Idade Moderna. Ao tecido urbano da Idade do Ferro sobrepõem-se as estruturas romanas, muçulmanas, medievais e modernas, em que se encontrou um interessante conjunto de cerâmica e numismática.

Na Cripta Arqueológica expõem-se os materiais provenientes dessas escavações.

Núcleo de Arqueologia de Alcoutim

Criado em abril de 2000 e renovado em 2003, 2006 e 2011, o Núcleo de Arqueologia situa-se

no interior do Castelo da Vila, onde estão patentes exposições do património arqueológico do concelho de Alcoutim.

https://www.academia.edu/.../Guia_do_n%C3%BAcleo_de_arqueolog...

http://cm-alcoutim.pt/pt/379/nucleo-de-arqueologia.aspx

Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa.

Entre 1991 e 1995, no decorrer das obras de remodelação aí efetuadas, foram postas a descoberto estruturas arqueológicas de civilizações que, ao longo dos tempos, habitaram Lisboa. Neste espaço podem-se percorrer 2.500 anos da História de Lisboa. https://www.fundacaomillenniumbcp.pt/nucleo-arqueologico/

Núcleo Arqueológico do Castelo de S. Jorge, Lisboa.

Núcleo Museológico da Rua do Sembrano, Beja

As escavações arqueológicas, efetuadas durante as décadas de 80 e 90 do século XX, colocaram a descoberto vestígios que se estendem, cronologicamente, desde a Pré-História até à Época Contemporânea. Os mais antigos, alguns fragmentos cerâmicos, apontam para uma ocupação deste local que remonta à Idade do Cobre ou Período Calcolítico, no 3º milénio a.C..

No local pode visitar-se uma exposição temporária, de longa duração, que apresenta ao público um conjunto de materiais arqueológicos descobertos no âmbito dos trabalhos do empreendimento de Alqueva.

Informação a partir de: https://cm-beja.pt/pt/menu/421/nucleo-museologico-da-rua-do-sembrano.aspx

Centro Interpretativo da Alcáçova de Santarém

Numa área expositiva que serve de acolhimento, pode conhecer-se através de um conjunto

de aplicações multimédia, uma visão sobre a génese e a evolução histórico-urbanística da cidade.

https://www.cm-santarem.pt/descobrir-santarem/o-que-visitar/item/1181-centro-de-interpretacao-urbi-scallabis-usci

Centro Interpretativo do Castro da Cola / Circuito Arqueológico da Cola, Ourique

O Circuito Arqueológico da Cola é constituído por quinze sítios arqueológico que se distribuem cronologicamente desde o período Neolítico até à Idade Média e se encontram implantados num espaço de vários quilómetros quadrados, que tem o Castro da Cola como centro e o Rio Mira como elemento estruturante da paisagem e aglutinante das populações do território. Conhecem-se na área cerca de trinta

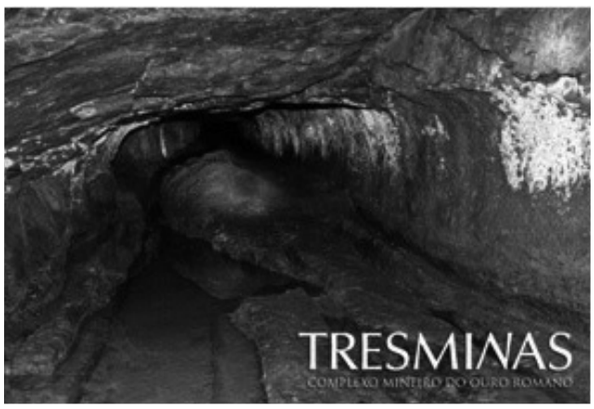
sítios arqueológicos originários de vários períodos, desde o Neolítico até à Idade Média. O seu Centro Interpretativo, junto ao Castro da Cola, presta os serviços de acolhimento e informação aos visitantes, dispondo ainda de uma loja onde é possível adquirir publicações e outros materiais de divulgação. Informação a partir de:

http://www.cm-ourique.pt/menu/251/vila-e-cabeca-de-comarca.aspx

Centro Interpretativo da *Villa* do Rabaçal. Concelho de Penela, Distrito do Coimbra.

A *Villa* romana do Rabaçal localiza-se 12 km a Sul de Conimbriga, junto à via romana que ligava Olisipo a Bracara Augusta, tendo constituído parte integrante do território da antiga civitas. https://www.cm-penela.pt/artigo-177-0

Centro Interpretativo do Conjunto Mineiro de Três Minas, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real



Trata-se da recuperação de um imóvel já existente que permite dar a conhecer a actividade mineira desde épocas remotas.É conhecido o processo de exploração em larga escala do ouro de Tresminas, iniciado há cerca de 2.000 anos pelos Romanos, que transformou o local numa das mais extensas minas romanas em território actualmente português e uma das mais importantes em todo o Império Romano. Durante os séculos I e II, assiste-se a uma intensa atividade mineira com a abertura de imponentes crateras de exploração a céu aberto (cortas), trincheiras, poços ou galerias subterrâneas que serviam para extrair todo o material mineralizado.

http://tresminas.com/

http://tresminas.com/centro-interpretativo/

Centro Interpretativo de Tongóbriga *civitas*, Freixo.

Pretende dar a conhecer a Cidade romana foi edificada entre o final do século I e o início do século II sobre um povoado de época anterior.

As estruturas que foram até agora identificadas – áreas habitacionais, necrópoles, fórum, teatro e edifício das termas – expressam a importância desta localidade, que chegou a ascender a capital de civitas. Uma basílica paleocristã comprava que o seu prestígio se manteve-se para além da queda do Império. As primeiras escavações arqueológicas desenvolvidas no Freixo, sob a responsabilidade do IPPAR e dirigidas pelo Arqueólogo Lino Tavares Dias, datam de 1980. Com o decorrer das escavações e investigação, o Freixo passou a revelar um importante espólio, ao ponto de, em 1990, ter sido criada a Escola Profissional de Arqueologia, localizada junto à Área Arqueológica do Freixo, num acordo entre o Ministério da Educação e o IPPAR. Entre 2000 e 2006, criam-se as condições paras a instalação de um conjunto de equipamentos de apoio à estação arqueológica.

Centro Interpretativo da Fortificação abaluartada do Castelo de Campo Maior

Neste Centro pretende-se dar a conhecer a história da vila, desde os seus primórdios até

aos dias de hoje.

https://campomaior.pt/centro-interpretativo-da-fortificacao-abaluartada/

Centro Interpretativo de Panóias. Freguesia do Panóias, Concelho de Vila Real, Distrito de Vila Real.

Trata-se de santuário rupestre formado por um conjunto de três grandes fragas, nas quais foram talhadas cavidades com diferentes configurações, bem como escadas de acesso, integrando um Santuário cuja origem remonta aos finais do séc. II e princípios do século III d.C.

Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Tejo, Vila Velha de Rodão

A criação deste Centro de Interpretação da Arte do Tejo tem como finalidade fazer dar a conhecer o legado do que é considerado um dos mais ricos arquivos gráficos da nossa pré-história, e também homenagear a "Geração do Tejo", arqueólogos e estudantes que há cerca de 40 anos trabalhou no local.

http://tejo-rupestre.com/?page_id=37

Centro Interpretativo dos Almendres

Inaugura a 15 de junho de 2019 com homenagem ao arquiteto Henrique Leonor de Pina

Que o descobriu. Fruto de uma iniciativa privada apoiada pelo Instituto Português do Turismo através do programa "Valorizar" (Linha de apoio à valorização turística do interior), o projeto contou com a colaboração da Câmara Municipal de Évora e da União de Freguesias de Nª Sª da Tourega e Nª Sª de Guadalupe, nomeadamente através da cedência de terreno, em direito de superfície, por um período alargado de tempo.

Centro Interpretativo de Arqueologia de Salir

NIME - Nucleo Interpretativo do Megalitismo de Évora, Convento dos Remédios, Évora

Pretende dar a conhecer a realidade específica do megalítico concelhio, através de uma exposição interativa. Esta renovação resulta de um trabalho conjunto e multidisciplinar entre a Câmara Municipal de Évora, Direção Regional de Cultura do Alentejo e do Laboratório de Arqueologia Pinto Monteiro da Universidade de Évora. O novo núcleo irá Contar também com espécies museológicas cedidas pelo Museu de Évora.

Informação e fotografia a partir de: http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/culturaepatrimonio/Patrimonio/Paginas/Nucleo-Interpretativo-do-Megalitismo.aspx

O Centro Interpretativo do Crasto de Palheiros, Murça

Crasto de Palheiros, ou Fragada do Castro, é uma imponente crista quartzítica que foi sendo explorada a partir do início do 3º milénio a.C. - Calcolítico – até ao Presente. Entre 2900 e 2300 a.C. toda a crista, com 2,5 ha, foi assim transformada num grande monumento pétreo, pré-histórico. No 5º século antes de Cristo, durante a denominada Idade do Ferro, foi novamente ocupado, dando origem a um povoado, que se manteve cerca de 500 anos, tendo sido abandonado por volta do final do séc. I d.C., já durante a ocupação romana. Informação adaptada a partir de:http://www.cm-murca.pt/pages/402

Centro de Interpretação da Arte-Pré-Histórica do Poço do Caldeirão, Barroca, Fundão

https://beira.pt/diretorio/casa-grande-da-barroca-centro-de-interpretacao-de-arte-rupestre-do-poco-do-caldeirao/; https://aldeiasdoxisto.pt/poi/2041

OS MUSEUS COM COLECÇÕES DE ARQUEOLOGIA

A realidade nacional é hoje complexa, no que respeita aos museus com colecções de arqueologia, disseminados por todos o território nacional. Embora tenhamos listado cerca de 100 museus com colecções de arqueologia para a comunicação apresentada sabendo, no entanto, que a lista está incompleta, faremos apenas uma pequena síntese.

A realidade é também muito díspar no que respeita à sua tipologia, havendo museus nacionais, distritais, municipais, públicos e privados, e museus de sítio, tutelados por várias entidades. Mais de trinta deles aderiram à Rede Portuguesa de Museus[10].

Tentámos apenas fazer uma síntese que permita dar uma panorâmica dos museus "fundacionais"[11], dada a importância que a Arqueologia assumiu na formação das suas colecções.

Lembremos que, no século XVIII, o museu arqueológico na sede da Academia Real de História de Portugal, instituído por D. João V, foi pioneiro na Europa.

Infelizmente, perdido com o terramoto de 1755. Só se voltará a falar de um museu público do Estado dedicado à Arte novamente com o Museu Portuense, no seguimento da Revolução Liberal (SILVA, José. 2021)[12].

Sob a alçada de Passos Manuel, aparece toda uma legislação favorável à promoção da educação dos portugueses, à reforma da instrução pública, criação de conservatórios, academias, bibliotecas e por fim, museus, tanto a nível nacional e regional. Os objetos de arte participavam deste ambicioso programa.

Os primeiros museus de âmbito regional surgem na sequência de uma Portaria, em 1836, e de uma Circular (publicada em 25 de Agosto e 7 de Outubro, respectivamente) que determinaram a criação de Bibliotecas Públicas e «Gabinetes de Raridades» e todas as capitais de distrito, até tendo em atenção o incremento da actividade arqueológica.

A Sociedade Martins Sarmento e o Museu Arqueológico e o Museu Municipal da Figueira da Foz (1893), são, de algum modo pioneiros, no que respeita à recolha de uma grande quantidade de materiais arqueológicos provenientes de escavações.

Fundado em 1894 por António dos Santos Rocha, o Museu Municipal da Figueira da Foz atravessou várias fases, atendendo os critérios museológicos que presidiram às suas sucessivas reinstalações em diferentes espaços físicos.

A notável acção de Santos Rocha, os trabalhos da Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz e as publicações inseridas no seu Boletim levaram a que o Museu Municipal se colocasse a par das melhores instituições científicas nacionais, em inícios do século XX. Instalado provisoriamente na Casa do Paço desde 1899, foi transferido para o edifício dos Paços do Concelho em 1910, onde se manteve até 1975, data da abertura oficial ao público do novo edifício, construído com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e projetado pelo arquiteto figueirense Isaías Cardoso. Com a abertura do novo espaço deu-se início a todo um trabalho de reinstalação e estudo das peças, associado a um grande esforço de dinamização junto do público, coletividades e escolas.

O Museu dispõe de um centro de documentação que disponibiliza uma vasta coleção de obras de temática relacionada fundamentalmente com a História da Arte, Arqueologia e Museologia. Possui ainda um núcleo significativo de bibliografia relativa à história local e história do Museu Municipal.

Informação citada a partir de:

http://www.cm-figfoz.pt/index.php/cultura/2014-03-20-16-23-51/museus

A Sociedade Martins Sarmento foi fundada em Guimarães, em 1881, em homenagem a Francisco Martins Sarmento (1833-1899), cujos estudos científicos atraíram para Guimarães a atenção dos principais centros da cultura europeia do seu tempo e o Museu Arqueológico da SMS foi um dos mais antigos museus arqueológicos portugueses. Começou a ser instalado em 1885, a partir de um núcleo central constituído pelo espólio que pertenceu a Martins Sarmento, e distribui-se pelas dependências do extinto Convento de S. Domingos.

Por seu lado, o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) foi fundado, em Dezembro de 1893, por proposta de Leite de Vasconcellos, que também já havia feitos escavações, designadamente no Santuário do Endovélico. Podemos dizer que os materiais recolhidos, em 1890, em S. Miguel da Mota, são os primórdios de uma colecção. Foram recolhidos, entre o Carnaval e a Páscoa, cerca de 200 monumentos com inscrições, um conjunto escultórico notável e também algum espólio cerâmico e moedas da Antiguidade Tardia, que se

---

10| A rede portuguesa de museus e os museus com colecções de arqueologia – parâmetros de sustentabilidade. Clara Frayão Camacho. Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO Porto 2008-2009 I Série, Volume VII-VIII, pp. 107-114
https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9408.pdf

11| "Museus e Centros Interpretativos com Colecções de Arqueologia em Portugal" (em elaboração) https://ascidadesdalusitania.blogspot.com/p/museus-e-centros-interpretativos-em.html

12| Apesar de haver inúmeros estudos sobre a história dos museus portugueses, destacamos aqui a síntese elaborada por José da Silva "Como surgiram os primeiros museus em Portugal" e a bibliografia recomendada.
https://caminhosdeportugal.com/como-surgiram-museus-portugal/
Veja-se também António Jorge Botelheiro Carrilho. Os Museus em Portugal durante a 1.ª República. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História, orientada pelo Professor Doutor João Carlos Pires Brigola. Évora, janeiro de 2016.
António Nabais, "A arqueologia e os museus locais/regionais", in O Arqueólogo Português, 1999, Série IV, 17, pp. 73-79.
Henrique Coutinho Gouveia, "Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo", in Bibliotecas, Arquivos e Museus, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, janeiro/junho, 1985, vol. 1, n.º 1, pp. 147-184.
Maria Clara de Frayão Camacho. Credenciação, Sistemas e Redes Nacionais de Museus. Uma Panorâmica Europeia Contemporânea.Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História. Évora. 2014.

depositaram na Biblioteca de Lisboa. Posteriormente foram transferidas, em 1903, para a ala ocidental do edifício do Mosteiro dos Jerónimos, onde se mantém até hoje, tendo aberto ao público em 1906, a 22 de abril, com a designação de Museu Etnológico.

Em mais de um século de existência este Museu constituiu-se na instituição de referência da Arqueologia Portuguesa, com correspondência regular com museus, universidades e centros de investigação em todo o Mundo. Em 1895, assiste-se à primeira edição da revista científica "O Acheologo Português" que se mantém até aos nossos dias.

Em 1914, ao Museu Etnológico é atribuído o direito de exploração e escavação de todas as estações arqueológicas situadas em terrenos públicos.

Novo regulamento: Decreto 559, de 11 de Junho. Art.º 6.º: "Ao Museu Etnológico é assegurado o direito de exploração e escavação de todas as estações arqueológicas situadas em terrenos públicos (paroquiais, municipais, distritais e do Estado), montes, campos, matas, caminhos e outros, cumprindo às autoridades administrativas e policiais impedir que ele, na pessoa dos seus agentes, seja estorvado nesses trabalhos de exploração e escavação"

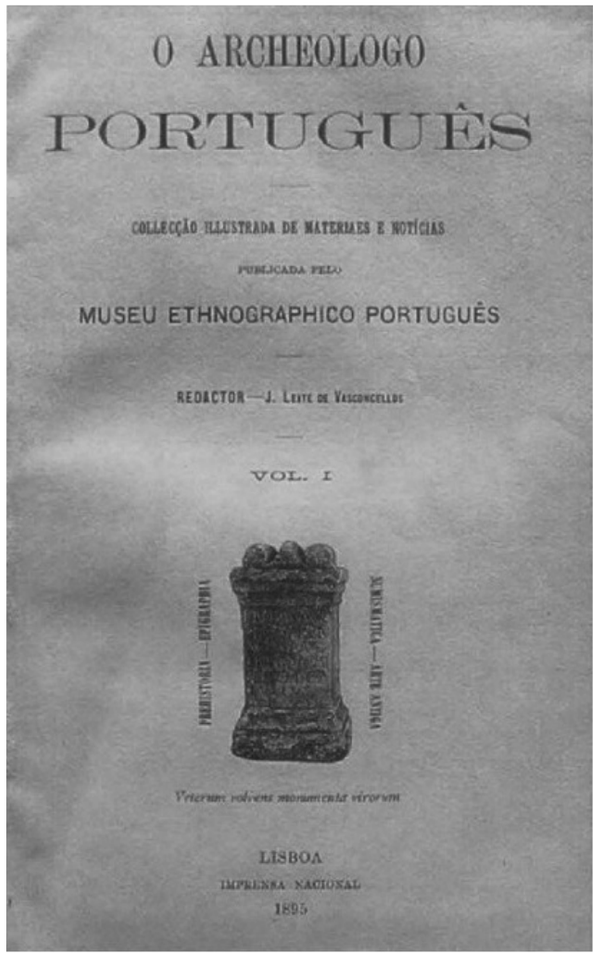
Art.º 27.º, §1.º: "O pessoal sairá para fora do Museu em serviço todas as vezes que isso for necessário" §2.º: "Quando algum empregado estiver fora do Museu em serviço de exploração, escavação ou estudo, não tem horas fixas de trabalho, sujeitar-se-á às circunstâncias do momento, de modo que o serviço do Museu não se prejudique, e pelo contrário, lucre".

Em 1929, o Museu passa a designar-se "Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos".

José Leite de Vasconcellos é nomeado "diretor honorário" e, em 1932, através do decreto de 18 de abril, o museu institui-se como "organismo central de vigilância e de investigação arqueológica".

Em 1965, o Museu passa a designar-se Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, na sequência da reorganização do sistema de museus portugueses estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 46785.

O acervo do Museu reúne as coleções iniciais do Fundador e de Estácio da Veiga, uma vez que o acervo do efémero Museu do Algarve integrou as coleções iniciais do Museu Nacional de Arqueologia, à altura da sua fundação


O ARCHEOLOGO
PORTUGUÊS

COLLECÇÃO ILLUSTRADA DE MATERIAES E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETHNOGRAPHICO PORTUGUÊS

REDACTOR — J. LEITE DE VASCONCELLOS

VOL. I

PALEOLITHICA — EPIGRAPHIA — NUMISMATICA — ARTE ANTIGA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1895

designado 'Museu Ethnográfico Português'. De seu nome completo Sebastião Philipes Martins Estácio da Veiga nasceu em Tavira a 6 de Maio de 1828[13].

A fase dedicada à Arqueologia e Humanidades, cujo início é difícil determinar, pode situar-se por 1856, quando começa a coleccionar inscrições latinas e a fazer prospecção arqueológica na cidade de Balsa, na Quinta da Torre de Ares, bem como recolhas etnográficas destinadas ao "Romanceiro do Algarve".

Entre 1860 e 1877 divide-se entre a investigação etnográfica nomeadamente a recolha de literatura popular algarvia oral, a investigação da História Antiga e Contemporânea, as Ciências Naturais e a Arqueologia. A partir de 1877 vai exclusivamente dedicar-se à Arqueologia.

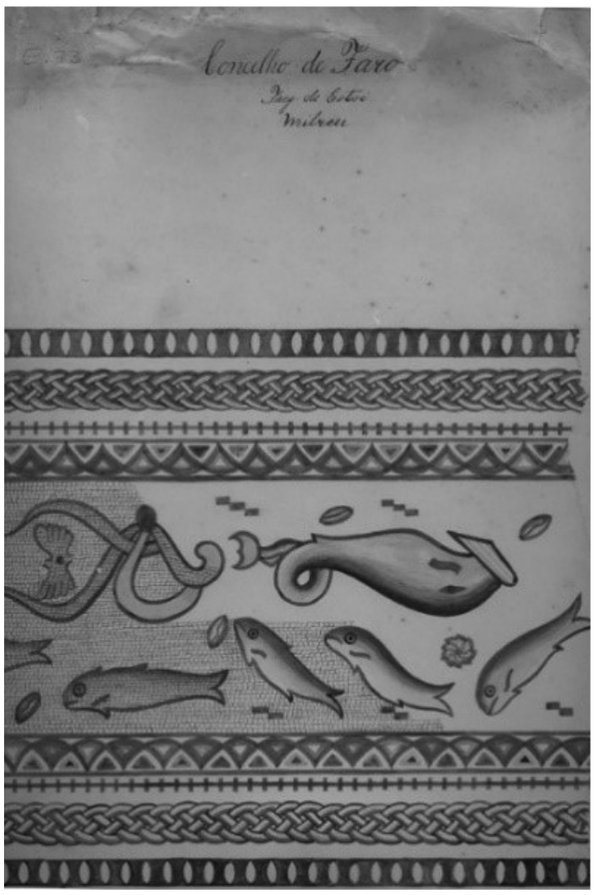
É na Arqueologia que Estácio da Veiga vai investir a totalidade do seu capital científico e revelar-se inovador, criativo e pedagogo, desenvolvendo teorias sobre o ensino, organização administrativa e prática desta disciplina. O início da actividade arqueológica de Estácio da Veiga com carácter sistemático, insere-se por um lado no movimento científico

13| Texto sobre Estácio da Veiga baseado em "Estácio da Veiga, a Carta Arqueológica e o Museu do Algarve. Luísa Estácio da Veiga, in Algarve: Noventa Séculos entre a Serra e o Mar (cood. Filomena Barata e Rui Parreira).

promovido pela Academia das Ciências, através sobretudo da Comissão Geológica, e por outro no surto da Arqueologia Clássica verificado após a estadia de Hübner em Portugal em 1861, que sem qualquer dúvida estimulou e desencadeou uma corrente de investigação. Em 1864 encontramo-lo a copiar inscrições romanas e paleocristãs do Convento de Chelas, após ter publicado, em 1861 e 1862, os estudos de História Antiga. Em 1865 recomeça a coligir materiais e assinalar monumentos arqueológicos no Algarve, especialmente no concelho de Tavira. Inicia a prospecção arqueológica na faixa litoral deste concelho, que tão bem conhecia, onde anota numerosos vestígios de construções romanas e de necrópoles na Quinta da Torre de Ares propriedade de um familiar, na Quinta das Antas, na do Arroio, na Fazenda do Trindade.A descoberta de duas inscrições latinas onde está gravada a palavra BALSENSE leva-o a defender a tese da localização da cidade pré-romana de Balsa, na Quinta de Torre de Ares na obra "Povos Balsenses" publicada em 1866.

Em 1873 ingressa na "Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses" e, 1874, elabora a obra "Varias Antiguidades do Algarve", um trabalho que se pode considerar o estudo preparatório das "Antiguidades Monumentaes do Algarve".

Nos anos 1877-1878 Estácio da Veiga dedica-se a escavações no Algarve e ao levantamento da respectiva Carta Arqueológica. Durante 1879 celebra um contrato com o Governo no qual se compromete a redigir uma obra em 5 ou 6 volumes, intitulada "Antiguidades Monumentaes



do Algarve", e começa a organizar o "Museu Archeologico do Algarve", na Academia Real de Belas Artes, que abre ao público a 20 de Setembro de 1880. Onze meses depois este é fechado por ordem da Academia e armazenado nuns baixos do velho casarão de S. Francisco.

O ano de 1882 é vivido de novo no Algarve numa actividade intensa em escavações, a fomentar iniciativas de apoio ao regresso do Museu do Algarve à sua origem. De 1883 até 1891 ocupa-se na redação da sua obra maior "Antiguidades Monumentaes do Algarve", na organização de novas colecções.

De todos os monumentos descobertos por Estácio da Veiga, num trabalho assinalável desenvolvido no Algarve, mandou levantar e levantou ele próprio as plantas e alçados, registou as condições de jazida, executou desenhos de mosaicos, de inscrições. Utilizou largamente a fotografia, particularmente nas ruínas do Milreu onde documentou fases da sua escavação. As plantas dos desenhos e monumentos e mosaicos executados sobre tela foram reunidas num álbum com o título "Collecção das Plantas e Desenhos dos Campos Explorados para o Reconhecimento das Antiguidades Monumentaes do Distrito de Faro e para a comprovação parcial da Carta Archeologica do Algarve organizada em virtude da Ordem do Governo por S.P.M Estácio da Veiga 1877-1878".

Em 1883 a "Carta Archeológica do Algarve, Tempos Pré-históricos" é dada por concluída, mas só é publicada em 1886 no vol I das "Antiguidades".

Criado com a designação de Museu Regional de Obras de Arte, Peças Arqueológicas e Numismática de Bragança, o Museu passou a designar-se designar-se Museu do Abade de Baçal, em 1935, em homenagem ao seu fundador e director entre 1925 e 1935.

Em 1908 o Abade Baçal inicia a publicação daquela que é a sua obra maior, as *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, que viria a ter onze volumes já depois da sua morte. No actual Museu, a "Sala do Abade" homenageia os fundadores do Museu, com particular atenção à figura de Francisco Manuel Alves, o Abade de Baçal, e Raúl Teixeira, que com José Furtado Montanha formam o conjunto das personalidades que marcam a origem deste espaço museológico[14].

Não podemos omitir o papel desenvolvido pelo Museu de Évora que, ainda actualmente, apresenta as suas coleções permanentes de Arqueologia, cujo núcleo original é constituído por um conjunto de "antiguidades" recolhidas no Sul do país por Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), nomeado Bispo de Beja em 1777 e indigitado Arcebispo de Évora em 1802, conhecido também como o "primeiro arqueólogo português".

Em pleno Século XX, os materiais colecionados por Cenáculo foram incorporados no Museu de Évora, entretanto instalado no antigo Paço Episcopal, juntando-se então às recolhas locais de estatuária e lapidária devidas a estudiosos como André de Resende, Cunha Rivara, Filipe

14|https://www.museuabadebacal.gov.pt/museu/exposicao-permanente/

FIG. 31 e 32 | Fotografia de Frei Manuel do Cenáculo, Biblioteca Pública de Évora.
Ménade. ME 1703. Século I d.C . Mármore. Deve ter pertencido a um friso, provavelmente de um edifício público de Pax Iulia, e era uma das principais peças da coleção arqueológica do Bispo Frei Manuel do Cenáculo (1725-1814).

Simões ou Gabriel Pereira, hoje parcialmente expostas nas galerias do Claustro. O Museu incorporou também vestígios de escavações efectuadas no local, durante as obras de reabilitação, promovidas já nesta centúria.

Destacamos a presença, na actual área expositiva dedicada à Arqueologia, de materiais resultantes das escavações dos anos 60 na Anta Grande do Zambujeiro (Évora) e no Castelo da Lousa (Mourão), ou dos anos 80 na Necrópole das Casas (Redondo), acabam por ser exceções valiosas, a que se soma a fantástica estátua romana em bronze, descoberta em São Manços nos anos 70 por trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária.

O Museu Francisco Tavares Proença Júnior[15], em Castelo Branco, foi fundado em 1910 por Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916), tendo sido inicialmente instalado no Convento dos Capuchos de Castelo Branco. Foi transferido, em 1971, para o edifício do antigo Paço Episcopal adaptado para o efeito.

Inicialmente o Museu tem por base a coleção arqueológica de Francisco Tavares Proença Júnior, posteriormente enriquecido com peças de arte antiga provenientes do recheio do Paço Episcopal e com incorporações sucessivas de espólios arqueológicos, paramentaria e colchas bordadas, estas últimas provenientes da coleção Ernesto de Vilhena.

Durante os anos oitenta do século XX, incorporou diversas obras de arte contemporânea.

Por seu lado, o Museu Machado de Castro, que ocupa o imóvel do palácio de um membro do clero construído sobre a plataforma do *Forum*, viu a sua fundação em 1911[16]. Trabalhos realizados em 1930, no paço, entretanto convertido em museu, chamaram a atenção para essa infra-estrutura romana que posteriormente (1955 a 2004) foi objecto de diversas campanhas de investigação arqueológica e restauro.

Todo o século XX, particular as últimas décadas, viu um aumento exponencial de museus[17].

15| Veja-se: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-francisco-tavares-proenca-junior/

16|http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-nacional-machado-de-castro/

17| Clara Frayão Camacho, "A rede portuguesa de museus e os museus com colecções de arqueologia – parâmetros de sustentabilidade. Clara Frayão Camacho. Revista da Faculdade de Letras *CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO*. Porto 2008-2009 I Série, Volume VII-VIII, pp. 107-114.

NOVAS REALIDADES. CIRCUITOS TEMÁTICOS: REDES DE SÍTIOS E MUSEUS

Itinerários Leiteanos da Beira
Objectivos gerais

Fomentar o aproveitamento em rede de recursos culturais, naturais, e gastronómicos para o desenvolvimento do território, valorizando também as imaterialidades.

Despertar a necessidade de salvaguardar e proteger o património.

Estudar, recuperar, valorizar e divulgar velhos caminhos percorridos por José Leite de Vasconcellos.

Promover o funcionamento em rede entre equipamentos culturais – Museus; núcleos museológicos; Monumentos e Sítios - existentes nos concelhos de Castelo Branco; Idanha-a-Nova; Fundão; Covilhã, Região de Ribacôa e outros que se queiram associar, não esquecendo o papel fundamental do Museu Nacional de Arqueologia.[18]

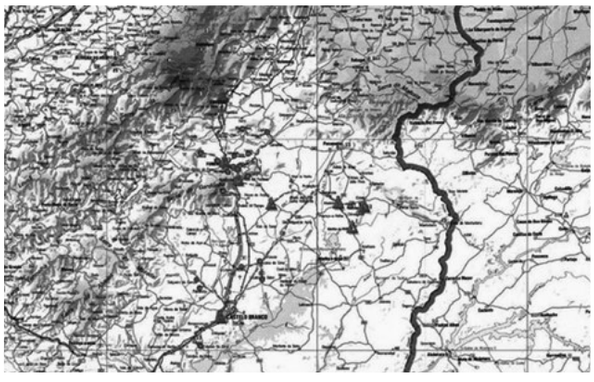


FIG. 34 | Mapa: Pedro Salvado; Pedro Mendonça; Teresa Domingues. Museu Arqueológico Municipal do Fundão.

18| IDEM, Maria Clara de Frayão Camacho. Credenciação, Sistemas e Redes Nacionais de Museus. Uma Panorâmica Europeia Contemporânea. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História. Évora. 201. p.1 .

Novas realidades: circuitos integrados

O Parque Arqueológico do Vale do Terva/PAVT é um projeto conjunto do Município de Boticas e da Universidade do Minho, iniciado em 2006 com o programa de "Conservação, Estudo,Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas".Tem por objetivo promover a gestão integrada dos recursos patrimoniais naturais e culturais do território.

Com infraestruturas como o Centro de Interpretação e o núcleo etnológico da Casa das Memórias sediada na Casa dos Arcos, em Bobadela, viabilizaram- se circuitos de visita e plataformas de observação dos diversos recursos.

Rotas visitáveis: Rota das Minas; Rota dos Castros; Rota das Vias; Rota Natura; Rota das Aldeias; Rota das Gravuras; Casa das Memória

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 76 28/07/2025 11:42:03

ACCIÓN MASAV CONTRA LA DESPOBLACIÓN

JUAN PABLO LÓPEZ GARCÍA
COORDINADOR DEL PROYECTO TERRA LEVIS-MASAV

En septiembre de 2017 nacía el proyecto *Terra Levis* a partir de la creación de la Asociación Cultural *Abulaga*. Paisanos y técnicos nos juntábamos para comenzar el desarrollo de un proyecto de paisaje que en 2021 ha cumplido cuatro años. Lo que empezó como una aventura localizada en un punto concreto del territorio –el término municipal de San Juan del Olmo en la Sierra de Ávila-, se extendió rápidamente hacia un amplio territorio de la Sierra de Ávila, el Valle Amblés y la Paramera bajo el nombre de MASAV –Museo Abierto de las Sierras de Ávila y el Valle Amblés-. El proyecto nace con el objetivo de poner en valor el paisaje, generar recursos culturales y turísticos para el territorio. Además, estamos convencidos de la necesidad de hacer una Arqueología y gestión del paisaje comprometida con los retos del S XXI, que trascienda incluso los intereses exclusivos de las comunidades locales (González Ruibal *et al.* 2019). La despoblación es uno de ellos. Estamos ante una sangría que afecta prácticamente a toda la Península Ibérica (López Ruiz 2005; Pérez Díaz *et al.* 2012; Espejo *et al.* 2018: 46 y ss.; Durán García 2019) y de la que las pequeñas capitales de provincia como la de Ávila no deberían ser ajenas, pues su futuro y viabilidad dependen de soluciones orientadas a frenar este proceso (Otero Enríquez *et al.* 2019).

EL MASAV –MUSEO ABIERTO DE LAS SIERRAS DE ÁVILA Y EL VALLE AMBLÉS

Nuestro trabajo se centra en Valle Amblés con las sierras que lo rodean -la Sierra de Ávila y Las Parameras-. Un paisaje cultural bien conservado, con una evolución "tranquila" durante los últimos milenios. La especulación urbanística, las grandes infraestructuras o las altas densidades de población que han afectado a otras zonas de Europa occidental apenas han tenido impacto. La escasa incidencia del desarrollismo de mediados del s XX nos ofrece un paisaje fosilizado lleno de cicatrices. Estas cicatrices son los sitios arqueológicos que salpican el territorio y que nos permiten reconstruir la historia y la vida de las gentes que vivieron y viven en esta comarca. La ganadería como actividad dominante, la agricultura, silvicultura y comercio –en menor medida- eran las labores fundamentales de los habitantes serranos (Tomé Martín 1996; Tomé Martín y Fábregas 1999; López Sáez *et al.* 2008; Blanco González 2008 y 2009)[1]. Unos habitantes cuya presencia podemos rastrear desde la prehistoria más antigua (Cabré et al. 1950: 14 y 15; Blanco Fernández 2010, 2011; García García *et al.* 2016) hasta nuestros días (Tomé Martín y Fábregas 1999; Tomé Martín 2016).

Algunos de los yacimientos que se diseminan en el territorio son realmente excepcionales. Son hitos de la edad de los metales los sitios de Los Castillejos, Las Cogotas, La Mesa de Miranda o Ulaca (González-Tablas 1983, 2005, 2009; Álvarez-Sanchís 1999; López García 2012).

1| "En la actualidad ya no se siembran los campos y las eras, aperos de labranza, arados y carros permanecen como testimonios de una antigua dedicación" (Tomé Martín y Fábregas 1999: 83).

FIG. 1 | Castro de Las Cogotas. Ricardo Muñoz.

FIG. 2 | Cabezo de Navasangil.

Con la ocupación romana desde los SS II-I a. C. los castros se abandonan y es probable que las poblaciones indígenas que los ocupaban fuesen obligados a marchar a las tierras bajas. De esta época se han identificado explotaciones agrícolas probables en *El Chorrillo* –Diego Álvaro-, *El Cordel* –Cabezas del Villar-, el paredón de los moros en Muñana, los mosaicos de *La Claverona* –Mancera de Arriba (García García et al. 2016).

De época visigoda tenemos testimonio en la Lancha del Trigo –Diego Álvaro-, donde aparecieron un buen número de pizarras grabadas y el Cabezo de Navasangil –Villaviciosa-, como poblado fortificado de la época (Gutiérrez Palacios 1958; Tejerizo García y Vigil-Escalera Guirado 2017).

Durante la Alta Edad Media la región permaneció poblada por comunidades agropecuarias relativamente autónomas al margen del control cristiano y andalusí (Mínguez 1989). Pertenecientes a estos pobladores son los más de 24 yacimientos catalogados en la Sierra de Ávila, la mayoría de ellos contextos funerarios y un poblado documentado arqueológicamente, el de Las Henrenes (Díaz de la Torre et al. 2009; Blanco González y Martín Viso 2016).

Por otro lado, los topónimos nos hablan de la historia del territorio. Nos evocan sus orígenes beréberes –Moraña-, árabes –Almar-, o la llegada de primitivos habitantes venidos de Galicia –Gallegos de Altamiros, Gallegos de Sobrinos o Gallejos de San Vicente-, Navarra –todos los Narros y Narrillos que encontramos en la zona- (Barrios García 2000).

A día de hoy, tal y como dice Tomé Martín (2016) *los habitantes siguen reconociendo hitos en su entorno que vinculan a su particular historia; marcas que contribuyen a forjar una memoria social del paisaje*. Una memoria social que nos comprometemos a respetar, conservar e incluir en las nuevas narrativas que se generen con este proyecto.

PAISAJE COMO HERRAMIENTA

Terra Lavis-MASAV está comprometido con la puesta en valor y el reconocimiento del paisaje cultural en el que trabajamos. La Unesco define paisaje cultural en el artículo 2.77 anexo III de las "Directrices prácticas para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial" como: *bienes culturales y representan las "obras conjuntas del hombre y la naturaleza" (...) Ilustran la evolución de la sociedad y de los asentamientos humanos a lo largo de los años, bajo la influencia de las limitaciones y/o de las ventajas que presenta el entorno natural y de fuerzas sociales, económicas y culturales sucesivas, internas y externas*[2]. Cercana a esta definición es el concepto que manejamos de paisaje, como un espacio polisémico, multidimensional y complejo (González Ruibal y Ayán Vila 2018: 191). Una construcción cultural que abarca la forma de moverse en el territorio, los espacios de referencia, la materialización de la memoria o la apropiación de lugares, como práctica diferencial de unas culturas respecto a otras (González Ruibal 2003: 97). Comprende la evolución y la domesticación –también a nivel simbólico- del espacio que los seres humanos han desarrollado desde la prehistoria hasta nuestros días, en lo que Criado Boado (1993: 33) llamó la búsqueda de la racionalidad del paisaje. El espacio no es sólo material, también es imaginación; no es sólo el entorno medioambiental, también lo es simbólico. *El paisaje es pensado, percibido y construido por los grupos humanos de acuerdo con sus códigos culturales* (González Ruibal y Ayán Vila 2019: 191). El registro arqueológico está conformado por una red de lugares, de sitios social e históricamente construidos, que interactúan. El paisaje nos muestra la forma en que las comunidades vivieron y construyeron, las relaciones sociopolíticas y la acumulación como si de un palimpsesto se tratara. El análisis del paisaje nos permitirá reconstruir la memoria social, buscando evitar los reduccionismos ecológicos, económicos o tecnológicos (Criado Boado 2012:94).

Entendemos igualmente el territorio en el que trabajamos como un centro de transformación de primer orden. En cuestiones educativas, el *departament de cultura* de la Generalitat catalana define como **Centro de transformación** a aquel museo o elemento patrimonial que:

1. Promueve diálogos entre el hacer, el pensar, el comunicar y el sentir.

2. El equipo educativo orienta, provoca, innova y dialoga.

2| https://whc.unesco.org/archive/opguide05-es.pdf. Visualizado en marzo de 2021.

3. Enseña:
    a. Objetos estimulantes, complejos y reales.
    b. Objetos reales y contextualizados

4. El rol del público participante es activo, siendo prioritaria la interacción social.

De este modo se establece un diálogo entre la acción –el hacer-, la reflexión –el pensar- y la emoción –el sentir- (VVAA, 2018: 5).

Aplicado a nuestro caso concreto, a través del paisaje, de su investigación y la participación, buscamos convertir el territorio en un centro de transformación capaz de revertir la mala situación por la que pasa el territorio. Las investigaciones arqueológicas desarrolladas o las estrategias de gestión están encaminadas a ello.

Por un lado, buscamos la recuperación de la memoria del territorio a través del registro de los elementos existentes en el paisaje cultural para después deconstruirlo y abordar los aspectos simbólicos e imaginarios que se plantean desde los postulados de la Arqueología del Paisaje expuestos por Criado 1999a, 1999b, 2000, 2021; González Ruibal y Ayán Vila 2018: 187). Para ello, las narrativas y la participación de las personas que habitan el territorio son fundamentales. La toponimia, las leyendas o los espacios referenciales en la actualidad son tenidas muy en cuenta para comprender las continuidades y rupturas reflejadas en el entorno y cartografiarlas para una comprensión más amplia (Álvarez Larrain y McCall 2019).

Las investigaciones arqueológicas en el territorio buscan la relación de los espacios significativos del presente con los del pasado. Buscamos detectar los orígenes de los encuentros que refuerzan la identidad serrana de las gentes que viven en la zona. Aún hoy, cada tercer domingo de septiembre se celebran en la Sierra de Ávila hasta tres romerías importantes. La de Santa María del Espino, la de Nuestra Señora de Rihondo y la de Nuestra Señora de las Fuentes. Hay que entender este tipo de encuentros como elementos aglutinadores identitarios de las gentes que viven en la zona (Valencia García 2009: 214). De las tres, la de la Ermita de Nuestra Señora de las Fuentes, localizada en el término municipal de San Juan del Olmo, es probablemente la más concurrida pues aglutina serranos y gentes del valle que se acercan desde la vertiente sur de la Sierra de Ávila e incluso de la Moraña. Además la ermita se vincula a ritos acuáticos relacionados con la fertilidad. Unos ritos que probablemente hunden sus raíces en la prehistoria (Carpintero García 2002: 19 y ss.). A poco más de 1 Km de distancia se encuentra la necrópolis alto medieval de La Coba –ss VII a XI d. n. e.-, objetivo de las excavaciones que tenemos en curso. Un espacio funerario excepcional por la alta densidad de enterramientos detectados -81 tumbas, 9 de ellas de lajas, el resto excavadas en la roca (Blanco González y Martín Viso 2016: 18) y la presencia de una serie de estructuras de hábitat en las que estamos interviniendo. Una primera interpretación e hipótesis con la que trabajamos es que esta necrópolis y el poblado serían un referente espacial donde las comunidades campesinas de la Sierra de Ávila tomaban decisiones trascendentes relativas a la gestión de territorio, homenajeaban a personajes importantes y por supuesto enterraban a sus difuntos. Sería un elemento

FIG. 3 | Excavaciones de La Coba.

aglutinador que reforzaba la identidad de estos serranos de la antigüedad tardía y el alto medievo en un momento en el que estas comunidades aldeanas viven ajenas a cualquier poder centralizado (Ídem: 20). Buscamos la posible relación y pervivencia en la memoria del paisaje de este espacio con la ermita próxima.

Por otro lado, ya se he mencionado uno de los objetivos principales con el que nació el proyecto. Ni más ni menos que la lucha contra la despoblación. Un fenómeno desde luego imparable teniendo en cuenta el crecimiento vegetativo del país durante los últimos años (López Ruiz 2005; Pérez Díaz *et al.* 2012; Espejo *et al.* 2018: 46 y ss.; Durán García 2019). Cada vez caben menos dudas de que la inmigración es un elemento fundamental para afrontar el reto demográfico (Bayona Carrasco y Gil Alonso 2010). La propia Federación Española de Municipios y Provincias ha propuesto la creación de planes de acogida e integración de la población extranjera, evaluando igualmente la admisión de refugiados (Espejo *et al.* 2018: 32-33). La Arqueología puede ser una herramienta válida en este proceso de atracción poblacional. Desde la materialidad se pueden proponer narrativas integradoras a través de las cuales demostramos que el paisaje tal cual lo conocemos lo han conformado los que estaban y los que vinieron. Los que ahora llegan son y serán los "herederos por la fuerza"[3] del patrimonio rural. Van a formar parte del paisaje, de su transformación y en definitiva de su futuro.

Un primer ensayo a nivel micro, pero que pone el foco en procesos integradores a partir del patrimonio cultural y de los museos lo desarrollamos con la ONG ACEM –Asociación Católica de Cooperación Española de Migraciones-. Fue en el año 2018, en el contexto del programa #SomosBARRIOS, el cual estaba enfocado hacia los barrios de la zona Norte y Zona Sur de Ávila capital. Ambas barriadas han sido y son receptoras de población migrante durante las últimas décadas y están en plena transformación social, cultural, estructural... Con #SomosBARRIO, se pretendía fomentar la integración efectiva de migrantes y nacionales, potenciando la convivencia intercultural de personas de diversas procedencias y culturas. Igualmente se trataba de poner en

3| Véase Ayán Vila y Gago Mariño (2012).

valor la convivencia diaria de la vecindad de los dos barrios, buscando derribar prejuicios y estereotipos. Con este contexto de partida, desde *Terra Levis*-MASAV propusimos a ACCEM realizar una visita al museo provincial de Ávila en la cual participaran niños y sus familias tanto de origen local como de procedencia extranjera. La convocatoria fue un éxito, sin duda fruto del trabajo que durante varios meses había desarrollado ACCEM. A la cita acudieron numerosas familias de distintas procedencias –Sudamérica, China, centro y norte de África, Europa y por supuesto abulenses-.

FIG. 4 | Visita ao Museo Provincial de Ávila

Nuestra narrativa durante la visita estuvo orientada a demostrar a través de la materialidad expuesta en las vitrinas del museo cómo lo que hoy somos y nuestro paisaje son el resultado de la suma de muchas gentes venidas de fuera. Los objetos se convirtieron en elementos tremendamente útiles para conectar con las personas en una doble dirección. Una invitación a reflexionar sobre el presente y el futuro, a afrontar sin miedo las transformaciones en el paisaje urbano y fomentar la integración necesaria de las gentes venidas de fuera. Por supuesto, entendemos que este tipo de acción es extrapolable al territorio amplio, al paisaje rural. Nuestro trabajo y nuestras narrativas hacen pedagogía de esos procesos intentando no caer en la simplificación de fenómenos realmente complejos que han condicionado el resultado final del paisaje tal cual hoy lo conocemos.

BIBLIOGRAFÍA

Álvarez Larrain, A. y Michael K. M. (2019): La cartografía participativa como propuesta teórico-metodológica para una Arqueología del Paisaje latinoamericana. Un ejemplo desde los Valles Calchaquíes (Argentina). Antípoda. *Revista de Antropología y Arqueología*, 36: 85-112. https://doi.org/10.7440/antipoda36.2019.05

Ayán Vila, X. y Gago Mariño, M. (2012): *Herdeiros pola forza. Patrimonio Cultural, Poder e Sociedade na Galicia do século XXI*. Ames. 2.0 Editora. A Coruña.

Barrios García, A. (2000) "Una tierra de nadie: Los territorios abulenses en la Alta Edad Media". En A. BARRIOS (Coord.) *Historia de Ávila. II: Edad Media (siglos VIII-XIII)* Institución Gran Duque de Alba. Ávila. 2000, pp. 193-225

Blanco Fernández, M. (2010): Problemática de estudio de yacimientos superficiales del Paleolítico inferior y medio en la provincia de Ávila. *El futuro del pasado* 1: 109-123.

Blanco Fernández, M (2011): Primeros pobladores en la Sierra de Ávila. El Paleolítico Inferior y Medio en la Provincia de Ávila. (J. P. López García, D. Hernández Sánchez, y J. García Sánchez Eds.) *Los vínculos entre el hábitat y el paisaje. Actas del Primer Congreso de Arqueología de Chamartín* (Ávila) La Ergástula Ediciones. Madrid: 27-37.

Blanco González, A. y Martín Viso, I. (2016) "Tumbas, parroquias y espacios ganaderos: configuración y evolución del paisaje medieval de la Sierra de Ávila". En *Historia Agraria*. 69. Pp. 11-41

Cabré Aguiló, J.; Cabré Morán, E. y Molinero Pérez, A. (1950): *El castro y la Necrópolis del Hierro Céltico de Chamartín de la Sierra (Ávila). Acta Arqueológica Hispánica*. V. Madrid.

Carpintero García, P. (2002): *Ermita de Nuestra Señora de las Fuentes. Siglo XVIII: su Siglo de 0ro*. Diputación Provincial de Ávila. Institución Gran Duque de Alba. Ávila.

Criado Boado, F. (1993): "Límites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje". *SPAL*, 2: 9-95. http://dx.doi.org/10.12795/spal.1993.i2.01

Criado Boado, F. (1999): *Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. CAPA, 6. Grupo de investigación en Arqueología del Paisaje*. Universidad de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela.

Criado Boado, F. (2012) Arqueológicas. *La razón perdida*. Ediciones Bellaterra. Barcelona.

Del Molino, S. (2016): *La España vacía. Viaje por un país que nunca fue*. Turner. Madrid.

Durán García, F. J. (2019): Autonomía Municipal y despoblación rural en España. (E. Ortega Burgos Dir.) *Actualidad administrativa.* Titant lo Blanch: 131-149.

Espejo, S.; Pinyol-Jiménez, G. y Ferrero, R. (2018): *Situación de la población imigrante en las zonas rurales españolas y su contribución al desarrollo rural*. Organización Internacional para las Migraciones. Ministerio de trabajo, migraciones y Seguridad Social.

Gómez Moreno, M. (1983): *Catálogo monumental de la provincia de Ávila*. Diputación Provincial de Ávila. Institución Gran Duque de Alba.

González Ruibal, A.; Alonso González, P. y Criado Boado, F. (2018): En contra del populismo reaccionario: hacia una nueva Arqueología Pública. *Chungara*. Revista de Antropología Chilena: 1-7.

González Ruibal, A.; Alonso González, P. y Criado Boado, F. (2019) Respuesta a los comentarios del artículo: en contra del populismo reaccionario: hacia una nueva Arqueología Pública. *Chungará*. Revista de Antropología Chilena, 51 (1): 151-154.

González Ruibal, A. y Ayán Vila, X. (2018): Arqueología. *Una introducción al estudio de la materialidad del pasado*. Alianza Editorial. Madrid.

López García, J. P. (2019): *Terra Levis. Un proyecto de Arqueología en Comunidad para la Sierra de Ávila. (M. Rolo Coord.) Arqueologia 3.0 II Comunicaçao. Divulgaçao e socialização da Arqueología*. Fundação da Casa de Bragança. Vila Viçosa: 129-146.

López García, J. P. (2020): MASAV. Propuesta para la supervivencia de los paisajes culturales de la provincia de Ávila a partir de su patrimonio histórico y arqueológico. (C. Luis López hom.) *Investigar el pasado para entender el presenteHomenaje al profesor Carmelo Luis López*. Diputación de Ávila, Institución Gran Duque de Alba. Ávila: 365-384.

López Ruiz, J. A. (2005): La despoblación de la montaña palentina: recomendaciones para la intervención. *Centro de Estudios sobre la Despoblación y Desarrollo de Areas Rurales: Informes*. 9 (3).

López Sáez, J. A., López Merino, L. y Pérez Díaz, S. (2008): Los vettones y su paisaje: paleoambiente y paleoeconomía de los castros de Ávila. (J. R. Álvarez-Sanchís Coord.) *Arqueología vettona. La Meseta Occidental en la Edad del Hierro*. Museo Arqueológico Regional. Alcalá de Henares: 140-161.

Mínguez Fernández, J. M. (1989) *La Reconquista*. Historia 16. Madrid.

Otero Enríquez, R.; García Abad, J.; Domínguez Mujica, J.; Pérez Caramés, A.(2019): Inmigración y dinámicas territoriales en España: crisis y recuperación (2008-2017). *Anuario CIDOB de la Inmigración*: p. 190-217. http://doi.org/10.24241/AnuarioCIDOBInmi.2019.190

Pérez Díaz, A.; Leco Berrocal, F. y Barrientos Alfage, G. (2012) *Población y despoblación en Extremadura*. Junta de Extremadura, Gederul. Cáceres.

Tejerizo García, C. y Vigil-Escalera Guirado, A. (2017) "Castro Ventosa y La Cabeza de Navasangil: Una revisión de sus secuencias de ocupación y del fenómeno de los asentamientos fortificados altomedievales". En *Nailos. Estudios interdisciplinares de Arqueología*. 4. Pp: 129-161.

Tomé Martín, P. (1996): *Antropología ecológica. Influencias, aportaciones e insuficiencias. Procesos culturales de adaptación al Sistema Central*. Diputación Provincial de Ávila. Institución Gran Duque de Alba. Ávila.

Tomé Martín, P. (2016): Paisajes serranos en una economía de los sentimientos. (L. Díaz Viana y D. Vicente Blanco Eds.) *El patrimonio cultural inmaterial de Castilla y León*. CSIC. Madrid: 161-182. CSIC.

Tomé Martín, P. y Fábregas, A. (1999): Serranos y alteños. (C. González Pérez, Cándido Coord.) *Tercer simposium Los Altos de Jalisco a fin de Siglo*. Universidad de Guadalajara. Guadalajara: 71-84.

Valencia García, Á. (2009): Ecología, religiosidad e identidades a propósito del agua. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. LXIV (1): 211-236
https://doi.org/10.3989/rdtp.2009.024

VVAA (2018): *Guía para evaluar y orientar el diseño de actividades educativas patrimoniales*. Departamento de Cultura de la Generalitat de Catalunya (ed.) Museus 20/30.[http://cultura.gencat.cat/web/.content/dgpc/museus/08.recursos/publicacions/quaderns/04_Guia-evaluar-diseno-actividades-educativas-patrimoniales.pdf?fbclid=IwAR3l2-yBzltsc6QETIEBxsXebf8ff1B7M-ULjAYZd2bJtuDfZtkyvZuPAOM]. Acceso 12/05/2021.

CONTA-ME COMO FOI! EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NUM PROJETO ARQUEOLÓGICO (...PERDIDO NAS TERRAS DO INTERIOR)

MIGUEL SERRA
DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERPA.
PAOC - PROJETO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DO CIRCO (BEJA) – PIPA 2019-2021.
CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA, ARTES E CIÊNCIAS DO PATRIMÓNIO.
MIGUEL.ANTONIO.SERRA@GMAIL.COM

EDUARDO PORFÍRIO
CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.
PAOC - PROJETO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DO CIRCO (BEJA) – PIPA 2019-2021.
CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA, ARTES E CIÊNCIAS DO PATRIMÓNIO.
EPORFIRIO@GMAIL.COM

RESUMO

O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo, localizado no concelho de Beja, é alvo de vários projetos arqueológicos de investigação de forma continuada desde 2008. Simultaneamente com a componente científica desenvolveu-se um programa de divulgação centrado na Educação Patrimonial, entendida como ferramenta essencial para projetar a sensibilização patrimonial junto das comunidades locais e de outros públicos, procurando fortalecer a criação de uma memória identitária.

A vertente de divulgação procurou desde o seu início o estabelecimento de uma relação de proximidade com a população envolvente ao sítio arqueológico, nomeadamente com os habitantes da aldeia de Mombeja, localidade mais diretamente vinculada ao Outeiro do Circo.

As ações concebidas pretenderam interligar a comunidade local com o projeto científico, abrindo ao público todos os aspetos com ele relacionados, com o intuito de chamar a população ao sítio e ao mesmo tempo atrair novos públicos e envolvê-los noutras dinâmicas locais.

ERA UMA VEZ...

O topónimo Outeiro do Circo designa uma colina alongada e de baixa altitude, esbatida entre um conjunto de pequenas elevações que se desenvolve no sentido Sudoeste-Nordeste ao longo de uma linha invisível que acompanha a falha geológica Odemira – Ávila, localmente conhecida como Falha da Messejana (Oliveira, 1992). A rodeá-lo, nas direções Sul, Este e Oeste espraia-se uma orografia composta de uma planura monótona, que um pouco mais para Sul, em direção à aldeia de Santa Vitória, atinge as aplanações mais perfeitas da peneplanície alentejana (Feio, 1952: 31) (**FIG. 1 e 2**).

Destacado na planície em seu redor, mas diluído entre outros relevos, o Outeiro do Circo revela através do seu nome uma história de comunidades humanas dispersas pelos férteis e suaves terrenos dos Barros Pretos de Beja, que vieram até ao seu cimo há cerca de 3000 anos para o circundarem de muralhas: um outeiro rodeado por círculo de pedras, que a corruptela da palavra transformou em "circo".

FIG. 1 | Localização do Outeiro do Circo (Beja) na Península Ibérica.

FIG. 2 | Outeiro do Circo visto a partir de Sudeste.

Assim, Outeiro do Circo designa ação humana antiga, gravada na oralidade das gentes do campo através de curtas lendas que ora o associam a uma fortificação dos *"mouros"*, ora a um passado mítico que pretende aí localizar as origens da cidade de Beja, episódio que terá transmitido o nome à atual aldeia de Mombeja (= Montes de Beja) (Serra e Porfírio, 2012: 137).

Seria alvo de interesse da arqueologia nacional quando nos anos 70 do século XX o arqueólogo Rui Parreira lhe dedica a devida atenção (Parreira, 1977), publicando o primeiro estudo científico sobre o sítio, onde o inscreve dentro do Bronze Final, descreve a forma da muralha que o rodeia e classifica os diversos materiais aí recolhidos, primeiro numa rápida investida a cargo de Luís Raposo e António Monge Soares, de passagem pelo local entre prospeções dedicadas a outros períodos mais remotos, e posteriormente pelo próprio investigador (Porfírio e Serra, 2010: 10).

Mas a atenção dada ao Outeiro do Circo não parece ter sido eficazmente transmitida às comunidades que habitam nas suas proximidades, pois perdeu-se o conhecimento das lendas que o mencionavam, fosse como *Outeyro do Circo, Oiteiro do Circo ou Outeiro do Sirco*, (Azevedo, 1896: 307; 1897: 220; 1900: 229), pequenas variantes que em nada alterariam a devida menção ao sítio, e também se olvidou a presença dos arqueólogos que o tentaram resgatar do passado para os nossos dias.

Apesar das lendas recolhidas remontarem ao século XVIII, o Outeiro do Circo caiu no esquecimento entre as populações locais, associando-se o topónimo ao Monte do Circo, que na realidade corresponde ao edifício rural em cuja propriedade se integra grande parte da área ocupada pelo povoado. O nome do sítio arqueológico haveria de ser progressivamente transformado em algo mais pragmático pelas comunidades locais, que sob a designação de *"Os muros"* ou *"Cerro dos Muros"* (Parreira, 1977: 31; Porfírio, 2015: 47, 48; Serra, Porfírio e Ortiz, 2020: 117), continuam a referenciar a presença física da muralha milenar, entretanto ocultada pela vegetação.

A partir de 2008 uma nova investida de investigação arqueológica procurou retomar o caminho do conhecimento sobre o Outeiro do Circo e criar um elo com as comunidades locais para que a memória do seu passado voltasse a estar viva.

DE MOMBEJA AO OUTEIRO DO CIRCO

A aldeia de Mombeja situa-se na parte ocidental do concelho de Beja, atualmente integrada na União de Freguesias de Santa Vitória e Mombeja, tendo sido freguesia autónoma até à reorganização administrativa do território das freguesias de 2013[1].

A antiga freguesia de Mombeja, enclausurada entre as freguesias de Beringel, a Norte, de Santa Vitória, a Sul e a confinar com o concelho de Ferreira do Alentejo a Oeste, detinha perto de 56 km^2, com pouco mais de 300 habitantes (Censos de 2011), sinal claro do seu isolamento e afastamento em relação aos principais centros e vias de ligação, que sempre condicionaram o seu crescimento populacional. Atingiu cifras ligeiramente superiores a 1000 habitantes nas décadas de 50 e 60 do século passado, antes das contínuas perdas populacionais com o êxodo dos campos a partir da década de 70[2], que nem o acelerado processo de transformação agrícola em curso na região consegue travar.

Os terrenos em seu redor são imensamente férteis e registam claras diferenças entre uma paisagem levemente ondulada, sobretudo no limite Oeste, que tendencialmente evolui para a imensa peneplanície a Sul. Estas terras de barros escuros são ocupadas por um misto de campos cerealíferos, pequenos bosques pontuados por sobreiros e azinheiras dispersos e uma monocultura de olival intensivo que vai açambarcando cada vez mais espaço.

Mombeja dista apenas 2,5 km do Outeiro do Circo, para Sudoeste, exatamente a mesma distância que separa o povoado de Beringel, vila e sede de freguesia situada para Nordeste.

O Outeiro do Circo possui uma forma de colina alongada, com o seu ponto mais elevado a assinalar 276 metros de altitude acima do nível do mar, e as suas vastas encostas a desenvolverem-se de forma suave até à planície em volta, com as cotas a baixarem até aos 210 metros.

Apesar de estar ladeado pela estrada municipal 529, que liga Beringel a Mombeja, a relação do Outeiro do Circo com estas duas localidades é assinalada sobretudo no seu topo, onde ainda se observam os marcos divisórios que delimitam as suas áreas administrativas, "partindo" em dois o povoado no sentido longitudinal.

Também a história mais remota liga o Outeiro do Circo às duas localidades atuais que o repartem.

Para além da relação com Mombeja, através das lendas já mencionadas, a arqueologia também procurou nele os antecedentes da povoação de Beringel, quando Abel Viana referiu que ali se situava um *"...núcleo castrejo..."*, possível origem do povoamento antigo da vila (Viana, 1949: 153). Um episódio anterior reforça esta proximidade com Beringel, numa história em que o Outeiro do Circo poderá ter servido

1| Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro

2|https://geoportal.cm-beja.pt/documentos/IGT/Conteudos_PortalCMBeja/PDMBeja/01_EltosConstituintes/Relatorio_Mombeja_Jan2014.pdf

de refúgio à sua população durante os tempos conturbados das guerrilhas de meados do século XIX (Galvão, 1946).

O Outeiro do Circo encontra-se assim separado das duas localidades mais próximas por uma curta meia légua, mas também por 3000 anos de distância, que, no entanto, não apagaram completamente a sua presença, quer no espaço físico, quer nas breves memórias aqui transcritas.

Mas os tempos mais recentes afastaram-no das histórias transmitidas de boca em boca, permanecendo na oralidade como uma quase anónima colina coroada com uns muros antigos, sinais de um tempo já esquecido.

A realização da Carta Arqueológica de Beja, entre 2005 e 2008[3], criou a oportunidade para uma aproximação entre a comunidade da aldeia de Mombeja e os seus antepassados do Outeiro do Circo, que viria a ser fortalecida nos anos seguintes.

Os trabalhos de campo a cargo da equipa de arqueologia da Câmara Municipal de Beja permitiram a identificação de um total de 100 sítios arqueológicos no território da extinta freguesia de Mombeja[4], um número redondo bem expressivo da riqueza patrimonial da região.

Mas mais importante do que a quantidade de novidades que estes trabalhos revelaram, foi a empatia estabelecida entre elementos da população e a equipa de arqueologia, que criou as bases futuras para o desenvolvimento de um profícuo e vasto trabalho de envolvimento comunitário através do património arqueológico, que se iria desenvolver de seguida.

Em 2008 havia sido aprovado o projeto de investigação "A transição Bronze Final / I Idade do Ferro no Sul de Portugal. O Caso do Outeiro do Circo", no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, e que contava com o apoio financeiro e logístico da Câmara Municipal de Beja, da empresa de arqueologia Palimpsesto e da Degebe – Associação de Valorização do Património Cultural. Este projeto, coordenado pelos signatários, pretendia aprofundar o conhecimento sobre o povoado do Outeiro do Circo, através da realização de escavações arqueológicas no local, entre outros trabalhos. Contemplava também uma vertente de intervenção vincadamente social, destinada a promover a sensibilização das populações locais para o património arqueológico, através do apelo à sua participação e inclusão ativa e com o estabelecimento de uma ligação entre o trabalho científico e a comunidade local, como forma de garantir uma continuidade futura para o projeto (Porfírio e Serra, 2012).

Esta coincidência temporal entre os trabalhos da Carta Arqueológica de Beja e o arranque do Projeto Outeiro do Circo permitiu que a chegada da equipa de investigação fosse devidamente preparada, o que também ajudou a criar uma certa expetativa local que teria de ser devidamente gerida com o evoluir dos trabalhos.

Mombeja passava a ficar bem mais próxima do Outeiro do Circo...

CONTA-ME COMO FOI!

No Verão de 2008 iniciam-se os trabalhos de campo do Projeto Outeiro do Circo, com as escavações arqueológicas a incidirem sobre um troço da muralha (Serra e Porfírio 2013), o elemento mais visível das ocupações pretéritas do Cerro dos Muros, agora novamente devolvido ao seu nome de Outeiro do Circo.

A curiosidade dos habitantes de Mombeja sobre a presença de uma equipa de arqueólogos, estudantes e profissionais, era expetável e gerou logo a surpresa pelo desconhecimento sobre a localização do sítio. Vencido o espanto inicial, que afinal não era mais do que a ignorância do nome Outeiro do Circo, substituído ao longo de gerações pelo mais pragmático e objetivo nome de Cerro dos Muros (Porfírio, 2015: 48; Serra, Porfírio e Ortiz, 2020: 117), logo surge nova desconfiança, desta vez transformada em descrença sobre a importância do local escolhido pelos arqueólogos forasteiros e certamente desconhecedores das verdadeiras riquezas da região, no entendimento de quem ali vivia e bem conhecia os campos em volta por os calcorrear em longas jornadas de labuta no campo, no pastoreio ou na caça!

De facto, a maior parte dos membros da população de Mombeja que contatavam de forma mais próxima com a equipa do projeto referiam ser o Outeiro do Circo/Cerro dos Muros local sem grande interesse, cheio de pedras e com alguns "casquelhos" e tijolos sem manifesta relevância. Foram muitos os avisos de que ali nada de importante deveria surgir, pois as moedas e outros possíveis tesouros reluzentes encontravam-se noutro local, esse sim bem conhecido da população local e de outros ditos "pesquisadores" que por ali recolhiam alguns achados munidos de equipamento, bem mais moderno que as picaretas e enxadas dos arqueólogos, destinado a indicar o local exato dos desejados artefactos. Uma rápida verificação permitiu confirmar que a referência era de uma *villa* romana, devidamente identificada e sujeita à depredação dos "caçadores de tesouros" ao longo dos tempos, tendo sido mesmo sugerido que ali é que a equipa de arqueólogos deveria centrar as atenções em vez de no alto do cabeço com muros onde se havia decidido tentar a sorte.

Estas situações confirmaram a necessidade de desenvolver um trabalho de divulgação especificamente dirigido para a comunidade local, no sentido de também esclarecer sobre a natureza do trabalho arqueológico e afastá-lo da ideia da caça ao tesouro, ainda muito presente na sociedade (Porfírio, 2015: 41). Porém, a divulgação sobre o início do Projeto Outeiro do Circo e a aposta numa comunicação franca e aberta, dirigida ao público em geral, também conduziu a que rapidamente alguns indivíduos com interesses pouco claros surgissem em Mombeja a indagar sobre o local investigado pelos arqueólogos. Mais

3|https://geoportal.cm-beja.pt/documentos/IGT/Conteudos_PortalCMBeja/PDMBeja/02_EltosAcompanham/Relatorio_CartaArqueologica_Jan2014.pdf

4|https://geoportal.cm-beja.pt/documentos/IGT/Conteudos_PortalCMBeja/PDMBeja/01_EltosConstituintes/Anexo1_CartaArqueologica.pdf

uma vez, o contacto de proximidade, direto e aberto, revelou-se a melhor forma de lidar com situações pouco desejáveis e permitiu que um encontro com um detetorista não se traduzisse numa situação capaz de criar prejuízos para o património arqueológico, pois que este, ao saber qual o local onde decorriam as escavações rapidamente se desinteressou, pois este não correspondia às suas ambições para encontrar o vil metal que tanto desejava, chegando mesmo a afirmar que *"...ali não havia nada, são só pedras..."*!

Desde a conceção do Projeto Outeiro do Circo, redigido num escritório em Coimbra, muito distante da área de estudo, que havia sido prevista uma intervenção muito clara junto da comunidade local. O caloroso acolhimento proporcionado pela população de Mombeja à equipa de arqueologia, que havia preferido ficar instalada no menor conforto das instalações disponibilizadas no arranque do projeto (os balneários do campo de futebol!), em vez de instalações mais adequadas na cidade de Beja, facilitou o desenvolvimento das ações pretendidas, que começaram por se centrar na visita às escavações arqueológicas para desmitificar o trabalho a desenvolver e os objetivos que se pretendiam atingir.

Foi criada uma campanha intitulada "Visite-nos ou junte-se a nós", que apelava, por um lado à participação voluntária nas escavações arqueológicas e por outro convidava a população a visitar e conhecer os trabalhos em curso. Se o primeiro objetivo teve um alcance residual, em grande parte motivado pela dureza do trabalho realizado sobre o sol abrasador e pouco convidativo a esforços do Verão Alentejano, já as visitas sucederam-se a bom ritmo, levando 120 visitantes ao Outeiro do Circo em dois meses de trabalho divididos pelos anos de 2008 e 2009, número bastante satisfatório para um sítio arqueológico não valorizado e à data ainda pouco reconhecido (Porfírio e Serra, 2012: 880) (**FIG. 3 e 4**).

A atitude adotada nas visitas ao sítio passava por pretender clarificar os objetivos do projeto, explicitar o processo de escavação arqueológica, fazer a "leitura" interpretativa do sítio e mostrar os artefactos exumados e de como estes, no seu contexto, nos podem ajudar a perceber e contar a história de quem aqui tinha vivido em épocas longínquas. Desta forma, não se procurou concentrar a visitação ao sítio em dias específicos, nem em atividades de "Portas Abertas", habituais em muitos projetos arqueológicos, mas pretendeu-se ter um sítio e um projeto abertos ao público durante todo o período de permanência da equipa para os trabalhos de campo (Serra, Porfírio e Ortiz, 2020: 117). Apesar dos constrangimentos provocados ao ritmo de trabalho pelas visitas regulares, dada a pequena equipa de voluntários que habitualmente era composta por não mais de 7 ou 8 pessoas, priorizou-se sempre o acompanhamento ao público visitante, que de outra forma não conseguiria interpretar corretamente o sítio. Esta componente de proximidade para com o visitante era reforçada pelo facto de estarmos perante um sítio não sinalizado, sem acesso permanente e sem vestígios claramente percetíveis.

A comunidade de Mombeja aderiu completamente ao desafio lançado e tornou-se assídua nas visitas ao sítio ao longo dos anos, acompanhando a evolução dos trabalhos durante 13 anos, e tornando-se também um veículo de transmissão de conhecimento e informação, quer junto dos visitantes ocasionais vindos de outras paragens, quer através do envolvimento e participação em múltiplas iniciativas distintas, por vezes surgidas de propostas vindas do seio de vários grupos dentro da comunidade.

Desta forma, as histórias concebidas a partir do conhecimento obtido com os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Outeiro do Circo e que foram transmitidas através de diferentes ferramentas, como as visitas guiadas,

FIG. 3 | Visita ao Outeiro do Circo no âmbito da iniciativa Semana Aberta, promovida pela Câmara Municipal de Beja.

FIG. 4 | Visitas guiadas às escavações arqueológicas no Outeiro do Circo. "Autoria: Maria João Marques."

conferências, oficinas pedagógicas, exposições, percursos pedestres temáticos, realização de documentários, e muitas conversas ao serão nos cafés e bancos de jardim de Mombeja, foram progressivamente apropriadas por parte da população da aldeia, criando uma nova memória identitária e um empoderamento que resultou no crescimento de um sentimento de orgulho pelos inúmeros destaques e olhares virados para o Outeiro do Circo que passou a ser também sinónimo de Mombeja (**FIG. 5, 6 e 7**).

O Projeto Outeiro do Circo passou assim a integrar-se nas dinâmicas próprias da aldeia, participando com iniciativas várias nas festividades populares, surgindo lado a lado com artesãos e poetas locais em alguns certames, partilhando convívios e procurando também criar contributos próprios, promovendo um vasto conjunto de ações destinadas a atrair outros públicos a uma aldeia perdida do interior, organizando cursos, caminhadas, palestras, oficinas, exibições e juntando-os com as verdadeiras mais-valias autóctones como o Cante, a gastronomia, ou as artes populares, numa verdadeira comunhão de saberes.

Torna-se desnecessário descrever o rol de iniciativas desenvolvidas em todos estes anos no Projeto Outeiro do Circo no âmbito da Educação Patrimonial, já devidamente sistematizadas em outros trabalhos (Serra, Porfírio e Ortiz, 2020) e que de certa forma permitiram uma divulgação regular sobre o sítio arqueológico que ajudou a consciencializar uma população para a importância deste património, mesmo em momentos mais difíceis em que as opções do poder político impediram a continuidade de intervenção no terreno, mas que não conseguiram cortar os elos criados com uma comunidade que exige ver o "seu" Projeto a afirmar-se e a contribuir para o desenvolvimento local, tão carente de ações e investimentos concretos.

No entanto, pretende-se referir uma série de pequenos gestos e atitudes que, na ótica dos responsáveis do Projeto Outeiro do Circo, são um claro sinal de como a comunidade local se soube apropriar do seu património e que dificilmente constarão das muitas páginas de publicações sobre o sítio. Exemplos de como a Junta de Freguesia Mombeja decidiu colocar uma imagem das escavações no Outeiro do Circo num calendário de 2011 para ilustrar vários aspetos do território da aldeia, ou quando o Grupo Coral de Mombeja assinalou o seu 11º aniversário em 2013 com um prato cerâmico comemorativo decorado com uma ilustração sobre o Outeiro do Circo, da autoria de José Luís Madeira (Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e que havia sido concebido para uma exposição sobre o sítio que esteve patente ao público em Beja (**FiG. 8**). Mas também outros momentos como o convite da Associação Cultural e Juvenil de Mombeja para integrar uma mostra em 2010 sobre artesanato, gastronomia, pintura, quadras populares e arqueologia (!!!), ou da escolha, por diversas vezes, do Outeiro do Circo como ponto de passagem, com explicação incluída, dos Trilhos de Mombeja, um evento de BTT organizado pelo Grupo Desportivo e Cultural de Mombeja, e da inclusão do Outeiro do Circo nas quadras com os lamentos do poeta popular José Frade:

FIG. 5 | Conferência de divulgação em Mombeja

FIG. 7 | Apresentação pública dos resultados em Mombeja

FIG. 6 | Oficinas de olaria pré-histórica em Mombeja.

FIG. 8 |Prato comemorativo do 11º aniversário do Grupo Coral de Mombeja

MOMBEJA

Uma aldeia sem escola
é como uma casa sem pão,
um mendigo sem esmola,
um corpo sem coração,

é como uma árvore sem rama,
um rebanho sem pastor,
como um verão sem calor,
um Inverno sem lama,
um bebé sem mãe nem ama,

uns sapatos sem ter solas,
um músico sem viola,
um banco sem capital,
é como um rio sem caudal,
uma aldeia sem escola,

é como um barco sem fundo,
um passarinho sem asas
como um lume sem brasas,
como um pobre surdo-mudo,
como um circo sem faz tudo,

um quintal sem portão,
um ceguinho sem um cão,
um carro sem ter motor,
é como um parto sem dor,
é como uma casa sem pão,
é como um casal sem descendentes,
como uma noite sem luz,
como um calvário sem cruz,
como uns óculos sem lentes,
como uma fonte sem nascentes,

um mestre sem bitolas,
um polícia sem pistola,
um objeto que não presta,
é como uma colmeia sem mestra,
e um mendigo sem esmola,

um albergue sem telhados,
como uma ave sem ninho,
uma terra sem caminho,
um idoso abandonado,
um carreto já passado,

uma espiga sem ter grão,
uma cama sem colchão,
um projeto que não avança,
um doente sem esperança,
e um corpo sem coração.

E VIVERAM FELIZES PARA SEMPRE?

O presente texto baseia-se na comunicação apresentada em 2018 no Fundão à Mesa-Redonda "Arqueologia, Museu(s), Comunidade(s) – Arqueologia Comunitária e Museologia Comunitária", que, nessa altura, transparecia a reflexão de diversas incertezas e desilusões que pairavam sobre o Projeto Outeiro do Circo, resultantes da suspensão dos trabalhos em 2018 face à rejeição da Câmara Municipal de Beja ao pedido de apoio a um novo projeto que permitisse a continuação dos trabalhos de investigação e, obviamente, do programa de Educação Patrimonial associado.

No momento em que estas palavras são escritas passou um longo período desde a comunicação que lhe deu origem, mas permanecem as dúvidas sobre o futuro do projeto.

Pelo meio assistiu-se a um retomar de caminho, com a aprovação e apoio do município a um novo projeto, desenvolvido entre 2019 e 2021, e que devolveu momentaneamente a esperança numa consolidação da atuação sobre o sítio arqueológico, mas que findo o trabalho volta a ser ensombrado pela dúvida acerca do futuro pretendido.

Os próprios responsáveis científicos do projeto assumiram a necessidade de uma pausa sobre a atuação no terreno, indispensável para uma consequente e longa dedicação ao trabalho científico de bastidores que se havia acumulado. Mas uma outra razão emergia como fundamental para justificar um período de reflexão, a importância de definir claramente com as entidades parceiras do projeto o caminho que se pretende traçar e as condições para o concretizar, que terão de passar pelo objetivo de valorização dos vestígios colocados a descoberto para o seu merecido usufruto público. Só desta forma será possível não defraudar o sentimento gerado nos últimos anos junto da comunidade local a quem se convenceu que as intervenções no Outeiro do Circo seriam importantes para valorizar o território através da descoberta de um sítio que 3000 anos antes era o centro de poder de onde emanavam as decisões respeitantes à gestão desta vasta região.

Beja e Sintra, 3 de Dezembro de 2021.
Miguel Serra e Eduardo Porfírio

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, P. A. de (1896), Extractos arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758. *O Archeologo Português*. 2, p. 307.

Azevedo, P. A. de (1897), Extractos arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758. *O Archeologo Português*. 3, p. 220.

Azevedo, P. A. de (1900), Extractos arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758. *O Archeologo Português*. 5, p. 299.

Feio, M. (1952), *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. Estudo de Geomorfologia*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos.

Galvão, L. M. (1946) *Estudo de um meio rural no Baixo Alentejo. Beringel* [Documento policopiado].

Oliveira, J.T. (1992), *Carta Geológica de Portugal. Escala 1/200 000. Notícia Explicativa da folha n.º 8*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal

Parreira, R. (1977), O povoado da idade do bronze do Outeiro do Circo (Beringel/Beja). *Arquivo de Beja*. 28-32, pp. 31-45.

Porfírio, E. (2015), Experiências de divulgação da arqueologia: o caso do Projecto Outeiro do Circo (Beja, Baixo Alentejo, Portugal). *Antrope*. 2, pp. 30-66.

Porfírio, E. e Serra, M. (2012), Um projecto de arqueologia "social" em Mombeja. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Câmara Municipal de Amodôvar, pp. 877-889.

Porfírio, E. e Serra, M. (2010), Viagens pela História da Arqueologia de Mombeja - Entrevista. *Jornal de Mombeja*. 7, Julho, p. 10-11.

Serra, M. e Porfírio, E. (2012), O Bronze Final nos "Barros de Beja". Novas perspectivas de investigação. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Câmara Municipal de Amodôvar, pp. 133-148.

Serra, M. e Porfírio, E. (2013), O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Mombeja/Beringel, Beja): resultados das campanhas de 2008 e 2009. *VIPASCA – Arqueologia e História*. 4, 2ª série, pp. 15-28.

Serra, M., Porfírio, E. e Ortiz, R. (2020), Educación Patrimonial dentro del Proyecto Outeiro do Circo (Beja, Portugal): 10 años de actividades. In Ruiz Osuna, A., Medina Quintana, S. y Pérez Naranjo, L. (coord.), *Educación y Divulgación del Patrimonio Arqueológico. La Socialización del Pasado como reto para el Futuro*. Granada: Editorial Comares, Colección Enseñar y Aprender, pp. 115-126.

Viana, A. (1949), Beringel (Notas Monográficas). Arquivo de Beja. Vol. 6, pp. 153-185.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 89 28/07/2025 11:42:06

LAS COMUNIDADES TIENEN VOZ

SABAH WALID
UNDERGROUND ARQUEOLOGÍA PATRIMONIO & GENTE

RESUMEN

En este artículo queremos reflexionar e incorporar a los discursos dominantes en los procesos de participación ciudadana en prácticas de patrimonio cultural, el papel de las comunidades como sujetos de esos procesos; dar valor a esas comunidades de saberes (amateurs, prosumidores, afectados, activistas) que comparten sus conocimientos, de forma más o menos voluntaria, y que están ocupando su lugar en la construcción de conocimiento de las comunidades científicas, incorporando las prácticas decoloniales en la construcción de discursos.

ABSTRACT

In this article we want to reflect and incorporate the dominant discourses in the processes of citizen participation in cultural heritage practices, the role of communities as subjects of these processes; give value to those communities of knowledge (amateurs, prosumers, affected, activists) who share their knowledge, more or less voluntarily, and who are occupying their place in the construction of knowledge of scientific communities, incorporating decolonial practices in the construction of discourse.

En los últimos años, la incorporación de las comunidades en los procesos de creación de conocimiento patrimonial nos ha llevado a reinterpretar a qué nos referimos cuando hablamos de comunidades y de patrimonio. En nuestro caso, cuando hablamos de comunidades nos referimos a grupos de personas con los mismos objetivos y necesidades. Son grupos dinámicos que se definen en un momento concreto y un contexto determinado, y que deben ser entendidos por su relación con el territorio y forma de organizarse. Por otra parte, consideraremos el patrimonio cultural como parte de los bienes comunes, tangibles, intangibles y relacionales, que forman parte de la economía del conocimiento de esas comunidades y que deben o pueden ser gestionados dentro de los parámetros de la economía del don (Lafuente, 2008:63) y la participación interesada.

Estas prácticas del compartir y del construir colectivamente están siendo incorporadas por la comunidad científica y de la gestión cultural en diferente grado, la cuales podemos diferenciar en tres grandes bloques (en algunos casos interconectados):

1. Las políticas de generación de nuevos públicos.
2. La incorporación de la ciudadanía desde la práctica.
3. La gestión comunitaria.

En relación a la búsqueda de nuevos públicos, las políticas culturales están trabajando sobre esas estrategias con el fin de producir un “democratización de la cultura” -cultura para todos- configurándose nuevos discursos en los que los productores deben incorporar nuevos consumidores, sin que tenga que intervenir la ciudadanía en la práctica de esos proyectos.

Un paso más, sería el caso de los proyectos en los que se cuenta con una participación, más o menos activa, de las comunidades. Aquí podríamos considerar desde la incorporación de partidas económicas para la difusión (libros, documentales, jornadas de puertas abiertas,...) hasta la incorporación de "participantes" en determinadas fases de los proyectos, generalmente en la recogida de datos (barbechos de conocimiento) o en la elaboración de dispositivos de difusión, en los que hay una cierta incorporación de la ciudadanía como prosumidores (que producen y consumen) de la creación.

Y en último caso, tendríamos los proyectos de gestión comunitaria en los que los promotores y ejecutores se componen por diferentes agentes que forman parte de diferentes comunidades (científica, afectados, aficionados, activistas), que conforman una nueva comunidad con el objetivo de llevar a cabo una determinada práctica.

La pregunta que nos planteamos ante esta jerarquización de la participación es ¿estamos visibilizando la voz de la comunidades en estos procesos?

FIG. 1 | Dinámica participativa de diseño y reflexión para el espacio público. UNDERGROUND Arqueología Patrimonio & Gente + Colectivo cAnicca. Campanario, Badajoz

En el caso de la búsqueda de nuevos públicos, parece claro que la barrera entre los que producen (sabios, cultura en mayúsculas) y los que consumen (legos, culturas) no sólo es manifiesta sino que incluso puede llegar a ampliarse, presentándose solo ligeras fracturas si tenemos en cuenta el aumento de nuevos receptores culturales. Así, romper los muros entre los que saben y los que miran (públicos) e incorporar esas miradas, no sólo es un proceso de retornos de las ciencias a la ciudadanía sino más bien una apertura a nuevas prácticas que nos hagan crecer como sociedades rompiendo esa "universalidad del conocimiento" que conlleva la unidireccionalidad y la jerarquización de la construcción de los saberes.

En el segundo caso, la incorporación de la ciudadanía a las prácticas científicas y culturales se ha constituido como el primer paso para romper esas fronteras. La participación se ha institucionalizado, aunque de forma desigual, en los proyectos relacionados con el patrimonio cultural. De una parte, esta incorporación de la ciudanía ha supuesto la generación de ciertos espacios de creación colectiva antes invisibilizados; y por otro lado, ha provocado la introducción en las prácticas científicas de nuevos parámetros de reflexión sobre los sujetos y los objetos de sus prácticas. No obstante, estamos ante procesos en los que los objetivos van de la mano de los creadores y las comunidades son participantes de los mismos. En muchos casos, los intereses se solapan estableciéndose estrategias de gestión sobre los mismos intereses o conflictos, pero en otros casos estamos ante proyectos impuestos que instan a la participación desinteresada.

En este caso, no queríamos dejar de mencionar dos elementos principales ante estas circunstancias. Por un lado, la falta de formación de los profesionales de la ciencia o la gestión en prácticas de participación ciudadana, y por otro lado los conflictos que se generan con la incorporación del voluntariado. En el primero, no nos referimos a una formación reglada y teórica exclusivamente, sino a la formación desde la práctica en la escucha y la participación en el hacer de las comunidades, además de entender que los procesos de participación son también de aprendizaje y por tanto deben incorporar cierto grado de incertidumbre y de flexibilidad, que permita el fluir pero que no deje de lado los objetivos propuestos. Y en el segundo caso, creemos que, por un lado, debemos entender que la participación interesada conlleva no definir a los participantes como voluntarios; y por otro lado, que es necesaria la incorporación de mediadores que sirvan de nexo a los diferentes intereses de los miembros de la comunidad.

FIG. 2 | Visita al proyecto comunitario de Canicab, Yucatán, México. Congreso SOPA 2017

Dentro de los proyectos de gestión comunitaria también podemos observar diferentes metodologías o prácticas, más o menos abiertas en su organización, gestión de retornos y comunicación o difusión. En el caso de estructuras comunitarias menos abiertas, la comunidad tiene voz, pero ésta difícilmente tendrá visibilidad o repercusión en el resto de comunidades. Esto no tiene porque ser un defecto ya que no siempre dentro de los objetivos de este tipo de proyectos está el ser visibles o replicables. Esta invisibilidad no se da solo en este tipo de proyectos ya que en muchos casos los proyectos comunitarios en abierto no tienen fácil su incorporación a los canales que posibilitan incorporar sus voces. Esto se debe a varios factores que no solo tienen que ver con la falta de formación o especialización del colectivo en metodologías y estrategias de comunicación, sino que también influyen esos muros de los que antes hablábamos, que desacreditan o disminuyen el impacto de estos procesos

en sus prácticas de creación de conocimiento. Así, en muchos casos, están sufriendo un proceso de institucionalización excluyente en la que los "sabios" están participando en la reapropiación de los discursos comunitarios vaciándolos de sentido al no trasladar esas metodologías a sus prácticas.

FIG. 3 | Acción comunitaria para la recuperación de la fiesta de El Cerrillo. Zalamea de La Serena, Badajoz. Congreso SOPA 2016

En el caso de proyectos de patrimonialización ciudadana (Criado-Boado y Barreiro, 2013:6-11) o de prácticas de patrimonio cultural expandido (Pulido y Walid, 2014:33) nos encontramos desde hace unos años en lo que se ha llamado como cambio de paradigma de las ciencias sociales (Criado-Boado, 2016:81; Comendador 2015:36) que supone la introducción de diferentes dinámicas de socialización, como las que surgen desde la Arqueología Pública (Almansa, 2013). Este cambio evidencia unas prácticas culturales estancadas o fosilizadas (Ariño, 2012:20) que evolucionando y creando espacios en los que los bienes y memorias comunes introducen elementos de resignificación en el patrimonio cultural (Walid y Pulido, 2016:51-52), así como nuevas formas de hacer o de organizarse. Un cambio que se presenta como lento si miramos cómo las comunidades de aprendizaje están evolucionado, prototipando formas de organizarse, incorporando nuevos lenguajes y generando procesos creativos abiertos. El movimiento hacker, la organización de las comunidades de amateurs, de afectados, la creación de redes, de laboratorios, donde se cocina en beta y se producen prototipos, la Punk Science, la Ciencia de Guerrilla, la rebelión de los silenciados están rompiendo las fronteras de la contracultura y del estado del bienestar, visibilizando procesos de cocreación que en el caso de las prácticas de patrimonialización comunitaria se organizan teniendo en cuenta los tiempos, los afecto, la confianza y el respeto por lo colectivo y lo compartido.

BIBLIOGRAFÍA

Almansa Sánchez, A. (Ed.) (2013), Arqueología Pública en España. AHIA: Colección Arqueología pública, Madrid.

Ariño Villarroya, A. (2012), "La patrimonialización de la cultura y sus paradojas postmodernas", Lisón Tolosana, C. (Dir), Antropología: horizontes patrimoniales. Tirant Humanidades, Valencia, p. 209-227.

Comendador Rey, B. (2015), "Al otro lado de la Universidad: aportaciones a un modelo de "Humanismo Mejorado, Actas del I Congreso Internacional sobre Educación y socialización del Patrimonio en el Medio Rural, SOPA13. Vol. II. Malpartida de Cáceres: La descomunal revista de patrimonio y comunidad, p. 31-56.

Criado-Boado, F. (2016), "Rescatar, ¿a quién?", Borsani, Mª E. y Quintero P. (Comp). RESCATE. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible. Tomo I. UCOPress, Editorial Universidad de Córdoba. Córdoba, p. 7-88.

Criado-Boado, F. y Barreiro, D. (2013), "El patrimonio era otra cosa", Estudios Atacameños. Arqueología y Antropología Surandinas, 45, p. 5-18.

Lafuente, A. (2008), "Los cuatro entornos de los bienes comunes", Helfrich S. (Comp.), Genes, Bytes y Emisiones: Bienes comunes y ciudadanía. México: Fundación Heinrich Böll, p. 63-67.

Pulido J. y Walid S. (2014), "CINETÍNERE: Cine itinerante por la recuperación social del patrimonio cultural en el medio rural", Tejuelo, 19, p. 29-61.

Walid, S. y Pulido, J. (2018), "El congreso SOPA como herramienta de visibilización y co-creación de nuevos procesos patrimonializadores desde la comunidad rural", A. Galán Pérez y D. Pardo San Gil (Coords.), Las profesiones del Patrimonio Cultural. Competencias, formación y transferencia del conocimiento: reflexiones y retos en el Año Europeo del Patrimonio Cultural, p. 50-55.

Walid, S. y Pulido, J. (2014), "Socialización del patrimonio, patrimonio expandido y contextualización de la cultura", Arqueoweb, 15, p. 326-334.

IDENTIDADE CULTURAL E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL: QUE FUTURO PARA O CASTRO DA ARGEMELA?

MARIA DO CARMO RAMINHAS MENDES
PROFESSORA AUXILIAR CONVIDADA, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
INVESTIGADORA INTEGRADA LABCOM-UBI; INVESTIGADORA COLABORADORA ARTIS/IHA-FLUL

O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.
Lei de Bases do Património Cultural, art.º 3, ponto 3.

Desde o abandono da estrutura arqueológica, que se baliza entre o Bronze final / inícios da Idade do Ferro, que o Castro da Argemela tem estado exposto não apenas à acção do tempo, mas particularmente aos perigos que representam a ausência de memória histórica e, consequentemente, da incúria que deste facto degenera. Embora seja este um *grand mal* que assola considerável parte do Património Cultural português, o caso do Castro da Argemela pode considerar-se paradigmático na medida em que se inclui num período ainda parcamente estudado, e cujo estudo aprofundado se afirma urgente para o entendimento das conjunturas destes povoados da Proto-História, assim como para a sua preservação e valorização nos contextos regional, nacional e internacional.

Ainda hoje subsistem lendas que associam a designação "Argemela" à presença de lusitanos, romanos e mouros, histórias contadas de geração em geração onde os tempos históricos se confundem; no entanto, na actualidade mesclam-se, infelizmente, com outras interpretações pessoais marcadas pela total ausência de fundamentação científica e de conhecimentos histórico-arqueológicos (a exemplo, a recente referência ao nascimento e sepultamento da lendária figura Boudica por terras das Beiras, relato onde se inclui a Argemela; uma hipótese pautada pela incongruência cronológica e resultado de uma amálgama de conclusões assentes em visões que carecem claramente de conhecimento e metodologia científicos)[1]. O desconhecimento, que conduz à construção deste tipo de discursos, é uma das condições que perigosamente confundem ciência com folclore, e que induzem as gerações vindouras em leituras erradas sobre as origens da sua própria identidade-se a divulgação destes discursos não for sujeita ao espírito crítico, e se estes não forem confrontados com factos e comprovados pelo recurso a métodos criteriosos, atestados por quem tem, de facto, a responsabilidade de fazer e de escrever a História em verdade.

Todavia e infelizmente, as lendas e o folclore permanecem mais tempo na memória colectiva do que factos e lugares que representam e apresentam o Património Cultural Material e Imaterial que os antepassados nos legaram; lendas e folclore ameaçam a permanência da identidade de um povo se não moderados, pois não é sua intenção valorizar e/ou preservar nem os sítios nem a sua verdadeira significação ao tempo – mas sim abrir caminhos para a criação de "novos mitos" e adensar o desconhecimento que, durante largos séculos, foi o principal agente motor dos graves e irreparáveis danos na nossa herança patrimonial.

Construído sobre a actual linha de fronteira entre os municípios da Covilhã e do Fundão (**FIG. 1**) outrora, e não há muito tempo, grande parte dos habitantes das localidades em redor da Serra da Argemela e do seu Castro,

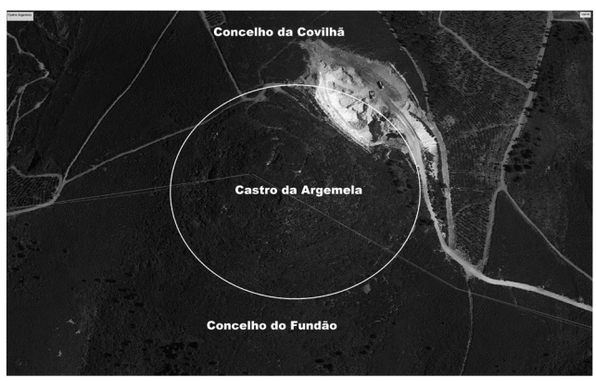


FIG. 1 | Vista aérea do Cabeço da Argemela e da linha de divisão dos concelhos da Covilhã e Fundão, com marcação da área ocupada pelo Castro (imagem Google Earth).

1| Para saber mais sobre esta teoria, consultar Hamilton, Tom G., "Becoming Boudica: How Celtic Female Warrior Culture Challenged Rome" (disponível em: «https://laptrinhx.com/news/becoming-boudica-how-celtic-female-warrior-culture-challenged-rome-oKBPNKJ/amp/», consultado em 20-09-21), e Fernandes, António Alves, "Boudica Portuguesa" (disponível em: «https://capeiaarraiana.pt/2021/06/20/boudica-portuguesa/», consultado a 20-09-21).

ou desconheciam a existência do sítio arqueológico, ou dele tinham ouvido falar vagamente, ou então designavam-no como "um monte de calhaus". Estrutura circular, composta actualmente por duas linhas de muralha concêntricas construídas com pedras sobrepostas sem recurso a agente ligante (**FIG. 2**), é actualmente notório o avançado estado de destruição – uma pequena parte, resultado da acção do tempo, mas a maior parte da responsabilidade da mão humana (**FIG. 3**).

FIG. 2 | Vista do primeiro pano de muralha do Castro da Argemela, vertente Norte, com a Serra da Estrela em fundo (imagem da autora).

FIG. 3 | Exemplo de derrocada e deslocação de pedras no segundo pano de muralha do Castro da Argemela (imagem da autora).

Existem relatos de pilhagem e deslocação de pedras das muralhas para construção de cercas, bardos e botaréus e para construir e/ou ornamentar edifícios: o microgranito que constitui o Cabeço da Argemela, local onde foi erigido o Castro, é conhecido pelas particularidades da sua composição geológica e pela singular qualidade do seu grão para trabalhos de pedraria. Qualidades que foram documentadas ainda no século XVIII, aquando das designadas *Memórias Paroquiais*, concernentes à paróquia de Barco, a localidade mais próxima da Serra e Cabeço da Argemela: «Há neste cabeço e braço principal huã grãde pedreira de cantaria mui alva e de estimação, donde pella sua qualidade, tem hido para muitas partes deste Bispado quantidade de pedra; e de metais não consta»[2].

A área onde foi construído o Castro da Argemela figura actualmente, nos Planos Directores Municipais (PDM) dos municípios da Covilhã e do Fundão, em área de "Couto Mineiro", na medida em que, nas décadas de 40 e 50 do século passado, se desenvolveu exploração mineira na Serra em galeria subterrânea para extracção de tungsténio e estanho (pela Empresa Mineira da Argimela e pela Beralt Tin & Wolfram, respectivamente). E foi a estrutura arqueológica pela primeira vez intervencionada nos primeiros anos do século XXI, no seguimento da instalação de uma mina a céu aberto, na altura concessionada à empresa Unizel - Minerais, Lda., para extracção de feldspato e quartzo, e cuja licença de exploração foi denominada de "C-98 – Cabeço da Argemela". Esta empresa, na zona circundante e dentro da própria estrutura arqueológica, efectuou furos de prospecção mineira, assim como também provocou a derrocada de parte dos muros e construções do Castro ainda remanescentes, pela acção da maquinaria que abriu vias de acesso à exploração (**FIG. 4**).

FIG. 4 | Furo de prospecção da exploração C-98 "Cabeço da Argemela", Unizel-Felmica, dentro do primeiro pano de muralha (imagem da autora).

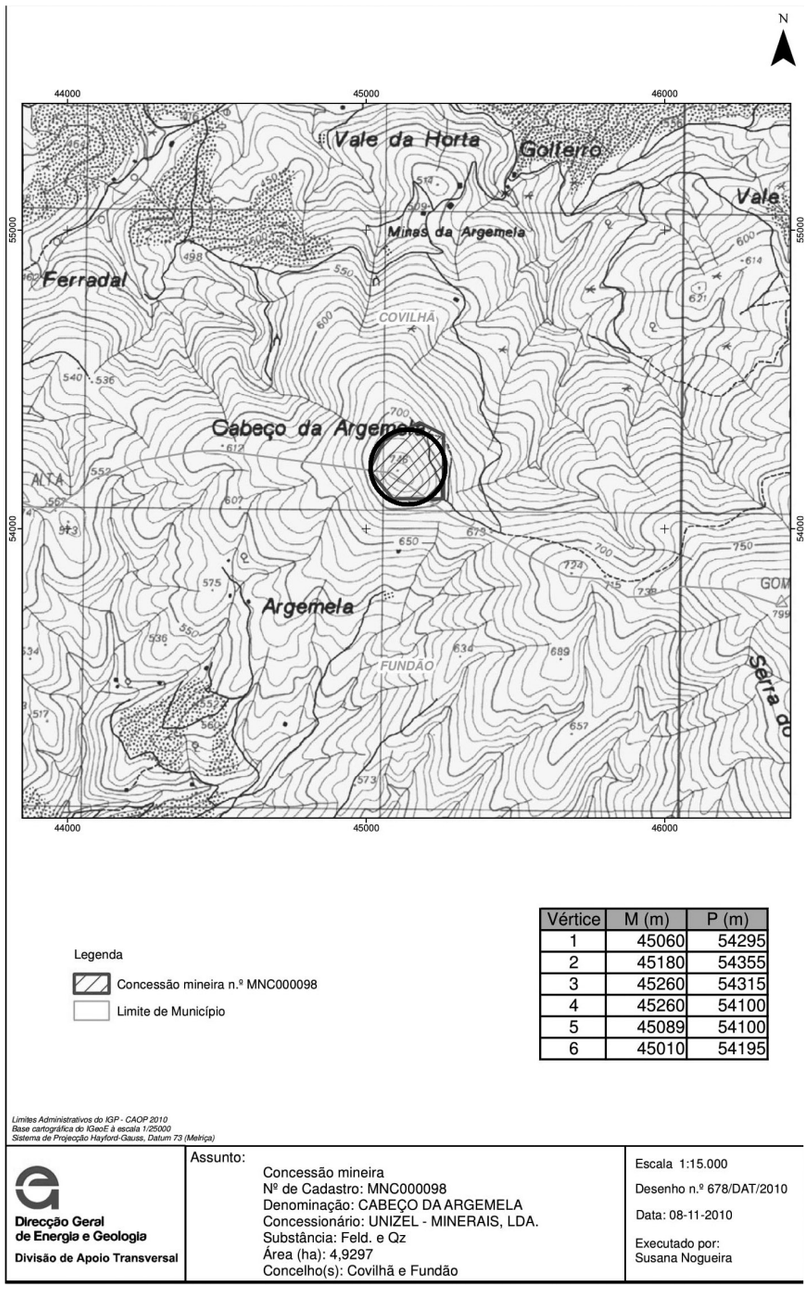
Consequentemente, e dado que a actividade não previa qualquer critério de preservação do sítio, foi alertado o então IPPAR que impôs redução da área de intervenção mineira e a divisão desta em duas partes, designadas de "Subsector A" e "Subsector B" (pois a área inicialmente pretendida pela empresa implicava praticamente todo o Cabeço e a destruição inevitável do Castro) (**FIG. 5**). Foi também exigida à empresa a emissão de um parecer técnico especializado (o qual foi solicitado à arqueóloga Professora Doutora Raquel Vilaça, da Universidade de Coimbra), e a obrigação da mitigação do impacte arqueológico, com monitorização regular por parte de uma equipa de especialistas, tendo sido a empresa Unizel - Minerais, Lda. obrigada à sua contratação e consequente financiamento dos trabalhos, desenvolvidos posteriormente pela empresa Palimpsesto, Estudo e

2| Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais* de 1758, "Barco", vol. 6, nº 34, fls. 279 a 288, disponível em «https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4239179».

Preservação do Património Cultural, Lda., sediada em Coimbra.

Embora alguns estudos tenham já sido publicados sobre o valor arqueológico e patrimonial do Castro da Argemela - nos quais se destaca a sua importância não apenas no contexto regional e nacional, mas mui particularmente a sua singularidade no contexto ibérico -, é, contudo, uma estrutura ainda pouco investigada e divulgada, o que não faz jus ao seu papel para a compreensão deste período da Proto-História em território português. O texto que apresentamos, e que esperamos que alerte consciências, assenta essencialmente em quatro fontes bibliográficas, que espelham no seu conjunto os aspectos mais relevantes a ter em consideração na avaliação da importância e da urgência de preservação e valorização, assaz evidentes, do Castro da Argemela.

As referências à existência do Castro remetem-nos aos primórdios da Arqueologia no nosso país, nos relatos de José Ignácio Cardoso (1861) ou de Francisco Tavares Proença Júnior (1908). Um dos relatos mais interessantes destes tempos encontra-se descrito no relatório da *Expedição Scientifica à Serra da Estrela*, realizada em 1881 por Luís Feliciano Marrecas Ferreira sob a égide da Sociedade de Geografia de Lisboa[3]. Nesta descrição do Castro da Argemela, entre as páginas 111 e 112, o autor alude à povoação do Barco, dando destaque à forma cónica singular da Serra da Argemela e ao Castro que a encabeça. Esta descrição é particularmente valiosa na medida em que, para além de referir a estrutura como provavelmente única em Portugal, descreve a existência de três muralhas concêntricas e, deveras importante, a distância a que se encontram umas das outras: cerca de cinquenta metros. Esta configuração anelar, que envolve o cume de uma estrutura geológica tão peculiar como a Serra da Argemela (este monte que se eleva sobre a Cova da Beira e que se destaca entre a Serra da Gardunha e a Serra da Estrela), confere-lhe claramente um simbolismo único no contexto do período proto-histórico a que se reporta.



Vértice	M (m)	P (m)
1	45060	54295
2	45180	54355
3	45260	54315
4	45260	54100
5	45089	54100
6	45010	54195

FIG. 5 | Assinalada a vermelho a área da exploração C-98 "Cabeço da Argemela", Unizel-Felmica e, marcada por nós a negro, a área ocupada pelo Castro da Argemela (imagem DGEG).

A sua importância histórico-arqueológica reflecte-se também no relatório da empresa de arqueologia Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.; segundo Nota Interna, datada de 14 de Fevereiro de 2013, da autoria da empresa de arqueologia e cujo documento integra o processo relativo à concessão "C-98 – Cabeço da Argemela" (o qual consultámos presencialmente nas instalações da DGEG - Direcção-Geral de Energia e Geologia), o resultado das campanhas arqueológicas levadas a cabo entre 2003 e 2009 implicou um conjunto de quatro vertentes fundamentais: prospecções prévias, acompanhamento arqueológico dos trabalhos da mina C-98, monitorização periódica do estado

3| FERREIRA, Luiz Feliciano Marrecas (1883), *Expedição Scientifica à Serra da Estrela em 1881 (Relatório)*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 111-112. Documento gentilmente cedido pelo Sr. Diamantino Gonçalves, a quem agradecemos.

dos panos de muralha e sondagens arqueológicas de diagnóstico.

As várias sondagens efectuadas, para além de identificarem a localização de dois dos três muros que fontes documentais anteriores atestam comporem a estrutura arqueológica inicial, também revelaram que a zona onde se insere o Castro, conhecida como Cabeço da Argemela, teve várias fases de ocupação, que remontam afinal ainda ao Paleolítico. As sondagens permitiram o levantamento de vários achados arqueológicos (fíbulas, pedaços de cerâmica, punhais, etc.), sendo que as efectuadas a Sudoeste (sondagens 7, 8, 9 e 10) se revelaram de extrema importância para a conservação *in situ* de toda esta zona (**FIG. 6**); citando-se a respectiva Nota Interna:

Na sondagem 9 foi possível identificar um espaço definido por um lajeado bastante regular, incorporando elementos reaproveitados (nomeadamente dormentes) e que configuraria presumivelmente um espaço descoberto. Identificou-se ainda uma construção, presumivelmente de planta rectangular.

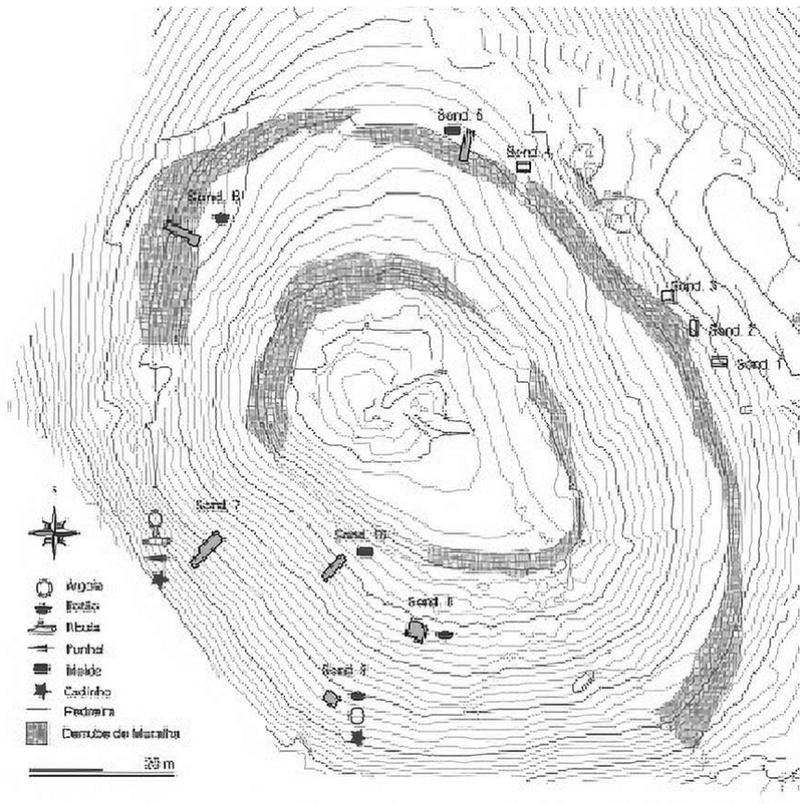


FIG. 6 | Imagem retirada do estudo da autoria de Raquel Vilaça, "Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (...)", com marcação de dois dos anéis da estrutura arqueológica e sondagens realizadas pela equipa da Palimpsesto, CITCEM, 2011, p. 431.

A sondagem 10 apresenta um cenário marcado pela perturbação dos níveis mais antigos, e pela lixiviação continuada dos seus depósitos sedimentares, por força da inclinação do terreno. **Ainda assim foi possível identificar níveis de ocupação pré-históricos**.

Dos dados expostos sobressai que, no seu conjunto, os trabalhos desenvolvidos na última campanha revelam, independentemente do grau de perturbação de contextos e do acentuado declive do terreno, a presença de níveis ocupacionais na totalidade das sondagens, pautados pela diversidade da natureza dos depósitos e estruturas e da intensidade ocupacional[4].

Este excerto comprova a urgência da classificação e protecção, assim como também a necessidade da continuidade de sondagens arqueológicas no Castro da Argemela e áreas circundantes, um património partilhado pelos Municípios da Covilhã e do Fundão. E ainda mais urgente se tornou na sequência da compra da licença de concessão da Unizel pela empresa Felmica – Minerais Industriais, S.A., em 2016: esta empresa mineira, agora responsável pela concessão C-98, finda a viabilidade económica da mina instalada a Nordeste ("Subsector A"), pretendia avançar no futuro com a abertura de uma nova exploração[5] no Cabeço, a Sudoeste ("Subsector B") (**FIG. 7**), área onde, como acima citado e comprovadamente, existe legado arqueológico que urge estudar, valorizar e preservar *in situ* e onde, segundo a Nota Interna da Palimpsesto,

[...] com base em trabalhos arqueológicos já efectuados dentro do Subsector B, prevêem-se impactes significativos gerados pela instalação de actividade mineira no referido

4| DGEG, Processo Concessão C-98 "Cabeço da Argemela", Unizel/ Felmica, Dossier nº 4, pág. 1275.

5| Também para a Serra da Argemela se encontra na DGEG outro pedido de concessão de exploração mineira, a céu aberto, com uma área total de 403,71 ha, solicitado pela empresa PANNN, Consultores de Geociências, Lda., empresa subsidiária da Almina – Minas do Alentejo, S.G.P.S.. O contrato de exploração foi recentemente assinado (a 28 de Outubro de 2021), e a exploração implantar-se-á não apenas a centenas de metros da povoação de Barco, mas também a pouco mais de uma centena de metros do Castro da Argemela. A área em questão abrange uma vastíssima parte da vertente norte da Serra da Argemela, à beira do Rio Zêzere. A empresa Almina – Minas do Alentejo, S.G.P.S. foi autora, há cerca de dois anos, de um episódio de destruição patrimonial, na sequência de procedimentos de limpeza e regularização das instalações mineiras em Aljustrel, tendo sido irremediavelmente perdidos os vestígios arqueológicos da única oficina metalúrgica romana de Portugal (notícia disponível em: «https://www.publico.pt/2019/10/26/local/noticia/almina-destroi-unico-vestigio-oficina-metalurgica-romana-portugal-1891108»). Que se saiba, o assunto caiu no esquecimento e desconhece-se qualquer aplicação de sanções à empresa mineira, por parte das entidades competentes.

Subsector, que **originará a remoção de parte da 1ª e 2ª linha de muralha [...]**[6].

Para se aprofundar a necessidade urgente de preservação e valorização da estrutura arqueológica, é também determinante o artigo científico dos autores Raquel Vilaça, Sara Almeida, Carlo Bottaini, João Nuno Marques e Ignacio Montero-Ruiz, intitulado "Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão): formas, conteúdos, produções e contextos"[7], é este um estudo resultante dos dados apurados pelas campanhas arqueológicas da Palimpsesto, Lda., e acima abordadas.

Embora a Serra da Argemela seja conhecida, como mencionado acima, a partir do século XX como local de recursos minerais, os autores referem que, na zona e área envolvente, não são conhecidas provas directas de exploração mineira no decurso do I milénio a.C.. Os objectos em metal (compostos principalmente por ligas de bronze) e moldes metalúrgicos, encontrados durante as campanhas arqueológicas, decorrem de lugares diversos, facto que antevê o Castro da Argemela como local de relevância no contexto ibérico do final da Idade do Bronze, não enquanto local onde se terá desenvolvido mineração mas sim destacando-o pelo facto dos objectos recolhidos até à data representarem uma comunidade estruturalmente autónoma que, para além de notoriamente expressar interacção com as outras comunidades da região e da Extremadura espanhola, anuncia também uma evidente abertura e influência do contacto com o território mediterrânico. Toda uma conjuntura que merece ser aprofundada a par com a preservação na íntegra desta estrutura arqueológica, claramente descurada e abandonada ao longo dos séculos, promovendo a dialéctica cultural alargada que os achados arqueológicos do povoado do Castro da Argemela e estruturas circundantes existentes na região preconizam.

Em 2013, foi defendida publicamente na Universidade de Coimbra uma dissertação de mestrado intitulada *O Castro do Cabeço da Argemela (Fundão)* no seu contexto local e regional. Contributo do estudo das cerâmicas da sondagem 9[8], da autoria de Diana Isabel Esteves Fernandes. Com orientação científica da Professora Doutora Raquel Vilaça, esta investigação teve por base o levantamento arqueológico resultante da sondagem 9 realizada no Castro pela empresa Palimpsesto, Lda., na qual vários pedaços de cerâmica de produção manual foram descobertos, entre outros artefactos.

Esta investigação é, no seu conteúdo, deveras importante para se perceber como terá sido a vivência do povoado proto-histórico, e quais as interacções comerciais e culturais que se terão desenvolvido durante um período e uma região ainda pouco estudados no contexto nacional; os resultados das conclusões da autora asseveram que há ainda muito por investigar relativamente ao Castro da Argemela, não apenas pelo seu legado arqueológico e pelo carácter simbólico da sua estrutura, outrora e provavelmente composta por três panos de muralha concêntricos (atentando ao descrito por Luís Feliciano Marrecas Ferreira), mas também pela localização

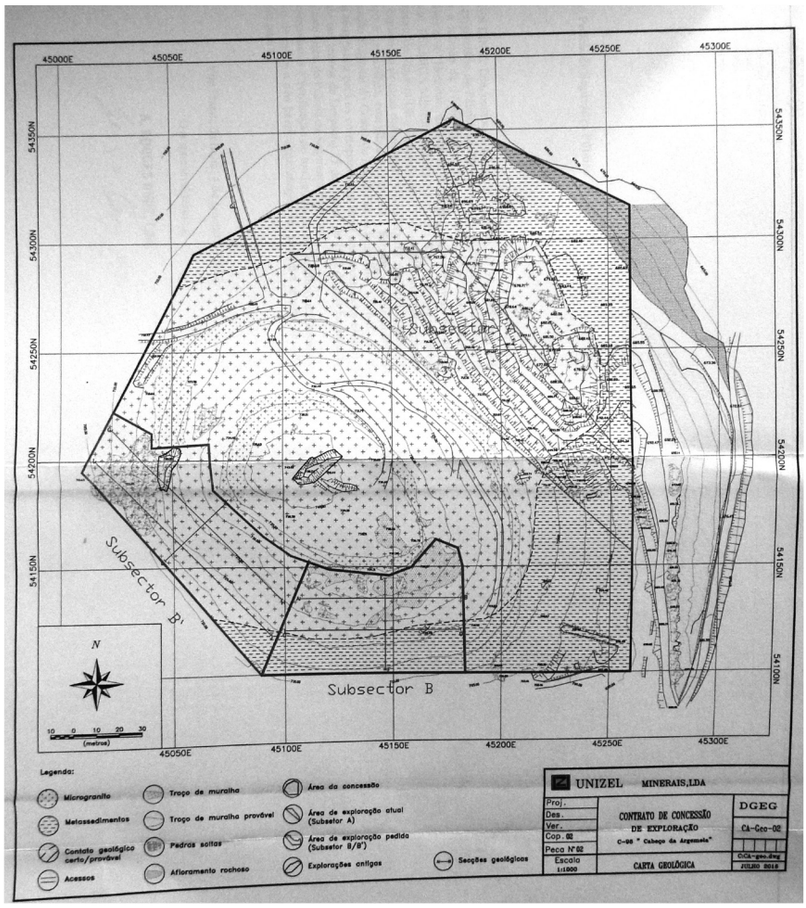


FIG. 7 | Plano de Lavra da exploração C-98 "Cabeço da Argemela", Unizel-Felmica. Divisão em dois subsectores - Subsector A e Subsector B (imagem DGEG).

6| DGEG, Processo Concessão C-98 "Cabeço da Argemela", Unizel/Felmica, Dossier nº 4, pág. 1274.

7| VILAÇA, R., ALMEIDA, S., BOTTAINI, C., MARQUES, J. N., MONTERO-RUÍZ, I. (2011), "Metalurgia do castro do Cabeço da Argemela (Fundão): formas, conteúdos, produções e contextos". In: MARTINS, C.; BETTENCOURT, A.; MARTINS, J.; CARVALHO, J. (Coord.), *Povoamento e Exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. CITCEM, APEQ, Braga, pp. 427-451.

8| FERNANDES, D. (2013), O Castro do Cabeço da Argemela (Fundão) no seu contexto local e regional. Contributo do estudo das cerâmicas da sondagem 9, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área científica de Arqueologia e especialização em Arqueologia Proto-Histórica, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

privilegiada de panorâmica total que detinha e detém sobre a região envolvente. Sem dúvida que, no seu tempo, o povoado do Castro terá tido um papel predominante, não apenas como lugar estratégico no domínio dos recursos naturais e dos solos férteis das margens do Zêzere, essenciais para a sobrevivência, mas também de controlo de eventuais rotas comerciais, provavelmente de abrangência ibérica (**FIG. 8**). O estudado e concluído até ao momento comprova que a identidade do Castro da Argemela se afirmou muito antes da aculturação romana, e que é uma peça chave para a compreensão de toda a conjuntura pré e proto-histórica e do intercâmbio cultural entre os povos que, nestes tempos, ocuparam aquele que é hoje o nosso território.

FIG. 8 | Panorâmica da Serra da Argemela (à direita) e do Rio Zêzere (imagem da autora).

A ameaça de destruição da parte arqueologicamente mais significativa do que ainda remanesce do Castro da Argemela, intenção da concessionária Felmica – Minerais Industriais, S.A., da qual tivemos conhecimento ainda no ano de 2017 e que reportámos na altura às entidades municipais da Covilhã e do Fundão conduziu a que, finalmente, ambos os municípios se unissem em torno da classificação a "Sítio de Interesse Municipal", processo que culminou em 2021 com a publicação conjunta do Edital em Diário da República, com delimitação da Zona Especial de Protecção (ZEP) em 100 metros[9].

Contudo, em visita recente ao local, constatámos que foram, mais uma vez, as silvas e o mato a tomarem conta do mesmo, dificultando a acessibilidade. No entanto, e no espaço da primeira linha de muralha, mariolas foram construídas por visitantes que, imbuídos de um "misticismo pseudo-telúrico", deslocaram pedras do sítio arqueológico para deixarem ali a marca da sua passagem; há lixo deixado pelos mais incautos; é inexistente qualquer tipo de sinalética (a não ser a placa a indicar a área de concessão de exploração da Felmica – Minerais Industriais, S.A., cuja licença ainda se encontra em vigor).

São do conhecimento público os contínuos atentados ao Património Cultural que acontecem um pouco por todo o país e a deficiente aplicação do disposto no quadro legal; é sobremaneira claro que não bastam as sinergias intermunicipais no âmbito de uma classificação, mas devem cumprir-se escrupulosamente as obrigações que desta degeneram. Não bastam a inserção numa eventual Rota dos Castros, a manutenção dos acessos, a inclusão em outros roteiros temáticos, a manutenção, limpeza e monitorização arqueológica do local; devem também promover-se novas campanhas apoiadas por especialistas credenciados e fomentar encontros e estudos científicos que destaquem a importância da preservação de sítios arqueológicos severamente ameaçados, promovendo a sua musealização *in situ* e envolvendo e responsabilizando as populações locais para uma historiagrafia participativa, tendo por foco o retorno ao autêntico vínculo identitário. O abandono é o maior crime. É assim urgente, e missão de todos, voltar a colocar o Castro da Argemela no lugar que merece: na História e na memória para o futuro.

9| Edital disponível em:
«https://files.dre.pt/2s/2021/06/119000000/0023000231.pdf».

O XAROCO E O PROJECTO OUTEIRO DO CIRCO. O VENTO COMO METÁFORA PARA A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO JUNTO DAS COMUNIDADES LOCAIS

EDUARDO PORFÍRIO
NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.
PAOC - PROJETO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DO CIRCO (BEJA) – PIPA 2019-2021.
CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA, ARTES E CIÊNCIAS DO PATRIMÓNIO.
EPORFIRIO@GMAIL.COM

MIGUEL SERRA
DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERPA.
PAOC - PROJETO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DO CIRCO (BEJA) – PIPA 2019-2021.
CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA, ARTES E CIÊNCIAS DO PATRIMÓNIO.
MIGUEL.ANTONIO.SERRA@GMAIL.COM

ANDREA MENDOZA
PHD EN INDUSTRIAL DESIGN AND MULTIMEDIA COMMUNICATION CON ENFASIS EN SOCIAL INNOVATION AND SUSTAINABILITY.
INDEPENDENT FILMMAKER.
AMENFILMS@GMX.COM

In memoriam
Rui Gaibino

RESUMO

Para além das numerosas pessoas e entidades que, desde o início, têm colaborado com o Projecto Outeiro do Circo, quer presencialmente, quer através de um apoio mais virtual, existe um outro elemento que desde o primeiro dia dos trabalhos de campo se caracterizou pela omnipresença. Não contávamos com ele! Isto apesar de ele se pré-anunciar na toponímia da Carta Militar, a qual registava um "Olival de Corta Ventos". Por outro lado, no topo da elevação que limita a visibilidade do Outeiro do Circo para o quadrante Noroeste subsistem as ruínas do "Moinho do Mira". Não sabemos se o vento que na actualidade fustiga o Outeiro do Circo manteve as suas características principais ao longo dos dois milénios que nos separam dos habitantes deste povoado do final da Idade do Bronze. Certamente que muitas coisas terão mudado durante aquele extenso período temporal. No entanto, temos como certo que o vento percorre longas distâncias, colocando em contacto regiões muito diversas, influindo inclusivé nos micro-climas locais. O vento constituiu-se assim numa metáfora que simboliza quer o próprio Outeiro do Circo, quer a divulgação do conhecimento científico efectuada pelo projecto, pois ele, é também um elemento que intervém na transmissão de mensagens.

Muito naturalmente, o Xaroco, tal como é conhecido no Alentejo o vento que sopra do Levante, converteu-se no *leitmotiv* de um projecto que nascendo do interesse de Andrea Mendoza pelo Outeiro do Circo, acabou por extravasar as fronteiras geográficas e culturais dos Barros de Beja. O Xaroco pretende divulgar junto de um público mais alargado quer a própria actividade arqueológica, quer o património cultural local e regional, considerado nas suas mais diversas acepções, tendo como pano de fundo alguns dos dilemas sociais e humanos que se colocam à Europa na actualidade.

ANTES DE SE LEVANTAR O VENTO...

Neste artigo falaremos essencialmente sobre o Xaroco, um filme que, apesar de baseado no Outeiro do Circo, aborda também, mas não só, como adiante veremos, a teia de relações que ao longo do tempo se foi estabelecendo entre as comunidades locais, nomeadamente a da aldeia de Mombeja, e os elementos do projecto arqueológico que estudam aquele povoado da Idade do Bronze Final. Mas existe muito mais a unir as comunidades locais e o Outeiro do Circo, pois à tardinha, nos dias de verão, costuma soprar um vento intenso que levanta a poeira e o restolho de

um modo tão revoltoso que rapidamente nos fez desistir de escavar durante esta hora do dia e procurar refúgio nos locais mais abrigados de Mombeja. Para além dos aspectos puramente românticos da questão, não sabemos avaliar com exactidão a repercussão deste episódio para o desenvolvimento posterior do Projecto Outeiro do Circo. No entanto, nunca mais deixámos de recordar que o tal vento nos obrigou a deixar de escavar – recorde-se a importância que as horas de trabalho de campo representam para um projecto escassamente financiado acabado de principiar -, para nos dedicarmos a outro tipo de actividades que, neste caso em específico, nos levaram a submergir na riqueza patrimonial e humana da aldeia de Mombeja, prendendo para sempre a nossa atenção e interesse.

Deixando para já de lado as questões mais directamente relacionadas com a concepção, produção e realização do documentário que serão abordadas mais adiante neste trabalho pela realizadora Andrea Mendoza, iremos de seguida explorar muito sucintamente algumas daquelas que consideramos terem sido as contribuições principais do projecto Outeiro do Circo para este processo.

Em primeiro lugar há que tomar em consideração que o projecto Outeiro do Circo, desde o seu início, estrutura toda a sua actividade segundo uma lógica colaborativa que concede prioridade ao trabalho em equipa. Ou seja, o trabalho acaba por ser desenvolvido tendo como base uma rede, ou melhor dizendo, várias redes parcialmente sobrepostas, de indivíduos e instituições conferindo um carácter verdadeiramente pluri e multidisciplinar a toda a organização (Serra e Porfírio, 2016: 408). Esta estrutura, relativamente informal, possibilita uma eficaz circulação da informação e do conhecimento entre todos os intervenientes, maximizando o potencial criativo que está subjacente, pensamos nós, a muitas das actividades e iniciativas do programa de educação patrimonial desenvolvido desde 2008.

Sem desvalorizar minimamente a autonomia intelectual e criativa de quem connosco colabora, trabalhamos no sentido de imprimir alguns conceitos fundamentais nos vários projectos que realizamos. Desde logo a centralidade concedida à investigação científica que está sempre presente em todas as actividades de divulgação realizadas, mas também o facto de que toda a actividade de investigação arqueológica é realizada segundo o método científico actual, ou seja, não existe lugar para verdades absolutas de cariz positivista (Porfírio e Serra, 2012: 888).

FIG. 1 | Manipulação de uma réplica de uma taça de tipo Santa Vitória durante uma ação de divulgação da Idade do Bronze local realizada na aldeia homónima.

Em segundo lugar é necessário ressalvar que o projecto de educação patrimonial foi, desde a sua génese, baseado no pressuposto de que o Outeiro do Circo, quer enquanto sítio arqueológico, quer enquanto projecto de investigação, deveria aparecer associado a outras potencialidades económicas e culturais da comunidade local, nomeadamente no que se refere à sua componente artesanal (bastante rica e em risco acelerado de desaparecimento), aos produtos locais, ao património natural, mas também aos elementos do património cultural imaterial como por exemplo o cante alentejano, que ascendeu em 2014 ao estatuto de património cultural imaterial da humanidade (Porfírio e Serra, 2012: 884).

Ao associar o património arqueológico ao património cultural material e imaterial da região, não estamos só a valorizar uma visão desse mesmo património enquanto conceito vivo e aplicado a elementos materiais e imateriais do presente, acima de tudo, pretendemos reactivar e dar estatuto patrimonial idêntico aos bens arqueológicos da região, fazendo com que sejam reconhecidos como tal pela comunidade. Aconteceu assim com o povoado do Outeiro do Circo, cuja memória enquanto sítio arqueológico era muito difusa e estava parcialmente esquecida, ou com a divulgação das taças de tipo Santa Vitória efectuada em diversas actividades realizadas na povoação homónima (Porfírio, 2015: 48).

Chegados a este ponto atingimos aquele que pretendíamos ser um dos pontos altos do Xaroco, ou seja, a interacção que com o tempo acabou por se criar entre o Projecto Outeiro do Circo e as comunidades locais. Os contactos iniciais relacionavam-se com a necessidade de ampliar o nosso conhecimento sobre o território de estudo, para isso efetuou-se o registo e levantamento de lendas e de histórias e recordações pessoais sobre o passado recente do Outeiro do Circo, assim como o mapeamento de vários recursos locais, que dada a sua reduzida expressão geográfica acabavam por passar despercebidos à cartografia temática e às prospecções arqueológicas (Porfírio, 2015; Porfírio e Serra, 2012; Serra e Porfírio, 2016). Estes contactos foram progressivamente alargados aos restantes habitantes que começaram a ser visitantes assíduos das escavações, gerando-se um intercâmbio que culminou na colaboração com as instituições e colectividades locais para a organização de diversas iniciativas de divulgação do projecto que nos coibimos de descrever com maior profundidade, pois pode ser seguida num outro trabalho presente nesta mesma publicação (Serra e Porfírio, neste volume).

IMAGENS DE UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO EM PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO: ARQUIVAR MEMÓRIAS, INTERPRETAR E REGISTAR A PASSAGEM DO TEMPO

A ligação da arqueologia com a imagem, seja estática, seja em movimento, é uma relação verdadeiramente umbilical, podendo mesmo afirmar-se que têm uma história em comum. Esta interrelação profunda justifica-se não só pelo facto de os arqueólogos marcarem presença nos filmes

desde os inícios do século passado, mas principalmente por a arqueologia ser uma ciência onde a componente visual desempenha desde sempre um papel fundamental (Ruiz Zapatero e Mansilla Castaño, 2008: 19). Por outro lado, é preciso não esquecer que os mais variados registos escritos, gráficos, fotográficos, videográficos e outros produzidos durante a realização de uma intervenção arqueológica, acabam, com o tempo por assumir, eles próprios, um estatuto documental e até mesmo patrimonial. Isto é especialmente evidente no caso da fotografia, pois esta ao ser tomada como um artefacto *"... may also take on something of the status of found objects, harnessing the magic of the real"* (Shanks, 1997: 80), por esta razão a fotografia, mas também em alguma medida os outros tipos de registo atrás referidos, são documentos importantes para a historiografia e para a etnografia da prática arqueológica (Shanks, 1997: 102).

Com o decurso dos anos no projecto Outeiro do Circo acabámos por nos aperceber da situação acima referida de um modo bastante pragmático. Durante a organização dos milhares de fotografias e dezenas de vídeos que constituem o nosso acervo documental acabámos por verificar que para além de uma esmagadora maioria de fotografias relacionadas directamente com o registo das realidades arqueológicas e do progresso dos trabalhos, existiam algumas fotografias perdidas, a esmagadora maioria sem autor referenciado, pois foram sendo tiradas ao longo dos trabalhos de campo, ao sabor do momento e dos acontecimentos por vários participantes no projecto arqueológico.

Por outro lado, o espólio fotográfico do projecto foi-se enriquecendo em quantidade, mas também em qualidade, durante as numerosas visitas realizadas ao sítio arqueológico e ao seu território envolvente, devido ao grande número de pessoas que tiravam fotografias. Destas, a grande maioria fotografava numa perspectiva mais amadora - o que não implica necessariamente uma menor valia ao nível da componente estética e artística[1], enquanto uma minoria o fazia de acordo com métodos e critérios profissionais.

Com o apoio de todos os autores identificados foi possível juntar uma selecção de fotografias, a partir das quais foi montada em 2017 a exposição "Projecto Outeiro do Circo – Olhares" que inaugurou na Casa da Cultura em Beja durante a estreia do documentário "Outeiro do Circo: o guardião da planície[2]" da autoria de Manuel Monteiro, o qual foi filmado durante a participação do autor enquanto voluntário na campanha de escavações de 2016 (Serra, Porfírio e Ortiz, 2020: 123). Tanto a exposição como o documentário estiveram presentes na inauguração do Heritales – International Heritage Film Festival de 2017, em Évora, numa actividade que contou ainda com a exibição de réplicas arqueológicas, permanecendo a exposição visitável durante todo o evento (Zozaya e Schiavotiello, 2019: 467-468). O documentário de Manuel Monteiro foi ainda exibido em Mombeja, em Agosto de 2017, como complemento da exposição "Gestos ancestrais – objectos de ontem e de hoje" que integrou o programa das festas de Santa Susana, padroeira mombejense.

A verdade é que com o passar do tempo o registo

FIG. 2 | Exposição "Projecto Outeiro do Circo – Olhares" na inauguração do Heritales – International Heritage Film Festival de 2017, em Évora.

videográfico do projecto foi aumentando com diversos trabalhos realizados por Mariana Lança, Ana Pera, e Nelson Salvador, ficando todos os vídeos arquivados num canal do projecto criado no Youtube e também no Vimeo.

De todas estas experiências valorizámos sempre o olhar e a perspectiva do outro, alguém externo que sente curiosidade pelo sítio, pela prática arqueológica, e questiona, normalmente questiona sempre muito. Assim, fomo-nos habituando, tal como González Ruibal (*apud* Ruiz Zapatero, 2020: 22) a pensar que a arqueologia tem uma contribuição importante para fomentar o pensamento nas outras ciências. Embora a frase do autor espanhol diga mais especificamente respeito às interrelações teóricas estabelecidas entre as ciências num campo puramente científico, a verdade é que com o Xaroco, a arqueologia, os arqueólogos(as) e a prática arqueológica foram centrais para reflectir sobre a actualidade.

A *mosaïque* in progress. On a broken world, archaeologists obstinately try and edit the world[3].

"Tell me, O Muse, of that ingenious hero who travelled far and wide after he sacked the famous town of Troy. Many cities did he visit, and many were the nations with whose manners and customs he was acquainted; moreover, he suffered much

1| Uma destas fotografias da autoria de Kate Leonard, arqueóloga canadiana que participou como voluntária nas escavações em 2016, no âmbito do seu projecto Global archaeology: digging around the world, participou no concurso fotográfico do American Institute of Archaeology, obtendo o segundo lugar na categoria "Fun Finds"

2| O documentário pode ser consultado no canal de Youtube do Projecto Outeiro do Circo através do seguinte link: [https://www.youtube.com/watch?v=Sul1LXieLl8].

3| Por opção própria Andrea Mendoza optou por expressar-se em língua inglesa, situação que mantivemos devido ao facto de as normas de publicação da revista possibilitarem a apresentação de artigos em inglês. Por este facto solicitamos a compreensão dos leitores para o bilingüismo deste artigo que mais não pretende do que ser fiel à escrita e ao pensamento dos autores.

by the sea while trying to save his own life and bring his men safely home".

The Odyssey Book I

I should have studied Archaeology.

But not to explore the Andean mountains, San Augustín, Tayrona or Perú (well maybe Pascua Island), but to explore the beauties, specially the underwater ones of the Mediterranean. Turkey, Egypt, Italy, Cyprus, Greece, Portugal, among others.

The Mediterranean has always captivated me, even nowadays, that archaeological findings are still emerging and new archaeological sites or sunken ships emerge now and then. Plus, all the stories that at a geopolitical level surround those. But given that I did not studied archaeology, I have to find excuses to go out and explore so that in an almost utopic fashion my search for factors of, ancient knowledge and wonder, continues. Partner on this quest is my camera. A good travelling companion.

With the above elements that could be summed up as: archaeology, migration and storytelling I will try and articulate the genesis of Xaroco.

FRAGMENT 1

Somehow Xaroco comes from the wind present in my previous film: Dandelion. A flower that apparently has evolved about thirty million years ago in Eurasia. Its fossil seeds have been recorded from the Pliocene of southern Russia, and, I'm citing Wikipedia[4]: "Dandelions have been used by humans for food and as an herb for much of recorded history. They were well known to ancient Egyptians, Greeks and Romans and are recorded to have been used in traditional Chinese medicine for over a thousand years".

But, my trigger did not come from the evolutionary slants of a Dandelion but from the beauty of its movement since with that documentary I was exploring the issue of beauty. Now, the very core was finding out that a Dandelion, the simplest and most common of flowers enacts all qualities of beauty because it only exists when it travels in the wind and when you travel "you are on your own, you are you, and that's beautiful"[5].

Account of this "phenomena" of the travelling seeds, was the life itself of a sailor, an explorer, a free soul and captain to whom I would like to pay posthumous homage, the producer behind Xaroco: Rui Gaibino, a dear friend who introduced me to the head Archaeologist of Outeiro do Circo and also to the winds mentioned in Michael Ondaatje's book and later movie: "The English Patient".

Xaroco, as any wind, travels, conveys information, carries fragrances and thus: memories.

"There is a whirlwind in southern Morocco,
the Aajej, against which the fellahin defend themselves with knives.
There is the Africo, which has at times reached into the city of Rome.
The Alm, a fall wind out of Yugoslavia.
The Arifi, also christened Aref or Rifi,
which scorches with numerous tongues.
(...) There is the hot, dry Ghibli from Tunis,
which rolls and rolls and produces a nervous condition.
The Haboob—a Sudan dust storm that dresses in
bright yellow walls a thousand meters high and is followed by rain.
The Harmattan, which blows and eventually drowns itself into the Atlantic."

Michael Ondaatje
The English Patient

Revisiting those initial memories, I can recall how, since our very first talk via Skype with Miguel Serra I felt immediately connected to a multidisciplinary hub and how even if as purely and very knowledgeable archaeologist, Serra has set up a very well connected network of acquaintances coming from all walks of life, ranging from musicians to cultural managers, journalists, ethno-botanists, facilitators, etc., and this multidisciplinary approach is absolutely key in terms of social innovation and active welfare in a region (if we are to talk about the role of archaeologists in present times). Then I met Eduardo Porfírio and again even if very serious and meticulous in his academic endeavours, he had already carried out programs and projects in which his knowledge of the Arts and his interest in using those as a social tool was present and jolting. This means that Outeiro do Circo counts with two modern archaeologists, not dealing with industrial archaeology or fancy definitions but with the knowledge, skills and capacity to apply a discipline such as archaeology to the reality of contemporary times in a region that is not *per se* a hub in Portugal. I noticed from the beginning that if

FIG. 3 | Cartaz da exibição do filme Dandelion no Centro Unesco para o Património Cultural Imaterial em Beja.

4| https://en.m.wikipedia.org/wiki/Taraxacum

5|Dandelion the film.

well supported, they could really move forward very many projects that will immensely promote and benefit the region. So with them, we started assembling the project.

FRAGMENT 2

The other big milestone is a subjective exploration on fragments (also present in Dandelion). Somehow the beauty of reorganizing fragments of time, like Tarkovsky defined it. When you align the frames of an analogue film or more tangible when you watch on a screen the editing software, you can see the time-line. The order in which each frame, sequence, scene is on the movie, and how you could change it by moving the position of the frames in the time-line to organize a Cut, a film.

In this sense, for Tarkovsky, 'the cut' is time rearranged. It is the line of images assembled in a certain way to create a narrative and a "reality", it moves along that very human dimension of time. Narrating indeed, is defined in terms of time, we describe movements in time (flash back, flash forward, slow motion etc.) and in terms of how the viewer experience it in real time or not (subjective camera), thus this factor, time is constantly rearranged, readjusted, relocated in the cut.

The meaning-making of cinema enacted in the process of building up 'the cut', comes from the times of Eisenstein and his Montage Theory (1929)[6] which states that: "two or more images edited together create a 'tertium quid' (third things) which makes the whole greater than the sum of its individual parts".

But why this would interest a discipline like Archaeology?

Exploring the assemblage of fragments as a practice, informs and gives account of a personal interest in editing[7] or better in the "montage" in which perseverance and a great patience are needed to reorganize and produce meaning. Qualities largely enacted by Eduardo Porfirio and Miguel Serra who in my view are, somehow, editors.

They look for semantic information that can be re-organized, and in so doing my view, re-design, re-define the present life of Alentejo.

Continuing with the archaeologist in mind, let us give a look to Andrej Tarkovsky who in his text Sculpting in Time (1987), has forged some of the most interesting approaches on time and editing. Tarkovsky describes how time, help us unveil the precise moment for the frame, the point in which time is sculpted making valuable observations on rhythm: *"Although the assembly of the shots is responsible for the structure of the film, it doesn't [...] create the rhythm. The distinctive time running through the shots makes the rhythm of the picture; and the rhythm is determined not by the length of the edited pieces, but by the pressure of the time that runs through them. The course of time recorded in the frame, is what the director has to catch in the pieces laid out on the editing table."* (Crittenden 2006: 205). Likewise Tom Priestly affirms: *"the cliché about sculpture that the sculptor finds the statue which is waiting in the stone, applies equally to edition; the editor finds the film which is waiting hidden in the material"*.

Would these statements also apply to archaeologist and urban planners nowadays?

As it is stated in Xaroco, by means of archaeology one gets to face the fragments and understand that many human dwellings were abandoned because of hazardous natural conditions or else, because of a war. So humankind was used to change, to accommodate, to enable solutions in their quotidian. Nonetheless, it seems that the "modern" man, out of stubbornness and disabling platforms of comfort, in front of daily situations at local and global scale is not keen to change. But why is this relevant for archaeology? Can a discipline like archaeology inform the quotidian of our contemporary cities? Dwellings that need to be re-edited? Cities which seem to move out of a natural rhythm?

To bind this idea of editing inside the work done not by Xaroco but by Outeiro do Circo, filmmaker Béla Tarr[8] recalls the social function of the storyteller, and the capacity to create a collective vision, using among others the tools of editing:

"We came to the conclusion that the film is not about telling a story. It's function is really something very different [...] get closer to people [...] understand everyday life. And that somehow, we can understand human nature, 'why we are like we are." (Crittenden, 2006: 229).

Editing a film is taking a given quantity of scattered pieces of reality and putting them together to reorganize a thought, a feeling, to provide a repository of ideas and evidence or else, it is to break down reality itself into pieces to understand it better, and in so doing reorganize our own lives or vision of the world providing a certain meaning and it is there where the issue of ethics comes to play in terms of truth.

Are we telling the truth when we are recomposing the object of "time" frame by frame? In the case of archaeology that is a tricky question because we rely on the science behind the practice and in all its proven evidence. But still the factor "truth" remains as an interpretation of events that happened from which we don't have one hundred per cent certainty since we are recalling past events and yet we, or better archaeologists give account of life, itself, as it was as true events. So, when we edit, we are assessing the implications of value that exchangeable assemblages of

6| Einsenstein, S., Beyond the Shot (1929) apud Taylor (2009).

7| I'd prefer to use the word "montage" in¬stead of editing, because the former one refers to a whole understanding of the "creating-mean¬ing-process" a rather abstract activity assisted by technical means on the subsequent phases in the editing room, meaning the editing process is rath¬er mechanical and based on the ideas and views of the "Montatore" or better "montaggista", Italian for editor from which there is not exact translation in English.

8| Béla Tarr Hungarian filmmaker whose body of work consists mainly on films with philosophical themes and long takes states: "most of films are edited in the way pieces of information are edited, we didn't do it that way. We are paying more attention to the internal psychological processes [...] that is why meta-communication is that important, indeed is more important than verbal communication."

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 105 28/07/2025 11:42:12

"things" (matters of concern in Bruno Latour's terms) have (Latour; Weibel, 2005: 6).

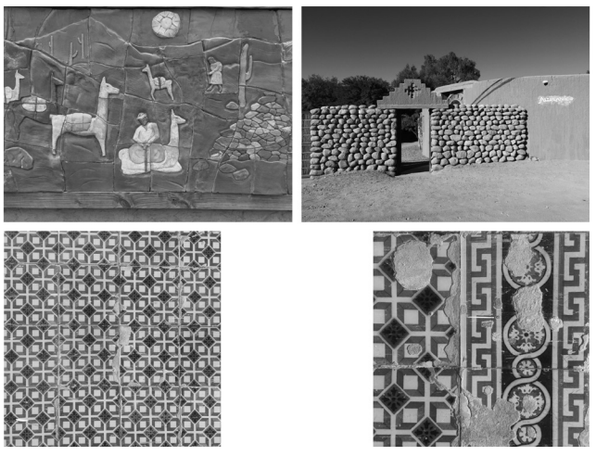


FIG. 4 | Os seres humanos estão constantemente em processo de edição (montagem), movendo-se diariamente; fragmentos de vida, ideias, ações, memórias... constantemente a reunir sentidos, e a nossa cultura material dá conta disso. Imagens captadas no deserto de Atacama (Chile) e em Beja (Portugal).

In cinema, unless it is a documentary, most of the actions are faked and within that fakeness the intentions of the scriptwriters and director can be seized by the performance of the actors, the colours, the set design, the atmosphere and all the rest of elements inside the frame. Whereas in real life, which is from where the elements of Xaroco are taken, every fragment comes from a place of the archaeologist truth, whereas the reorganization of those come from the director's truth or perspective which is always biased. In other words, in archaeology the intention of the subject (the archaeologist him/herself) is absolutely austere and objective in the search, whereas the documentarian/filmmaker reorganizes such search from a subjective perspective and passes on this reality to audiences who will even more, reorganize the material (the film) according to their own psychological needs, since a white screen where a film is projected is a perfect canvas for the audience to project their own scattered fragments of life.

On a multidisciplinary approach, Archaeology would bridge its capacity of interpretation with the ability to assemble fragments giving account of the past by analysing non-written records, and thus setting a conversation with an art, filmmaking which at times deals with the complexity of "written" records, taking the film as a text.

FRAGMENT 3

At a disrupting level (disrupting for some of the viewers of the documentary), at a certain point, the narrative diverts and addresses the issue of immigration. For this I reprised material that I had collected during the Dokumenta 14, an exhibition of contemporary art occurring every five years in Kassel, Germany. Particularly on this Dokumenta, 14, the organizers decided, for the first time to organize the exhibition in two cities: Kassel and Athens.

Why including this in Xaroco?

I come from the school of Design, and somehow, just like editing, design is a discipline that deals with meaning and in that line, decides. Where to put what, when, in which order and why.

In that line design, or in this case, editing, should be a political act. Political in the Greek politikos sense, this is from politēs which stands for 'citizens, design thus, given the actual situation of the world, shall then "represent" citizens.

To develop this 'political' representations, Bruno Latour, takes us back in time to year 930 AD in Iceland, were the world's oldest existing parliament, the Alþingi (Althing) is located at a place called the Þingvellir or Thingvellir (thing standing for: assembly). Many of the most momentous events in Icelandic history took place at Thingvellir, it was there where the Icelandic nation agreed to adopt Christianity in the year 1000, and where the modern republic was founded (944). *"For 868 years every summer, chieftains, bishops, landed farmers and ordinary men and women from all parts of Iceland left their homes and villages and headed towards Thingvellir for the annual fortnight long meeting which would start on the first Thursday in the eleventh week of each summer. The trip on horseback could take up to 17 days from the eastern part of the country. Upon arrival, people set up camp and temporary booths to hold meetings, exchange news, trade and hold games and feasts. The assembly set laws, seen as a covenant between free men, and settled disputes. Religious appointments were made, outlaws banished; marriages were arranged, contracts negotiated, matters of honour decided, sometimes by duels. The plains of Thingvellir turned into a bustling open-air meeting place with huge crowds milling about among tents, booths, rocks, sheep and horses."* [9]

A very close description of what I guess, similarly used to happened in the Alentejo territory, in Outeiro, in the Mediterranean.

So, again, why inserting this in Xaroco?

Among other reasons, I was interested in prompting a debate around the "polis" feeling that the Alentejo inhabitants care a great deal for what is regarded as democracy, or, in Greek roots: for the "demos" in the "polis".

In that line, democracy, beyond massive protests or viral on-line anonymous movements, is a matter of agreement and that agreement comes by talking, a relatively alive practice in Beja, Mombeja and neighbouring cities.

The core of the Dokumenta 14 was, according to his curator Adam Symczyk the idea of: unlearning. Because the process of becoming a political subject is a process of unlearning. Dissembling all preconceived ideas, prejudices, behaviours and schools of thought.

For me this unlearning was referring to clichés regarding those who out of urgency traverse the waters of the Mediterranean as "refugees". Indeed a good deal of the art-works presented during the Dokumenta 14 addressed in one way or another those subjects who are, or better who are

9| In http://www.icelandontheweb.com/articles-on-iceland/nature/national-parks/thingvellir

not because they do not belong, to a particular politically established territory and would like to become subjects. Migrants who carry not only immaterial culture, knowledge and all sorts of precious intangible treasures, but also, although very limited, material culture.

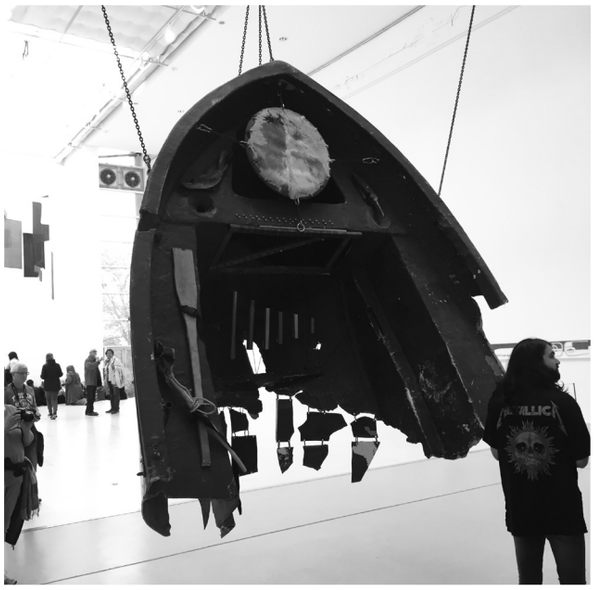


FIG. 5 | Instalação de Guillermo Galindo, "Broken boat with musical instruments".

So Kassel was a favourable atmosphere to give visibility to that other Mediterranean, to the valuable memories that those castaways bring to our Agoras, to our contemporary Polis and yes, not only in Europe but to territories that have suffered other kinds of transformations or in the case of the Americas, colonization. So visiting an exhibition of contemporary art is more or less visiting remains of our own civilization.

Very naïvely, perhaps, the idea was to incite a discussion inside the film, or at least inside the viewer, maybe we felt on the flipped side of making the audio-visual piece divert, or even worst, get bored, but that is a risk that as a filmmaker comes when designing/editing it. Curiously enough I consider that there was a rhythm in this part, given not by the musicians that start performing during that chapter but because there was a pulse, in the topic.

FRAGMENT 4 AND CONCLUSIONS

Finally the documentary makes visible the life of Alentejo itself, a territory that can be perfectly watched and guarded from Outeiro. This element was indeed the initial objective of the documentary, hence its goal was to prompt a conversation around ancient efficient practices, which are a real treasure to the southern part of Portugal, specifically to the Alentejo region since, along centuries, the population in the region, has resiliently endured not only abandonment but also heat, dryness and many visiting winds. Nonetheless a livelihood has been possible, we just need to listen how these stones/findings talk, how the people through their tools and practices have endured those hardships and they have done this by keeping the pace, keeping the rhythm, by, among others, music.

And there is where the Canto Alentejano and even modern Portuguese music comes to play since music is inherent to all editing practice and in particular it is used to harmonize daily life gestures and thus create meaning and produce culture. (**FIG. 6**)

FIG. 6 | Representação do cante alentejano na arte urbana (Beja).

Canto Alentejano for instance, is a way of singing used long ago by farmers while going to work in the wheat fields. There is to say that Alentejo and the surroundings of Beja is a place where "the best" Portuguese bread is made, also olives and vineyards reign the landscape and it was there, when once upon a time, while harvesting wheat, a farmer discovered an ancient archaeological site from the Bronze age, the one that we all know today as Outeiro do Circo.

So the appearance of music, or the search for it in the film, was key given that editing is a musical practice, even without music. Meaning, as a practice it follows a musical rhythm, an arrangement of fragments that write stories of life and get imprinted in viewers by means of tempo. That is what Tango Paris (Alexandre Catarino) and the *"Cantores do Desassossego"* brought to the film.

After the re-organization of pieces to form the mosaïque of the film (and I use the word in French since it recalls the colonizing process of north Africa which still echoes by means of music when tuning radio stations in Tunis, Morocco, or even by the shores of Sardegna, Pantelleria and "this side", the European side, of Gibraltar; North African territories, - where French is still a common language), I must go back to

the words of Florival Baioa who stated (in Dandelion) that what matters for the archaeologist *"is not much to recompose the whole picture, but to find the little piece, because that little piece contains it all"*.

FIG. 7 | "...because that little piece contains it all".

This statement could make us reassess this whole article, or at least the importance that we give to time. What is it that we reorganize as a civilization in our daily life, moment by moment, at each "present" moment of our lives.

To conclude I can only left some questions open regarding the way in which disciplines and the arts can "represent" a region. Are we able to not just portrait and describe them but enabling them to improve daily lives taking into account ancient knowledge without waiting for big political interventions to do it?

Maybe a key to solve this, and questions alike, can be find in Latour:

"Two different meanings of the word representation that have been kept separated in theory although they have remained mingled in the practice. The first one, so well known in schools of law and political science, designates the ways to gather the legitimate people around some issue. In this case, a representation is said to be faithful if the right procedures have been followed. The second one, well known in science and technology, presents or rather represents what is the object of concern to the eyes and ears of those who have been assembled around it. In this case, a representation is said to be good if the matters at hand have been accurately portrayed. Realism implies that the same degree of attention can be given to the two aspects of what it is to represent an issue. The first question draws a sort of place, sometimes a circle, which might be called an assembly, a gathering, a meeting, a council; the second question brings into this newly created locus a topic, a concern, an issue, a topos. But the two have to be taken together: Who is to be concerned; What is to be considered? [...] A third meaning of this ambiguous and ubiquitous word "representation," the one with which artists are most familiar, had to be called for to solve, this time visually, the problem of the composition of the "Body Politik"[10].

10| http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/96-MTP-DING.pdf page 6

In terms of the multidisciplinary hub that I found in Outeiro do Circo, there is to say that as such, it is not able to connect all the possible wirings that it could because there is a certain quantity of restrictions in terms of budget and permits at a bureaucratic level and that disappoints not only the archaeologists as producers but also the entire community which has relied on envisioned outcomes. One shall wonder which is the role that the borough has for its *"Body Politik"*.

Somehow the mosaïque was already there, not in progress but properly assembled, finished. And yet, there was the need to break it, just to realize how whimsical our civilization(s) has been and thus get us to understand that as humans we are just clay in the hands of a bigger spirit (bigger than the Zeitgeist), and that thus, the only way to get a meaningful shape and deliver more fruitful civilizations is to become clay, again.

O XAROCO CONTINUA A OUVIR-SE...

A estreia do documentário aconteceu em Julho de 2018 no cineteatro Pax Iulia em Beja, e contou com a presença da Andrea Mendoza, de elementos do executivo municipal e também da freguesia e dos Cantadores do Desassossego que no final do filme surpreenderam a audiência de cerca de duas centenas de pessoas com a moda "Alentejo, Alentejo". Em Setembro chegaria a vez de o documentário passar pela primeira vez em Mombeja, numa iniciativa inserida no âmbito das Jornadas Europeias do Património que congregou cerca de uma centena de espectadores num momento de comunhão da comunidade com o seu património (Serra, Porfírio e Ortiz, 2020: 123). Desta vez o momento musical contou, para além dos Cantadores do Desassossego, com a participação do Grupo Coral de Mombeja.

FIG. 8 | Apresentação do filme Xaroco em Mombeja no âmbito das Jornadas Europeias do Património de 2018.

Este último grupo voltou a acompanhar uma nova exibição do Xaroco ocorrida em Outubro de 2018 no âmbito de uma iniciativa intitulada "Arqueologia em Comunidade", realizada nas belíssimas, mas pouco conhecidas, instalações da Santa Casa da Misericórdia de Beja, o Hospital Grande de Nossa Senhora da Piedade. Este edifício encontra-se classificado como monumento nacional desde 2006, correspondendo ao antigo hospital daquela instituição social cuja construção remonta à segunda metade do século XV. A temática da interrelação da arqueologia com as comunidades

foi apresentada e debatida, tendo como ponto de partida o projecto Outeiro do Circo, mas acima de tudo interessava abordar o tema numa perspectiva mais abrangente e viva. Para tal, e para além de se divulgar a riqueza patrimonial da Misericórdia de Beja, materializada sobretudo no seu património edificado e no seu acervo museológico, mas também na sua longa história institucional, pretendia-se igualmente colocar em lugar de destaque a gastronomia e o cante alentejano, elementos também muito presentes no Xaroco. A vertente gastronómica foi assegurada por um jantar convívio tendo como ementa as tradicionais migas alentejanas, cuja confecção foi assegurada por uma outra instituição local de apoio social, o Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança. Já a componente musical ficou, mais uma vez, a cargo do Grupo Coral de Mombeja, que ao mesmo tempo assegurava também a presença da aldeia de Mombeja no evento.

E o sussurro do Xaroco continuará a ouvir-se. Ele será sempre necessário porque a socialização do património é uma actividade fundamental para a preservação e conservação dos elementos patrimoniais, pois, a prática arqueológica depende inteiramente de uma vontade social que a mantenha activa. É também uma tarefa que nunca poderá ser dada por concluída, e que necessitará sempre de ser apresentada através de formatos diferentes de modo a atingir os diversos níveis de percepção e de profundidade conceptual que caracterizam cada vez mais as nossas comunidades (Vaquerizo Gil, 2018: 117).

FIG. 9 | Evento "Arqueologia em Comunidade" realizada nas instalações da Santa Casa da Misericórdia de Beja.

BIBLIOGRAFIA

Barthes, Roland (1967), *Elements of semiology*. Trans. Annette Lavers & Colin Smith. New York: Hill &Wang.

Crittenden, Roger, (2006), *Fine Cuts. The Art of European Film Editing*. Focal press.

Einsenstein, Serguei (2009), *Beyond the Shot* (1929). In R. Taylor (ed.), *The Einsenstein Reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p.p. 82-92.

Einsenstein, Serguei (2009a), *The montage of attractions* (1923). In R. Taylor (ed.), *The Einsenstein Reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p.p. 29-34.

Latour, Bruno; Weibel Peter (2005), *Making Things Public, atmospheres of democracy*. MIT Press, Cambridge, Mass.

Perkins, Roy; Stollery, Martin (2004), *British Film Editors: The Heart of the Movie*. London: British Film Institute. Ed. Contributor.

Pomerance, Murray; Palmer, R. Barton (2015), *Thinking in the Dark: Cinema, Theory, Practice*. Rutgers University Press.

Porfírio, Eduardo (2015), "Experiências de divulgação da arqueologia: o caso do Outeiro do Circo (Beja, Baixo Alentejo, Portugal) / Making archaeological research available to the public: the case of Outeiro do Circo project (Beja, Baixo Alentejo, Portugal)". *Antrope*, 2 p. 30-66.

Porfírio, Eduardo; Serra, Miguel (2012), "Um projecto de arqueologia «social» em Mombeja". In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Câmara Municipal de Amodôvar, pp. 877-889.

Ruiz Zapatero, Gonzalo (2020), "La memoria (re)visitada de la arqueologia. A modo de prólogo. In Olivier, Laurent, *El oscuro abismo del tiempo*. Memoria y arqueología. Madrid: JAS Arqueología.

Ruiz Zapatero, Gonzalo e Mansilla Castaño, Ana Maria (2008), "Arqueologia e cinema: uma história em comum", *Revista de Arqueologia Pública*, n.º 3, p. 19-31.

Serra, Miguel; Porfírio, Eduardo (2016), "Experimentar Arqueología! La Educacíon Patrimonial en el proyecto Outeiro do Circo (Beja, Portugal)". In Vaquerizo Gil, Desiderio; Ruiz Osuna, Ana. B.; Delgado Torres, Manuel (eds) RESCATE - Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: El patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible. Córdoba: Editorial Universidad de Córdoba, tomo II, p. 401-411.

Serra, Miguel; Porfírio, Eduardo; Ortiz, Rafael (2020), "Educacíon Patrimonial en el Proyecto Outeiro do Circo (Beja, Portugal): 10 años de actividad". In Ruiz Osuna, Ana; Medina Quintana, Silvia, e Pérez Naranjo, Leonor (Coord.), *Educación y divulgación del patrimonio arqueológico. La socialización del pasado como reto para el futuro*. Colección Enseñar y Aprender. Córdoba: Comares Editorial, p. 115-126.

Shanks, Michael (1997), "Photography and archaeology" In Molyneaux, Brian Leigh (ed) *The cultural life of images. Visual representation in archaeology*. London, New York: Routledge, p. 73-107.

Zozaya, María; Schiavotiello, Nicola (2019) "Heritales 2017 - Beyond the academia. Re-thinking Heritage trough cinema and others art forms". In Valente, António Costa (Coord.), AVANCA Cinema International Conference. Avanca, p. 5-16.

Vaquerizo Gil, Desiderio (2018), *Cuando (no siempre) hablan «las piedras». Hacia una arqueología integral en España como recurso de futuro. Reflexiones desde Andalucía*. Madrid: JAS Arqueología.

A AÇÃO EDUCATIVA EM MUSEUS COMUNITÁRIOS: O CASO DO MUSEU AGRÍCOLA DE RIACHOS (VILA DE RIACHOS/CONCELHO DE TORRES NOVAS/SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO/REGIÃO CENTRO/ PORTUGAL)

LUÍS MOTA FIGUEIRA
DIRETOR-TÉCNICO DO MUSEU AGRÍCOLA DE RIACHOS
PROFESSOR COORDENADOR DA UNIDADE DEPARTAMENTAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
DIRETORMUSEUAGRICOLARIACHOS@GMAIL.COM
LMOTA@IPT.PT

INTRODUÇÃO

O artigo expande a comunicação do Seminário Internacional *"A ação educativa em museus comunitários"* em http://www.gazetadointerior.pt/noticias/ano-2019/1592/concelhos/fundao/fundao-a-pensar-os-museus-homenageia.aspx, evento do Conselho Internacional de Museus (ICOM) Portugal, e ICOM Europa, realizado no Fundão em 2021. Com o apoio do Município e do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, homenageou-se o Prof. Hugues de Varine e a sua Obra. A componente de ensino-aprendizagem do MAR – Museu Agrícola de Riachos integrada no PMI – Projeto Museológico Integrado observa a interação intergeracional e transdisciplinar. Por isso, orienta-se aos públicos de *Iniciação*, de *Desenvolvimento*, de *Aprofundamento* e de *Investigação* (Figueira, 2013:26). Quem o desejar, pode assumir-se como coprodutor cultural. Na função museológica do MAR e ação educativa, esse é o foco. Em 2019 referi na Universidade de Aveiro no lançamento do livro *"Museus de Comunidade-manual de apoio à gestão"*, que o museu de comunidade deveria ter direito a um RMMA – Rendimento Mínimo Museológico Assegurado. Fi-lo convictamente. Senti que falei por muitos outros museus que, sem certificação oficial e, por isso, sem hipóteses de crescimento qualificado por falta de técnicos e de investimento público, acabam por viver um pouco ao sabor de conjunturas político-sociais, vontades de uns, disponibilidades de outros, erraticamente, na maioria dos casos. Todavia, como tento demonstrar, há alternativas. A experiência autorizava e sustentava essa convicção. Continuo convicto da bondade da proposta e serviço público que presta.

BREVE HISTÓRICO DO MAR

Vivemos tempos hedonistas. Por isso, dando «o seu a seu dono» esclareço que o rastilho do MAR, foi aceso pelos Fundadores deste projeto, amadores da museologia. Movia-os a ideia de salvaguardarem os memoriais da sua comunidade, imortalizando peças materiais e imateriais recolhidas e tratadas no prazeroso ambiente e sabor da cultura local. O desenho museográfico estruturante, então tematicamente delineado sob os ciclos agrícolas, continha a lógica tácita. Na abordagem museológica sob minha responsabilidade mantive essa narrativa, (Figueira, 2010). Validei essa intervenção histórica (de 1989) com a sua autenticidade convergente e sustentadora da singularidade museográfica do MAR. Agradeço esse legado recebido em 1994: a dimensão patrimonial também comporta a gratidão. A Agricultura era e continua sendo, a deusa inspiradora a cultuar. As Gentes riachenses, atores-cuidadores dessa herança estão igualmente comprometidas com a criação contemporânea. Cumpre-se o desígnio civilizacional local. Nele e seus cultos, destaca-se um conjunto icónico, tangível e intangível, mandante e explicativo: o Cingeleiro, a Família e a Casa Agrícola de Riachos, Santana (2003). Estas são figuras maiores da ruralidade local. Com origem nas condições de fixação humana no "Riacho" do século XVI (Pereira, 2014) o lugar determinou as características vivenciais da gente da Borda D'água (Barroso, 1963; Santana, 2003). O Almonda, afluente do rio Tejo, o rio maior, cantado por Fernando Pessoa através do seu heterónimo bucólico, Alberto Caeiro, no poema ""*O Tejo é mais belo do que o rio que corre pela minha aldeia*" (https://ensina.rtp.pt/artigo/o-tejo-e-mais-belo-que-o-rio-que-corre-pela-minha-aldeia-de-alberto-

caeiro/) alimenta o território. Também o génio literário de José Saramago, imortalizando a Azinhaga e povoações vizinhas, através do seu texto e das fotos de Duarte Belo, ilustrando graficamente a "Viagem a Portugal" (https://www.circuloleitores.pt/catalogo/1110926/viagem-a-portugal) significa um olhar e referência. No caso do nosso Nobel, o nervo hídrico desta região explica como o Escritor entende a cultura regional, quando autoproclamado "viajante-escritor" ou "turista cultural", (Saramago, 1985) disserta sobre o fio cultural deste Ribatejo tão especial. Neste contexto literário, *"Riachos-Terra do Ribatejo"*, (Barroso, 1963) é a monografia inaugural na cultura local. Ela também é cantada por seu filho, o Cantautor, Pedro Barroso. Partindo do seu Casal da Raposa viajou para as sete partidas do mundo como Riachense, Músico, Poeta, Artista Plástico, reclamado Amante da Borda D'água ribatejana. O MAR acolhe e cita memórias, (Cabral, 2011). Outros contributos constituem acervos a preservar, estudar, potenciar, acrescentar, divulgar. Destaque para o Advogado, José Marques (doador de muitas peças do espólio e proprietário do antigo lagar de azeite, hoje musealizado) e seus filhos, Advogado, Carlos Trincão Marques e Engenheiro Agrário, José Manuel Trincão Marques, entre outros notáveis locais, representantes de uma sociedade local em transição dos tempos do Estado-Novo para os novos tempos de Estado Democrático, tempos da Liberdade e de reconquista da Dignidade. Repetiu-se em Riachos o modelo nacional e experimental de patrimonialização pós-25 de abril de 1974. O Povo riachense, constituído por residentes aqui nascidos, dispersos na diáspora ou que por opção imigrante ou migrante aqui se fixaram é, na sua heterogeneidade cultural, o conjunto de atores territoriais em interação com os Outros, (Peixoto, 2002; Perez, 2003). Desta mistura transcultural vivente de Nós com os Outros, tenta o MAR aproveitar experiências e contributos. Esta base intergeracionalmente ativa e disponível, constitui a riqueza com que lidamos diariamente aprofundando a história, costumes antigos, modos de vida atuais, sonhos de futuro, (Maria, 1985; Figueira, 1995; Santana, 2000; Bourdieu, 2011; Martins, 2015).

PATRIMÓNIO, MUSEOLOGIA, CONTEMPORANEIDADE

A estratégia memorial "Tradição-Modernidade" é constante, Figueira (2009). As decisões museológicas (novo conhecimento sobre as coleções) e museográficas (contextualização das narrativas para todos os públicos, sem exceção) cruzam-se com as necessidades dos residentes, viajantes, excursionistas e turistas. Todos sustentam esta visão e ação. Com os seus comentários disponíveis no Livro de Visitas, também «fazem museu». Museu Inclusivo, sem necessidade de o afirmar, sonhado desde 1953, materializado em 1989. A aldeia de Riachos, elevada a vila portuguesa (1985), despiu-se da sua roupa aldeã, vestindo-se para o futuro. A museografia adaptada pelo MAR surgiu da refuncionalização que a então CEE acelerou, mercê da globalização económica e fim dos obsoletos processos produtivos tradicionais. Partindo-se de um Lagar de Azeite, agregaram-se materialidades e imaterialidades: construi-se «museu». Em 1994, um Comerciante de automóveis, Julião Antunes da Luz, contactou-me com um pedido-convite: saber da minha disponibilidade para assumir a direção do MAR e expressar a unanimidade dos seus colegas de Associação ao convite. Nascido riachense e sendo professor no IPT- Instituto Politécnico de Tomar, ensinando na área de Conservação e Restauro, particularmente nos domínios da Museografia e Conservação do Património Cultural, a aceitação tornou-se irrecusável. Desde então, o caminho museológico integrado e partilhado tem sido a linha de rumo, Castells (2007). A Obra é, porém, de muitos e, neles, de muitos atores que permanecem anónimos. Em 2019, a criação do NEstMAR – Núcleo de Estudos do Museu Agrícola de Riachos consolidou a vertente científica. Permita-se-me referenciar alguns influenciadores deste rumo, tais como os Professores, António Melo, Hugues de Varine, Mário Moutinho e outros mais, colegas Académicos e, igualmente, alguns Empresários. Todos, com seu lugar devido nesta obra da Comunidade riachense, fundamentam o eixo operacional: desde a primeira hora, as Pessoas são o centro do processo museológico.

FIG. 1 | Trabalhos do Seminário Internacional: Sérgio Martins, Luís Mota Figueira, Alberto Melo, Hugues de Varine. Fonte: Mónica Cardoso (2019).

As restantes Coletividades e a Junta de Freguesia perfazem os apoios para a obra comum. O município de Torres Novas contribui com o subsídio inerente às coletividades concelhias, reconhecendo o serviço público prestado, (Figueira, 2019). Fechado este enquadramento explicativo foquemo-nos no nosso objeto de estudo.

METODOLOGIA MUSEOLÓGICA E CONHECIMENTO – MATERIAL E MÉTODOS NA AÇÃO EDUCATIVA

O museu, metodologicamente, considera-se, aqui, e na estrita dimensão de ensino-aprendizagem, como produtor, transmissor e catalisador da procura de Conhecimento, (Moutinho, 1993; Hernàndez, 2002; Bovone, 2011). Mercê das redes colaborativas em que o MAR participa é forte o

relacionamento com a Comunidade e, nela, com a Escola e restantes Organizações locais (Figueira, 1995), contemplando-se a extensão regional, nacional e internacional. Os Serviços Educativos têm a missão da integração intergeracional dos saberes, como regra. As dimensões didáticas e pedagógicas revelam-se e operacionalizam as Maletas Pedagógicas e os projetos com os Agrupamentos de Escolas da região. os eventos são anualmente programados e executados, (Martins, 2015). A visão principal é a de que a transmissão de saberes diretos e indiretos, com base os acervos materiais e imateriais, estruturam os Valores presentes na ligação entre conhecimento tácito e conhecimento explícito (Moutinho, 2007; Junior, 2019). Assume-se, naturalmente, a museologia da libertação, porque a aquisição de conhecimento patrimonial, também é uma forma de libertação, (Freire, 1987; 2007). As experiências realizadas, interpretadas e partilhadas por muitos atores inserem-se em processos onde a acentuação e nivelamento de ações, os alinhamentos e conflitos, enfim, os momentos perspetivados e realmente vividos, vão construindo as pontes possíveis sob um fundo histórico que lhes dá sustento, (Nuno, 2013; Pereira, 2014). As soluções propostas e objetivadas são dependentes das políticas públicas, mas, ainda mais, da energia das organizações da comunidade. Neste método, avaliar possibilidades e limites é, estruturalmente, tarefa coletiva e decisão partilhada. A sustentação em métodos e técnicas da investigação em ciências sociais, (Quivy e Campenhoudt, 1998) é constante. Por isso, as ações são propostas, discutidas, avaliadas, desenhadas e decididas pelo Diretor-Técnico, mas instruídas das energias entretanto adquiridas no processo negocial que reveste a construção de cada Plano de Atividades. A divulgação interna e orientada às organizações parceiras desenvolve-se, paralelamente, às «respostas de oportunidade». Estas, como destaco, são desafios inesperados, sem hipótese de calendarização prévia, porque são suscitados internamente ou pela urgência da envolvente. Algumas destas propostas de oportunidade também consolidam a Cadeia de valor da cultura museológica do MAR, (Bernardi, 1978), baseada na etno-antropologia como defende aquele Autor. Essa consolidação permite-nos exercer serviço público, mesmo sem Quadro de Pessoal nem Orçamento Anual regulares (Pérez, 2003; Figueira & Ramos, 2015). Esta é a alternativa que gerada e suportada pela comunidade, tem sido prosseguida por maioria de contribuições "pro-bono" como é o caso da minha prestação desde 1994 e de muitas outras pessoas. Profissionalizar o MAR é, em si mesma, uma impossibilidade que todos os envolvidos têm constantemente presente. A acontecer essa transformação tutelar, é consensual que se perde o sentido de interesse comunitário e a liberdade associativa que a APDPHNRR, assegura. Está é uma questão, todavia, em aberto.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

A organização dos Serviços e dos Eixos de ação museológica são firmados numa dimensão de cocriação de planos de trabalho, sua execução, monitorização, avaliação e, propostas de melhoria contínua. Tem-se registado, deliberadamente, o apagamento de medidas meramente teoréticas. A teoria museológica e museográfica têm de atender às situações do "caso a caso" unindo, de facto, a teoria e a prática, as materialidades e as imaterialidades, a liderança e a crítica interna e externa, sopesadas em ações interventivas, Primo (2006). Avaliadas em cada ano de trabalho. Esta preocupação é sustentada pelos Estágios

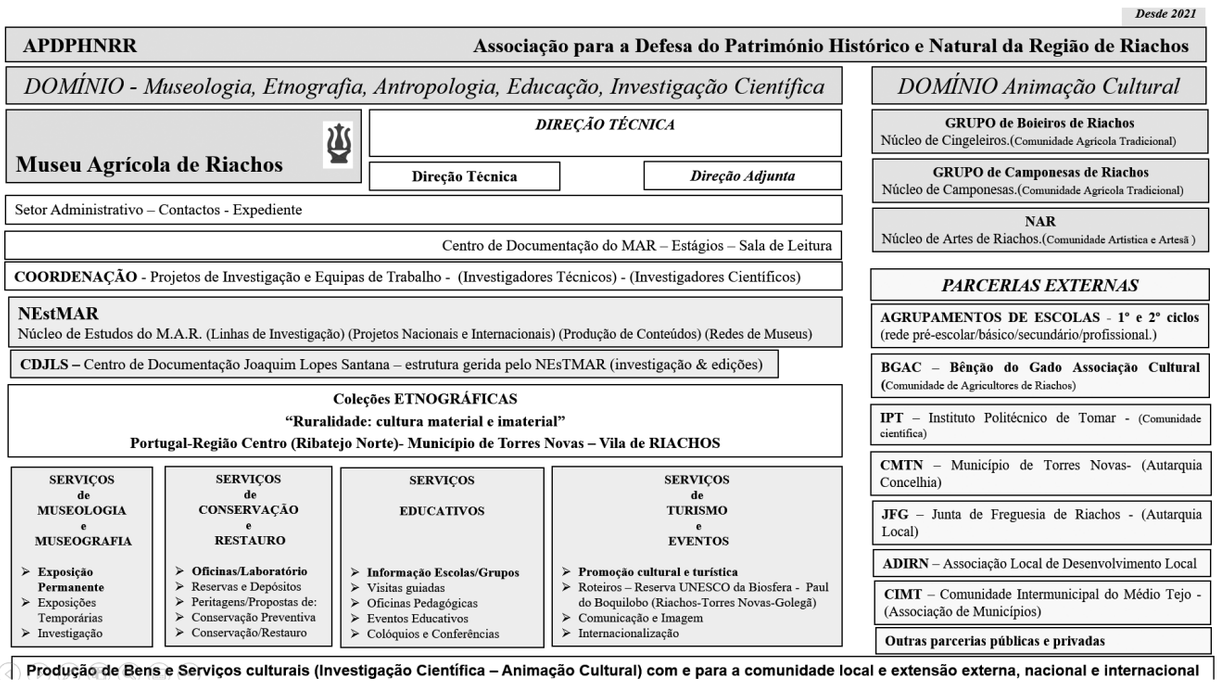


FIG. 2 | Relação Associação – Museu. Fonte: (elaboração própria – 2021)

de Estudantes do ensino secundário e superior que geram lastro de conteúdos certificáveis para uso museológico e museográfico. A acentuação das práticas partilhadas suscitam teorizações sobre protagonistas, objetos, situações, aprendizagens, partilhas, discussões, pontos de vista convergentes e divergentes, entre uma gestão das possibilidades e limites, conforme o Organigrama seguinte. na disseminação das aquisições, tenta-se acompanhar as dinâmicas societais geradas na triangulação "Pessoas-Território-Organizações". As mudanças externas ao MAR exigem esse cuidado permanente. As teorias são ajustadas à realidade, segundo as suas potencialidades e insuficiências, trabalhadas na base de clarificação das estruturas internas e suas interações, não se descurando as externalidades às mesmas. A crítica e a análise SWOT, (Hernández e Juan i Tresseras, 2001; Figueira, 2009; Marques, 2014; Comissão Europeia, 2015), são instrumentos ao serviço da melhoria contínua.

Nesta estrutura funcional e suas articulações o uso das competências internas, por um lado, e a procura de parcerias de projeto nas situações que ultrapassam aquelas competências, por outro, visam melhorar a eficácia. Deste modo, o Plano de Atividades é flexibilizado na sua aplicação em função das variáveis internas e da externalidade institucional (estrutura interna e redes em que o museu se insere). O poder decisório final é, sempre, da Direção-Técnica. Esta gestão, enquadrada nos desafios e campos de ação (político-académico-científico-técnico-social-profissional) assume importância para a comunidade de proximidade (Moutinho, 1993) e seus diversos "atores-colaboradores", internos e externos. A procura dos equilíbrios possíveis é entendida como natural. A vida do MAR é, neste sentido, como a vida de um outro qualquer agregado comunitário e sistémico, que participa da construção cultural local partilhando, a viagem museológica com as autarquias, fregueses e munícipes, viajantes e amigos, (Figueira e Ramos, 2019). A ferramenta «gestão» parte da estrutura organizacional que a suscita e apoia-se no programa museológico mais detalhado e aplicado, conforme figura seguinte.

A importância do marketing, das seduções expositivas e do sentido museológico e territorial é outro foco na inclusão das pessoas e modo de potenciar a identidade específica na missão do MAR, (Belcher, 1997; Moutinho, 2008; Castells, 2007; Cravidão, 2011); Figueira, 2013; Salvador, 2014). Aposta-se na demonstração da competitividade e da afirmação legitimada pelo serviço público prestado pelo museu (Comissão Europeia, 2014) integrando-o no DLBC-Desenvolvimento Local de Base Comunitária, governança que a União Europeia nos propõe. Na componente de ensino-aprendizagem os Serviços Educativos e seus atores (Estudantes-Professores-Pais-Funcionários das Escolas-Residentes-Viajantes) tornam-se sujeitos ativos à participação cocriativa, sempre que possível. Nos pontos seguintes tentarei descrever a realidade que, estruturada na comunicação de junho de 2021, (disponível em http://portal2.ipt.pt/pt/ipt/unidades_de_i_d_tecnologico_e_artistico/l_tour/atividades_de_transferencia_de_conhecimento/), regista a relevância das parcerias, tal como segue:

A) A organização estrutural do MAR, enquanto museu de comunidade territorial com essa consciência, segue as lições da doutrina UNESCO e do ICROM, a lição da Escola de Hugues de Varine e seus companheiros e discípulos de que o Diretor-Técnico também se arroga pertencer, (Varine, 2003; Primo, 2006; Moutinho, 2007; Marques, 2014; Salvador, 2014). Este ponto coloca as Pessoas como fulcro central. O escrutínio da comunidade é concreto. A presença do Prof. Hugues na iniciativa *"O museu de iniciativa*

Gestão do Programa Museológico do MAR

Gestão do MAR – **associação de direito privado** –Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural da Região de Riachos
Apoio para funcionamento – Câmara Municipal de Torres Novas - subsídio mensal – Protocolo institucional
Apoio científico – Instituto Politécnico de Tomar (Diretor Técnico-Professor Coordenador-Protocolo institucional-Outros docentes colaboradores)
Apoio na divulgação - Jornal regional "O Riachense" – coluna permanente do MAR

Eixo 1	Serviços de Museologia e Museografia	**Construção do MAR** – eixo estruturante e permanente do MAR, desenvolvido sob processo colaborativo da Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural da Região de Riachos – participação dos aderentes à cultura museológica	**Modelo colaborativo e participativo**: envolvimento permanente das Pessoas e Inclusão social pela abordagem museológica.
Eixo 2	Serviços de Conservação e Restauro	**Produção e partilha de Conhecimento** – eixo do MAR para a valorização do Saber tácito (popular) cruzada com a inovação do Saber explícito (académico) – Programação regular e Programação de Oportunidade	**Modelo científico e rigor de trabalho quotidiano**: (oferta de Estágios e de Programas de Investigação/Ação geridos em parcerias estratégicas)
Eixo 3	Serviços Educativos	**Serviço Público e Inclusão Social** – envolvimento do MAR com as Pessoas, com as Organizações, com os Territórios. **Criação de Valor nas diversas dimensões** Humana – segundo os princípios dos Direitos Humanos; Educativa – orientada pelas valores da Educação para a Cidadania; Formativa – colaborando na criação de Capital Profissional Social – posicionada na Inclusão Social e no Museu Comunitário Técnica- produzindo Conhecimento técnico aplicável Científica – agindo com Ética e Metodologia científica Comunicacional – estabelecendo Diálogo permanente com a sua Envolvente desde a local à internacional	**Modelo inclusivo, focado na função social do museu**: - Sustentabilidade das ações; - Envolvimento de todos nos processos criativos e nos processos de socialização dos públicos visitantes com os participantes permanentes e ocasionais - Imposição do pluralismo cultural e aceitação dos contributos em atmosfera de tolerância cultural e de partilha de experiências (nomeadamente com os públicos escolares e públicos necessitados de cuidados e acessibilidades especiais e diferenciadas. - Práticas flexíveis e orientadas aos públicos segundo as dinâmicas da Procura.
Eixo 4	Serviços de Comunicação e Extensão	**Comunicação e Interação** – disponibilização para a valorização cultural e turística dos territórios e seus recursos, em forma de Rede colaborativa. Troca, concreta, de experiências de gestão museológica nos diversos domínios do trabalho museal.	**Modelo transparente e partilhável**: fomento da Rede de Museus de Comunidade como meta para 2020 (MAR e outros museus congéneres)

FIG. 3 | Gestão do Programa Museológico do MAR. Fonte: (elaboração própria – 2019)

local e o desenvolvimento" do MAR, de 1996, com a ajuda do Prof. Jorge Gabriel, então quadro da Escola Secundária de Alcanena, intermediário da sua vinda a Riachos marcou, indelevelmente, o rumo científico, iniciado em 1994.

B) A visão central coloca o museu com um papel determinante na sua função social na inclusão social, forma de se gerarem rotinas fundamentais na ligação entre as Pessoas e a Cultura. A rotina museológica sobrepõe-se às rotinas técnicas e burocráticas que a inventariação e os cuidados de conservação e restauro suscitam, (Hernández, 2002). Como é prática antiga e sob o mote de que "as pessoas são mais importantes que as peças porque os artefactos e suas estórias e histórias são pretextos para a vida comunitária de todos os dias", intuído pelo grupo de trabalho do MAR, o aparecimento, por exemplo em 2009 (consolidado em 2011) do NAR- Núcleo de Artes de Riachos, comporta essa abertura. A animação cultural compagina-se com a vertente científica e, assim, a integração do NEstMAR, espaço de produção académica e científica, (Investigadores científicos) e de produção técnica e de artes e ofícios tradicionais (Investigadores técnicos), completa a estrutura. Porém, não se deixando de atentar na melhor prática de salvaguarda de peças e seus contextos memoriais, os registos multimédia e tradicionalmente associados às técnicas analógicas definem o PMI, (Mauss, 1993; Linares, 1994; Peixoto, 2003; Tilden, 2008; Xavier, 2012). Trabalhos de Dyclam, mestrado Erasmus, em Museografia e em Etnoarqueologia (módulos que nele leciono, conforme em http://portal2.ipt.pt/en/noticias/cursos/mestrado_em_gestao_do_patrimonio_e_dinamicas_das_paisagens_culturais_2015_01_09/) ampliam a capacidade educativa.

C) A escola, no seu sentido mais lato e clássico é, sem dúvida, como ensina a Infopédia (https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/escola), termo que provém do termo grego *"skholé"* significando "descanso" com evolução pelo latim para *"schola-"*, significando, posteriormente, "ocupação literária, o lugar onde se ensina algo". O museu é, neste sentido uma escola aberta a quem a procure e a ela queira pertencer (Ribeiro, 1992; Figueira, 2009). A interação subjetiva está presente entre Visitados e Visitantes o museu tornou-se uma escola particular: os ensinamentos não são, nunca, unidirecionais, (Choay, 2000; Moutinho, 2008; ICOMOS, 2008). A ação educativa sustenta-se nas realidades de um território e geografia objetiva, (Ribeiro, 1992; Ferrão, 2014). Observar, por exemplo, em Lisboa, a armadura do Rei D. Manuel I exposta nos Jerónimos (http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/agenda/atividades-diversas/luz-d-manuel-nos-500-anos-da-sua-morte/) é, certamente, um momento hedonista para cada português. Outro exemplo: publiquei um artigo sobre Fernão Lourenço, Feitor da Casa da Mina e Índia, e figura da coroa manuelina, proprietário de "Ademas" na Golegã e de um lagar no rio Almonda. A sua esposa, aliás, está sepultada na cabeceira da igreja matriz goleganense (Figueira, 2007). Nestes dois casos o que considero como "hedonismo identitário" faz sentido, é transmitido, tem presença visível, comunica com o mundo global. Todas as fontes contam quando filtradas pela crítica científica. As redes sociais e as classes criativas são, nesta perspetiva, excelentes veículos de produção, divulgação e recolha de dados com interesse para as organizações, (Florida, 2019; UN, 2020).

D) Na hospitalidade e na miscigenação identitária protagonizadas pelos migrantes em contacto connosco, acontecem processos culturais, trocas sociologicamente implicadas com as políticas públicas e com a educação, (Freire, 2007). A museologia inclusiva do MAR comporta a visão transdisciplinar, (Hernández, 2002) e a lição freiriana está presente, (Freire, 1987). Os modos de vida, poderes, vidas, desenvolvidos desde o tempo medieval até aos nossos dias (Penteado, 1998; Lopes, 2013; Lopes, 2001), transformaram-se e o MAR, ilustra essa evolução porque, nascido de Festa da Bênção do Gado, (Gonçalves,1999), (Nuno, 2013), representa a democratização, plena, de um ritual medieval de festividade rural (Nuno et al, 1993; Pereira, 2014). O museu também almeja futuros, sempre disruptivos, (Figueira & Ramos, 2019).

E) Na dimensão temporal ilimitada da ideia do museu (porque os museus são criados para nunca morrerem e assim se pensa a casa das musas) o museu de comunidade. é instruído da prática comunitária e da sua reflexão obtida em observação participante, (Pérez, 2003; Lopes, 2014; Martins, 2015). Na participação objetiva e quotidiana, este tipo de museu apelativo à coesão social, é um caso a merecer maior atenção da administração pública, (Xavier, 2012).

F) Perante teorias, teses e diferentes «modos de ver», uma vezes consensuais e outras conflituosos o MAR interpreta a doutrina internacional credível (Tilden, 2008), (Ferrão, 2014), os avanços científicos e técnicos nacionais e internacionais, (ICOMOS, 2008; Ramos e Costa, 2017; Junior, 2019) mas, numa posição de base, adequando tais linhas de pensamento e de ação à realidade concreta, (Nuno, et al, 1993; Figueira, 2010; Figueira, 2019; Figueira & Ramos, 2019). Dispor de um inventário profissionalmente adequado ou de climatização e guardaria ajustadas à procura de públicos são, em alguns museus, impossibilidades objetivas. A mitigação e sua minimização estimulam estratégias de remediação. Como «museus imperfeitos» como interpreto o critério exclusivista da DGPC são, todavia, entidades consolidadoras do tecido museológico nacional. O museu de Comunidade é diferente dos museus municipais, regionais e nacionais na sua essência e nas suas práticas (Primo, 2006; UN, 2020) porque resulta da dinâmica possível por acionamento do triângulo virtuoso estabelecido entre Pessoas e seus Territórios e Organizações.

G) As dinâmicas geradas por esta triangulação são cultura coletiva (onde interesses, negociações, conflitos e acordos, existem, de facto), têm influência ambiental, económica, social. Revelando a cultura em que são produzidas e disseminadas, a centralidade de um museu significa que o seu eixo temático dominante não ignora, porém, as suas periferias naturais, (Varine, 2003; Figueira, 2013; Florida, 2019). A participação do MAR na RMMT-Rede de Museus do Médio Tejo é prova disso. Entrar na RPM-Rede Portuguesa de Museus significa gerar centralidade. Aproveitar o momento político atual e a necessária recuperação económica e social pode constituir uma oportunidade muito positiva, (Ministério do Planeamento, 2021; UN:2020). Esta questão, repito, está em aberto.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 115 28/07/2025 11:42:14

H) Na lógica sequencial destes pontos o nervo que liga este corpo utópico de pessoas que «fazendo museu» pretendem «fazer museu de todos e com todos», mistura técnicos e públicos numa espécie de cumplicidade criativa que, adquirida por hábito, (Bourdieu, 2011) e por resistência constante, sustentam a produção científica, eventos culturais, património natural e cultural, conjunto que, fator dinamizador da inclusão social e consubstancia a investigação, (Covas, 2010; Cabral, 2011; Ferrão, 2014). As utopias de um museu criado para nunca morrer são assunto museológico de grande intensidade científica e emocional, (Marques, 2014).

I) Esta lógica orgânica e visionária será, porventura, resultado da aposta na cultura intergeracional, como estratégia de ação educativa despertando reações à mudança (à continua mudança que ocorre na realidade vivida por cada um e todos nós). Dito de outro modo, a história dessa cultura de todas as gerações, como evidência imortal, é o cimento e é o combustível anímico que promete a imortalidade da comunidade e seu projeto cultural. Os Serviços Educativos são o espaço e palco crítico deste compromisso.

J) O MAR, impulsionado pelos seus públicos e utentes diários tenta convergir a sua gestão nesse foco de criatividade que, mesmo utópica, vale experimentar como forma de manter a tradição etnográfica assegurando a continuidade como sinal identitário insubstituível, (Moutinho, 1993; Peixoto, 2002, Pérez, 2003).

DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA AÇÃO EDUCATIVA PROPOSTA PELO MAR

Tal como se enfatizou na apresentação oral, uma das dificuldades de manutenção de museus de comunidade dependentes de associações de cidadãos e de direito privado é, de facto, o reconhecimento entre pares, respeitando-se os conceitos museológicos consensualizados e de base, (Carvalho, 2015). Nesta circunstância, pese embora o facto de, como Diretor Técnico, me esforçar pelo aconselhado distanciamento, reconheço que a utilidade de trocas de ideias nestes eventos é real. Na sequência deste encontro no Fundão, o estabelecimento do Centro de Documentação Joaquim Lopes Santana, por proposta do NEstMAR – Núcleo de Estudos do Museu Agrícola de Riachos ganhou indiscutível oportunidade. Aquele Etnólogo e Ensaiador do Rancho Folclórico "Os Camponeses" de Riachos, com património editorial importante (Santana, 2000; Santana, 2003), e cuja família compreendeu o facto de um Antropólogo, Carlos Simões Nuno, ser o cuidador deste núcleo passa a ser uma nova referência educativa. Ao nível do Estudo das Artes e Ofícios, o Mestre em Educação de Adultos, José Manuel Martins, assegura a liderança deste setor. Nos ecos deste Seminário Internacional, a gestão do PMI e das Oficinas Pedagógicas, em particular, junta-se à da Presidente da Associação, Mafalda Luz, assegurando com o Presidente do NAR, Pereira Jorge e seus componentes, a articulação entre os domínios do saber académico e científico com os domínios do conhecimento popular e técnico, abrindo-se novo espaço para o turismo cultural, (Figueira, 2013; Ramos e Costa, 2017; Figueira, 2019; UN, 2020).

Como destaco nesta partilha com o Leitor, a validação da aprendizagem que faço todos os dias estabelece reflexões

FIG. 4 | Panfleto organizado aquando de Visita Técnica ao MAR. Fonte: (elaboração própria-2019)

sobre a vertente escolar, no seu sentido mais lato. Envolver a Equipa MAR passa por ser, para mim, a melhor forma de partilhar a caminhada museológica: recebendo os nossos visitantes de modo natural e tentando inseri-los, sempre que o desejem no tal «espírito de lugar», (ICOMOS, 2008) é parte tão relevante quanto o "BackOffice" institucional. Como atores territoriais suscitamos no serviço de visitação ao museu sustentada, em parte, por Residentes, (Simões, 1998) e Voluntários, (Salvador, 2014), colaboradores que também participam das oportunidades para trocas culturais que, enriquecendo-os, enriquecem os nossos públicos. O nosso Livro de Visitas demonstra que muitos nos devolvem o sabor da sua fruição e acabam por colaborar na concretização de uma utopia nascida a partir da segunda metade do século passado. Assim, o MAR, materializado na década de oitenta e redesenhado diariamente no caminho da imortalidade possível, porque sustentado numa Comunidade em mudança e renovação constantes, é a expressão com que me identifico. O Conhecimento e o Saber são centrais na componente educativa, desenvolvida sob estratégias didáticas e pedagógicas é, assim, são a centralidade do PMI.

CONCLUSÃO

Do exposto na comunicação oral e neste texto, tentou-se esboçar um panorama de trabalho de um museu de comunidade cuja estrutura científica, técnica e social têm assegurado a permanência museológica digna no contexto da museologia nacional e internacional. O posicionamento do MAR na paisagem museológica global é o de organização de uma iniciativa comunitária no seu sentido mais profundo. Este museu é da comunidade e presta serviço público a favor de todos os visitantes que o procuram dentro de uma gama de interesses, motivações, desejos ou, ainda, especificamente, viajantes ocasionais. A ligação entre o conhecimento tácito (popular, vernacular) e o conhecimento explícito (académico, científico) é a base sob a qual se estruturam todas as ações de natureza educacional. As mais formais, de educação e formação profissional, nomeadamente em estágios e parcerias científica e técnicas, têm pleno cabimento nas nossas atividades de receção e acompanhamento. Direi, em síntese e por economia de texto que, as coleções, refletindo a agricultura tradicional e seus utensílios, procedimentos, documentos e memórias vivas se vão fixando em estruturas multimédias de recolha de dados, porque a mecanização dos campos e a agora designada «agricultura de precisão» também têm espaço de representação. O discurso sobre a permanente interação tradição-modernidade exige-o. Os novos públicos e a forma de interação em cultura digital criam novos desafios a que temos de responder. Nesta dimensão visionária e nos valores em que ela se apoia o MAR é equipamento cultural e atavio imortal da sociedade que expressa, que representa e à qual presta atenção, dá voz e alicia para a cumplicidade cultural e criativa. O sistema escolar formal e a literacia cultural que se vai gerando geração após geração, dependem também das oportunidades para que as pessoas manifestem os seus sonhos e práticas de vida, criando valor para a humanidade que todos somos. O MAR, dependendo das Pessoas, Equipa, Residentes, Viajantes, e todos os tipos de Públicos, tenta seguir este rumo e aberto a todos.

BIBLIOGRAFIA

Barroso, António Chora, (1954), Riachos, terra do Ribatejo. Monografia, Edição do Autor, Riachos.

Belcher, Michael, (1997), Organización y diseño de exposiciones – Su relación con el museo, Ediciones Trea S.L., Gijón.

Bernardi, Bernardo, (1978), Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos, Edições 70, Lisboa.

Bourdieu, Pierre, (2011), O Poder simbólico, Edições 70, Lisboa.

Bovone, Laura, (2001), Os Novos Intermediários culturais – Considerações sobre a cultura pós-moderna, in Fortuna, Carlos, (Org.), Cidade, Cultura e Globalização, Celta Editora, Oeiras, pp.105-120.

Cabral, Clara Bertrand, (2011), Património Cultural Imaterial – Convenção da UNESCO e seus contextos, Edições 70, Lisboa.

Carvalho, Ana, (2015), Decifrando Conceitos em Museologia: entrevista com Mario Caneva Moutinho, Revista Museologia e Interdisciplinaridade, vol. IV. nº8. Brasília: Universidade de Brasília. pp.252-269. https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/16523 (12.7.2021)

Castells, Manuel, (2007), A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade. Volume II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Choay, Françoise, (2000), Alegoria do Património, Edições 70, Lisboa.

Covas, António, (2010), "Os "futuros" do mundo rural português - De espaço produtor a espaço produzido: mercados emergentes e neo-rurais". IV CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS - Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Universidade de Aveiro, 4 a 6 de Fevereiro, Aveiro, pp.9-19, http://sper.pt/oldsite/4cer/LivroActasFinal_corrigido.pdf (15.11.2029)

Cravidão, Fernanda, (2011), "Turismo, território e cultura: uma trilogia (sempre) em construção", Revista Espaço e Cultura vol. 29, Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.35-42.

Comissão Europeia, (2014), Orientações para os Intervenientes Locais sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Bruxelas, http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/guidance_clld_local_actors_pt.pdf (07.01.2018)

Ferrão, João, (2014), "Políticas territoriais eficazes e participadas", Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, in Seminário Cidadania e Território: Desenvolvimento Local Sustentado, Lisboa, pp. 7-11, https://www.animar-dl.pt/ponto-de-vista/704-politicas-territoriais-eficazes-e-participadas-joao-ferrao (15.11.2019)

Figueira, Luís Mota, (1995), Museu Agrícola: a função comunicativa, in jornal "O Riachense". nº 285. p 5.

Figueira, Luís Mota, (2007), "Os Fumos da Casas da Mina e da Índia – vestígios manuelinos encontrados no concelho de Torres Novas", Nova Augusta/ Revista de Cultura. nº19, Ed. Município de Torres Novas, Torres Novas. pp. 361-372.

Figueira, Luís Mota, (2009), "Património, museologia e turismo cultural: questões e propostas", Nova Augusta/ Revista de Cultura. nº 21, Ed. Município de Torres Novas, Torres Novas, p. 275-289.

Figueira, Luís Mota, (2010), "O Projecto Museológico do Museu Agrícola de Riachos", Revista Pedra e Cal, nº 48, Lisboa, pp. 20-21, http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev48_Art6.pdf (12.11.2019)

Figueira, Luís Mota, (2013), Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural, Cespoga – Centro de Estudos Politécnicos de Golegã – Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, http://centrodocumentacao.turismodeportugal.pt (10.7.2019)

Figueira, Luís Mota e Ramos, Dina, (2019), Museus de Comunidade: Manual de Apoio à Gestão, Universidade de Aveiro, Aveiro, http://www.cda.ipt.pt/download/ebooks/Livro_Museus_de_ComunidadeMarco2019.pdf (25.11.2019)

Figueira, Luis Mota, (2019), Turismo, Municípios, Cultura e Sociedade – Breve reflexão, Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, http://www.cda.ipt.pt (12.05.2021).

Florida, Richard, (2019), The Innovations of the Creative Class Affect a Rural Area´s Fortunes. https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-08-15/rural-innovation-links-to-creative-class-presence (03.10.2019)

Freire, Paulo, (1987), Pedagogia do Oprimido, (17.ª ed.), Paz e Terra Editora, Rio de Janeiro.

Freire, Paulo, (2007), Política e educação: Ensaios, (8.ª ed.), Villa das Letras Editora, São Paulo.

Gonçalves, José, (1999), Memória Cristã de Riachos: Dos tempos antigos aos nossos dias, Edição de Autor, Riachos.

Hernández, Francisca Hernández, (2002), El patrimonial cultural: la memoria recuperada, Ediciones Trea, S.L., Gijón.

Hernàndez, J. B. e Juan i Tresseras, J. (2001). Gestión del patrimonio cultural, Editorial Ariel. S.A., Barcelona.

ICOMOS, (2008), Declaração de Québec sobre a preservação do "Spiritu loci", http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf (26.08.2015)

Junior, Roberto Fernandes Santos, (2019), Por uma "Museologia da Libertação": Impactos do pensamento de Hugues de Varine no campo museal brasileiro, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado em Museologia, Bahia, https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30789/1/Roberto%20Fernandes%20%28Disserta%C3%A7%C3%A3o%29.pdf (12.6.2021)

Linares, José, (1994), Museo, Arquitectura y Museografia, Ediciones JF -(Fundo de Desarrollo de La Cultura, Direccon de Patrimonio Cultural, Ministerio de Cultura), La Habana.

Lopes, André, (2014), Somos Todos Primos-entrevista do Antropólogo André Lopes a Carlos Manuel Pereira, Jornal "O Riachense"

de 27 de janeiro, Riachos, http://oriachense.pt/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=18&Itemid=238&limitstart=10 (11.4.2020)

Maria, Fernando Rui da Clara, (1985), Riachos, usos e costumes, Edição de Autor, Lisboa.

Marques, Sílvia, (2014), Museus de comunidade e experiência turística cultural e criativa : o caso do Museu Agrícola de Riachos, Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, http://hdl.handle.net/10400.26/13479 (12.11.2019)

Martins, José Manuel Pereira, (2015), O Museu Agrícola de Riachos – Agente de Educação de Adultos e motor de Desenvolvimento Local, Associação Para a Defesa do Património Histórico e Natural da Região de Riachos, Riachos.

Mauss, Marcel, (1993), Manual de Etnografia, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Ministério do Planeamento, (2021), PRR-Recuperar Portugal, Construindo o Futuro, Lisboa, http://www.portugal.gov.pt (10.6.2021)

Moutinho, Mário Canova, (1993), "Sobre o conceito de Museologia Social", in Cadernos de Sociomuseologia, Vol. 1, nº1, Departamento de Museologia/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, pp. 7-9.

Moutinho, Mário Canova, (2007), "Evolving definition of Sociomuseology: Proposal for Reflection", Cadernos de Sociomuseologia. nº28. Departamento de Museologia/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, pp. 39-44.

Moutinho, Mário Canova, (2008), Os museus como instituições prestadoras de serviços. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias. n.º 12. pp. 36-46, Lisboa, http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/987 (12.5.2014)

Nuno, Carlos Simões; Lopes, João Carlos; Madeira, Joaquim Farinha; Pereira, Joaquim. (1993), Riachos, Rostos da Terra, Câmara Municipal de Torres Novas, Torres Novas.

Nuno, Carlos António Simões (2013), "A Festa da terra é como sempre foi? A Bênção do Gado em Riachos como construção ideológica", in V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (abstract), Ed. APA, p.72, Vila Real, http://www.apantropologia.org/congresso2013/wp-content/uploads/2012/09/Antropologia-em-Contraponto-programa%C3%A7%C3%A3o-completa.pdf.pdf (14.6.2020)

Peixoto, Paulo, (2002), Os meios rurais e a descoberta do Património, Oficina do Centro de Estudos Sociais, 175, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Pérez, Xerardo, (2003), "Patrimonialização e transformação das identidades culturais", in Portugal Chão, Ed. Celta, Oeiras, pp. 231–247.

Penteado, Pedro, (1998), "Recensões", in Lusitania Sacra-Revista do Centro de Estudos de História Religiosa – Tomo X – Cristianização na Época Medieval. 2ªsérie, Universidade Católica de Lisboa, Lisboa, pp.456-457.

Pereira, Carlos Manuel, (2014), O Senhor Jesus dos Lavradores – Somos Todos Primos. Riachos: Jornal "O Riachense", II série, Ano XXXVII, nº 759, p. 8. https://issuu.com/oriachense/docs/edi___o_759_17_dezembro_2014 (15.5.2021)

Primo, Judite, (2006), "A importância dos museus locais em Portugal", Cadernos de Sociomuseologia, n.25, Departamento de Museologia/ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, pp. 41-62.

Quivy, Raymond e Van Campenhoudt, Luc, (1998), Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva – Publicações Lda, Lisboa.

Ramos, Dina e Costa, Carlos, (2017), "Turismo: tendências de evolução", PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33. https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs (10.11.2018)

Ribeiro, Orlando, (1992), Geografia e Civilização – Temas Portugueses, Livros Horizonte, Lda, Lisboa.

Salvador, Maria Teresa Policarpo Correia, (2014), Monumentos e Museus - Patrocínios, Mecenato e Voluntariado. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Tomar. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13439/1/Monumentos%20e%20Museus%20-%20Patroc%C3%ADnios%2C%20Mecenato%20e%20Voluntariado.pdf (11.6.2021)

Santana, Joaquim, (2000), A Gastronomia das Gentes do Campo de Riachos, Região de Turismo dos Templários (Floresta Central e Albufeiras), Tomar.

Santana, Joaquim, (2003), Cingeleiros, boieiros e camponeses de Riachos, Câmara Municipal de Torres Novas, Torres Novas.

Saramago, José, (1985), Viagem a Portugal, Círculo de Leitores, Lda e Editorial Caminho SARL., Lisboa.

Simões, Manuel Carvalho, (1998), Histórias da Nossa Gente. Câmara de Torres Novas, Torres Novas.

Tilden, Freeman, (2008), Interpreting Our Heritage, 3rd Ed., The University of North Carolina Press, (sob original de 1957), https://is.muni.cz/el/1421/podzim2017/MUI_338/Interpreting_Our_Heritage__Chapel_Hill_Books_.pdf . (12.06.2019)

UN – United Nations, (2020), The Sustainable Development Agenda, https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/ (14.04.2021)

Varine, Hugues de, (2003), Le musée communautaire est-il hérétique? http://www.hugues-devarine.eu/book/view/56 (16.7.2021)

Xavier, Denise Walter, (2012), Museus em Movimento - Uma reflexão acerca de experiências museológicas itinerantes no marco da Nova Museologia, Dissertação de Mestrado-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/denise_walter_xavier.pdf (12.12.2018)

SERÃO OS MUSEUS ESPELHOS OU JANELAS?
A AÇÃO EDUCATIVA EM MUSEUS COMUNITÁRIOS

ROSALIA VARGAS
PRESIDENTE CIÊNCIA VIVA

"O conhecimento transforma espelhos em janelas" é a frase de Alexandre Quintanilha inspirada no original de Sydney Harris, *Education turns mirrors into Windows*. Faz sentido a adaptação, por ser a frase que dá as boas vindas na entrada principal do Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva.

E o que são os museus senão janelas abertas à comunidade?

Mas primeiro talvez nos interesse perceber se os públicos dos museus sentem conforto no facto de se virem refletidos nos museus. À partida parece não haver nada de mal, até parece bem que lhes devolvam uma imagem em que se reconhecem, se sentem acolhidos, através de algo que lhes é familiar e que tranquiliza as expectativas de quem lá entra.

Vamos, no entanto, partir da premissa de que todos os museus são comunitários e que acolhem a participação de quem os procura, independentemente da sua cultura ou formação, não os vendo como meros visitantes, mas sim como participantes. Assim sendo, mais do que espelhos que refletem o expectável, importa muito mais serem janelas abertas à diversidade e a uma relação sempre renovada com o conhecimento.

Assim seriam, poderemos dizer, museus empáticos. Independentemente de serem museus ou centros de ciência, vão atrair-nos pelas histórias que contam ou pelas perguntas que nos inquietam.

Falar de museus com um olhar a partir do museu: não há nada que nos dê maior prazer, mas é preciso que nos coloquemos na pele dos outros, saber que há outros sentidos e outros entendimentos. Quando estamos a programar, alertamos as equipas para uma realidade fundamental e fazemos o exercício coletivo de colocar perguntas, por exemplo: "Será que eu gostava de sair de casa num dia de chuva, até mesmo de forte temporal, para ver isto? Interessa-me?"

Bom, sabemos que é legítimo pensarem "mas nós não podemos programar para nós próprios, mas para os nossos públicos". Aí é que está! Nós somos todos os públicos, temos sempre que nos pôr na pele de alguém...

Pensar e agir como os nossos públicos é sermos visitantes de museus – a começar pelo nosso. E quem não tem memórias de visitas que guardou há muito? Mas que devem ir sendo atualizadas sempre com novas visitas, a museus muito diferentes, se possível em qualquer parte do mundo. É importante fazer crescer o baú das memórias, seja qual for a forma que tem nos dias de hoje, até porque já foi há muito tempo substituído pela *cloud* e somos agora inspirados cada vez mais por tudo o que é diferente e que tem ligações reais à sociedade. É o efeito madalena de Proust tornado tecnológico e possível de ser partilhado global e instantaneamente.

Não podemos esquecer que os museus e centros de ciência são, em todo o mundo, locais de apropriação de cultura pelos cidadãos. Depois da escola, é nos museus e centros de ciência que os cidadãos mais contactam com o conhecimento nas suas vertentes mais inspiradoras. E promovem o desenvolvimento regional, ao nível científico, educativo, profissional e cultural. Encarar os museus como fatores de proximidade e inclusão social pelo conhecimento será aquilo que põe em prática a arte da relevância.[1]

Um museu comunitário é um tesouro de vontades coletivas que abre janelas ao que aconteceu, ao que acontece e ao que acontecerá. Que contém um conhecimento enraizado em muitos sentidos relevantes, mas que flui.

Isto pode parecer contraditório, paradoxal, pode até parecer um mero exercício onde um museu vale uma coisa e também o seu contrário. Mas não é assim, e antes, como hoje, há histórias que cultivam enigmas. Cito uma de cor: uma rainha chamou um sábio ao seu palácio e introduziu-o numa das grandes salas atapetada de flores, dizendo que todas eram artificiais menos uma, que teria de descobrir. Um instante depois, o sábio abriu uma janela e esperou até que uma abelha entrou e pousou numa única flor. Há que manter as janelas abertas.

1| Nina Simon. *The Art of Relevance, Museum 2.0*. Santa Cruz – California, 2016

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 121 28/07/2025 11:42:14

É hoje inegável que os visitantes dos museus devam ser convidados a interagir e a ser parte ativa dos museus que visitam.

Vai longe o tempo em que franquear as portas de museus era uma prática reservada a elites, e os museus eram vistos pelos demais como uma espécie de clubes aparentemente abertos a quem se decidisse a entrar. A educação e o conhecimento como cultura eram senhas pouco comuns e nada disseminadas, pese embora grandes tentativas institucionais, educativas e sociais que foram acontecendo ao longo da História. Por exemplo, em 1873 através de um texto que, em jeito de advertência preliminar, inaugurava a segunda série de O Instituto[2], revista de inspiração científica e literária. Tal é visível na seguinte citação:

Haurir das fontes da sciencia, superiores ao vulgo, os corollarios mais practicos e de effeitos mais aproveitaveis; tornal-os comprehensiveis, vasando-os nos moldes da sociedade real, moldes imperfeitos, incorrectos, lavrados pela paixão, sinzelados pelos preconceitos, mas apropriados á humanidade, tal qual é; tornar visivel, tangivel quasi, aos mais broncos entendimentos as descobertas sublimes dos grandes e privilegiados talentos, é seguramente por vezes arido, sempre difficil, mas de incontestavel utilidade para o publico.

Por esta leitura, podemos verificar o interesse, e até a necessidade, em tornar compreensíveis "aos mais broncos entendimentos" as fontes da ciência e as descobertas sublimes. Pese embora esta expressão não ser aceitável nos nossos dias, o sentido – lato ou restrito – da apropriação do conhecimento e da cultura é hoje assumido como um direito democrático e indubitável de cidadania e é cada vez mais presente em livros, revistas, redes sociais, colóquios, museus grandes e pequenos, sendo que estes últimos têm vindo a ganhar uma notoriedade e um interesse crescente.

É cada vez mais importante que se reforce o espaço comum do conhecimento. Os centros de ciência e os museus têm aqui um papel fundamental, tanto mais que, como sabemos, os museus produzem uma narrativa diferente da que se faz na escola, o que enriquece e exponencia a ligação das pessoas com os espaços de cultura.

Sabemos que um público desinformado é muito vulnerável a ideias menos corretas sobre diversos assuntos. De acordo com o estudo Públicos da Ciência em Portugal, de António Firmino da Costa e da sua equipa[3], é muito curiosa a lista de caracterização dos públicos, que vai desde os "envolvidos" até aos "retraídos". Se tivéssemos que escolher quais de entre esta lista seriam alvo de especial atenção, escolheríamos os "indiferentes" e os "benevolentes", que aliás representam mais de 50% neste estudo.

É aqui que se pede aos museus comunitários que se diferenciem e que envolvam a comunidade naquilo que são, naquilo que programam, nas escolhas que fazem, naquilo que valorizam e priorizam, mesmo que isso pareça contrariar a lista de objetivos que enumeraram no plano de atividades. Ora ainda bem que assim é!

Konrad Lorenz, no livro Os oito pecados mortais da civilização, refere um que, neste contexto de museus e centros de ciência, poderemos considerar verdadeiramente ameaçador: a "indiferença mortal"[4]. Ora, o que os museus concebidos na esfera do comunitário promovem é a participação e a consequente relevância para as sociedades onde se inserem, assim estarão muito longe da esfera da indiferença em relação aos seus públicos.

Na verdade, vivemos um novo paradigma de museus, que se afasta das grandes produções, dos espaços gigantescos que albergam peças e fazem deslocar multidões, é certo, mas que paradoxalmente se distanciam dos seus públicos. Por isso florescem cada vez mais pequenos museus de proximidade que guardam e devolvem uma cultura variada, emocional, rica de experiências vividas e a viver. Temos o exemplo de Orhan Pamuk, prémio Nobel da literatura, que criou o Museu da Inocência, saído do livro do mesmo nome. Para isso não hesitou em comprar uma casa no centro histórico de Istambul e nele instalou um museu onde colecionou todos os objetos que faziam parte da história do livro. Aquela ficção foi tornada realidade ao virar da esquina, com as pessoas a entrarem na casa que saiu do livro, ou no livro que se transformou em casa e que vive ali naquele bairro ao lado da loja da fruta, do café ou das casas dos vizinhos.

Mas, indo mais longe, escreveu o Manifesto para os Museus. Sendo certo que lhe chama um modesto manifesto, traz à discussão vários pontos e elejo um, o número 6, de entre 11. Escreve ele: "It is imperative that museums become smaller, more individualistic, and cheaper. This is the only way that they will ever tell stories on a human scale. Big museums with their wide doors call upon us to forget our humanity and embrace the state and its human masses. This is why millions outside the Western world are afraid of going to museums"[5]

Quem trabalha em centros de ciência e museus sabe que as pessoas que vêm das margens terão, possivelmente, mais coisas a dizer. Para isso, muitas vezes, basta escutá-las.

2| *O INSTITUTO – Revista Scientifica e Litteraria* – XVII Anno – Segunda Serie, Vol. XVII. Imprensa da Universidade. Coimbra, Maio, 1873

3| António Firmino da Costa; Patrícia Ávila; Sandra Mateus. *Públicos da Ciência em Portugal*. Gradiva, 2002

4| Konrad Lorenz. *Os Oito Pecados Mortais da Civilização*. Tradução de Artur Morão. Moraes Editores, 1974

5| É imperativo que os museus se tornem mais pequenos, mais pessoais [acho que é mais neste sentido que fala, sem a conotação menos amigável de "individualista"] e mais baratos. É a única forma de conseguirem contar histórias a uma escala humana. Os grandes museus, com as suas amplas portas, convidam-nos a esquecer a nossa humanidade e a agarrarmo-nos ao Estado e às suas massas humanas. É por isso que milhões de pessoas fora do mundo ocidental têm medo de ir a museus. (tradução livre)

MUSEU DE AGRICULTURA DE FERMENTÕES
UMA COMUNIDADE ENVOLVIDA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

MANUEL FERREIRA

"Um Museu normal tem um objetivo oficial: servir o conhecimento e a cultura. Um Museu Comunitário tem outro objetivo: servir a Comunidade e o seu Desenvolvimento"
Hugues de Varine
Membro do Conselho Científico do Museu de Agricultura de Fermentões.

I . ANTECEDENTES

Podemos afirmar que, na verdade, a integração da Freguesia de Fermentões, na área da Casa do Povo de Taipas, com a criação de uma sua Delegação, na Freguesia de Fermentões, precisamente a cargo do Centro Cultural e Recreativo de Fermentões, em 1973, foi um passo de gigante para as novas dinâmicas de desenvolvimento que vieram a conseguir-se, na Comunidade de Fermentões, na Cidade de Guimarães.

É certo, e não deve ser esquecido, que o Centro Cultural e Recreativo de Fermentões se organizou, e se desenvolveu, a partir do Grupo Cénico que existia, em Fermentões, associado à Paróquia, desde, pelo menos, o ano de 1950, com o apoio do Pároco, o Padre João Fernandes Machado, e que era dirigido pelo saudoso José Francisco do Nascimento Coutinho Brandão, o "Senhor Coutinho" como era, aliás, carinhosamente conhecido entre a População.

Neste contexto, correndo o risco de não evidenciar, aqui, todos quantos estiveram envolvidos, e comprometidos, no processo da organização do Centro Cultural e Recreativo de Fermentões, parece oportuno referenciar, entretanto, alguns deles, nomeadamente: o José António Sá Abreu, o José da Silva Leite, o José Carlos de Freitas, o José da Costa Oliveira, o Jerónimo Francisco Ribeiro, o Fernando da Costa Mendes, o José Batista, o Jerónimo José Ribeiro da Costa, o António Faria, o Adão Pinto, e o Manuel Ferreira.

Foram momentos interessantes os, então, vividos em Fermentões, uma Comunidade que entendeu organizar-se para os novos desafios do desenvolvimento que se sentiam,

como necessários, sobretudo tendo em consideração o que se passava, quer com os problemas resultantes de uma guerra colonial, quer com a emigração de operários e agricultores, para Países Europeus, como a França, a Alemanha e a Bélgica.

E a "Festa do Emigrante de Fermentões" era, então, uma oportunidade, também, o reencontro familiar, para o conhecimento de novas experiências em Países de Emigração, para a apreciação do Movimento Associativo, em que os nossos emigrantes se envolviam, nas Comunidades de Acolhimento.

II . A RECOLHA DE ALFAIAS AGRÍCOLAS, JUNTO DOS AGRICULTORES

Estávamos, então, no início da Década de 1970, quando o Governo de Marcelo Caetano abria algumas oportunidades, designadamente o acesso dos Agricultores e dos Trabalhadores Rurais às "regalias sociais", com destaque para o Abono de Família, o Subsídio de Aleitação, e a oportunidade de uma Reforma, para quem nunca, antes,

tinha feito quaisquer descontos, mas que poderiam passar a descontar através da Casa do Povo da área da sua Residência.

Em Fermentões, nessa altura, não havia uma Casa do Povo. E, por outro lado, a Freguesia não estava integrada numa Casa do Povo.

Foi, então, e neste contexto, que o Centro Cultural e Recreativo, com o seu dinamismo, nomeadamente com o seu Grupo de Teatro, conseguiu o apoio da Missão de Acção

Social de Braga, para que, numa primeira fase, a Freguesia de Fermentões fosse "integrada" na área da Casa do Povo das Caldas das Taipas, com uma Delegação em Fermentões.

Assim, alguns dos jovens do Centro Cultural e Recreativo assumiram a missão de, aos fins-de-semana, visitarem os agricultores da freguesia de Fermentões, em processo de informação sobre a oportunidade de adesão a sócios da Casa do Povo das Taipas, para poderem passar a ter benefícios

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 123 28/07/2025 11:42:14

sociais destinados aos Agricultores e aos Trabalhadores Rurais, o que foi conseguido com sucesso.

E, na verdade, quando encontravam peças e utensílios da lavoura em situação de abandono, os jovens solicitavam-nos, aos respetivos proprietários, para que, depois, quando surgisse uma oportunidade, os mesmos pudessem integrar uma Exposição de Antiguidades Agrícolas.

Com o dinamismo social, cultural e recreativo que o Centro Cultural foi criando, na Freguesia de Fermentões, foi possível sensibilizar a Missão de Acção Social, no sentido de que fosse criada uma Casa do Povo, na Freguesia de Fermentões.

O que veio a acontecer, na verdade, em 29 de Janeiro de 1977.

A Casa do Povo de Fermentões herdou, então, toda a dinâmica que vinha sendo desenvolvida pelo Centro Cultural e Recreativo e Fermentões.

III . AS EXPOSIÇÕES DE ANTIGUIDADES AGRÍCOLAS INTEGRADAS NA FESTA DO AGRICULTOR

Entretanto, a Junta Central das Casas do Povo decidiu motivar as Casas do Povo existentes em Portugal a promoverem, ano a ano, uma iniciativa subordinada ao tema central "O Dia da Casa do Povo".

A Casa do Povo de Fermentões não hesitou e decidiu, então, promover a **I Festa do Agricultor de Fermentões**, com um ambicioso programa que decorreu entre o dia 9 e o dia 18 de Setembro de 1977.

E, nesse mesmo Programa, foi integrada a **"I Exposição de Antiguidades Agrícolas de Fermentões"**, precisamente com o material que foi sendo possível obter, junto dos nossos Agricultores, desde 1973.

Deve ser evidenciado, também, que a organização da Exposição de Antiguidades Agrícolas, à altura, foi acarinhada, e apoiada, pela então Directora do Museu Alberto Sampaio, Drª Maria João Vasconcelos, bem como pelos Membros da Direção da Biblioteca Gulbenkian de Guimarães, a que Presidia o Senhor Joaquim Fernandes, e de que faziam parte, também, o Professor Fernando Capela Miguel, o João Melro, e o Domingos Fernandes, trabalho a que se associou, também, o Jerónimo Ferreira, a convite da Directora do Museu Alberto Sampaio.

Esta primeira Exposição concretizou-se, efetivamente, numa das salas da então escola primária, no âmbito do Programa da Festa do Agricultor de Fermentões, e a verdade é que foi de total sucesso, para todos, mesmo para os anteriores proprietários de cada uma das peças expostas, os agricultores que as haviam cedido, longe de pensarem no destino que as mesmas viriam a ter.

Em Setembro de 1978, já sob a coordenação do Jerónimo Ferreira, realizou-se a **II Exposição de Antiguidades Agrícolas**, no âmbito do Programa da Festa do Agricultor de Fermentões/78.

Entretanto, após acordo celebrado entre a Casa do Povo de Fermentões, e a Junta de Freguesia de Fermentões, no dia 20 de Setembro de 1982, com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães, começaram as obras de beneficiação, e de adaptação, do antigo edifício da Escola Primária do Motelo, para nele ser instalado o Museu de Alfaias Agrícolas de Fermentões.

Na sequência de todas estas movimentações, a Direção da Casa do Povo tomou, então, a decisão de nomear uma Comissão Organizadora do Museu, constituída por Jerónimo Ferreira, José da Costa Oliveira, Fernando Mendes e José AtilanoE, então, ano a ano, integrada na Festa do Agricultor de Fermentões, no sábado que antecede o primeiro domingo de Setembro, o Museu promoveu, sempre, uma Exposição de "Antiguidades Agrícolas", tendo a II Exposição ocorrido em Setembro de 1978, bem como nos anos seguintes, sempre integradas, também, na Festa do Agricultor de Fermentões, e, sempre, na verdade, com um sucesso elevado, tanto foi o entusiasmo que provocou entre os nossos Agricultores e a População em geral.

Iniciativa que, em 2017 se realizou, no âmbito das Comemorações do 40º Aniversário da Casa do Povo de Fermentões.

IV . A ORGANIZAÇÃO DO MUSEU DE AGRICULTURA DE FERMENTÕES NAS SUAS NOVAS INSTALAÇÕES

Após o acordo celebrado com a Junta de Freguesia de Fermentões, e com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães, começaram as obras de beneficiação, e de adaptação, do antigo edifício da Escola Primária, para nele ser instalado o Museu de Agricultura de Fermentões, o que aconteceu, tendo as novas instalações sido solenemente inauguradas, em cerimónia pública realizada, no âmbito da Festa do Agricultor de Fermentões, em Setembro de 1983.

Pela leitura que pudemos fazer, de documentação variada, sobre as dinâmicas do Museu, foi possível constatar que, dia a dia, ano após ano, a Comissão Organizadora foi desenvolvendo um intenso trabalho, com o apoio técnico do Museu Alberto Sampaio, primeiro e, mais tarde, com o apoio, também, do Museu Nacional Soares dos Reis, da Cidade do Porto.

E, como sequência lógica de todo um trabalho realizado, o "Museu de Alfaias Agrícolas de Fermentões", mais tarde, viria a adotar a designação de Museu de Agricultura de Fermentões, tendo sido nomeado seu Director o Jerónimo Ferreira, funções que exerceu até falecer, em princípios de Janeiro de 2015.

E, então, temos o Museu organizado por Salas Temáticas, nomeadamente:

Recepção – Espaço para as Cerimónias

É o espaço de Recepção dos Convidados, e das Visitas, funcionando, também, por vezes, como Sala de Atos, e onde podemos encontrar, também, um Mural que homenageia Homens da nossa Terra, ligados às raízes do Museu de Agricultura de Fermentões.

Neste espaço, encontramos, também, um Mural destinado à homenagem singela ao Padre João Fernandes Machado, que, enquanto Pároco da Freguesia de Fermentões, em 1949 ou 1950, tomou a iniciativa de

motivar a População da Freguesia, para construir este edifício, para nele, então, funcionar uma Escola Primária. Foi a primeira Escola Primária de Fermentões.Neste mesmo Mural, também, uma homenagem ao Presidente da Junta de Freguesia, Lourenço Faria, e Presidente da Assembleia de Freguesia, José Carlos Madureira, que, em 1983, numa Parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, e a Casa do Povo de Fermentões, cederam o edifício, para nele ser instalado o Museu de Agricultura de Fermentões.

Está ali referenciada, também, a visita que, anualmente, promove a Organização Informal de Antigos Alunos da Escola Primária do Motelo.

Encontramos, também, neste Espaço, a Medalha de Mérito Cultural conferida, pela Junta e Assembleia de Freguesia, ao Museu de Agricultura de Fermentões.

Sala do Artesão

Nesta Sala podemos encontrar uma variada coleção de ferramentas e instrumentos utilizados pelos Artesãos Rurais, nomeadamente de carpinteiros, tanoeiros, ferreiros e torneiros, o que permite a visualização e reconstituição de algumas bancas de trabalho, típicas destes Artesãos.

Núcleo Museológico do Vinho Verde

Este Núcleo Museológico ocupa duas salas, e nelas podemos encontrar diversos instrumentos ligados aos trabalhos da poda e do sulfato das vides, bem como diversas

alfaias agrícolas respeitantes ao trabalho da Vinha e do Vinho. E, designadamente, uma exposição de garrafas de vinho verde, que resultaram de um estudo feito, há anos, pela SOL DO AVE – Associação para o Desenvolvimento do Vale do Ave, num projeto aprovado, e cofinanciado, pela Comissão Europeia, no âmbito da Rede Europeia das Cidades do Vinho – RECEVIN, através do qual foi possível, então, financiamento para estas obras.

E encontramos aqui, também, uma Exposição Permanente de Canecas Artísticas, de uma Coleção de cerca de duzentas, do saudoso Colecionador Dr. Rui Mesquita de Oliveira, gentilmente, cedida ao Museu, pela Família.

Espaço Multimédia

Embora integrado, de certo modo, no Espaço Museológico do Vinho, foi organizado, recentemente, um Espaço Multimédia, onde se pode projetar um vídeo sobre todo o Museu, e que se destina, essencialmente, a idosos de mobilidade frágil, que nos visitam, vindo de Centros de Dia e de Lares de Idosos, da Região.

Sala de Alfaias Agrícolas

Nesta Sala podemos encontrar utensílios e instrumentos diversos, utilizados pelo agricultor no seu quotidiano, no trabalho do amanho das terras, nomeadamente, entreoutros, arados, charruas, semeadores, jugos decorados com motivos religiosos e brasões.

Sala do Linho

Nesta Sala, podemos encontrar utensílios diversos relacionados com ao cultivo, e o trabalho do Linho, nomeadamente a oficina de uma tecedeira.

Como sabemos, o linho é utilizado na produção de vestuário, e para bordados, designadamente, os Bordados de Guimarães.

Podemos apreciar, também, uma exposição de miniaturas de utensílios relacionados com o trabalho do Linho.

Espaço dedicado aos Moinhos do Rio Selho e ao Pão

Aqui podemos encontrar diversas imagens do Rio Selho, um Afluente do Rio Ave, nomeadamente imagens alusivas aos moinhos, onde, em alguns dos quais, ainda hoje, se transforma o milho em farinha, para o fabrico do Pão.

Ali podemos encontrar, na verdade, uma exposição de fotos alusivas aos Moinhos do Selho, bem como outras alusivas à farinha, e a uma cozinha do Agricultor, podendo

ver-se como o pão era feito, desde a moagem do cereal até à cozedura.

A Cozinha do Agricultor

Neste espaço, podemos encontrar a reconstrução rigorosa de uma cozinha rural, com uma mesa para as refeições, a lareira, as panelas e potes, o escabelo, bem como outros utensílios que era vulgar existirem numa cozinha do agricultor.

No conjunto exposto, destaca-se um forno, cedido pela Câmara Municipal de Guimarães, que veio da Casa Agrícola do Palácio de Vila Flor, casa aquela que foi destruída, aquando das obras de adaptação do Palácio para as instalações provisórias da Universidade do Minho, na Cidade de Guimarães.

Espaço de Homenagem aos Agricultores de Fermentões

Entramos, então, num Espaço de Homenagem aos Agricultores de Fermentões, nomeadamente àqueles que estiveram envolvidos na criação da Casa do Povo de Fermentões, e na organização da primeira Festa do Agricultor de Fermentões, em Setembro de 1977, onde estão, hoje, também, fotos de alguns Agricultores de Fermentões que, no seu tempo, marcaram a vida da nossa Comunidade, ao longo dos tempos.

E inclui, ainda, desde há relativamente pouco tempo, uma exposição de Condecorações que foram atribuídas ao Missionário Padre José Maria Cardoso,nascido na Quinta do Almançor, e que as cedeu para ficarem depositadas no Museu de Agricultura de Fermentões.

O Quarto do Agricultor

Esta Sala começou por ser, na verdade, a reconstituição dos aposentos privados típicos de um Agricultor, onde repousava após um dia cansativo de trabalho no campo.

Para além dos objetos que se podiam encontrar num quarto típico de uma casa de um lavrador, podemos encontrar, ali, também, objetos diversos relacionados com a higiene matinal, bem como diferentes objetos doados por agricultores da freguesia e da região.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 125 28/07/2025 11:42:14

A Sala da Tulha e de Exposições Temáticas

Este é, na verdade, um espaço polivalente.

Na verdade, nele podemos encontrar, em regime de permanência, uma coleção/exposição de objetos indiferenciados, nomeadamente algumas Alfaias Agrícolas, uma exposição de talheres e chaves antigas, e a Tulha – um tronco de árvore oco, que servia para o armazenamento de cereais.

E, na base de uma reorganização recente, este espaço é destinado, também, a Exposições Temáticas e temporárias.

Espaço "A Loja do Museu"
Plataforma Rur'Artes
Produtos da Terra e Artes de Fermentões

Encontramos, finalmente, um Espaço "A Loja do Museu", onde, a troco de um donativo para o Museu, o Visitante pode encontrar, e escolher, de entre artigos diversos, tendo em conta o montante que pretenda doar, nomeadamente Chapéus de Palha, Vinhos da Adega Cooperativa de Guimarães, Vinhos e Azeite da Quinta do Granjal, de Vila Flor, peças de artesanato da Olaria da Casa do Povo, de que é Directora a Oleira Maria Fernanda Braga, bem como Bordados de Guimarães, da Organização "Flores do Linho", Mel da Região, entre outros.

Estes donativos visam, na verdade, contribuir para o FAIMAF – Fundo de Apoio ao Investimento no Museu de Agricultura de Fermentões.

V . O MUSEU DE AGRICULTURA DE FERMENTÕES EM DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Muitas foram as iniciativas em que o Museu se envolveu, quer com Exposições Temáticas realizadas, quer em parcerias com outras Organizações, nomeadamente Escolas Primárias e Secundárias, o Grupo Folclórico de Fermentões e, ainda, o Museu Alberto Sampaio, da Cidade de Guimarães e o Museu Soares dos Reis, na Cidade do Porto, e, também, com o excelente aconselhamento que lhe tem sido dado, ao longo dos tempos, pelo grande amigo Hugues de Varine, ex-Director-Geral do ICOM.

Podemos afirmar, no entanto, que uma boa parte do intenso trabalho desenvolvido, pelo Museu, ao longo dos anos, foi com a Festa do Agricultor de Fermentões, com a Comissão de Festas da Cidade e Gualterianas, e com a Câmara Municipal de Guimarães.

Na verdade, foi o Museu de Agricultura quem assumiu a organização, por diversas vezes, do Cortejo do Linho e do Cortejo Etnográfico, quer no âmbito das Festas da Cidade e Gualterianas, quer, também, no âmbito da Festa do Agricultor de Fermentões.

E, neste momento, o Museu está a passar por uma nova fase da sua intervenção social na Comunidade.

Na verdade, estão a ser preparadas algumas novas iniciativas, nomeadamente:

1. Lançamento das bases gerais para que o Museu de Agricultura de Fermentões possa vir a ser integrado na **Rede Nacional de Museus**, a cargo da Direcção-Geral do Património Cultural.

2. Proposta de **Parceria**, com a Câmara Municipal de Guimarães, no sentido de que o Museu de Agricultura de Fermentões, embora continuando na dependência direta da Casa do Povo de Fermentões, possa adotar **a designação de Museu Municipal**, nos termos do estabelecido no nº 3 do Artigo nº 94º (denominação de museus), da Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto.

3. Proposta à Direcção-Geral do Património Cultural, no sentido de que seja alterada a Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, designadamente, acrescentando-se um nº 4, ao seu artigo nº 94º, que passe a aceitar a designação de **"Museus Comunitários"**, em situações como a do Museu de Agricultura de Fermentões, criado por iniciativa da Comunidade, e que serve a Comunidade e o seu desenvolvimento.

4. Procura de uma **Parceria** que possa apoiar, técnica e financeiramente, a **contratação de um Técnico Superior** que garanta uma permanência, diária, nos Serviços do Museu.

5. A organização da **"Confraria Gastronómica de Arroz de Franco Pica no Chão"**, lançado num almoço de confraternização realizado no sábado dia 23 de Maio 2015, e que visa, também, apoiar o FAIMAF – Fundo de Apoio ao Investimento do Museu de Agricultura de Fermentões.

6. A organização de uma **Rede de Confrarias Gastronómicas**, existentes em Portugal, e sua interligação com Organizações semelhantes existentes em Países de Acolhimento de Portugueses espalhados pelo Mundo.

7. Participação no Projeto Europeu EU-LAC MUSEUMS (Museus e Comunidades na Europa e América Latina e Caraíbas (https://eulacmuseums.net/index.php), que visa, na verdade, organizar uma Rede de Museus Comunitários Europa/América Latina e Caraíbas, iniciativa que está a ser liderada pelo Museu Nacional de Arqueologia.

8. Organização de uma Página na INTERNET, e, nomeadamente, **elaboração da informatização do Inventário do acervo museológico existente**, trabalho já iniciado, na base de uma Parceria com o Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho, Guimarães, com a AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave, a Casa da Memória de Guimarães, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, e a Casa de Sarmento (Universidade do Minho, Sociedade Martins Sarmento e Câmara Municipal de Guimarães).

9. Estabelecimento de uma Parceria com a Escola Profissional CISAVE, no sentido de se poder contar, também, com o apoio de Alunos da Escola em Estágios que possam interessar à Escola e ao Museu.

10. Revisão da situação do telhado do edifício, bem como da instalação elétrica, no edifício onde está instalado o Museu de Agricultura de Fermentões.

11. Aquisição de **vitrinas**, para adequada conservação de alguns dos bens museológicos existentes.

12. Organização de Núcleos Museológicos Temáticos, nas Escolas do Agrupamento de Escolas Fernando Távora, estando já um em funcionamento na EB1 do Motelo, e um outro na EB1 Senhora da Conceição.

MEMORIA CON CAFÉ Y CRISTAL

ANA JULIA YANASE DE REZENDE
LICENCIADA EN ARTES VISUALES DE LA FACULTAD DE ARTES DE PARANÁ, ESPECIALIZACIÓN EN HISTORIA DEL ARTE POR LA UNIVERSIDAD DE LAS ARTES DE LONDRES, MAESTRÍA EN PERITAJE Y ANÁLISIS DE OBRAS DE ARTE, POR LA UNIVERSIDAD DE LÉRIDA, MAESTRÍA EN USO Y GESTIÓN DEL PATRIMONIO DE LA UNIVERSIDAD DE LA LAGUNA. ESTUDIANTE DEL DOCTORADO EN HUMANIDADES Y COMUNICACIÓN DE LA UNIVERSIDAD ABIERTA DE CATALUÑA.

ANA MARCELA VILLALPANDO ARANDA
LICENCIADA EN BELLAS ARTES POR LA UNIVERSIDAD DE SONORA, MAESTRÍA EN USO Y GESTIÓN DEL PATRIMONIO POR LA UNIVERSIDAD DE LA LAGUNA. ESTUDIANTE DEL DOCTORADO EN ARTE Y HUMANIDADES DE LA UNIVERSIDAD DE LA LAGUNA.

RESUMEN:

Proyecto de acción cultural llevado a cabo en el marco del Día Internacional de los Museos de 2019, en el Museo de Historia y Antropología de Tenerife. La temática que se desarrolló con las y los miembros de la comunidad fue el futuro de las tradiciones, la cual se trabajó mediante diálogos con artesanos locales y mediaciones lúdicas con estudiantes.

INTRODUCCIÓN:

El proyecto *Memoria con café y cristal* se llevó a cabo en las instalaciones del Museo de Historia y Antropología de Tenerife (MHAT), localizado en San Cristóbal de La Laguna, España. El museo pertenece a la Red de Museos de Tenerife y pretende ser un espacio para la integración social y para el diálogo intercultural, reconociendo la existencia de diferentes interpretaciones del pasado y de los usos de las memorias colectivas en los procesos identitarios contemporáneos (Museo de Historia y Antropología de Tenerife, n.d.), tomando como principal referencia el pasado y el presente etnográfico de la Isla de Tenerife.

Durante la semana del lunes 13 al viernes 17 del mes de mayo de 2019, se llevaron a cabo una serie de actividades de diálogo comunitario que mostraron nuevas posibilidades de interacción con la comunidad del museo. Las acciones culturales del proyecto fueron diseñadas a partir del lema del Día Internacional de los Museos del año 2019 : *"Los Museos como ejes culturales: el futuro de las tradiciones"*. Como punto de partida se utilizó el documental "Arte Sano. La memoria intangible" de David Baute, cineasta isleño que retrata los oficios de las Islas Canarias, obteniendo como resultado una serie de actividades de diálogo comunitario donde los actores principales fueron artesanos de la Isla de Tenerife.

En el diseño de las actividades participaron profesionales de diferentes áreas culturales: historia, bellas artes, gestión del patrimonio y educación, lo que dió como resultado una serie de acciones de mediación a través de temas transversales como los materiales, los oficios y las transformaciones que las piezas exhibidas han sufrido con el paso del tiempo.

Durante el proceso de diseño de las actividades nos pareció importante considerar las distintas relaciones que existen dentro del espacio museístico ya sea del visitante, pero también del equipo que integra este espacio, como menciona Zapeda:

> *"(...)la mediación es teoría y es práctica, implica contextualización y conversación, su área de acción no se restringe al espacio físico del museo ni a la temporalidad de una visita al edificio, sino se extiende a relaciones significativas y colaboraciones entre curadores, educadores, comunidad, teóricos o técnicos." (Zapeda, 2015)*

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 127 28/07/2025 11:42:14

DESCRIPCIÓN DE LAS ACTIVIDADES

Para trabajar con diferentes públicos, las actividades se organizaron en cuatro ámbitos de diálogo:

MEDIACIÓN

En los días previos al Día Internacional de los Museos cerca de 200 estudiantes de entre 11 y 12 años participaron en la actividad de mediación por las salas de la colección permanente del museo, con la mirada de "exposiciones como lugares en los que investigar nuevos modos de mediación centrados en la experiencia" (Sampietro, 2011: 71-72). Las y los participantes fueron divididos en equipos representando las materias primas de los objetos expuestos, como: madera, piedra, barro, metal, tela, papel. Cada equipo era acompañado por un guía, quien contaba con un guión de preguntas detonadoras, recorriendo así las salas marcando con plumones especiales en las vitrinas la cantidad de objetos de cada material exhibidos, su función en el pasado y el papel que cumple en el presente. La actividad mencionada se basa en la idea de una mediación en museos que proporciona al visitante herramientas para interactuar considerando que cada cual tiene sus propios conocimientos, valores y sentimientos intransferibles (Padró, 1995).

Al terminar la experiencia de mediación interactiva, se realizaban puestas en común con los equipos cuyas reflexiones nos llevaron a imaginar el futuro de la naturaleza, de los museos y de las escuelas. Finalmente, a modo de cierre de la actividad se les invitaba a plasmar sus impresiones en la gran cristalera del patio principal de la Casa Lercaro según es posible observar en la imagen 1 (**FIG. 1**).

FIG.1 | Cierre de la actividad de mediación, con la cual los alumnos eran invitados a plasmar sus impresiones en la gran cristalera ubicada en el patio central del Museo de Historia y Antropología de Tenerife. Foto: Pallenzuela, JA. (2019)

Para el diseño de dicha actividad el equipo organizador buscaba crear espacios de diálogo interactivo con las y los jóvenes de la comunidad al incluir elementos lúdicos e informales, como juegos de rol, el trabajo en equipo y especialmente el hecho de poder rayar el museo; al hackear el museo las y los participantes se mostraron más abiertos a dar sus ideas y opiniones. El término 'hackear el museo' sugiere un tipo de interferencia creativa y productiva al romper con las normas preestablecidas de las narrativas museales y de esa manera modificarlas (Berry, 2007). Esta actividad estaba dirigida a generar diálogos con las y los jóvenes e invitar a las familias a participar en las actividades diseñadas para el Día Internacional de los Museos.

CAFÉ CON ARTESANOS, DIÁLOGO CON ARTESANOS.

El 18 de mayo de 2019 se realizó la actividad Café con artesanos, para la cual se realizó previamente una invitación abierta a las y los artesanos y profesionales de oficios tradicionales de la isla de Tenerife, para asistir a una tarde de café en la terraza del museo, donde se organizarían mesas de diálogo con el público interesado a partir de una pieza que tuviera un significado emotivo. Se le invitó a charlar sobre los procesos de elaboración y el panorama actual de su profesión, para así llegar a la búsqueda de "un "nexo vital" que viabiliza el diálogo afectivo y significativo como menciona De Carli:

> *"Consideramos que esto es posible en la medida que – en el desarrollo de estas "experiencias"- la comunicación entre el museo y el público no se realice exclusivamente a través de los especialistas, intérpretes o actores contratados, sino que se integre a personas (de la comunidad) que posean una relación directa con la temática del museo y su contexto patrimonial." (De Carli, 2004:64-65)*

En el día de los museos contamos con la presencia de cuatro artesanos: una tejedora, un alfarero, una cestera y un zapatero. Cada uno presentó sus piezas, sus herramientas y proyectos en los que han participado. El público que asistió a estas mesas fue muy variado, pero predominó la presencia de familias españolas, tanto canarias, como de la península.

La finalidad de esta actividad no era organizar el típico mercado de artesanías y eso se dejó muy claro desde la invitación. Lo que se buscaba era generar diálogos entre los artesanos y la comunidad para fortalecer los lazos identitarios tinerfeños.

ACTIVIDADES AUTO GESTIONABLES

Actividades diseñadas para los públicos más jóvenes, cuyo objetivo principal era presentar algunos oficios tradicionales de la isla y permitir la experimentación del calado y la técnica de talla de cojines de madera de una forma segura y divertida, como se observa en la imagen (**FIG. 2**), a partir de guías infográficas en castellano e inglés, además un juego de memoria de los oficios tradicionales y un juego de ¿quién es quién? con la temática de artesanos y materiales utilizados para realizar cada oficio. Si bien las actividades eran autogestionables, también contaban con el apoyo de un mediador auxiliar.

FIG.2 | Actividad auto gestionable de talla de cojines de madera. Foto: de Rezende, AJ.(2019).

DOCUMENTAL Y CARTAS

La noche del 17 de mayo se inauguró la sala de proyección, donde se mostraba el documental *"Arte Sano. La memoria intangible"*, del director David Baute, realizado por Tinglado Films y el OAMC, con la participación del Museo de Antropología de Tenerife, en el 2004. A través de este audiovisual se puede ver el mundo de las tradiciones tinerfeñas, como el oficio del zapateros, sombrereras, ebanistas, caladoras, alfareros, cesteras, campaneros, tejedoras, albarderos o tejeros, entre otros desde una perspectiva antropológica.

Dicho documental fue la base para crear los vínculos entre los visitantes del museo y las actividades realizadas en el Día Internacional de los Museos.

La sala de proyección estaba ubicada frente al patio del museo, donde se realizaron las actividades del 18 de mayo, por lo que servía de continuación temática y brindaba un espacio de contemplación y reflexión, conforme se observa en la imagen 3. El documental se proyectó durante una semana y estaba dirigido a todo el público con la finalidad de mostrar las tradiciones de la isla, analizar su futuro y dedicarles unas palabras a sus actores principales (**FIG. 3**).

FIG.3 | Cartas para los artesanos. Foto: Villalpando, AM (2019).

Como actividad de cierre, se propuso la elaboración de cartas dirigidas a los y las artesanas, con la finalidad de invitar al público a reflexionar sobre el valor de su trabajo, cuál es el futuro de esta tradición en el contexto contemporáneo y su importancia para la construcción de la identidad cultural insular. En esta actividad especialmente se reivindica el papel productor de significado de los visitantes, quebrando la concepción de espectador pasivo y de aquel que experimenta (Padró, 2005).

Al final de todas las actividades programadas para el Día Internacional de los Museos, todas las cartas fueron entregadas a los artesanos que participaron del evento como una forma de agradecimiento por su labor en mantener viva una tradición, conforme se observa en la imagen 4 (**FIG. 4**)

FIG.4 | Espacios de oficios y celebración con distintos grupos de artesanos. Villalpando, AM (2019).

RESULTADOS

Las jornadas de mediación con grupos escolares, evidenciaron las propiedades de los recintos museales como espacios seguros para discutir ideas "no seguras", ya que los debates dieron como resultado, tanto críticas hacia el consumo masivo de plástico de la actualidad, como cuestionamientos hacia la necesidad de las escuelas físicas ante la posibilidad de la formación en entornos virtuales.

Así mismo, durante la actividad "Café con artesanos" se logró el objetivo principal, que era crear un espacio de vinculación con la sociedad y sus artesanos, dándose el caso específico en donde una asistente, que era representante de un grupo de baile comentó con asombro que el tipo de zapatos tradicionales que diseñaba el zapatero eran similares a los que usaba su grupo, y que solían encargarlos al extranjero por no saber que se podían conseguir en la isla.

En cuanto a las actividades autogestionables se observó que eran las que más público familiar atraían y servían de catalizador para que los padres participaran en las charlas con las y los artesanos, mientras los pequeños pasaban un buen rato aprendiendo, creando y jugando.

En el último espacio expositivo se facilitaron cuestionarios de satisfacción a los visitantes, con lo cual se pudo observar que las personas recibieron con agrado la adición de actividades de vinculación con la comunidad por parte del museo y visibilizó la necesidad de más actividades de esta índole.

CONCLUSIÓN

A modo de conclusión, resaltamos dos aspectos importantes en la experiencia del diseño de actividades de interacción con las comunidades: En primer lugar, que la creación de espacios y medios informales dentro del propio museo permite una mayor participación e integración de la comunidad. Por último, el uso de la mediación participativa y lúdica genera una mayor efectividad del diálogo reflexivo y significativo entre el público y el museo.

BIBLIOGRAFIA

Berry, A. (2007), "Reconceptualizing teacher educator knowledge as tensions: Exploring the tension between valuing and reconstructing experience" in Studying Teacher Education.

De Carli, G. (2004), "Un Museo sostenible: museo y comunidad en la preservación activa de su patrimonio", 1 ed., San José C.R. : Oficina de la UNESCO para América Central.

Padró, C. (1995): «¿Lecciones o preguntas? La relación entre el visitante y el proceso expositivo en la Museología estadounidense contemporánea», Revista de Museología, 6,19-22.

Presentación - Museos de Tenerife - Museo de Historia y Antropología de Tenerife. [En línea]. Disponible en https://www.museosdetenerife.org/mha-museo-de-historia-y-antropologia/museo/presentacion/ [Consulta: 13 noviembre 2021].

Sampietro, M (2011), "Perspectivas Situación actual de la educación en los museos de artes visuales", edit. Ariel.

Zepeda, N. (2015): «Mediación como vínculo y conflicto en el museo», [En línea] http://nodocultura.com/2015/07/mediacion-como-vinculo-y-conflicto-en-el-museo/ [Consulta: 13 de noviembre de 2021].

OS MUSEUS ENQUANTO MEDIADORES DAS MEMÓRIAS DO SÉCULO XXI: O IMPACTO SOCIAL DO MUSEU MARÍTIMO DE SESIMBRA

ANDREIA FILIPA CONCEIÇÃO
ARQUEÓLOGA, COORDENADORA DO MUSEU MARÍTIMO DE SESIMBRA.
EDUARDO CUNHA
GESTOR DE PATRIMÓNIO E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS, COORDENADOR DO SERVIÇO EDUCATIVO DO MUSEU DE SESIMBRA.

RESUMO

Inaugurado a 31 de maio de 2016, simbólicamente o "Dia Nacional do Pescador", o Museu Marítimo de Sesimbra foi criado a partir de doações efetuadas, desde 1981, pela comunidade piscatória, sendo, pela sua índole, a extensão do "álbum de fotografias" das famílias sesimbrenses, e, também, uma espécie de "baú" das memórias que devem ser transmitidas à geração seguinte. Desde então, tem dinamizado inúmeros projetos com o objetivo de reforçar o elo com a comunidade, fidelizar novos públicos e adequar a resposta do museu aos contantes desafios da sociedade no século XXI

Palavras-chave: Museu, pesca, mar, comunidade, Sesimbra, comunicação, digital.

ABSTRACT

Embedded in a community where fishing has been a way of life for over 5,000 years, the Maritime Museum sprang from the community's real need to create a "House of Memories" that could safeguard the tangible and intangible vestiges of its historical and cultural identity. In 1981, therefore, the Municipal Council began creating the holdings that lie at its heart, a task which has continued until today and which consists principally of close ties to the community. Inaugurated on May 31st 2016, symbolically, the Fisherman's Day, the use of digital platforms has proved to be an essential tool to strengthen the link with the community, retain new audiences and adapt the museum's response to the constant challenges of society in the 21st century.

1. O MUSEU MARÍTIMO DE SESIMBRA, BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

As origens do Museu Marítimo de Sesimbra remontam a 1981, ano em que, reconhecendo a necessidade de salvaguardar vestígios, materiais e imateriais, relacionados com a pesca e a tradição ligada ao mar, a Câmara Municipal iniciou, junto da comunidade piscatória, uma exaustiva campanha de recolha para realização de uma grande exposição denominada "Sesimbra e o Mar".

Estavam, assim, criadas as condições para um primeiro núcleo museológico ligado à temática marítima, o qual foi inaugurado no ano de 1986. Consistindo na base da atual exposição permanente do Museu, marcou a consciencialização da população em torno da doação sistemática de objetos, testemunhos e documentos, que permitissem salvaguardar as tradições, ofícios, hábitos, crenças, e costumes em torno da pesca e das maritimidades sesimbrenses.

A evolução deste primeiro núcleo, e consequente envolvimento da comunidade, originou, em 1998, a aprovação da proposta de desenvolvimento do *Museu Municipal de Sesimbra*[1], o qual «*lançou as bases para a dinamização de diversos projectos com o objectivo de garantir a participação e envolvimento dos públicos, nomeadamente da comunidade local, na partilha conhecimentos, experiências e memórias. Com este propósito de partilha e recolha documental, os projectos Sesimbra, Memória e Identidade (2008-2016) e Conversas na Capela (2005-2012) contribuíram decisivamente para vincar os objectivos, aferir as boas práticas e apresentar a estratégia a seguir na elaboração do programa do futuro Museu Marítimo de Sesimbra*[2]».

1| CONCEIÇÃO e VENTURA, 2017

2| CONCEIÇÃO e VENTURA, 2017

Inaugurado a 31 de maio de 2016, simbolicamente o "Dia do Pescador", o Museu Marítimo, assume-se, assim, como a ponte entre a comunidade e um património marítimo com mais de duzentos milhões de anos, com a missão de salvaguardar, conservar e divulgar esse legado, através de um estreito diálogo entre as gerações de antigos pescadores, os visitantes, os jovens, os habitantes locais, os académicos, e os futuros homens do mar.

FIG.1 | Fortaleza de Santiago, imóvel que acolhe o Museu Marítimo de Sesimbra. CMS

2. UM MUSEU PARTICIPADO

Capitalizando a estreita ligação que, desde a sua génese, o museu possui com a comunidade, a partir de 2019, e pela primeira vez na sua história, a programação regular integrou a participação ativa dos sesimbrenses, quer na conceção, quer na concretização de atividades, numa ação totalmente inovadora e sem precedentes.

Com efeito, no início de cada ano, são realizados contactos com diferentes elementos da comunidade, de que podemos destacar o movimento associativo, ONGs, juntas de freguesia, pescadores e outros "Amigos do Museu", no sentido de ouvir as suas propostas.

Esta ação, permitiu a introdução de novos conceitos ao nível da programação, baseados na salvaguarda, e partilha, de antigas memórias e saberes tradicionais, praticamente esquecidos, possibilitando, ao publico em geral, ter acesso aos mesmos, de forma genuína e espontânea. Neste domínio, importa destacar a associação do museu aos moradores da emblemática "Rua dos Pescadores", em Sesimbra, incentivando-os a retomar a tradição, perdida há duas décadas, de a decorar pelos santos populares, reintroduzindo a celebração coletiva da "Caldeirada de S. Marçal", da noite de fados, e da tertúlia de poesia.

Receitas culinárias seculares, artes de pesca milenar, antigas técnicas de conservação de alimentos, navegação empírica, ou produção de apetrechos de pesca, são alguns dos temas das atividades, cuja execução conta, também, com a participação de investigadores e académicos, numa junção inédita de conhecimentos diversificados sobre as mesmas matérias.

Paralelamente, também as manifestações artísticas como as artes plásticas, o teatro, a música e a poesia são valorizados na programação, mediante a participação de atores locais, em regime de voluntariado.

Em termos concretos, a inovação, e criatividade, das atividades, despertou o interesse pelo publico em geral, tendo-se registado, em contexto pré pandémico, um aumento anual de, aproximadamente, 30 % na afluência ao Museu, quantificada em três mil participantes distribuídos por um total de setenta atividades realizadas em contexto pré pandémico.

FIG.2 | Caldeirada coletiva na tradicional Rua dos Pescadores, em Sesimbra, 2019. CMS

FIG.3 | Oficina de receitas tradicionais, 2019. CMS

2.1. MUSEU FORA DE PORTAS: O MUSEU VISITA AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL.

De entre as inúmeras ações desenvolvidos com a comunidade, importa destacar o projeto criado pelo Serviço Educativo, "Museu Fora de Portas: O Museu vai visitar as IPSS (Instituições Privadas de Solidariedade Social", o qual tem por objetivo levar as inúmeras temáticas afetas ao acervo expositivo, e ao restante património cultural e natural da

região, a públicos com limitações especificas, quebrando barreiras físicas, etárias e intelectuais.

As IPSS visadas compõem-se por centros de dia, lares para idosos e instituições de apoio a portadores de deficiência intelectual, cujos utentes dificilmente teriam, de outra forma, contacto com o património cultural do concelho.

O projeto decorre em duas fases: Num primeiro momento, o técnico desloca-se às instituições para, de forma lúdica e informal, apresentar as coleções museológicas, despertando o interesse pelas mesmas, fomentando o diálogo e a partilha de memórias e de experiências de vida. Numa segunda fase, os utentes são incentivados a quebrar as barreiras físicas e a deslocar-se aos diferentes núcleos e a outros pontos de interesse patrimonial, onde são realizadas atividades concebidas para o efeito, tendo em vista a promoção de uma vida social ativa e a aquisição, e partilha, de diferentes tipos de conhecimento.

O projeto assume-se, assim, como uma prática de ação educativa fundamental para reforçar o elo entre a comunidade e o património cultural, fomentando a construção de uma memória identitária comum, e contribuindo para o desenvolvimento psicossocial através da criação de respostas diversificadas e adaptadas às necessidades dos diversos públicos.

Considerando Sesimbra possuir uma forte raiz cultural ligada ao mar, o projeto inclui a participação em inúmeras ações desenvolvidas no Museu Marítimo, de que podemos destacar: Oficinas de culinária, visitas guiadas por pescadores, a produção da sardinha solidária "Miga", pela Cercizimbra, as quais fizeram do "Museu Fora de Portas", um genuíno caso de sucesso a nível social.

FIG.4 | Atividade realizada na Fortaleza de Santiago com os utentes da Cercizimbra, maio de 2016.

3. RECONHECIMENTO PÚBLICO E PROMOÇÃO INTERNACIONAL

A relevância e excecionalidade do trabalho realizado pelo Museu, levaram a que, desde 2017 até ao presente, tenha obtido mais de uma dezena e meia de prémios e distinções, de que podemos destacar: Menção Honrosa para Museu Português do Ano 2017; Prémios para melhor aplicação e gestão multimédia e para melhor serviço Educativo e extensão cultural, atribuídos pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), no mesmo ano; Prémio de Mérito Social, no âmbito do Concurso Melhores Municípios Para Viver 2019; Segundo lugar no concurso "Prémio de Educação Ibermuseus 2019", atribuído pela rede homónima; nomeação para Museu Europeu do Ano 2020; 1º Prémio no concurso Autarquia do ano 2020 - categoria Cultura e Património - Cultura Popular; Prémio Inovação e Criatividade 2020, atribuído pela APOM; Prémio Património.pt 2021 para melhor comunicação online; Prémio para melhor transporte de património cultural 2021, atribuído pela APOM, e Menção Honrosa na primeira edição do prémio Aristides de Sousa Mendes e outros salvadores portugueses – Holocausto, valores universais, humanismo e justiça.

A nível internacional, o Museu integra, desde 2019, as seguintes redes: NEMO (Network of European Museums Organisations); ICMM (International Congress of Maritime Museums); Associação de Museus Marítimos do Mediterrâneo, bem como a Rede Ibérica de Museus Marítimos.

Quer o reconhecimento público, quer a adesão a organismos internacionais, levaram a que o Museu reforçasse a sua ligação à comunidade, e aumentasse a visibilidade pública, tendo criado oportunidades para a participação em projetos de investigação transfronteiriços, neste momento, em fase de preparação.

4. CONCLUSÕES FINAIS

Procurando dar resposta ao importante papel que os museus devem assumir na sociedade do século XXI, e subsequente adaptação às suas necessidades e constantes desafios, o Museu Marítimo de Sesimbra procurou concretizar a sua missão social ao implementar soluções inovadores que permitissem chegar aos mais diversos públicos, introduzindo uma nova lógica de programação, concebida com a colaboração ativa da comunidade.

De entre estes os projetos, podemos destacar o "Museu Fora de Portas: O Museu visita as Instituições privadas de Solidariedade Social (IPSS)", promovido pelo Serviço Educativo. Tendo, até ao momento, englobado cerca de quatro mil participantes, consiste num claro exemplo de como os museus do século XXI fazem, realmente, a diferença na comunidade onde se inserem, ultrapassando barreiras físicas, etárias, e intelectuais, através da resposta diversificada às inúmeras especificidades dos seus públicos.

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, Andreia, CUNHA, Eduardo. *Museu de Sesimbra, um museu fora de portas: o Museu vai visitar as IPSS (Instituições privadas de solidariedade social)*. Políticas e Práticas de Educação em Museus Ibero-Americanos. Cadernos do CEOM. Revista de Memória do Oeste de Santa Catarina. Ano 34 – n. 54. Junho 2021.

CONCEIÇÃO, A., VENTURA, J. 2017. *O MUSEU MARÍTIMO DE SESIMBRA: ARTE, MEMÓRIA E TRADIÇÃO. UM PROJECTO MUSEOLÓGICO PARA O SÉCULO XXI*. Mares e Litorais: Perspetivas Transdisciplinares – Tomo VII da Rede BRASPOR.

CRUZ, M. A. 1966. *Pesca e Pescadores em Sesimbra*, Instituto de Alta cultura, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 79-90.

GUERRA, J. P. 2006. *Estudos Históricos e Outros Escritos,* Câmara Municipal de Sesimbra, p. 27-110

MUSEU E ESCOLA: CATALISADORES DE EMOÇÕES PARA ATIVAÇÃO COMUNITÁRIA

EUNICE R. LOPES
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR. TECHN&ART-IPT; CITUR-IPL; CRIA-UNL; GOVCOPP-UA
EUNICELOPES@IPT.PT
MÓNICA CARDOSO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR. LICENCIATURA EM GESTÃO TURÍSTICA E CULTURAL
MONICASJCARDOSO@GMAIL.COM

RESUMO

Entende-se que os museus poderão ser veículos catalisadores de novas ligações e relações, fontes de conhecimento e ponto de cruzamento de histórias, numa rede de relações interativas, onde as culturas, as comunidades e as pessoas podem encontrar-se e trocar ideias. Ao museu cabe encontrar estratégias de ativação participativa para um desenvolvimento educativo ativo por forma a facultar ao(s) público(s) a oportunidade de se envolver e apoiar as atividades desenvolvidas pelo museu, assim como interagir com a comunidade. O museu tem um papel decisivo na (re) afirmação das narrativas e significados históricos e culturais a apropriar pelos visitantes e pela comunidade local. Neste sentido, estratégias participativas entre museus e escolas podem ser desenvolvidas através de programas de visitas guiadas. A discussão em torno deste assunto, parte de uma experiência museológica que serve como estudo de caso e que permite refletir e problematizar soluções a partir de realidades e experiências concretas. Tutelado pela Câmara Municipal de Alcanena, o *Museu da Boneca* é um museu que possui uma coleção de Bonecas Particular, tendo uma função essencialmente didática, direcionada para o público em geral, mas sobretudo para crianças e famílias.

A metodologia que serve de base para uma reflexão sobre a dinâmica "educação e comunidade", mormente na participação e no dar voz à comunidade local é apresentada através dos resultados de um inquérito por questionário que foi aplicado a estudantes (1.º e 2.º ciclo, faixa etária entre 6-12 anos) e professores da EB1 de Alcanena (Portugal). A aplicação deste questionário, teve como principal objetivo, entender a perceção dos estudantes e dos professores sobre a importância e a motivação da realização das visitas guiadas ao museu da Boneca.

Em síntese, as visitas guiadas afiguram-se como um caminho fundamental na ampliação e construção de conhecimentos no processo ensino aprendizagem, pois aquando do regresso à sala de aula, os estudantes ainda mantêm em memória as matérias apreendidas respondendo com estímulo às discussões e questões apresentadas no contexto escolar. Os estudantes constituem-se ainda como veículos difusores do museu, do património e da história junto dos familiares e restante comunidade.

Este artigo pretende demonstrar a importância da relação escolas-museu quanto ao papel de valorização de experiências criativas e catalisadoras de emoções associadas à educação patrimonial e sustentabilidade das comunidades.

Palavras-chave: museu, ativação comunitária, educação patrimonial, sustentabilidade

ABSTRACT

It is understood that museums can be catalyst vehicles for new connections and relationships, sources of knowledge and a crossroads for stories, in a network of interactive relationships, where cultures, communities and people can meet and exchange ideas. It is up to the museum to find participatory activation strategies for active educational development to provide the audience(s) with the opportunity to get involved and support the activities developed by the museum, as well as interact with the community. The museum plays a decisive role in the (re) assertion of narratives and historical and cultural meanings to be appropriated by visitors and by the local community. In this sense, participatory strategies between museums and schools can be developed through guided tour programs. The discussion around this subject starts from a museum experience that serves as a case study and allows for reflection and problematization of solutions based on concrete realities and experiences.

Guarded by the Municipality of Alcanena, the Museu da Doll is a museum that has a collection of dolls, having an essentially didactic function, aimed at children and families.

The methodology that serves as the basis for a reflection on the "education and community" dynamic, particularly in terms of participation and giving a voice to the local community, is presented through the results of a questionnaire survey that was applied to students (1st and 2.º cycle, age group between 6-12 years) and teachers from EB1 in Alcanena (Portugal). The application of this questionnaire had as main objective to understand the perception of students and teachers about the importance and motivation of conducting guided tours.

In summary, guided tours appear as a fundamental way to expand and build knowledge in the teaching-learning process, because when they return to the classroom, students keep the learned materials in memory, responding with encouragement to the discussions and questions presented. in the school context. Students are also vehicles to disseminate the museum, heritage and history to their families and the rest of the community.

This article intends to demonstrate the importance of the school-museum relationship in terms of the role of valuing creative experiences and catalysts of emotions associated with heritage education and the sustainability of communities.

Keywords: museum, community activation, heritage education, sustainability

1.INTRODUÇÃO

Os museus proporcionam uma conceção linear do tempo e do espaço, concomitante com uma visão nostálgica do passado. Apresentam-se como espaços de encontros transculturais, onde diferentes indivíduos, grupos e comunidades se cruzam, interagem e se influenciam reciprocamente (Sharpley, 1999). Os museus não reproduzem meramente a realidade, os museus (re)definem essa mesma realidade, devendo ser compreendidos como espaços criadores de sentido (Lopes, 2014 apud Semedo & Lopes, 2005: 54).

Os museus poderão ser uma espécie de catalisadores de novas ligações e relações, fontes de conhecimento e ponto de cruzamento de histórias, numa rede de relações interativas, onde as culturas, as comunidades e as pessoas podem encontrar-se e trocar ideias (Clifford, 2008). O posicionamento dos visitantes perante o museu e todas as emoções envolvidas, acabam por ser o ingrediente principal, catalisador de sentimentos. O museu permite gerar pontes entre o mundo interior e exterior onde as emoções, o pensamento subjetivo e as experiências se articulam (Ruiz, 2019). O palco dos museus e a concretização das experiências ocorridos nestes espaços, parecem promover processos transformadores aos visitantes, ao permitirem um conhecimento mais profundo sobre os contextos e a cultura que os rodeia. O desenvolvimento da identidade pessoal e o crescimento das emoções requerem bidireccionalmente, entrecruzar o cognitivo com o social (Sempre, 2019).

Partindo da ideia, que o território é "um lugar de inter-relações humanas densas e a cultura um fenómeno que tende a ter intensidade específica local" (Lopes & Rego, 2017 apud Scott, 1997: 324), a diversidade cultural e criativa contribui para a diferenciação territorial. Os museus propiciam uma dimensão local, um reforço dos processos coletivos de definição de identidades, autoconhecimento e pensamento crítico, comprometidos com a construção dos sujeitos a partir da memória e do património (Sancho-Querol & Sancho, 2015: 215-216). As relações que os atores sociais estabelecem com o património cultural/objetos culturais, são parte integrante dos mecanismos de produção das identidades (Appadurai, 1996).

Neste sentido, um museu deve estar atento às necessidades sociais sentidas pela comunidade onde se encontra integrado. Não deve apenas ser um mostruário de objetos culturais, mas contribuir e assumir um compromisso social para com a comunidade onde se insere. Por isso, é importante promover espaços concretos para "falar e escutar", de participação ativa (Moura & Gianellla, 2009), necessários para a catalisação de emoções numa dinâmica de ativação comunitária.

Entende-se que nesta dinâmica a interpretação do património poderá fazer parte do planeamento estratégico do(s) território(s), contribuindo para a preservação, a diferenciação e a valorização de experiências criativas associadas à sustentabilidade dos territórios, já que a interpretação do património cumpre várias funções de valorização (Lopes & Rego, 2017 apud Murta & Goodey, 1995). A interpretação e a valorização podem ser incutidas aos estudantes, por exemplo através do desenvolvimento de trabalhos práticos "dentro dos espaços museais", que imbuem a compreensão dos estudantes sobre os recursos patrimoniais existentes no museu, no território.

Este tipo de atuação poderá proporcionar-lhes discussões e reflexões sobre a valorização desses recursos para ativação comunitária. Mas, o contributo dos recursos endógenos depende muito de como as manifestações culturais são apreendidas pelos visitantes, turistas e estudantes (Lopes & Rego, 2017). Por isso, incentivar os estudantes para um processo sistemático focado na visitação museal, com vista ao conhecimento, à apropriação e à valorização patrimonial, enquanto fatores-chave para a preservação e conservação do património e relação próxima com a comunidade, será um processo favorável.

Neste contexto, os museus promovem um ambiente propício à aprendizagem, por possibilitarem o acesso a diversos estímulos, informações, recursos, que promovem por si saberes, memórias, opiniões – construção de conhecimento. Desenvolver uma conceção ampla do significado de "comunidade" e estimular a pluralidade na criação e o diálogo entre comunidades e, também potenciar emoções através das relações humanas e trabalho comunitário será uma via favorável e preponderante para a dinamização territorial.

A aposta estratégica dos museus existentes para o desenvolvimento local deve ser enquadrada numa perspetiva territorial integradora no sentido de "valorizar e potenciar os recursos endógenos através de diversas iniciativas com o envolvimento e a participação de todos os agentes implicados no processo (Lopes & Rego, 2017: 343). Neste sentido, a vertente museológica, na sua relação museu - escola será catalisadora de emoções para a ativação comunitária.

2. MUSEU, EDUCAÇÃO E ATIVAÇÃO COMUNITÁRIA

Os museus e escolas podem desenvolver estratégias participativas para dar voz à comunidade local em zonas isoladas e remotas. O desenvolvimento local enquadra-se numa perspetiva territorial integradora onde iniciativas conjuntas favorecem e fortalecem a dinâmica de atuação. Um veículo de promoção da atividade comunitária local poderá ser a educação patrimonial. A educação patrimonial é um processo permanente e participativo de comunicação de conhecimentos, explicação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o património, formação de conceitos e aquisição de competências que motivem e promovam comportamentos e atuações concretas de defesa, conservação e valorização do património, resolvendo problemas atuais e evitando outros que se ponham no futuro (Ramos, 1993: 44).

Entende-se que a educação patrimonial contribui para o processo cultural e a partir das suas manifestações, preponderante no despertar do estudante para ampliar o seu interesse em resolver questões significativas para a sua própria vida pessoal e coletiva. Um visitante ou em específico um estudante que conheça os objetos patrimoniais que o rodeiam, consequentemente reconhece melhor a sua importância e naturalmente terá maior propensão para ações ligadas à preservação e conservação destes (Costa & Lopes, 2017: 48). Por isso, as visitas guiadas aos museus, afiguram-se como um caminho fundamental para ampliação e construção de conhecimentos, no processo de ensino e aprendizagem.

A interação envolvente com a comunidade escolar, faz parte da dinâmica de preservação do património, de perpetuar memórias, de comunicar histórias interpretando e emocionando os visitantes. Reconhece-se na educação patrimonial, estratégias ativas e operacionais já que o objetivo primordial desta é promover ativamente o conhecimento. Significa que os instrumentos de desenvolvimento e planeamento devem ser prioritários na reafirmação do território.

Neste sentido, os recursos patrimoniais aliados ao turismo têm promovido uma forte componente de desenvolvimento dos territórios (**FIG. 1**), permitindo traçar linhas condutoras mais consistentes nas áreas económica, social, cultural e ambiental proporcionando experiências aos visitantes e à população local para interagir na dinâmica cultural dos territórios (Lopes, et al, 2020: 11).

As iniciativas culturais são requeridas sob uma espécie de planeamento estratégico, voltado para a procura e a oferta com foco no desenvolvimento turístico sustentável (Lopes & et al, 2018: 108 apud Lopes & Simões, 2020). Os recursos patrimoniais existentes nos museus constituem um instrumento de valorização das identidades patrimoniais e de promoção do desenvolvimento territorial sustentável, onde a catalisação das emoções de quem participa e adquire conhecimento amplia e valoriza as experiências numa ótica de sustentabilidade das comunidades (**FIG. 2**).

A interação entre o museu e a população local, advinda do quotidiano, permite um maior conhecimento cultural, o que é de grande importância para a conservação da memória e a identidade local. Poderá conduzir à criação de incentivos à preservação do património, visto que é reconhecido pelo seu valor e ativação comunitária. Isso porque, entende-se que os referentes identitários, os recursos endógenos e a sua conversão e interpretação, quer para a fruição dos atores locais, quer para a fruição dos turistas que se deslocam ao museu, detém um papel fundamental para a atratividade dos territórios.

O território constitui um espaço físico e simbólico em processo de constante mudança. Os atores locais que habitam o seu território constroem as suas trajetórias (re) significando permanentemente os lugares onde vivem. Nessa perspetiva, o museu-escola na sua relação de implementação, deve traçar uma estratégia pedagógica para que os educadores e os estudantes se apropriem do património cultural (material e imaterial) das suas comunidades, numa dinâmica de catalisação de emoções para a ativação comunitária, valorização das experiências mútuas e sustentabilidade das comunidades.

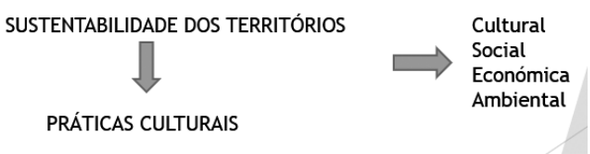


FIG.1 | Perspetiva de desenvolvimento do(s) território(s)
Fonte: Lopes & Cardoso M., 2019

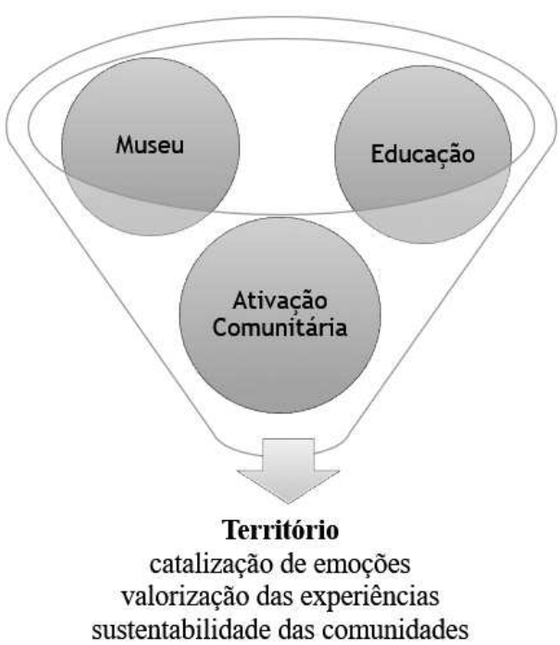


FIG.2 | Dinâmica museu-educação-ativação comunitária
Fonte: Lopes & Cardoso M., 2019

3. CONTEXTO TERRITORIAL GERAL E CARATERIZAÇÃO DO MUSEU DA BONECA

3.1. Contexto territorial geral

Alcanena é um dos 13 concelhos pertencentes à região do Médio Tejo, é um concelho bem estruturado ao nível das acessibilidades (**FIG. 3**). Localizado no nó da A1 e da A23, dois eixos rodoviários importantes.

Alcanena é ainda servida pela EN 361, bem como outras estradas nacionais e municipais que permitem uma boa acessibilidade, quer a outros polos urbanos limítrofes, quer a todas as freguesias de Alcanena. O acesso para o concelho é fácil, devendo-se à existência de uma razoável rede de transportes públicos.

A localização de Alcanena, é sem dúvida privilegiada e muito próxima de vários pontos de interesse turístico. Fátima - turismo religioso, em toda a envolvente do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), nascentes do Alviela, Serra St. º António, Alvados e Mira de Aire - turismo natureza e também como património da UNESCO, o Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, Convento de Cristo - próximo da cidade do Gótico, Santarém e da zona do Oeste com a existência de várias praias. Destaca-se que o espaço do museu, encontra-se localizado numa antiga escola, no centro da vila de Alcanena, onde se observa uma exposição de bonecas dos mais variados tamanhos e feitios.

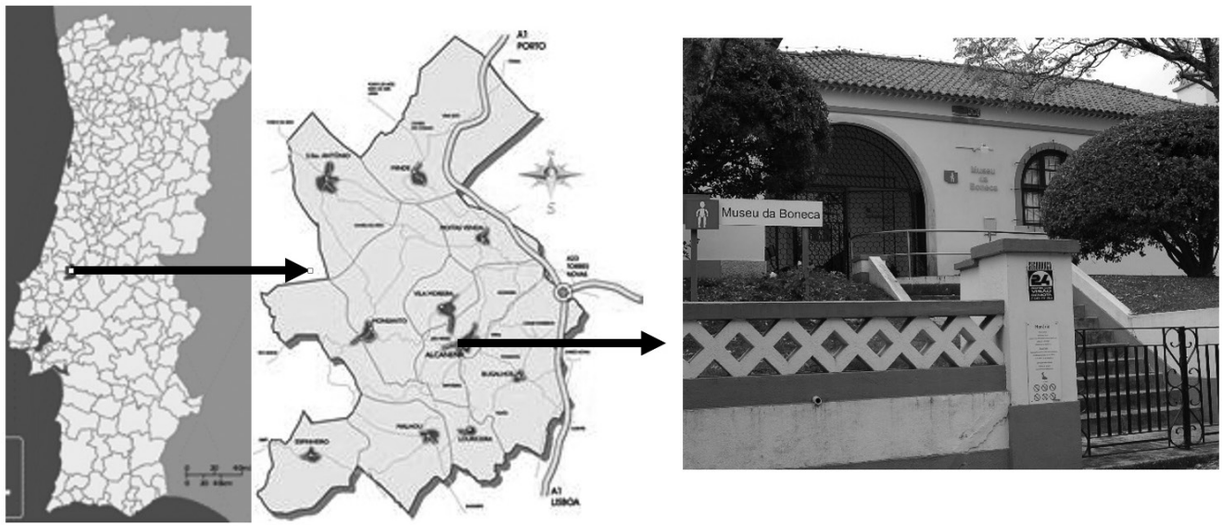


FIG.3 | Localização geográfica. Fonte: Cardoso M., 2020

3.2. Caraterização do Museu da Boneca

O museu da Boneca, tutelado pela Câmara Municipal de Alcanena, encontra-se localizado no perímetro urbano de Alcanena (Rua Eng.º Eduardo Arantes de Oliveira, 49, Alcanena, Portugal) onde apresenta uma coleção visitável de bonecas, desde a sua inauguração em 9 de maio de 2009, até à atualidade. O museu da Boneca, para além da área expositiva possui também um espaço que incentiva os visitantes à interpretação de algumas noções de património material e imaterial, através de materiais didáticos alusivos à coleção na área de serviços educativos (**FIG. 4**).

Existe um espaço interativo e de restauro de brinquedos, a sala "Hospital das Bonecas" onde é possível, quer assistir ao restauro de brinquedos, quer depositar brinquedos para recuperar e outros para reaproveitar peças. Este trabalho é efetuado pela proprietária da coleção, com o intuito de comunicar aos visitantes a importância de preservar o património. A missão do museu visa a partilha, a aprendizagem e a troca de experiências, através de histórias, no sentido de aguçar o conhecimento, despertar a curiosidade e incentivar os visitantes a perceberem a importância da preservação de "objetos culturais", no caso em específico, para Bonecas de várias morfologias e, advindas de várias nacionalidades (**FIG. 5**).

O espaço museológico possui uma sala de exposição permanente, sala de restauro (Hospital das Bonecas), sala de exposições temporárias e receção. É um espaço

FIG.4 | Planta do museu da Boneca
Fonte: Cardoso M., 2020

FIG.5 | Espaços do museu da Boneca, Fonte: Cardoso M., 2020

FIG.6 | Vários espaços museológicos. Fonte. Cardoso M., 2020

de ambiente informal, acolhedor, onde são propostas exposições temporárias, visitas a bonecas construídas com diferentes tipos de materiais: tecido, esferovite, madeira, borracha e plástico e um número infindável de outros bonecos e bonecas de memórias de outros tempos e dos nossos dias (**FIG. 6**).

Através das exposições do museu da Boneca é possível observar-se uma diversidade de objetos que têm, ao longo de várias gerações, contribuído para a criatividade, como as marionetas e os fantoches, e para o desenvolvimento afetivo, tais como imitações de bebés, bonecas articuladas e interativas, bonecas manequim para vestir e enquadrar em cenários privados e públicos (edifícios e espaços), personagens, figuras de ação e heróis utilizados para simular histórias de ficção ou miniaturas em plástico que vivem em constante aventura.

O interesse da educação nos museus para a pedagogia dos estudantes residentes em Alcanena que se deslocam até ao museu da Boneca justificam a necessidade premente de ser explorada a experiência metódica na educação nos museus, isto é, a referida educação patrimonial e museal.

Procurou-se compreender uma realidade, através de um exemplo concreto - o museu da Boneca - a fim de se poder perceber melhor esta relação museu-escola enquanto catalisadora de emoções e ativação participativa comunitária.

3. CATALISAÇÃO DE EMOÇÕES: METODOLOGIA E ANÁLISE

Com o intuito de entender e perceber melhor a relação estabelecida ente museu-escola foi desenhado um questionário com questões de fácil leitura, que passavam por perceber os passatempos preferidos dos estudantes, como avaliavam os estudantes a sua experiência no museu da Boneca ao visitarem o museu com a escola, o que mudariam no museu da Boneca e se repetiriam a vista ao museu da Boneca. Este questionário foi implementado junto de estudantes do 1.º e 2.º ciclo da EB1 de Alcanena em duas turmas da Escola 2,3 Dr. Anastácio Gonçalves, também em Alcanena.

A metodologia adotada foi o envio por email aos professores e também através de um contacto de proximidade foi explicado a natureza da pesquisa, a sua importância, e a necessidade da obtenção de respostas, tentando despertar o interesse, para o devido preenchimento e devolução dos questionários (amostra: 94). Os passatempos preferidos dos estudantes (**FIG. 7**), foram associados a referencias tais como diversão, brincar e jogar a apanhada.

No que diz respeito à avaliação dos estudantes quanto à sua experiência no museu, houve um estudante que classificou de insuficiente, quatro classificaram como suficiente, quarenta e oito classificaram de bom e, por fim quarenta de seis avaliaram a sua experiência com muito bom. Observa-se que os estudantes mudariam alguns contextos do museu da Boneca.

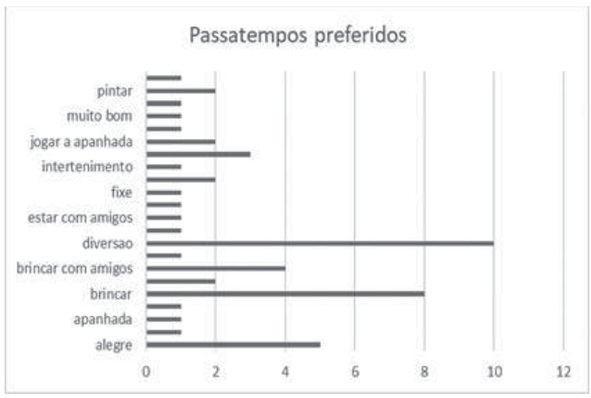


FIG.7 | Estudantes: passatempos preferidos

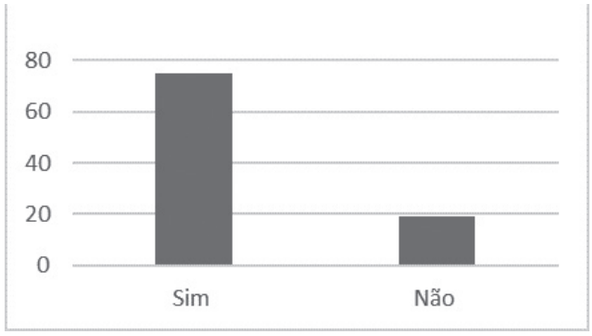


FIG.8 | Repetição da visita ao museu da Boneca

A resposta mais referenciada é "nada", sendo que existem duas ou três respostas que suscitaram alguma curiosidade. São elas: "mudava a cor das paredes para rosa e roxo"; "mudava algumas bonecas para outras mais bonitas" e "aumentava o espaço para ter mais coisas". Entende-se claramente neste contexto que a rotatividade das coleções, a cor do espaço e o próprio espaço, remete para a reduzida dimensão do museu dada a quantidade de bonecas já existentes e, para a atratividade do mesmo. Por isso, setenta e quatro dos estudantes voltariam a visitar o museu da Boneca, sendo que os dezanove estudantes não mostraram interesse (**FIG. 8**).

O elevado interesse por parte dos estudantes em voltar a visitar o museu da Boneca remete para a curiosidade e o interesse deste museu cuja tónica se coloca no mundo da brincadeira, mas com um carácter pedagógico de elevado valor.

As visitas guiadas afiguram-se como um caminho fundamental na ampliação e construção de conhecimentos no processo ensino aprendizagem, pois quando os estudantes visitam um museu e regressam à sala de aula ainda mantêm em memória as matérias apreendidas respondendo com estímulo às discussões e questões esplanadas no contexto escolar (Lopes & Cardoso, 2020: 247). Quando bem organizadas, as visitas são fundamentais para motivar os estudantes e todos os que visitam os espaços museológicos para a apreensão de conhecimentos sobre a cultura, a história, o património, entre outros.

De facto, o sentido pedagógico do museu, envolveu neste estudo caso, apresentado neste artigo, uma reflexão sobre a função e sua relação com a memória. Ao se compreender a exposição museológica como documento histórico, defende-se a realização de visitas com planeamento e numa dinâmica processual. Significa que este processo deve ser iniciado na escola, partindo para o museu e finalizado novamente na sala de aula, por forma a permitir a construção do conhecimento por meio da educação museal e patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de proximidade entre escola, museu e comunidade, verifica-se que o papel educativo no seu âmbito mais alargado, inclui a promoção e a divulgação do museu. É fundamental o museu criar estratégias que incluam a participação ativa da comunidade estudantil nesta apropriação do património através dos espaços museológicos para conseguir ampliar espírito critico e conhecimento, através de estímulos que interagem diretamente com os públicos heterogéneos que percorrem os espaços museológicos.

Os museus são espaços de memórias, que na sua ligação entre a educação e a cultura promovem e contribuem para estabelecer laços e diálogos entre os objetos culturais e o visitante/turista, entre estudante e professor, de modo a diversificar o conhecimento e aprendizagem. Assim, a educação patrimonial e museológica deve valorizar a aprendizagem, para além dos muros da escola, promovendo uma interação com o meio e a(s) comunidades, capacitando,

construindo enriquecimento de um conhecimento mais geral sobre os recursos patrimoniais existentes e, também um conhecimento mais em específico sobre os referenciais culturais e existentes nos espaços museológicos da região onde se integra e se identifica enquanto residente.

No caso concreto aqui em estudo, o museu da Boneca, o professor, pode convidar os seus estudantes a conhecer mais sobre uma realidade existente na comunidade, no sentido de suscitar interesse pelos referenciais culturais que versam tradição e contemporaneidade numa lógica de sensibilização para com um vasto património que deve ser interpretado, e reconhecido como valor histórico da própria comunidade ancestral e futura.

O acervo do museu é da colecionadora, uma empreendedora cultural que partilha com o visitante as suas informações e pesquisas e, estimula nos estudantes as suas próprias pesquisas, contribuindo assim para a memória e história de um território, e da sua relação com o brincar e com os afetos tão necessários para a catalisação de emoções e ativação participativa comunitária.

Neste quadro de adaptação à sociedade atual, o museu enquanto espaço ativo no seio da comunidade, dá voz a uma sociedade plural, utilizando os significados que constrói de forma positiva, desempenhando por essa via, uma cidadania ativa onde a relação escola-museu deve desempenhar um papel catalisador de emoções para ativação comunitária.

BIBLIOGRAFIA

Appadurai, A. (1996). Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis, University of Minnesotta Press.

Costa, V. & Lopes, E. R. (2017). A *gamification* no turismo e na educação patrimonial. Atas da XII Semana de Gestão - Dando de caras com o futuro: tendências e desafios do gestor. Instituto Politécnico de Tomar. Portugal, abril, pp. 45-53.

Clifford, J. (2008). A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. In Gonçalves, J. (Org). 3ª edição. Tradução de Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Lopes, E. R. & Cardoso, M. (2019). Museu e escola: catalisadores de emoções para ativação comunitária. Seminário Internacional. Museus, Comunidade e Educação. ICOM Europe, ICOM CECA e ICOM Portugal, 25 junho, Fundão.

Lopes, E. R. & Cardoso, M. (2020). Museu, Turismo e Educação Patrimonial: um estudo de caso. Revista O Ideário Patrimonial, nº14 (julho), pp. 236-248.

Lopes, E. R., & Simões, J. T. (2020). Cultural Tourism and Museum Activity(s). Journal of Tourism and Heritage Research, 3(4), 107-119.

Lopes, E. R. (2014). Objetos etnográficos, diversidade criativa e turismo. Processos de Musealização. Seminário de investigação internacional. 5-7 novembro (75-89). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fler.letras.up.pt%2Fuploads%2Fficheiros%2F13477.pdf&clen=628337&chunk=true. Acesso em: 11 de dezembro de 2021.

Lopes, E. R. (2017). Tourist Territories. Cocreation of cultural and creative diversity. Journal of Tourism and Development, v. 2, 27/28, 383-395.

Lopes, E. R. & Rego, C. (2017). Cultural and Touristic Management: cultural and creativity diversity in touristic territories. International Journal of Scientific Management and Tourism. vol. 3, nº 2, pp. 341-351. Disponível em: file:///C:/Users/eunic/Downloads/Dialnet-CulturalAndTouristicManagement-6132940.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2021.

Moura, M. S. & Gianella, V.; (2009). Gestão em rede e metodologias não convencionais para a gestão social. Coleção Roteiros Gestão Social. V.2. Salvador: Editora CIAGS.

Murta, S. M. & Goodey, B. (1995). Interpretação do Património para o turismo sustentado: um guia. Belo Horizonte: SEBRAE (MG).

Museu da Boneca (2020). Disponível em: http://museu-boneca.alcanena.pt/. Acesso em: 12.12. 2020.

Ramos, P. (1993). Reviver o passado em torno da Educação Patrimonial e do ensino à distância, tese de Mestrado Lisboa, Universidade Aberta.

Ruiz, A. (2019). La intersecció entr l'educació comunitária, les expressions artístiques i la política. Quadern d'animació i Educació Social. Revista semestral para animadore e educadores sociales, (27) 1-23.

Sancho-Querol, L.; & Sancho, E. (2015). How can museums contribute to social and cultural change? In Jensen, J. T.; Lundgaard, I. B. (Coord.) Museums: Citizens and sustainable solutions. Denmark: Danish Agency for Culture, 212-231.

Sharpley, r. (1999). Tourism, Tourists and Society, Huntingdon. Elm Publications.

Sempre, J. (2019). Neuropsicología de las emociones. Madrid: Ediciones Pirámide.

Semedo, A & Lopes, T. (Coord.). 2005. Museus, Discursos e Representações. Porto: ed. Afrontamento (49-59).

Scott, A. J. (1997). The cultural economy of cities, International journal of urban and regional research, 21(2), 323-339.

ACESSIBILIDADE AOS AMBIENTES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO: BREVES APONTAMENTOS

DESIRÉE NOBRE SALASAR
DOUTORANDA EM MUSEOLOGIA PELA UNIVERSIDADE LUSÓFONA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA. DOUTORANDA EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÓNIO CULTURAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. RCOORDENADORA DO GRUPO DE ESTUDOS SOCIOMUSEOLOGIA E ACESSIBILIDADE CULTURAL DA CÁTEDRA UNESCO EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL. (2021-2023)

INTRODUÇÃO

A inclusão de públicos diversos em museus está situada numa esfera de conflitos que não podem ser facilmente resolvidos com a colocação de um elevador ou uma rampa de acesso.

Assim, historicamente pessoas com deficiência são inseridas nos territórios da invisibilidade por fatores que nem sempre estão a ela associados, mas que acabam por contribuir para o aumento de uma linha abissal que divide a sociedade num sistema polarizado entre o visível e o invisível. As questões relacionadas com as deficiências se instauram no isolamento, que por sua vez provoca a invisibilidade e em decorrência, o sentido de inexistência. Isto acontece mesmo sem levar em consideração a multiplicidade das deficiências em si.

A princípio, vencer a invisibilidade resultaria em recuperar o sentido de existência e, portanto, do ser relevante. Esse é o paradigma da acessibilidade que age sobre os fatores excludentes, encontrando soluções ou adaptações pontuais, ou seja, promovendo os recursos que minimizam ou controlam os efeitos dos agentes impeditivos do acesso e fruição cultural.

No ano em que a Declaração de Santiago do Chile (1972) completa o seu cinquentenário muito ainda se tem a refletir sobre o papel dos museus na sociedade, sobre a função social e sobre o exercício da cidadania cultural nestes espaços. É verdade que neste período houve muitos avanços, mas em alguns aspectos ainda há um longo percurso pela frente, como por exemplo questionarmos: os museus estão a serviço de qual sociedade? Daquela que continua a invisibilizar as pessoas com deficiência ou aquela que busca um caminho para a equidade na fruição cultural?

Estes questionamentos são necessários para traçar novos rumos para os museus que buscam estar em diálogo com o território no qual estão inseridos.

No que tange à acessibilidade cultural em Portugal, cabe destacar que o país é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006), onde no seu artigo 30 busca a garantia de que os Estados-Parte se comprometem com a participação na vida cultural em condições de igualdade.

Em relação à legislação específica para os museus no país, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (47/2004) contempla alguns aspectos inclusivos, como por exemplo quando aponta os princípios da política museológica: no artigo segundo que trata do princípio da promoção da cidadania responsável, através da valorização da pessoa e no artigo terceiro que fala de facultar acesso regular ao público sobre o fomento à democratização da cultura e a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

Há ainda, o artigo 59 que aborda especificamente o apoio às pessoas com deficiência, que busca a promoção da fruição cultural em condições de igualdade com as demais pessoas.

Em complemento à Lei Quadro, a Lei 163 de 2006, dispõe sobre o acesso aos edifícios e estabelecimentos que recebem públicos, onde se pode incluir os museus e equipamentos culturais, uma vez que não há, ainda, uma legislação específica para acessibilidade nestes casos.

É relevante salientar que à nível internacional há ainda algumas recomendações tanto da União Europeia, como das instituições ligadas aos museus e ao patrimônio, como o ICOM e a UNESCO, por exemplo.

Portanto, com base na perspectiva exposta acima, o presente artigo tem por objetivo apresentar pontos observados por um grupo de doutorandos em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em visita técnica relacionada às questões de acessibilidade e inclusão, ao Município do Fundão.

Neste contexto, oportuniza salientar que o conceito de acessibilidade cultural aqui referido busca a garantia do exercício da cidadania cultural, ou seja, de fruição estética, participação nas atividades e interação com o ambiente, expressão e produção de cultura. Desta forma, somente

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 143 28/07/2025 11:42:16

estar no ambiente não consolida o acesso efetivo à cultura, é preciso ir além. Embora o conceito esteja intimamente relacionado às pessoas com deficiência, é importante enfatizar que os recursos de acessibilidade têm o seu público específico, porém quando disponibilizados para todos os visitantes, potencializam as experiências multissensoriais no museu para todos os públicos.

METODOLOGIA

Os dados aqui apresentados fazem parte de um breve relatório situacional que foi entregue ao Município do Fundão em outubro de 2021, onde constam as observações recolhidas durante uma visita técnica aos ambientes culturais do Município do Fundão, nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2021. Compõe a amostra o Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, a Casa da Cereja e a Casa das Memórias António Guterres. Porém, neste artigo dar-se-á prioridade a divulgação dos resultados encontrados nas duas primeiras instituições supracitadas.

A visita ocorreu no âmbito de um convite do Diretor do Museu Arqueológico, Doutor Pedro Salvado, ao grupo de estudos Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural da Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural.

O grupo foi recebido com visita guiada nas três instituições, porém para que o olhar dos colegas fosse direcionado para o objetivo da visita, foi utilizado o item de acessibilidade comunicacional do instrumento de avaliação de acessibilidade em ambientes culturais "Cultura para todos"[1].

Foi realizado ainda um levantamento fotográfico de cada uma das instituições, de modo a ilustrar o relatório com suas potencialidades e dificuldades de fruição cultural para pessoas com deficiência.

Após as visitas, o grupo se reuniu para discussão dos dados levantados com uma das técnicas do Museu Arqueológico, que é uma pessoa com deficiência, para que ela contasse suas experiências à nível do acesso arquitetónico tanto no próprio museu, como nos outros equipamentos culturais e no Município em si.

A visita gerou um breve relatório, que traz alguns apontamentos sobre o estado de situação dos três ambientes culturais conhecidos pelo grupo. Destaca-se que o documento apresentado não pode ser considerado um diagnóstico de acessibilidade, uma vez que o tempo de visita foi muito limitado e não foram avaliadas todas as dimensões de acessibilidade de forma global. Foram sim, apenas pontuados alguns itens identificados pelo grupo e que podem auxiliar em um futuro diagnóstico completo para implementação de um Programa de Acessibilidade para cada um dos ambientes culturais do Município do Fundão.

1| SALASAR, Desirée Nobre; FONSECA, Tatiana de Castro Barros. Cultura para todos: instrumento de avaliação de acessibilidade para ambientes culturais. Pelotas: Publicações Oficiais UFPel, 2022. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8178

MUSEU ARQUEOLÓGICO MUNICIPAL JOSÉ MONTEIRO

O Museu Arqueológico Municipal José Monteiro foi aberto ao público em fevereiro de 2007 e naquele contexto sua museografia dialogava com o conceito de "museu gruta", portanto as cores utilizadas, a iluminação escolhida, a forma como os objetos estão expostos e a sobrecarga de textos respondiam a este propósito. Desta forma, entende-se que é fundamental perceber que, por trás de todas as barreiras de acesso encontradas na exposição, suas origens são características do principal objetivo do desenvolvimento da museografia naquela época, que não pensava nas questões relacionadas à acessibilidade e inclusão.

Entretanto, passados quinze anos desde a sua inauguração, busca-se olhar novamente para a exposição, porém com os filtros da sociedade atual: mais inclusiva e que busca estratégias de comunicação com públicos diversos.

Levando estes aspectos em consideração, alguns pontos foram destacados pelo grupo:

A quantidade de texto nas paredes e expositores, que no momento da inauguração do museu era proposta museográfica, atualmente aponta uma problemática no sentido de que torna inacessível e cansativa a leitura por grande parte dos visitantes. As cores e os contrastes utilizados nos painéis de textos (vermelho sobre o preto) e o tipo de fonte escolhida, bem como algumas figuras no plano de fundo também se constituem como barreiras de acesso comunicacional.

As salas do museu por possuírem uma iluminação mais reduzida em função da sua museografia, também pode ser considerado um obstáculo, tanto a nível de dificultar a leitura dos painéis expositivos, quando de visualização do espaço físico.

Martins (2017), ao abordar o acesso à informação nos museus ressalta que se a mensagem não for suficientemente clara para ser alcançada pelo receptor, ou se for recebida de forma inadequada, vai ocorrer um bloqueio que impede o diálogo entre ambos. [...] ou seja, é papel do museu encontrar estratégias de comunicação para fazer chegar corretamente a sua mensagem aos destinatários (Martins, 2017:132)

FIG.1 | Painel expográfico
Fonte: acervo da autora

Com relação às alturas dos expositores, grande parte encontra-se muito alta e sem inclinação, dificultando assim com que uma criança, uma pessoa de baixa estatura ou uma pessoa em cadeira de rodas, tenha dificuldade de ver os objetos que estão ali dentro.

Nesta mesma perspectiva estão alguns textos, que tanto podem ser encontrados muito alto, como muito baixo, tornando-os obstáculos para a leitura por grande parte dos visitantes. Situações como esta da imagem abaixo (**FIG. 2**), apontam a dificuldade de leitura do texto que está acima do expositor.

Ainda sobre a perspectiva da comunicação do museu para com seu público, o grupo destacou o flyer de divulgação

FIG.2 | Vitrine expositiva em uma das salas do Museu
Fonte: acervo da autora

do museu. O desdobrável está disponível apenas em formato visual, com texto a tinta. Embora o contraste de fundo/letra seja considerado bom, as letras estão muito pequenas e o material possui ainda muito texto. Como ponto positivo, observa-se a utilização de imagens ilustrativas.

No que tange ainda à informação essencial do museu (localização e horário de funcionamento), esta precisa estar mais destacada, pois sua identificação não está com acesso fácil e intuitivo.

Com relação aos recursos de acessibilidade comunicacional, o museu possui um dossiê em braile, com os textos da exposição, que está guardado com a equipe. Entretanto, este é o único recurso, pois ao longo da exposição não há recursos táteis, nem audiovisuais, nem sonoros. Também não há audiodescrição, nem recursos de comunicação alternativa.

As questões que dizem respeito a acessibilidade arquitetónica que serão apontadas aqui foram observadas em conjunto com uma funcionária da equipa do museu, que é uma pessoa com deficiência, e discutidas com o

FIG.3 e 4 | Plataforma elevatória no átrio do Museu
Fonte: acervo da autora

grupo. Ressalta-se, mais uma vez, a relevância de fazer um diagnóstico situacional com levantamento métrico para uma avaliação mais acurada dos dados.

A primeira barreira arquitetónica encontrada diz respeito à plataforma elevatória encontrada no átrio do museu, conforme apontam as figuras **3 e 4**.

Este tipo de plataforma não garante a segurança de seus usuários e pode gerar acidentes. Inclusive, seu uso não é mais indicado para transporte de pessoas. Por não ser fechada e não possuir guarda-corpo, caso a pessoa transportada se sinta mal e venha a desmaiar, as guardas da plataforma não protegem de um acidente grave. Em caso de crianças e pessoas com baixa estatura esta situação pode ainda ser agravada.

Devido às suas dimensões insuficientes, a plataforma também não permite o uso de uma cadeira de rodas motorizada ou de uma scooter, pois além disso não suporta o peso, proporciona insegurança para usuários destes equipamentos.

Neste mesmo sentido, a plataforma não comporta uma pessoa em cadeira de rodas e um acompanhante. Portanto, se a pessoa tiver alguma limitação de força muscular, ou até mesmo de amplitude de movimento, ela não conseguirá acionar a plataforma com independência, ou seja, sozinha.

Em consonância com as limitações da plataforma elevatória está a dificuldade relacionada ao percurso acessível aos espaços do museu, ou seja, ao subir pela plataforma elevatória, o visitante com limitações de locomoção acessa o piso superior e consegue visitar a exposição. Entretanto, para ir até a última sala, que fica no piso inferior, ele precisa regressar ao átrio, descer pela plataforma elevatória, sair do museu, ir (pela rua) até a porta alternativa e entrar novamente no museu para continuar a visita. Ou seja, da forma com que foi estruturada essa adaptação ela torna-se muito desgastante para o visitante, tornando a visita ao museu uma experiência cansativa.

O museu não possui um piso podotátil e nenhuma alternativa a este recurso de acessibilidade arquitetónica, que garanta a independência de visitantes com deficiência visual em suas dependências.

Para finalizar, o museu dispõe de uma casa de banho adaptada, porém foram elencados pelo grupo alguns pontos a serem melhorados, para que este espaço ofereça segurança e autonomia para as pessoas que delem se utilizarem.

CASA DA CEREJA

A Casa da Cereja é um dos mais novos espaços museais inaugurados no Município do Fundão. Destaca-se que o grupo ficou encantado com a exposição e com as possibilidades de interação que ela oferece para os seus visitantes.

Diferentemente do Museu Arqueológico, a proposta da Casa da Cereja é muito voltada para o diálogo do discurso expositivo com o público.

Abaixo serão pontuados alguns aspectos relacionados à acessibilidade que podem ser aprimorados.

Salienta-se que mesmo instalado em uma casa histórica, o museu possui alguns recursos de acessibilidade arquitetónica que diminuem as barreiras inerentes ao prédio, como a rampa de acesso à porta principal, por exemplo. Entretanto, para garantir maior segurança ao público, a rampa ainda necessita de alguns ajustes.

No que tange ao percurso acessível também há algumas limitações na Casa da Cereja, uma vez que não há piso podotátil, nem alternativa a ele.

Para utilização da plataforma elevatória, o visitante completa a visita no primeiro piso e chega até a plataforma. Entretanto, após visitar o piso superior, ele precisa voltar atrás para chegar novamente até a plataforma.

FIG.5 | Balcão de recepção da Casa da Cereja
Fonte: acervo da autora

Diferente do Museu Arqueológico, aqui o visitante não necessita sair da casa para retornar à plataforma, mas passará por toda a exposição novamente. Entretanto, observa-se que por ser uma casa história é fundamental entender que há limitações para implementação de outra plataforma na casa.

Logo na entrada da casa está o balcão de recepção que ele possui duas alturas e um recorte para que pessoas em cadeiras de rodas possam se aproximar, garantindo assim o uso equitativo e o Desenho Universal.

Ao longo da Casa da Cereja há duas escadas que interligam os pisos superior e inferior. As escadas são de madeira e não possuem nenhuma fita de sinalização contrastante para cada degrau, nem corrimão de ambos os lados. Em uma das escadas, ainda é possível verificar estacas de madeira em alguns degraus, gerando barreiras neste espaço.

Ainda na recepção da casa está um mapa táctil, em um plano inclinado. O mapa além de possuir a planta baixa da casa, também possui legendas a tinta e à braile e foi planejado

para estar com cores contrastantes da madeira. Entretanto, ao analisar o recurso, observou-se que o braile não está no tamanho correto, perdendo assim sua funcionalidade. Ainda com relação à planta baixa, o relevo das divisórias está muito baixo, o que dificulta o entendimento por parte dos visitantes com deficiência visual.

A Casa da Cereja possui uma brochura em braile que fica disponível no mobiliário da recepção. Este tipo de material é importante para que pessoas com deficiência visual, leitores do sistema braile, possam ter acesso ao conteúdo informacional sobre a casa. O material conta ainda com texto à negro, com letras ampliadas, possibilitando com que pessoas com baixa visão também possam fazer a leitura.

A museografia da Casa da Cereja está muito bem conseguida ao nível do Design inclusivo. As cores utilizadas nos painéis e nas letras, em geral possuem um ótimo contraste. Os tamanhos das fontes utilizadas na maioria dos painéis também estão bons. Entretanto, em alguns pontos da exposição é possível observar que o tamanho das fontes poderia ser maior.

Destaca-se, ainda, como outro ponto positivo da museografia da Casa da Cereja a utilização de desenhos e esquemas visuais que explicam e complementam a informação textual. Este tipo de recurso é fundamental para um entendimento concreto da mensagem que está a ser passada.

Outro ponto positivo na Casa da Cereja é a implementação de recursos audiovisuais com legendas, língua gestual portuguesa e língua estrangeira.

Vídeos que utilizam estes recursos ampliam a diversidade de público que poderá acompanhar o que está ali a ser transmitido.

Para além do material em braile e dos vídeos com Língua Gestual Portuguesa, a Casa da Cereja disponibiliza alguns objetos para toque e diversas formas de interação com os visitantes.

Destaca-se, ainda, que segundo os responsáveis, em tempo de safra da Cereja são disponibilizas frutas verdadeiras para que os visitantes possam ter experiências gustativas e olfativas.

No geral a altura dos expositores encontra-se dentro dos padrões, tendo um ou outro um pouco mais altos. Mesmo os painéis que possuem interatividade, podem ser utilizados por pessoas com diferentes alturas.

Nos momentos em que há objetos tácteis, estes encontram-se próximo do alcance das mãos também.

Por fim, a Casa da Cereja dispõe de casa de banho adaptada, que fica localizada no piso inferior. A mesma possui alguns pontos positivos, porém precisa de algumas alterações para que possa garantir autonomia e segurança para os visitantes.

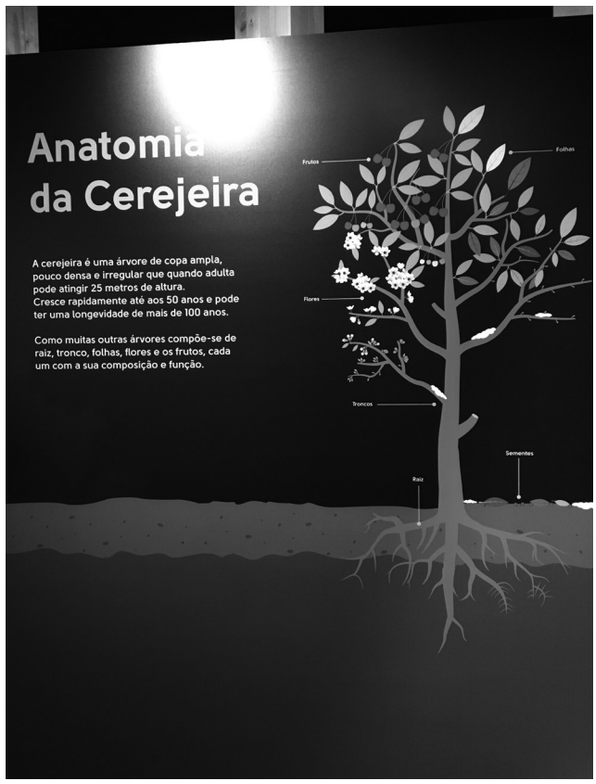


FIG. 6 e 7 | Exemplos de esquemas visuais de informação textual
Fonte: acervo da autora

FIG. 8 e 9 | Peças disponíveis ao toque
Fonte: acervo de Henrique Godoy

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os aspectos apresentados neste artigo são um recorte do relatório entregue ao Município. Através de uma metodologia observacional, por parte do grupo doutorandos em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com auxílio de um instrumento de avaliação de acessibilidade para ambientes culturais foi apontado o ponto de situação dos ambientes culturais do Fundão.

Destaca-se como principal ponto positivo, a atenção que o Município do Fundão, através da equipe do Museu Arqueológico, vem tendo com relação às questões de acessibilidade e inclusão de novos públicos em seus ambientes museológicos. Entende-se que os primeiros passos foram dados e que o caminho a seguir é longo, porém com ótimos prognósticos.

No que tange às questões relacionadas com a acessibilidade atitudinal, a equipe do Museu Arqueológico encontra-se sensibilizada para a pauta da acessibilidade, tendo buscado formação e aproximação com profissionais da área. Em maio de 2021, em parceria com o Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde (LACAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e com o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas a equipe do museu, juntamente com outros colegas da cultura, pertencentes à Câmara do Fundão, fizeram uma formação em Direitos e Cidadania Cultural para pessoas com deficiência. O curso contou com oito módulos, no qual houve uma boa adesão por parte dos participantes.

Entretanto, é fundamental ressaltar o papel da Raquel Guedes, enquanto pessoa com deficiência na equipe e que possibilita, através do seu cotidiano de trabalho um melhor entendimento acerca das barreiras físicas encontradas no espaço do museu.

Desta forma, entende-se que a equipe do Museu está no caminho da inclusão, pois tem buscado formações e está sensibilizada para a pauta da acessibilidade cultural. Estes pontos são fundamentais para que os primeiros passos da inclusão sejam efetivados e novos encaminhamentos sejam dados.

Entretanto, acredita-se que para além da formação e capacitação dos profissionais envolvidos, o próximo passo é a realização de um diagnóstico de acessibilidade completo e detalhado das instituições, de modo a organizar todas as informações necessárias para a construção dos Programas de Acessibilidade de cada uma delas.

Este importante documento é fundamental para estruturar todas as ações, atividades e implementação de novos recursos para os museus, pois é através dele que serão elencadas as prioridades, as metas a serem atingidas, os prazos que devem ser cumpridos, bem como a garantia de continuidade do trabalho desenvolvido.

O programa de acessibilidade deve ser desenvolvido pelas equipes dos museus em conjunto com profissionais de acessibilidade. Desta forma, salienta-se o o interesse em desenvolver estes trabalhos através de uma parceria entre o grupo de estudos Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural, ligado à Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural".

Na esperança de que o material entregue ao Município possa contribuir para museus cada vez mais inclusivos, fica registrado o agradecimento pela oportunidade que foi oferecida para conhecer este Município tão acolhedor.

Bem haja!

BIBLIOGRAFIA

ICOM. Declaração de Santiago. Disponível em: http://catedraunesco.ulusofona.pt/declaracao-santiago/

MARTINS, Patricia Roque. Museus (IN)capacitantes: deficiência, acessibilidades e inclusão em museus de arte. [Portugal]: Caleidoscópio, 2017.

NAÇÕES UNIDAS (2006) Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Assembleia Geral das Nações Unidas, 6 de dezembro de 2006. Resolução A/61/611.

PORTUGAL. Lei 40. Aprova a Lei Quadro dos museus Portugueses. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/480516/details/maximized

SALASAR, Desirée Nobre; FONSECA, Tatiana de Castro Barros. Cultura para todos: instrumento de avaliação de acessibilidade para ambientes culturais. Pelotas: Publicações Oficiais UFPel, 2022. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8178

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, Out. 2007, p. 3-46.

ACHADOS INÉDITOS NOS POVOADOS DO VALE FEITOSO, DE S. BRÁS E DA ARGEMELA (FUNDÃO)

JOANA BIZARRO
MUSEU ARQUEOLÓGICO MUNICIPAL DO FUNDÃO.

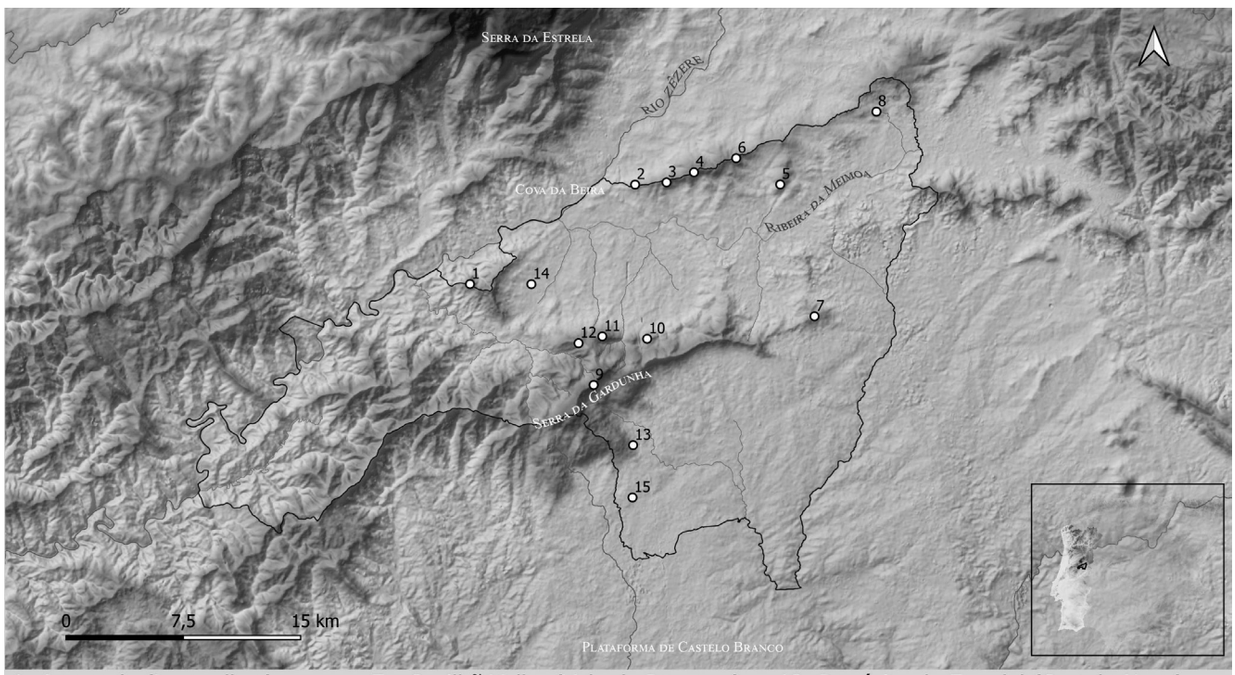
O conhecimento da Proto-história no atual território do concelho do Fundão é atribuível a diversos achados, muitas vezes fortuitos e desprovidos de contexto arqueológico, mas que refletem a importância desta região da Beira Interior como zona de passagem e de fixação, que detinha nos seus recursos endógenos, o principal atractivo (Vilaça, 2004). A partir do Bronze Final, na transição do II para o I milénio a.C., estão identificados um conjunto de povoados que atestam essa ocupação (**FIG. 1**). Em quase todos eles apenas conhecemos os materiais revelados à superfície ou os derrubes de muralhas, quando existem. Ignoramos a dinâmica interna e igualmente como se desenvolveu a sua ocupação ao longo do I milénio a.C.. Entre as materialidades deste período cronológico, destacamos o depósito do Ervedal, o bracelete da Soalheira ou a estela do Telhado (Vilaça *et al*, 2016).

Urge o aprofundamento dos conhecimentos sobre estes povoados e outros coevos,fundamental para a compreensão dos modelos de povoamento antigo desta região da Beira Interior durante as Idades do Bronze e do Ferro. A sua preservação e valorizaçãoo também devem ser consideradas.

A pretexto da divulgação pública da arqueologia local e regional, damos a conhecer os artefactos, ainda inéditos, reunidos em trabalhos de prospeção e monitorização que temos vindo a realizar no âmbito da atividade do Museu Arqueológico Municipal do Fundão nos povoados do Vale Feitoso, de S. Brás e da Argemela.

Os elementos aqui reunido foram apresentados em poster nas VI Jornadas de Pré e Proto-história da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2021.

O povoado do **Vale Feitoso** ou da **Quinta da Samaria**, como também é conhecido, localiza-se na cumeada da serra



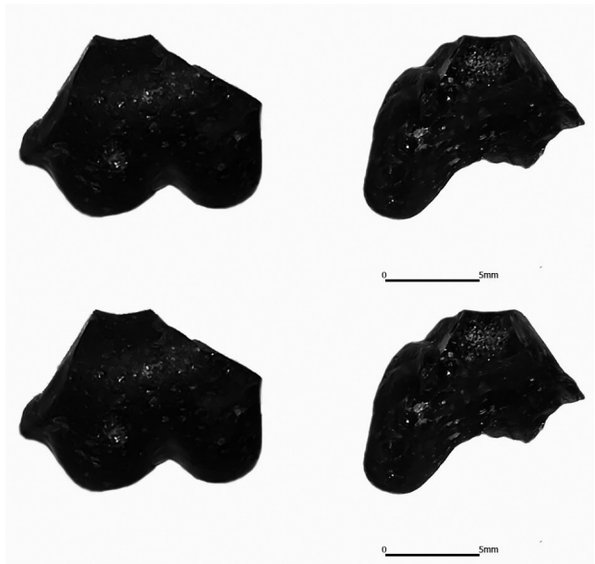
1- Argemela (Lavacolhos)
2 - Cabeça Gorda (Peroviseu)
3 - Vale Feitoso (Peroviseu)
4 - Meal Redondo (Peroviseu)
5 - Tapada das Argolas (Capinha)
6 - Pedra Aguda (Capinha)
7 - Covilhã Velha (Vale de Prazeres)
8 - Cabeço do Escarigo (Escarigo)
9 - Senhora da Penha (Castelo Novo)
10 - S. Roque (Donas)
11 - S. Brás (Fundão)
12 - Picoto (Fundão)
13- Depósito do Ervedal (Castelo Novo)
14 - Estela (Telhado)
15 - Bracelete (Soalheira)

Povoados e achados mais relevantes
Limites do Concelho do Fundão

do Meal Redondo (Peroviseu; 40,21320, -745532; 708m) com grande amplitude visual sobre a Cova da Beira (Silva, 2006) (**FIG. 2**). Uma linha de muralha circunda-o, exceto nas áreas naturalmente acidentadas, sendo visíveis, a sudeste, as ruínas de duas estruturas semicirculares adossadas. Entre os materiais conhecidos encontram-se elementos de moagem, um cossoiro, uma ficha, pesos com entalhes laterais e diversos fragmentos de cerâmica manual e a torno, destacando-se uma peça com decoração estampilhada e uma outra com pintura sobre o lábio, como também as peças metálicas em bronze (vareta-lingote, ponta de seta, haste e argola) (Baptista *et al*, 2020). Numa área exterior ao povoado, foi identificada uma inscrição votiva e detetados fragmentos de cerâmicas romanas (Redentor *et al*, 2006).

A ponta de seta em sílex, de formato triangular e base côncava parcialmente fraturada, bem trabalhada em ambas as faces (**FIG. 3**), é semelhante a exemplares recolhidos em diversos povoados calcolíticos e monumentos megalíticos da Estremadura e da Beira Interior do 3.º milénio a.C. e poderá testemunhar a existência de trocas comerciais entre estas duas regiões. A sua presença no arqueossítio aponta para um período temporal de ocupação até agora não tinha sido documentado que importa ser confirmado. Os dois fragmentos de contas de colar são de pasta vítrea, sendo a primeira uma conta esférica oculada, de base verde, com decoração a branco e azul claro (**FiG. 4**). A segunda é uma conta galonada, em azul-cobalto. A presença destes elementos de peças de adorno em contextos habitacionais está bem documentada, durante o I milénio a.C. em povoados do Norte e Centro de Portugal (Arruda, et al, 2016). O comércio de vidro, particularmente das contas de colar, somente no século XI-IX a.C. chega à Península Ibérica, generalizando-se no século V a.C. (Arruda, 2008; Vilaça, 2008). As contas galonadas surgem entre os séculos VII-VI a.C. e difundem-se nos séculos V e IV, terminando a sua produção no século III a.C. (Estrela, 2019). As contas oculadas estão representadas regionalmente, na I Idade do Ferro, no povoado da Cachouça (Idanha-a-Nova) (Vilaça, 2007)[1].

0 5mm



O **castro da Argemela** localiza-se no topo de um cabeço que se evidência na paisagem e que integra a serra do Gomes (Lavacolhos, 40,155188, -7,603505; 746m) posicionamento geográfico que permitia o controlo das entradas e saídas pela zona poente da Cova da Beira (**FiG. 5**). Desde 2003 que têm vindo a ser realizados trabalhos de prospeções, sondagens arqueológicas e geofísica, como medidas minimizadoras dos impactes decorrentes da exploração mineira de granito feldspático no monte (Marques et al., 2012), que indicam uma ocupação dilatada no tempo, não sabemos se contínua ou com interrupções, enquadrável na transição do II para o I milénio a. C. e durante o I milénio a.C.. Conhecemos duas linhas de muralha e os trabalhos arqueológicos realizados neste arqueossítio revelaram estruturas de carácter doméstico e diversos artefactos arqueológicos, sobretudo

1| Posteriormente à realização deste texto foi apresentado pela Prof. Raquel Vilaça o estudo mais aprofundado das duas contas de colar (Vilaça, R.; Gil, F., 2023).

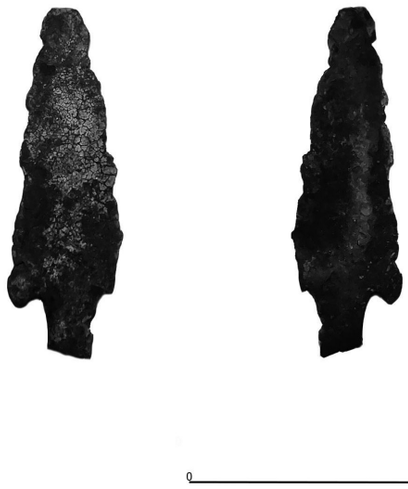
cerâmicas, metais e líticos. Entre esses materiais destacam-se a cerâmica pintada a vermelho tipo "Carambolo", a fíbula de arco multicurvilíneo, o fragmento de punhal tipo "Porto de Mós" e os cinco moldes, que comprovam as práticas metalurgia no povoado.

Acrescentam-se ao conjunto já significativo de artefactos metálicos duas pontas de seta. Uma ponta metálica apresenta espigão longo, ligeiramente dobrado, com lâmina alongada e estreita com extremidade desgastada/fraturada (**FiG. 6**). O enquadramento tipológico desta ponta não é para nós claro, não tendo sido estabelecidas paralelos com outras congéneres. A outra é uma ponta de seta de formato triangular com pedúnculo central e duas aletas, uma delas fragmentada (**FiG. 7**). Embora seja um tipo de ponta frequente durante a Idade do Bronze Final, tem pouca representatividade regional, que se expressa nos exemplares de Monte do Frade e dos Alegrios, do Vale Feitoso (Baptista et al., 2020) e da Tapada das Argolas (Vilaça et al., 2004).

O estado de conservação que apresentam reflete a sua exposição ao fogo no último incêndio que assolou o castro.

O povoado de **S. Brás** localiza-se na vertente norte da Serra da Gardunha, elevando-se, isolado e destacado, sobre a cidade do Fundão (Monte de S. Brás, Fundão; 40.124429, -7.504903; 823 m). Um imponente sistema amuralhado, circunda o povoado (**FiG. 8**). Os materiais resumem-se a algumas cerâmicas, todas de fabrico manual (Silva, 2006), um escopro em bronze e mós manuais. Na vertente este do castro foi identificado um painel insculturado com um número difuso de fossetes (Rosa e Bizarro, 2006). No cimo do monte encontram-se as ruínas da capela medieval de invocação a São Brás (Salvado e Bizarro, 2019).

Em 2019 intensificámos os trabalhos de prospeção e realizámos sondagens arqueológicas no local, contudo, ainda insuficientes para a sua melhor caracterização e compreensão.



Nesses trabalhos identificou-se uma foice de talão "tipo Rocanes", cujo talão se encontra parcialmente fragmentado, apresenta orifício na parte superior e lâmina nervurada, com algumas irregularidades e reverso plano (**FiG. 9**). Esta ferramenta de cariz agrícola é por vezes encontrada em depósitos do Bronze Final. Fora da fachada atlântica apenas existem dois exemplares na Sardenha (Vilaça, 1995) e encontra-se escassamente representada regionalmente, apenas com outros dois exemplares nos povoados do Castelejo e do Sabugal (Baptista, 2016).

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, A. (2008), "Estranhos numa terra (quase) estranha: os contactos pré-coloniais no sul do territorio actualmente português", in Celestino Pérez, S.; Rafel i Fontanals, N.; Armada Pita, X.-L. (eds): *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE)*, p. 355-370.

ARRUDA, A. et al. (2016), "As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal)". *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología* de la Universidad Autónoma de Madrid, 4.

BAPTISTA, P. (2016), "Metalurgia Pré e Proto-Histórica nos distritos da Guarda e Castelo Branco: novos contributos e perspetivas". *Revista Sabucale*, 8.

BAPTISTA, P. et al. (2020), "Do Bronze ao Ferro na Cova da Beira: novos dados sobre a Quinta da Samaria (Covilhã / Fundão). *Ebvrobriga* 10. C.M. Fundão, p. 49-60.

Bizarro, J. (2021) Achados inéditos nos povoados da Quinta da Samaria/Vale Feitoso, de S. Brás e da Argemela (Fundão). Poster apresentado às *VI Jornadas de Pré e Proto-história da FLUC* "Territórios e Materialidades. Revelações e desafios na construção do conhecimento das sociedades pré e proto-históricas". Coimbra. Instituto de Arqueologia.

CARDOSO, J. L. et al. (2000), "Arquitectura, espólio e rituais de dois monumentos megalíticos da Beira Interior: estudo comparado". *Trabalhos de Arqueologia* 16.

ESTRELA, S. (2019), "Adornos, espaço e tempo: as contas de colar em Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar)". *Setúbal Arqueológica*, vol. 18.

MARQUES, J. et al. (2012), "O Castro do Cabeço da Argemela (Fundão). Trabalhos desenvolvidos entre 2003 e 2009". *Ebvrobriga* 7. C. M. Fundão, p. 79-99.

REDENTOR, A. et al. (2006), "Inscrição rupestre da Laje do Adufe: um novo testemunho do culto à Deusas Nabia". *Ebvrobriga* 4, p. 51-60.

ROSA, J.; BIZARRO J., (2006), "Aspecto da romanização na área urbana do Fundão". Editorial delírio. Salamanca.

SALVADO, P.; BIZARRO, J. (2019) "O culto a S. Brás e a Misericórdia do Fundão: Devoção, memória e patrimonialização. Nota de estudo". Revista *Ubimuseum* 05.

SILVA, R., (2006), *Génese e transformação da estrutura de povoamento do I milénio a. C. na Beira Interior*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VILAÇA. R. (1995), Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze, 2 vols. Trabalhos de Arqueologia 9. IPPAR

VILAÇA, R. (2004), "O povoamento proto-histórico na periferia da Gardunha – balanço dos conhecimentos", *Ebvrobriga* 1. C.M. Fundão, p. 39-56.

VILAÇA, R. (2007), A Cachouça (Idanha-a-Nova, Castelo Branco). Construção e organização de um caso singular de inícios do I milénio AC. In Jorge, S.O. et al. (eds), Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, p. 67-75.

VILAÇA, R. (2008), "Reflexões em torno da «presença mediterrânea» no centro do território português, na charneira do bronze para o ferro", in Celestino Pérez, S.; Rafel i Fontanals, N.; Armada Pita, X.-L. (eds): *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE)*, p. 371-400.

VILAÇA, R. et al. (2004) "Tapada das Argolas (Capinha, Fundão): novos contributos para a sua caracterização", separata dos *Estudo pré-históricos*, Vol. X-XI, 2002-2003, C. M. Fundão, p. 175-197.

VILAÇA, R. et al. (2016). "Nova estela, nova história. Um referencial do Bronze Final na Cova da Beira (Telhado, Fundão, Portugal)". *Symposium Images in stone in Prehistory and Protohistory*. Braga.

VILAÇA, Raquel (2021), "Em torno da estela do Telhado (Fundão): um ensaio de arqueologia micro-regional". Em *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*, editado por Victor S. Gonçalves, 32541. estudos & memórias 19. Lisboa: UNIARQ/FL-UL Workgroup on Ancient Peasant Societies (WAPS).

Fotos: Pedro Mendonça, Joana Bizarro.

OS CONTRATOS DAS SISAS DE 1527 NA REGIÃO DA COVILHÃ E CASTELO BRANCO

SAUL ANTÓNIO GOMES
DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES, DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, INVESTIGADOR DO CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA, DA MESMA UNIVERSIDADE, E COLABORADOR DO CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA, DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

1.

Foi nas Cortes de Torres Novas, de 1525, que D. João III, a pedido dos procuradores de algumas das cidades e vilas do reino, decidiu vender aos concelhos, citamos: «as sisas per contractos em certas contias, por lhes parecer que era proveito do povo por algũas causas que me apontaram; e por lhe fazer merce lhe concedi o que me assi requereram, e as mandey dar pela dita maneyra aas cidades e vilas que as quiseram tomar. E porque a mim não lembra cousa algũa tanto despoys do serviço de Nosso Senhor como o bem e proveito do meu povo»[1].

Argumentava-se que a conjuntura de inflação que então se vivia, causa do permanente aumento do valor das sisas que se cobravam nas áreas fiscais de cada concelho, se poderia atenuar com a fixação de um preço médio do rendimento das sisas em cada município. Ter-se-ia em conta, no cálculo do valor a pagar anualmente pelos municípios à Coroa, a média dos arrendamentos das sisas dos anos imediatamente anteriores.

As sisas começaram por ser um imposto indireto, nascido nos concelhos por começos do século XIV, que recaía sobre a compra e venda de mercadorias. Mais tarde estender-se-ia também a todos os demais negócios nomeadamente imobiliários. Teve um carácter provisório ou extraordinário, na sua génese, tornando-se, sobretudo a partir do reinado de D. Fernando I, num tributo régio, cedido à Coroa por um ou outro concelho, primeiramente, logo depois negociado e apropriado, e todo o universo concelhio português, pelo braço régio. As sisas, agora receita essencial do erário público para prover às muitas e grandes despesas da governação do reino, sobretudo em conjunturas de guerra, passaram a ser fiscalizadas e recolhidas, sobremodo ao longo do século XV, no cenário das competências legais dos almoxarifados e das contadorias do reino.

A cobrança das sisas, nomeadamente sobre mercadorias como o pão, o vinho, os panos e muitos outros produtos, era confiada a rendeiros, que as arrematavam por quantias ou lanços avançados junto dos magistrados concelhios. Inicialmente, ninguém, de qualquer estrato social que fosse, estaria dispensado deste imposto, mas paulatinamente, como sucederia, no reinado de D. Manuel I, alguns grupos sociais, sobretudo o clero e alguma nobreza, nomeadamente familiares dos monarcas, foram conquistando o privilégio da isenção do mesmo[2].

A legitimação das sisas como tributo, exposta no texto do protocolo dos contratos, nomeadamente dos concelhos da região da Covilhã e Castelo Branco, que aqui se publicam, derivava de um ancestral contrato político estabelecido entre os povos e a monarquia, pelo qual o povo cedia ao monarca, para sustento do respetivo "Estado Real", administração da Justiça, garantia da paz e defesa das fronteiras do país, todos eles fundamentais à prosperidade e riqueza do Reino, o direito à coleta deste e de outros impostos. Por tais argumentos, entendiam os municípios que era seu dever, citação:

> «pagar ao dito senhor e a seus socessores reis deste regno, em cada um anno, pera sempre, pera que em paz e em salvo o dito senhor e a seus socessores ajam todo o que dito he e ho pesuam pera todo sempre, por tributo e direito real como o tem e ham os outros tributos,

1| *Capitulos de cortes. E leys que se sobre alguuns deles fezeram*, Lisboa, Casa de Simão Galharde, 1539, Capítulo 95, fls. 26v-27; vd. Joaquim Veríssimo Serrão, "Torres Novas. Cortes de 1525", in *Dicionário de História de Portugal* (Dir. Joel Serrão), 1979, s. l., Iniciativas Editoriais, vol. VI, p. 178.

2| Iria Gonçalves, "Sisas", *Dicionário de História de Portugal* (Dir. Joel Serrão), vol.VI, Lisboa, Iniciativas Editorias, 1979, pp. 1-2; *Notícia da origem e progresso das sisas...*, de José Silveira Moraes Barbarica (manuscritos existentes na Biblioteca Pública de Évora - CIX-1-19, e no ANTT – Coleções de Cópias, Núcleo Antigo 895 (1/3)).

remdas e direitos reães que pollas leis e ordenações destes regnnos amtigamemte foram ordenados e pollos povos comcedidos e outorgados aos reis delles pera sostemtamento de seu real estado, governo da justiça, paaz e defemsam da terra.»[3]

2.

Nos meses seguintes à celebração das Cortes de Torres Novas, de 1525, alguns desembargadores do rei, com destaque para o Licenciado Cristóvão Mendes de Carvalho e para o Licenciado Rui Pires – este, aliás, com o cargo de corregedor da Beira -, levaram a cabo negociações com os municípios. Verificaram, os oficiais régios incumbidos do processo, pela consulta dos livros dos almoxarifados a que pertenciam os municípios, o valor médio do preço das sisas de cada qual em função das arrematações e lanços feitos pelos rendeiros e oficias régios.

O Desembargador Licenciado Cristóvão Mendes de Carvalho negociou, numa primeira abordagem, preços relativamente altos que, pouco depois, viriam a ser renegociados, concedendo o rei uma "quita" ou desconto a cada município, o que foi bem recebido pela generalidade dos concelhos. Estas segundas negociações contratuais foram já dirigidas por um outro desembargador, o Licenciado Cristóvão Esteves de Espargosa. Para assinatura dos contratos, cada município enviou um ou mais procuradores à Corte, geralmente localizada, nos anos entre 1527 e 1534, em Coimbra, Almeirim, Lisboa e Évora. Estes desembargadores lideraram a equipa de burocratas, sobretudo escrivães, nomeados especificamente para este processo. Entre os escrivães sobressaem os nomes de Pêro Ribeiro, criado da casa do Infante D. Fernando de Portugal (1507-1534), irmão do rei, duque da Guarda e de Trancoso e senhor de Abrantes, de Gomes Eanes de Freitas e de Henrique da Mota.

Para que os municípios pudessem adquirir à Coroa as sisas anuais, o monarca estabelecera algumas regras, nomeadamente a de que teria de haver uma expressiva maioria consensual das gentes de cada concelho. E antes disso, aliás, haveria que garantir o acordo e colaboração do donatário da terra, quando esse fosse o caso, como o era na grande maioria dos municípios. O Duque de Bragança e o Marquês de Vila Real, por exemplo, mostraram-se empenhados "agentes" em favor deste processo que, naturalmente, aceitavam, e nele se empenharam, porque o era para serviço do seu rei. Gentes, entenda-se, ainda e todavia, não isentas de deveres de pagamentos censitários e tributação, se bem que, as assembleias municipais levadas a cabo, para tratarem deste tema, contassem com a presença das elites políticas locais, nomeadamente os privilegiados da terra, isentos de obrigações tarifárias, mas sempre atentos, empenhados e intervenientes nos respetivos processos de tomada de decisões autárquicas.

O acordo maioritário da comunidade municipal deveria ficar expressamente registado na ata da assembleia camarária para a qual os magistrados concelhios em exercício e todos os demais vizinhos, das vilas e dos termos, teriam de ser convocados, assinando cada um deles, no final, o livro de notas do notário presente ou o livro dos acórdãos das vereações. Entender-se-á, neste ponto, que apenas se pronunciavam aqueles que, avençados ou constantes dos livros do almoxarifado, estavam sujeitos à autoridade tributária do tempo.

Das atas que nos chegaram, nomeadamente para a Covilhã e os demais concelhos da sua região, constam sobretudo os cabeças de família, por vezes, ainda que raramente, as viúvas, quando desempenhavam tal função. Os que não estavam sujeitos a tributação, nomeadamente clérigos ou segmentos sociais sem propriedade, esses não parece que tenham tido uma palavra a dizer neste processo. Surgem, todavia, nas assembleias magnas então levadas a cabo, fidalgos, cavaleiros e escudeiros, cidadãos, em geral, e, sobremodo, mesteirais e vizinhos residentes nos povoados rurais, muitos deles comunidades aldeãs com o seu juiz próprio.

Estes contratos estenderam-se a todo o país e estavam a ser assinados, ainda, no começo de 1535. Integram um conjunto de oito volumes da chancelaria de D. João III – justamente os chamados Livros dos Contratos – ainda que, para o Sul do Tejo, apenas se tenha encontrado os contratos de Ponte de Sor e de Serpa. Mais representadas estão as regiões centro e norte do país, para as quais subsistem numerosos contratos[4].

As sisas incidiam sobre a venda de bens móveis e imóveis. A título de exemplo, refira-se o caso relativo à cidade de Coimbra, cuja receita geral das sisas, em 1527, rondava os 612 mil reais. No contrato que este concelho fez com a Coroa, no dito ano, justamente para compra das sisas, refere-se que a renda do geral desta cidade atingia os 345 mil reais, a sisa das coisas que entravam pela foz do Mondego ascendia a 15 500 reais, a das carnes à quantia de 77 mil reais, a dos pescados a 58 200 reais, a dos vinhos a 51 mil reais e a dos

3| Excerto retirado do contrato com o concelho de Antuã (Estarreja), mas comum a todos os demais 230 contratos. Vd., também, o que a propósito se referiu no artigo de Maria Helena da Cruz Coelho e Saul António Gomes, "O Regimento da Repartição das Sisas enviado ao Concelho de Antuã em 1527", *Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº 16, ano 16, 2022, pp. 203-214.

4| Temos vindo a publicar alguns desses contratos. Vd. Saul António Gomes, "Os contratos das sisas de 1527-1528 de Albergaria-a-Velha e do seu entorno", *Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha*, Nº 9 (2022), pp. 257-296; "Os contratos de compra das sisas da Guarda e da sua região de 1527-1534", *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, nº 43, 2022, pp. 249-389; "Os contratos das sisas de 1527-1528 dos antigos concelhos do Norte do Distrito de Leiria", *Anais Leirienses – Estudos & documentos*, 13 (dezembro 2022), pp. 11-59; em colaboração com Maria Helena da Cruz Coelho, "O Regimento da Repartição das Sisas enviado ao Concelho de Antuã em 1527", *Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº 16, ano 16, 2022, pp. 203-214.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 156 28/07/2025 11:42:21

azeites a 75 350 reais[5]. Outros produtos e matérias-primas eram taxados, nomeadamente nos setores do vestuário e calçado, da compra e venda de propriedades, entre outros, naturalmente, mas ignoramos os valores precisos[6].

Foi entendimento da Coroa e das elites concelhias portuguesas que advinham vantagens deste tipo de contratualização da recolha das sisas de cada município, a preço anual fixo, para sempre. As tendências inflacionárias que se sentiam, ao tempo, tornavam tentador o negócio e a assunção, pelos magistrados concelhios, da coleta deste imposto libertava-os das "opressões" e "injustiças" praticadas normalmente pelos rendeiros e oficiais públicos a quem a fazenda real concedia em cada ano a respetiva cobrança. Para a Coroa, por outro lado, era um rendimento garantido e certo. Mesmo considerando que poderia perder tributação, argumentava-se que a riqueza não tributada, para além, portanto, dos preços definidos para as sisas, acabaria por servir para dinamizar os mercados de consumo com a consequente criação de riqueza para o reino. Escreveu, a propósito, um contemporâneo do monarca, António de Castilho, que, nas várias cortes que reuniu, o rei «proveo algumas leis para bem da justissa e as rendas publicas não desejou ver nunca acresemtadas por não crecer o preço das couzas que lhe erão necessarias pera suas armadas, e em nenhum aperto do Reino sofreo numca lançar novo tributo por não ser pesado a seus povos...»[7]

Para além da renda calculada, os municípios, salvo exceção, teriam de satisfazer ao pagamento do 1% das obras pias – ou seja, entregar à Coroa, para as devidas finalidades de financiamento da assistência social do tempo, o valor de um por cento do preço apurado das sisas e, ainda, uma determinada quantia de cera, repartida pelo almoxarifado em que se integrava o município, com o valor de 50 reais o arrátel ou de 1 600 reais a arroba. Tenha-se presente que estas contribuições, para as obras pias e da cera, impostas em cada almoxarifado que, por seu turno, as distribuía por cada conselho sujeito à sua jurisdição fiscal, foram criadas pelo rei D. Manuel I[8].

Entre os ganhos que se ofereciam aos municípios estava o do controlo que passavam a exercer sobre a escolha dos rendeiros e arrecadadores das sisas. Cumpriria aos concelhos pagar as despesas com os oficiais da Coroa que viessem a envolver-se com tais cobranças, mas o monarca obrigava-se a extinguir um número significativo de ofícios públicos excedentários, criados a partir de 1519, suportados pelas finanças concelhias, para esta área fiscal. A renda das sisas seria paga aos quartéis de cada ano.

Os concertos ou contratos de venda das sisas aos municípios, princípio aprovado, como se referiu, nas Cortes de Torres Novas de 1525, patenteiam um processo de apuramento de algumas práticas de eficaz gestão burocrática do Portugal quinhentista, como sucedeu com o processo que consignou o censo geral da população, entre 1527 e 1532[9], instrumento precioso para o poder régio conhecer o manancial populacional do Reino, mas também uma fonte basilar que serviria ao controlo fiscal mais eficiente dos habitantes, assim como a sistematização da informação relativa às receitas dos almoxarifados, alfândegas e do orçamento do Estado português[10], entre outras importantes reformas da administração pública especialmente regional[11].

Nos dez anos seguintes às Cortes de Torres Novas de 1525, como se referiu, os contratos foram sendo efetuados, concelho a concelho, fossem eles sujeitos a jurisdição régia ou senhorial, coutos ou honras. Em todos eles, as sisas eram direito e tributo real. Todavia, nas Cortes de Évora, de 1535, estes "concertos e contratos" foram definitivamente revogados e anulados, como se pode apurar da leitura do respetivo artigo promulgado nessa assembleia parlamentar:

> «Nas cortes que fiz em Torres Novas no anno de mil e quinhentos e vinte e cinco: os procuradores dalgũas cidades e vilas me pediram lhes desse as sisas dellas em certa contia cada huum anno pera sempre: pera as repartirem antre si segundo cada pessoa as devesse pagar: e não serem arrendadas a rendeiros: dizendo que dos ditos rendeiros recebiam grandes opressões: e que posto que ao tal tempo todos as não requeressem: ao diante veriam por experiencia ho proveito que se seguia aas cidades e vilas a que as eu desse: e as tomariam todos; e que tomando as todo ho reyno: todas as cidades e vilas e lugares delle gozariam em particular dos proveitos acima ditos: e cessariam os inconveniemtes que se poderiam recrecer a muytas cidades, vilas e lugares emquanto não fossem tomadas em todo ho reyno: e assi ficaria todo ho reyno fora das ditas opressões: e que pelas ditas razões ouvesse por bem de lhas conceder como me pediam: e parecendo me bem

5| Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 7, fls. 84-87v.

6| Sobre a vida económica de Coimbra neste tempo, vd. António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, 3 vols., Coimbra, Ed. Palimage, 2017.

7| Citado por Joaquim Veríssimo Serrão, "A Crónica de D. João III de António de Castilho", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol.2, (1970), pp. 317-404: 360; Idem, *História de Portugal*. III. *O Século de Ouro (1495-1580)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1978, p. 43, nota 122.

8| João Cordeiro Pereira, Portugal na *Era de Quinhentos*, Cascais, Patrimonia Historica, 2003, pp. 127-129.

9| Vd. João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (Em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

10| Vd. João Cordeiro Pereira, *Portugal na Era de Quinhentos*, Cascais, Patrimonia Historica, 2003.

11| Vd. Ana Isabel Buescu, *D. João III. 1502-1557*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005, pp. 181 e seguintes; João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, "A Conjuntura", in *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (Coord. João José Alves Dias), vol. V de Nova História de Portugal (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 689-760: 725-731.

as sobreditas razões: e por folgar de lhes fazer merce: me prouve de as mandar dar aas cidades: vilas: e lugares que mas entam pediram: e assy as dey a todas as outras que mas despois pediram: e foram feytos contractos com elles. E agora nestas cortes que se começaram na cidade d'Evora em junho do anno de M. D. XXXV, me foy pedido por casi todos os procuradores das cidades e villas que a ellas vieram: que tinham tomadas as ditas sisas per contractos que ouvesse por bem de lhe mandar tomar as sisas que lhes tinha dadas por certa contia que antre si aviam de repartir: e os desobrigasse dos ditos contractos per que as tinham tomadas: e as mandasse arrendar como antes dos ditos contractos se fazia. (...) E parecendo me bem as razões que me alegavam: mandey ver por letrados se por dereyto podia revogar os ditos contractos: posto que algũas cidades ou vilas que as jaa em si tinham tomadas as não quisessem alargar: e se achou que por ser pera bem comum ho podia fazer: fazendo sobre isso ley geral. Pelo que me prouve fazer esta ley. Pela qual ey por bem de revogar e revogo todos os ditos contractos: e cada huum delles: e mando que delles mais se não use; porque os ey por de nenhum effecto e vigor: comos e nunca foram feytos. E ey por bem que minhas rendas se arrecadem como dantes se arrecadavam: e se arrecadaram se os ates contractos não foram feytos.»[12]

3.

Para a região da Covilhã e de Castelo Branco conhecem-se doze contratos, celebrados sobretudo entre abril de 1527 e maio de 1528, se bem que com um último contrato, relativo a Castelo Novo, assinado somente no mês novembro de 1534, relativos aos concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, São Vicente da Beira, Pedrógão Pequeno, Álvaro, Vila Velha de Rodão, Penamacor, Vila de Rei, Sarzedas, Covilhã e Castelo Novo (ver quadro seguinte).

A Covilhã encabeçava os concelhos desta região beirã, com um valor acordado de pagamento à Coroa de 1 021 920 reais em cada ano. Os procuradores desta vila, os cavaleiros Licenciado João Mendes e Simão Rebelo, conseguiram uma "quita" ou desconto do valor inicialmente acordado de 95 200 reais, uma das mais altas de todos os contratos de compra das sisas que nos chegaram. Isso denuncia a efetiva relevância económica e capacidade negocial política deste município, naquele tempo, junto da Coroa.

Mas a Covilhã era uma exceção, que nem os vizinhos concelhos de Castelo Rodrigo e da Guarda ultrapassavam[13], aliás, nos seus contratos de compra das sisas à Coroa, os quais rondavam os 630 a 620 mil reais. Depois da Covilhã, na região próxima que nos ocupa, seguia-se, a significativa distância, o concelho de Penamacor, com 252 670 reais contratualizados em cada ano, acompanhado, mas também

Quadro 1
Contratos das sisas dos concelhos da região da Covilhã e Castelo Branco

Data	Concelho	Procuradores	Quita (reais)	Valor total (reais)	1% obras pias	Cera (reais)	Doc.
1527.04.04	Oleiros	Luís Afonso	2 000	61 000	-	[1 200]	1
1527.05.31	Proença-a-Nova	Martim Vaz e Duarte Temudo	7 000	115 000	-	[3 000]	2
1527.06.17	São Vicente da Beira	Vasco Homem	5 000	163 200	1 600	1 600	3
1527.06.25	Pedrógão Pequeno	João Durão	3 000	43 620	420	1 200	4
1527.06.27	Sobreira Formosa	Fernão Pires, almocreve	-	24 740	-	500	5
1527.07.17	Álvaro	Pêro Fernandes	-	46 375	450	925	6
1527.09.21	Vila Velha de Rodão	Simão Dias	5 000	107 650	1 050	1 600	7
1528.01.08	Penamacor	Martim Vaz, escudeiro	13 000	252 670	2 470	3 200	8
1528.03.11	Vila de Rei	Diogo Mateus	2 000	41 200	400	800	9
1528.03.16	Sarzedas	Henrique Rodrigues		93 300	900	2 400	10
1528.05.14	Covilhã	Lcdº João Mendes e Simão Rebelo, cavaleiros	95 200	1 021 920	10 070	11 750	11
1534.11.06	Castelo Novo	Afonso da Praça	4 000	90 470	1 870	1 600	12

12| *Capitulos de cortes. E leys que se sobre alguuns deles fezeram*, Lisboa, Casa de Simão Galharde, 1539, Lei 17, fls. 62-62v.

13| Vd. Saul António Gomes, "Os contratos de compra das sisas da Guarda e da sua região de 1527-1534", *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, nº 43, 2022, pp. 249-389.

com significativo intervalo de distância, por São Vicente de Beira, com 163 200 reais, depois, por Proença-a-Nova, com 115 mil reais, seguido de perto por Vila Velha de Rodão (107 650 reais), Sarzedas (93 300 reais) e Castelo Novo (90 470 reais). Ficavam-se por somas mais modestas, seguidamente, os municípios de Oleiros (61 mil reais), Álvaro, Pedrógão Pequeno e Vila de Rei, todos estes na ordem dos 40 mil reais, e, por último, Sobreira Formosa, com um valor fixado em 24 740 reais.

Os valores apurados resultavam de negociações entre os desembargadores enviados pela Coroa e os magistrados locais, celebrando-se as negociações, por norma, com a presença da maioria dos vizinhos e cabeças de casal. A anuência da maior parte dos vizinhos de cada concelho era exigência régia. Nas cartas de procuração ou nomeação dos procuradores dos concelhos, redigidas por tabeliães locais, fica bem patente essa cláusula. À sua afirmação explícita, todavia, nem sempre sucedem as listas dos nomes dos vizinhos das vilas e termos. Encontra-se uma lista com 143 nomes de vizinhos nomeados, para além dos magistrados municipais, na carta de procuração feita por Oleiros, a 15 e 17 de março de 1527 (Doc. 1). Nas procurações de Pedrógão Pequeno são nomeados 28 dos vizinhos principais (Doc. 4), 15 vizinhos na carta de Sobreira Formosa (Doc. 5), 113 na procuração de Vila Velha de Rodão (Doc. 7), 14 na de Penamacor (Doc. 8), 25 na de Vila de Rei (Doc. 9) e 102 na de Sarzedas (Doc. 10).

Já as procurações feitas pelos municípios de Proença-a-Nova (Doc. 2), São Vicente da Beira (Doc. 3) e Álvaro (Doc. 6), resumem-se à enunciação dos magistrados municipais de parte dos "homens de honra" de cada um deles. A carta de procuração do município da Covilhã (Doc. 11), lavrada significativamente no lugar do Fundão, central no contexto do muito extenso termo da dita cidade[14], nomeia os juízes representantes de todos os principais lugares do termo dessa vila, a saber:

Luís Fernandes, juiz da aldeia de Mato
João Gonçalves, juiz da aldeia do Souto
João Fernandes, juiz da aldeia de Ferro
Lourenço Afonso, juiz de Orjais
Fernão Luís, juiz de Teixoso
João Fernandes e Pêro Vaz, juízes de Boidobra
Juízes de Salgueiro e de Escarigo
Cristóvão Gonçalves, juiz de Pero Viseu
Fernando Afonso, juiz de Pera Boa
Álvaro Pires, juiz de Verdelhos
Domingos Gonçalves, juiz de Capinha
João Fernandes, juiz de Sebes
Diogo Vaz, juiz de Trota
João Gonçalves, juiz de Dominguizo
Fernando Afonso e Álvaro Gonçalves, juízes do Fundão
Pêro Vaz, juiz de Alcaria
Os moradores de Cortes e Ourosinho
Luís Nunes, juiz de Joane
Luís Anes, juiz de Valverde
Luís Cabelos, juiz de Alcongosta
Afonso Lopes, juiz do Paul
Pêro Mendes, juiz da Telhado
Pêro Lopes, juiz do Souto da Casa
Francisco Afonso e Antão Andreias, juízes de Aldeia Nova das Donas
Gonçalo Afonso, juiz do Freixial
Álvaro Afonso e Álvaro Afonso (II), juízes de Aldeia Nova do Cabo
João Fernandes, juiz do Castelejo
João Rodrigues, juiz de Relvas
João Gonçalves, juiz de Arrodo
Cristóvão Gonçalves, juiz de Barco
Jusarte Lopes, juiz de Alcaide
Pêro Domingues, juiz de Fatela
Pêro Domingues, juiz de Peras
«E asy outros juizes doutras alldeas do termo».

Idêntico modo foi seguido pelo concelho de Castelo Bom (Doc. 12), em cuja procuração, para além dos nomes dos juízes ordinários, vereadores e procurador do município, são arrolados oito outros nomes de pessoas honradas e os seguintes quatro procuradores de lugares do termo da antiga vila:

Jordão Afonso, procurador de Alpedrinha
Bastião Fernandes, procurador da Póvoa
João Fernandes, procurador da Atalaia
Gonçalo Esteves, procurador da Lardosa.

A informação constante desta tipologia documental dos contratos de compra das sisas, pelos concelhos, em 1527-1535, tem algum interesse para a história dos quadros de povoamento e sociodemográficos do território, ainda que tais dados surjam mais por exceção do que por norma. Não se substituem, todavia, no caso dos contratos em que as listas de vizinhos se revelam mais extensas, aos "censos populacionais" que, pela mesma época se levaram a cabo no país[15]. Assumem elevada relevância no plano do conhecimento histórico das elites sociais e políticas locais. No contrato de Sarzedas, de que era donatário, em 1527, o Caudel-mor, D. Francisco da Silveira, entre os magistrados e gentes de governança da terra abundavam os escudeiros

14| Vd. Maria da Graça Vicente, *Povoamento e propriedade entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV)*, Lisboa, Ed. Colibri e Academia Portuguesa da História, 2015; Idem, *Covilhã medieval. O espaço e as gentes (século XII a XV)*, Lisboa, Ed. Colibri, 2012; Jorge de Alarcão, *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*, Coimbra, CEAUCP, 2013.

15| Nalguns contratos, como sucede com os dos concelhos de Algodres e Figueiró da Granja, Linhares, Guarda ou Vila Nova de Foz Coa, por exemplo, as listas de vizinhos censitários ultrapassam as centenas de nomes, o que não deixa de assumir valor informativo sociodemográfico. As fontes dos concelhos enunciados aqui foram já por nós publicadas no estudo "Os contratos de compra das sisas da Guarda e da sua região de 1527-1534", *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, nº 43, 2022, pp. 249-389. Vd., sobre a problemática demográfica e suas fontes, para a época que nos ocupa, justamente, João José Alves Dias, "A Beira Interior em 1496. (Sociedade, Administração e Demografia)", in *Ensaios de História Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 9-102; Idem, *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

do referido senhor (Doc. 10), Já no contrato da Covilhã, magistraturas municipais e homens de honra que ocupavam os ofícios da câmara, sobressaem os fidalgos e escudeiros da Casa Real e os licenciados e outros letrados (Doc. 12).

Revela-se singular o contrato do concelho de Vila Velha de Rodão (Doc. 7). Não houve acordo entre magistrados municipais e povo miúdo, que desconfiava e acusava de parcialidade e interesses ou benefícios próprios, prejudiciais à comunidade, o juiz e escrivão da vila. A situação foi de rutura, levando o rei a nomear um desembargador para inquirir os acontecimentos, acabando por ser nomeado, para levar a bom porto o processo de aceitação da compra das sisas reais, o Licenciado António Cardoso, juiz de fora do concelho de Castelo de Vide.

Os agravos do povo contra o juiz e escrivão da terra, conheceram momentos de tensão e conflito social. Narra a ata de todo o processo que o escrivão do concelho, desagradado com a oposição que lhe movia o povo, chegou a "partir uma telha" em gravoso sinal de protesto:

> «O povo meudo requeria aos juizes e oficiães que mandassem tomar a dita remda, o que refusavam em especial o juiz e o dito sprivam e recebedor. E que o povo depois tornara com hum requerimento aos sobreditos e todavia nam queriam nem lhe quyseram dar estormento d'agravo porque na dita villa e termo nam avia mais que este stprivam que he da camara e d'almetaçaria e publico judicial e orfaãos e das ditas sysas e alcaide das sacas. E a este tal nam vay bem tomarem se as ditas sysas em tributo. E por lhe asy nom quererem dar o dito estormemto, quebrou hũa telha que asi trazia em testemunho de verdade peramte muitas testemunhas.»

DOCUMENTOS[16]

Doc. 1

1527 abril, 4, Lisboa – *Contrato do concelho de Oleiros.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 4, fls. 29-33.

Oleiros.

Em nome de Deus, amem. Saybam quantos este publico estromento de comtrato vyrem que no Ano do nacimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e bc xxbij anos, aos iiij° dias do mês d'abril, na cidade de Lixboa, nas cassas da fazenda del rey nosso senhor, em presença de mym Fernamd'Alvarez, escrivão da camara do dito senhor e pubrico escrivão por seu especial mandado pera os taes comtratos e das testemunhas abaxo nomeadas, estando hy de presente de hũa parte o Lecenciado Christovaom Estevez, do desembargo do dito senhor e juiz dos feitos de sua fazenda e seu procurador pera os semelhantes comtratos e da outra parte Luis Afomso, escudeiro, morador em a villa d'Oleiros, procurador da dita villa e concelho pera o dito contrato, segundo loguo hy mostrarom por duas procurações seguintes, scilicet, hũa do dito senhor feita ao dito licenciado asynada por sua alteza e aselada do seu selo pendente, e outra dos officiaes da camara e povo da dita villa feita ao dito Luis Afonso e asynada do pubrico synal de Jam Barata, pubrico tabeliam das notas em a dita villa e termo. O theor das quaes procurações hũa apos outra tal he:

Dom Joam per graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves daquem e dallem maar em Africa, senhor de Guynee e da comquista, navegação e comercio d'Ethiopea, Arabia, Persea e da Yndia ct. A quamtos esta minha carta de poder e procuraçam virem faço saber que nas cortes que fiz na villa de Torres Novas, no anno passado de bc xxb, me foy requerido pellos procuradores dalgũas das cidades e villas de meus reinos (...). [Fl. 29v] (...) Dada em a villa d'Alcouchete, a dous dias de janeiro. Bertolameu Ferrnandez a fez. Anno de nosso senhor Jesu Christo de mil e quynhentos e vinte sete.

Sejam certos os que este estormento de procuração virem que no anno do nacimento de nosso senhor Jesu Cristo de mil e bc xxbij annos, em xb dias do mês de março da dita Era ct., na villa de Oleiros, dentro na cassa da camara do comcelho da dita villa, estando hy juntos, chamados segundo seu costume pera o casso de que abaxo fara memção, o omrrado Mateus Gonçallvez, juiz ordinairo e dos órfãos em a dita villa, e Fernam Diaz, do Mem Rico, e Joam Afonso, da Ysna, vereadores, e Joam Alvarez, procurador, officiaes do concelho da dita villa d'Oleiros, e bem assy estamdo hy Joam Coelho, escudeiro, e Jorge Pimto, tabeliam, e Gregorio Fernandez, e Bras Coelho, e Joam Teixeira, e Manoel Alvarez, e Nuno Alvarez Coelho, e Luis Alvarez, da Praça, Marcos Afonso, e Joam Fernandez, do Cavalinho, Pero Fernandez, alfayate, e Antonio Alvarez, Joam Lourenço, do Moesteiro, e Bras Gonçallvez, çapateiro, e Joam Fernandez, ferreiro, e Martim Afomso, da Villa, Lopo Castanho, e Alvaro Gill, do Estreito, Mem Lourenço, do Moesteiro, e Pero Afomso, da Villa, e Anrrique Lõpez, çapateiro, e Martinho Alvarez, da Villa, Jorge Nunez, da Villa, Lopo Diãz, da Togeira, Fernam Estevez, da Ronda, Lopo Martinz, çarrador, Pero Lopez, do Rouqueiro, Domingos Alvarez, das Rabaças, Salvador Afonso, da Nogueira, e Joane Annes, do Carvalhal, e Joam Pirez, do Rouqueiro, e Luis Martinz, seu vizinho, e Vasco Lourenço, de Val Centeo, e Jorge Annes, do Carvalhal, e Afonso Alvarez, e Joam Annes, e Afonse Annes, todos moradores n'Ameixieira, e Afonso Estevez, da Roda, e Denis Gonçallvez, da Ysna, Pero Fernandez, do Val da Cuba, e Luis Fernandez, do Portintal, e Domingos Pirez, do Val da Lousa, e Joam Gonçalvez, dos Espinheiros, e Afonso Gonçalvez, das Rabaças, e Joam Estevez, do Estreito, e Gonçale Annes, da Rovisca, Diogo Gonçallvez, seu filho, Gonçale Annes, do Esteiro, e Joam Gonçallvez, do Rouqueiro, ferreiro, e Estevam Pirez, do Vall da Lousa, Pedre Annes, do Val das Ovelhas,

16| Os critérios gerais de transcrição seguidos, neste trabalho, procurando oferecer uma leitura da documentação o mais acessível possível ao leitor comum, encontram-se em Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.ª ed., Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993. Dada a extensão dos atos, em parte pelo uso de cláusulas de garantia muito longas, gerais e abstratas, iguais e repetidas em todos os contratos, que multiplicariam o número de páginas necessárias para a respetiva publicação, limitamo-nos, neste trabalho a transcrever e editar apenas os teores expositivos e dispositivos estruturais de cada contrato.

e Joam Pirez, seu vezinho, e Francisce da Folga, e Martim Luis, e Salvador Afonso, do Mogadouro, Fernam Luis, do Dam, Afomso Annes, do Baraçal, e Pero [fl. 30] Alvarez, seu genro, e Gonçalo Annes, do Vall da Usenda, e Miguel Alvarez, da Cerdeira, Pero Estevez, da Nogueira, e Gill Eannes, do Ribeiro, e Joam Pirez, das Rabaças, e Estevam Gonçallvez, Luis Afonso, Joam Fernandez, das Rabaças, Francisco Alvares, do Monrrico, Domingos Pirez, seu vezinho, Bras Fernandez, do Val das Ovelhas, e Francisco Dominguez, dos Torneiros, e Pero Alvarez, da Devesa, Luis Eannes, da Villa, Tomas Eannes, da Serra, e Luis Afonso, do Joam Prixe, e Joam Gonçalvez, de Casalinho, e Domingos Gonçallvez, do Dam, Martim Diaz, da Cerdeira, Joam Afonso, da Moutinhosa, Francisco Pirez, do Borrulhal, e Diogo Symão, da Villa, Pero Luis, Pedre Annes, da Barca, Pedre Annes, seu vezinho, e Miguel Gonçallvez, dos Moinhos, e Joam Encenço, da Sovereira, Alvaro Gomes Pontella, e Lopo Gil, do Moynho, Amador Fernandez, oleiro, e Alvaro Gil, da Villa, Pero Diaz, do Ribeiro, Alvaro Diaz, seu yrmãoo e vezinho, Fernam Pirez, da Serra, Jurdão Gil, do Mosteiro, Alvaro Fernandez, da Villa, Alvaro Lopez, da Villa, Estevaom Vãaz, alfayate, Luis Alvarez, clerygo, Fernamd'Eannes, da Carvalheira, Martim Rodriguez, Bertolameu Diaz, da Togeira, e Joam Afonso, o alcaide pequeno, Alvaro Fernandez, da Villa, e Manuel Fernandez, da Villa, e Luis Lopez, Symão Lopez, seu vezinho, e Pero Barata, escrivão da camara, e Pero Fernandez, porteiro, e Fernam Barata, e Gonçalo Luis, do Vall do Souto, Lyonardo Pirez, da Villa, Gaspar Luis, çapateiro, e Domingos Pirez, dos Torenrios, e Alvaro Pinto, da Vila, e Luis Fernandez, da Vila, e assy outros moradores desta villa e termo, que a todo presentes estavaom, Joam Barata, tabeliam sobre todo o escrevy.

E depois desto, em xbij dias do dito mês de março e Era sobredita de j- bc xxbij anos, em a dita villa d'Oleiros, na dita cassa da camara do concelho da dita villa, estando hy ho omrrado Fernamd'Afonso, escudeiro e juiz ordinário e dos órfãos que he em a dita villa de Oleiros, em presença de mym Joam Barata, tabeliam sobredito, em a mesma outros parecerom hy perante o dito juiz e os ditos Joam Afomso, e Fernam Diaz, vereadores, e Joam Alvarez, procurador, officiaes do concelho da dita villa d'Oleiros, as pessoas que ao diante saom escritas, as quaes eu tabeliam sobredyto outros ly esta procuração atras escrita de verbo a verbo. E leuda e decrarada, os sobreditos adiante escritos asynam em ella porquanto no começo desta procuração se nam poderiam todos ajuntar em a dita camara, os quaes nomes das pessoas que depois ahy tornarom asynar em esta procuraçam saom estes que se seguem; primeiramente:

Item Pero Pinto, escudeiro, e Afonso Alvarez, do Carril, Fernam Diaz, carpinteiro, e Luis Alvarez, do Adro, e Joam Gill, e Joam Rodriguez, da Villa, e Gonçalo Gomez, do Eyrigo, Fernand'Eannes, das Rabaças, e Pedre Annes, criado de Mateus Gonçallvez, Fernamd'Eannes, de Yrigo, e Joam Gonçallvez, do Mosteiro, e Martim Lopez, do Vall do Souto, e Joam Alvarez, do Cimo d'Aldea, Joam Estevez, seu vezinho, e Joam Gonçalvez, do Estreito, [fl. 30v] Afonso Vãaz, da Mogeira, e Vasco Lourenço, da Cerdeira, e Domingos Fernandez, da Ysna, Afonso Jusarte, de Boom Jardym, e Domingos Alvarez, do Cavallo, e Afonso Vãaz, do Caniçal, e Joam Gonçallvez, de Pero Cabeça, Lopo Gil, d'Acenha, e Luis Afomso, do Borralhal, Luis Alvarez, do Orelhão, e Martim Annes, dos Espinheiros, e Diogo Marquez, filho de Marcos Afomso, da Bica da Pedra, todos moradores em a dita villa d'Oleiros e seu termo, Joam Barata o escrevy.

Logo por todos os sobreditos todo juntamente presente mym tabeliam e testemunhas abaxo nomeadas foy dito que a sua noticia viera ora qu'el rey nosso senhor mandava dar as sysas pera todo sempre aos concelhos de seus reinos (...) ordenarão como de feito fizeram, constituyrom, ordenarom por seu certo avomdoso procurador com libera administração, no milhor modo e maneira que eles com derreito podiam e deviam pera esta procuraçam milhor valer e firme seer, scilicet, a Luis Afomso, escudeiro, vezinho e morador em a dita vila de Oleiros, pera que por elles e em seus nomes delles e do dito povo e de todos seus socesores elle dito procurador per sy se concerte e possa concertar com o dito Licenceado Cristovaom Estevez pera elle tomar as ditas sysas cada huum anno pera todo sempre (...) [fl. 31] (...) E em testemunho dello, fee e verdade pera segurança de todo o que dito he assy mandarom, outorgarom por mym tabeliam adiante escrito seer feito este estromento de procuração e mais se lhe comprisesem em o modo e forma que dito he que foy feito e outorgado em a dita villa de Oleiros, em o dito logo, dia, mês, Era atras escrito. Testemunhas que presentes forom, Jorge Pimto, tabeliam, e Pero Barata, escrivão da camara, e Alvaro Fernandez, alfayate, Martim Rodriguez, Joam Teixeira, e Gregorio Fernandez, seu vezinho, em esta procuraçam conteudos, moradores em a dita villa d'Oleyros e outros. E eu Joam Barata tabeliam por el rey nosso senhor em a mesma que a todo com as testemunhas presente fuy e este estromento de procuraçam atras escrito per o mandado e outorgamento dos ditos juizes e officiaes e omens boons e povo da dita villa d'Olleiros e seu termo que pera todo o que dito he forom juntos ho escrevy e asynaram na nota e comcertey beem e fielmente com a propria nota original e aquy meu publico synal fiz que tal he.

E apresentadas assy as ditas procurações logo pello dito lecenciado e por o dito Luis Afomso, procurador da dita villa, foy dito que elles estaom ora concertados per vertude das ditas procurações delle dito procurador da dita villa em nome da dita villa e povo tomar em sy as rendas das sysas da dita villa <e seu termo> e dar por ellas ao dito senhor e a seus socesores pera todo sempre outra tamta remda em cada huum anno como ora as ditas sysas andarom em arrendamento menos dous mil reaes que lhe ao dito senhor aprouve de lhes quitar pella maneira seguinte:

Item primeiramente disse o dito Luis Afonso que elle como procurador bastante do dito concelho em seu nome e de todollos moradores delle e soccesores que ao diante[17] em elle e seus termos viverem, morarem ou povoarem se obrigava como de feito logo obrigou de dar e pagar em cada huum anno ao dito senhor e a seus soccesores reis destes reinos de remda em salvo pera todo sempre sessenta e hum mil reaes e huum por cemto pera as obras pias e vinte quatro arrates de cera, pellas rendas das sysas da dita villa de

17| Riscado: reinarem.

Oleiros e seus termos como soe de andar em arrendamento que he outro tamto menos dous mil reaes que ao dito senhor prouve de lhes quitar do que o anno passado esteve ha dita remda arrendada pellos officiaes da fazenda do dito senhor, porquanto o dito anno pasado esteve arrendada por sessenta e três mil reaes e huum por cemto e vinte quatro arrates de cera, afora as ordinarias que se pagam [fl. 31v] aos officiaes. Os quaes Lxj- reaes e huum por cento e vinte quatro arrates de cera afora ordinarias se obriga pagar ao dito senhor e a seus socesores em cada huum ano pera sempre pera que em paas e em salvo o dito senhor e seus socesores o ajam e possuam pera todo sempre por tributo e dereito real (...). [Fl. 33] (...) Testemunhas que a todo forom presentes, Alvaro Pacheco, cavaleiro fidalgo da cassa do dito senhor, e Fernam Lourenço, cavaleiro da cassa do dito senhor, e Antonio de Sampayo, criado do secretario Antonio Carneiro, do concelho del rey nosso senhor, que disse que conhecia o dito Luis Afonso, procurador do dito concelho. E Manoel de Mayorga, cavaleiro fidalgo, da goarda da camara do dito senhor, e Luis Machado, outrosi cavaleiro fydalgo de sua cassa. E eu Fernamd'Alvarez acima nomeado, publico escrivão destes contratos o escrevy. Com os riscados onde dizia, Diogo Lopez, e assy foy dito pello dito lecenciado que porquanto do anno de bc e dezanove, e onde dezia lhe e nas entrelinhas, onde diz seus termos, e Luis Afonso, e officiaes, o que todo se fez por verdade, presente as testemunhas sobreditas.

(Assinaturas) Christoforus Licenciatus. – Luis Afomso. – Manoel de Mayorga. – Fernam Lourenço. – Luis Machado. – Alvaro Pacheco. – Antonio de Sampayo.

Detalhe das assinaturas no final do contrato das sisas de Oleiros.

Doc. 2

1527 maio, 31, Santarém – Contrato de Proença-a-Nova.

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 4, fls. 59v-63.

Proença a Nova.

Em nome de Deus, amem. Saibham quamtos este pubrico estromento de comtrato virem que no anno do nacimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc xxbij annos, ao derradeiro dia do mês de mayo, em a vila de Samtarem, demtro das casas do Lecenceado Cristovam Estevez, do desembargo del rey nosso senhor e juiz dos feitos de sua fazemda, em presença de mim Pero Ribeiro, escudeiro do Yfamte Dom Fernando, que em ausência de Fernamd'Alvarez escprivam da camara do dito senhor sam pubrico stprivam per seue specail mandado pera os taes contratos e das testemunhas habaixo nomeados, estando hy de presente de huũa parte o dito Lecenciado Cristovam Estevez, procurador do dito senhor pera fazer os tães contratos e, da outra, Martim Vãaz e Duarte Temudo, moradores em a villa de Proença ha Nova, e seus procuradores pera o dito contrato, segundo logo hy mostraram per duas procurações seguintes, scilicet, huũa do dito senhor feita ao dito lecenciado, asynada per sua alteza e asellada do seu sello pendente, e outra dos oficiães da camara e povo da dita villa, feita aos ditos Martim Vaaz e Duarte Temudo e asynada do publico synall de Nycolõ Temudo, pubrico tabeliam em a dita villa e termo, o theor das quães procurações huũa apos outra tal he:

Dom Joam per graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem maar em Africa, senhor de Guinee, e da comquista, navegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persya e da India. A quantos esta mynha carta de poder e procuraçam virem faço saber que nas cortes que fiz na villa de Torres Novas, no anno passado de bc xxb me

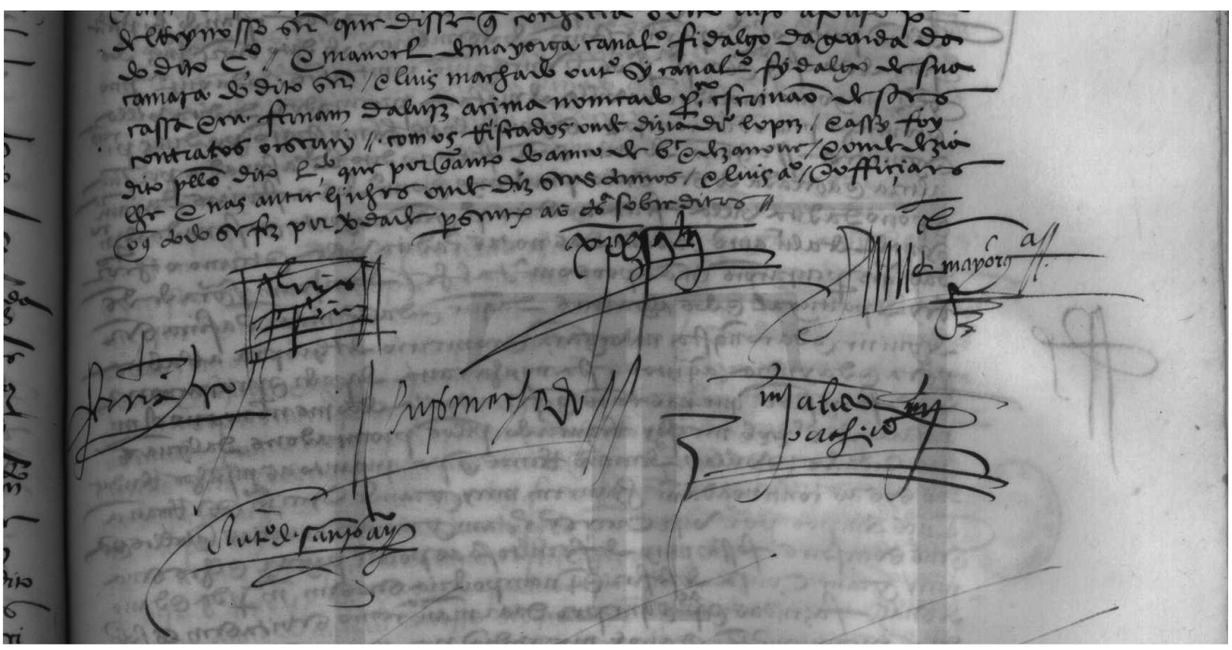


FIG. 1 | Detalhe das assinaturas no final do contrato das sisas de Oleiros.

foy requerydo [fl. 60] por os procuradores dalguũas das cidades e villas de meus regnos que porquanto as minhas rendas das sysas comtinuadamente hyam em muy grande crecimento (...). Dada em a villa d'Alcouchete, a dous dias de janeiro. Bertolameu Fernandez a fez. Anno de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbij.

Sabham quantos esta procuraçam virem que no anno do nacimento de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbij annos, aos xxb dias do mês d'abril, em esta vila de Porença a Nova, em a casa da camara da dita vila, estando hy Pero da Serra e Antonio Pestana, juizes ordenairos em ela, e asy Cristovam Vãaz, e Andre Lõpez, vereadores, e Bertolameu Fernandes, procurador do dito concelho, e asy Pero Estevez, e Martim Vãz, e Pero Annes, e Pero Anes, o Novo, e Pero Fernandez, juiz das sysas, e Lopo Pirez, e Pero Alvarez, ferrador, e Symão [fl. 60v] Fernandez, e Pero Alvarez, e Fernamd'Alvarez, e Bertolameu Fernandez, e Bernabe Vãz, tabaliam, e Gonçalo Fernandez, e Pero Dias do Adro, e asy os outros moradores da dita vila <e termo> que a todo presentes estavam, logo per todos os sobreditos juntamente perante mim tabeliam e testemunhas abaixo nomeadas foy dito que aa sua noticia viera ora que el rey nosso senhor mandava dar as sysas pera todo sempre aos concelhos e povos de seus regnos por certo preço em cada hum anno pera o que dera poder ao Lecenciado Cristovam Estevez do seu desembargo e juiz dos feitos de sua fazenda pera se comcertar com os ditos povos (...) elles todos juntamente faziam e constetuiam e ordenavam por seus sertos e avondosos procuradores com libera admenystraçam no milhor modo e maneira que eles com direito podiam pera esta procuraçam milhor valer e mais firme ser a Duarte Temudo, morador em a dita vila a ele soo e asy a Martim Vaaz que jaa per outra procuraçam outrosy esta por procurador, a ambos juntamente e a cada huum por sy pera que por elles e em seus nomes e do dito concelho e de todos seus sobcesores elles ditos procuradores e cada hum por sy se concertem e posam concertar com o dito Lecenciado Cristovam Estevez pera elles tomarem as ditas sysas em cada huum anno pera todo sempre (...) [fl. 61] (...) E em testemunho e fee de verdade mandaram e outorgaram ser feito este estromento de procuraçam que foy feito e outorgado dia, sem, anno acima sprito. Testemunhas que presentes estavam, Diogo Gonçalvez, çapateiro, e Duarte Fernandez, ambos moradores em a dita villa e outros. E eu Nicolão Temudo, publico tabeliam em a dita villa e seu termo por el rey nosso senhor que este estromento de procuraçam sprevy e tirey da nota que em meu poder fica assynada pollas partes em ele meu publico synal fiz que tal he.

Apresentando mais os ditos Martim Vãaz e Duarte Temudo outra procuraçam da dita villa em que se continha que aos xbj dias do mês de fevereiro da dita Era de j- bc xxbij, na camara da dita vila, estando hy juntos e chamados segundo seu custume pera tomar as sysas os mesmos juizes e vereadores e procurador do dito concelho, com os mais nomeados na outra procuraçam atras sprita, fezeram seu procurador ao dito Martim Vãaz somente pera tomar as ditas sysas com todalas clausolas e obrigações nesta outra procuraçam atras sprita conteúdas. A qual parecia ser feita pelo mesmo Nycolão temudo, pubrico tabeliam e asynada de seu publico synal, com testemunhas em ela nomeadas, scilicet, Vicente Vãaz, e Joam Pirez, alfayate, e Beltesar Gaspar, todos moradores na dita vila. A qual fica em poder de mim stprivam. E eu a nam treladey aquy por abastar a procuraçam atras treladada somente faço dela mençam pola procuraçam atras treladada fazer dela mençam e por mais abastança.

E apresentadas asy as ditas procurações, loguo polo dito Lecenciado Cristovam Estevez e pollos ditos Duarte Temudo e Martim Vãaz, procuradores da dita villa, foy dito que elles estam ora comcertados per vertude das ditas procurações de elles ditos procuradores da dita villa em nome da dita villa e povo, tomar em sy as rendas das sysas da dita vila asy como soem andar em arrendamento, e dar por elas ao dito senhor e a seus sobcesores pera todo sempre outra tanta renda em cada hum anno como ora as ditas sysas andam em arrendamento, menos sete mil reaes que ao dito senhor aprouve de lhe quytar pella maneira seguinte:

Item primeiramente disseram os ditos Martim Vãaz e Duarte Temudo que eles como procuradores abastantes do dito concelho em seu nome e de todolos moradores delle e sobcesores que ao diante em elle e seus termos viverem, morarem ou povoarem se obrigavam como de feito logo obrigaram de dar e pagar em cada hum anno de janeiro que passou deste anno presente de j- bc xxbij em diante ao dito senhor e a seus sobcesores reys destes regnos de remda em cada hum anno em salvo pera todo sempre [fl. 61v] cemto e quinze mil reães e hum por cento per'as obras pias e duas arrobas de cera pollas rendas das sysas da dita villa de Proença e seus termos como soe de andar em arrendamento que he outro tanto como o anno passado esteve a dita sysa arrendada pellos oficiais da fazenda do dito senhor, afora as ordinarias dos oficiães. E esto tirando os sete mil reaes de que lhe sua alteza faz quita e merce, porquanto no dito anno passado esteve a dita sysa arrendada por cento e vynte e dous mil reaes e hum por cento e duas arrobas de cera afora as ordinarias que se pagavam aos oficiais. E tirados os sete mil reaes de que lhe o dito senhor faz quita e merce ficam os ditos cento e quinze mil reaes e hum por cento e duas arrobas de cera. Os quaães cento e quinze mil reaes e hum por cento e duas arrobas de cera afora as ordinárias que o dito concelho pagara, segundo abaixo sera declarado, se obrigam os ditos procuradores em nome do dito concelho pagar ao dito senhor e seus sobcesores em cada hum anno pera sempre (...). [Fl. 63] (...) Testemunhas que a todo foram presentes, Vasco Homem, escudeiro, morador na villa de Sam Vicente da Beira, e Estevam Rico, escudeiro, morador na villa da Covilhã, e Duarte Mendez, escudeiro, morador n'Arrefana de Sousa, e Joam Delgado, çapateiro, morador em a dita vila de Santarem, e Diogo Alvarez, alfayate, morador na dita villa. E eu Pero Ribeiro, acima nomeado, pubrico sprivam destes contratos per autoridade do dito senhor sprevy. Nam faça duvida no respançado onde diz, esta, e na antrelinha onde diz, e termo, porque todo se fez por verdade.

(Assinaturas) Christoforus Licenciatus. – Duarte Temudo. – Martim Vãz. – Vasco Omem. – Estevam Rico. – Duarte Mendez. – Diogo (Sinal) Alvarez. – Joam Delgado.

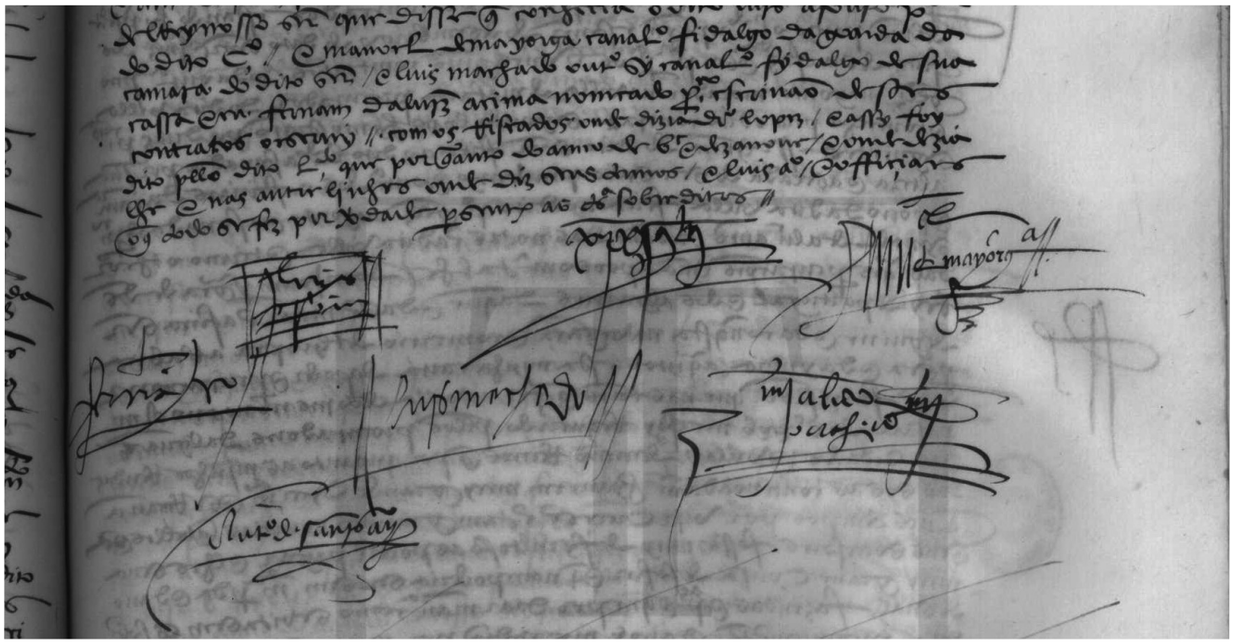


FIG. 2 | Detalhe do fecho do contrato das sisas, com as assinaturas dos procuradores das partes e das testemunhas, relativo a Proença-a-Nova.

Doc. 3

1527 junho, 17, Almeirim – *Contrato de São Vicente da Beira.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 5, fls. 37-38v.

Comtrato da vila de Sam Vicente da Beira[18].

Dom Joham per graça de Deus, rey de Portuguall e dos Alguarves daquem e dalem maar em Africa, senhor de Guine e da comquista, navegação, comercio d'Etiopia, Arabia, Persia e da Imdia. A quamtos esta minha carta virem faço saber que por parte dos juizes he hoficiaes, homens boons e povo da vila de Sam Vicente da Beira, per seu procurador, me foi apresemtado hum pubrico estormento de comtrato que sobre o thomar das sisas da dita vila fizeram com o Lecenciado Christovam Estevez, do meu desembargo que pera isso tem minha soficiemte procuraçam, do qual o theor de verbo a verbo he o seguimte:

Em nome de Deus, amem. Saibam quamtos este pubrico estormemto de comtrato virem que no anno do nacimemto de nosso senhor Jhesuu Christo de mil e bc xxbij anos, aos xbij dias do mês de junho em a vila d'Almeirim, demtro nas pousadas do Lecenciado Christovam Estevez, do desembarguo del rey nosso senhor e juiz dos feytos de sua fazemda, em presemça de mim Pero Ribeiro, escudeiro do Ifamte Dom Fernamdo, publico escrivam destes contratos per espiciall mamdado do dito senhor e das testemunhas abaxo nomeadas, estamdo ahy de presemte de hũa parte o dito Lecenciado Christovam Estevez, procurador do dito senhor pera fazer os taes comtratos, e da outra Vasquo Homem, morador na vila de Sam Vicemte da Beira e seu procurador pera este comtrato segumdo loguo hi mostraram per duas procurações seguimtes, scilicet, hũa do dito senhor feita ao dito lecenciado, assinada per sua alteza e aselada do seu selo pemdemte, e outra dos hofiicães da camara e povo da dita villa, feita ao dito Vasco Homem e asynada do pubrico synall que Joam d'Amdrade, publico tabaliam das notas da dita vila e termo, ho teor das quães procurações huũa apos outra, tal he:

Dom Joam e ct. Aqui se há de treladar a procuraçam do dito senhor feyta ao dito lecenciado. E o mãis se segue:

Saibam quamtos este estormemto de poder e procuraçam virem como ao derradeiro dia do mês d'abrill do anno do nacimemto de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbij annos, em a vila de Sam Vicente da Beira, nas casas da camara da dita vila, estamdo ahi Alvaro Memdez e Alvaro Piirez, escudeiros, juizes hordenairos que ora sam em a dita vila, e asy Gil Vaz, e Dioguo Rodriguez Bouçam, veradores, e Vasco Piirez, procurador do comcelho, e Amtonyo de Refoios, fidalguo da casa del rey nosso senhor, e Fernam Falcam, cavaleiro da casa do dito senhor, e Ruy Vaz Faviam, e Ruy Fernandez, e Joam da Fragua, escudeiro da casa do dito senhor e asy outros muitos homens homrados da dita vila e asy todos juntos e o povo e moradores da dita villa e termo todos jumtos per pregam e campãa tamgida, segumdo bom uso e costume da dita villa. E loguo per elles todos jumtos e cada hum per sy foy dito em presemça de mim tabeliam e testemunhas adiamte nomeadas per elles foy dito que a sua noticia viera ora que el rey nosso senhor mamdava dar as sisas geraes e vinhos pera todo sempre aos concelhos e povos de seus reinos e senhorios por

18| Na carta de licença, de 20 de junho de 1557, para Jorge Álvares, tabelião do público e judicial na vila de São Vicente da Beira, ter um ajudante, refere-se que na «dita villa e termo há pasamte de mil vezinhos e nella há muitos neguocios e ocupações asy nas notas como no do judicial». (ANTT – Chancelaria de D. João III: Privilégios, livro 5, fls. 37v-38).

certo preço em cada hum anno, pera o que dera poder ao Lecenciado Christovam Estevez, do seu desembarguo e juiz dos feytos de sua fazemda, pera se comcertar com os ditos povos por rezam e causa das ditas sisas e as dar aos ditos povos por certo preço em cada hum anno pera todo sempre (...) constetuitam e ordenaram por seu certo e avondoso procurador com libera admenistraçam no milhor modo e maneira que eles com direito podiam pera esta procuraçam milhor valer e mais firme ser a Vasco Homem, escudeiro da casa do Mestre Nosso Senhor, morador na dita vila, o amostrador da presemte procuraçam, que ele por eles e em seus e dos ditos costetuimtes e concelho e de todos seus sobcesores, elle dito seu procurador se comcerte e possa comcertar com o Lecenciado Christovam Estevez pera elle tomar em sy as ditas sisas em cada hum anno pera todo sempre polo preço em que ora estam ou menos se as o dito senhor quiser dar (...) [fl. 37v] (...) E em testemunho delo e verdade todos mandaram e outorgaram delo ser feyto este estormento de poder e procuraçam segundo que todo esto milhor e mais compridamente se comtem já per dous acordos que per mim tabeliam e escrivam da camara estam escritos e asynados per todos per suas mãos. Testemunhas que eram presemtes, Vicente d'Almeida, tabeliam, e Fernam Miguez, e Afonso Vaz, moradores em a dita villa. A qual procuraçam todos asynaram. E eu Joam d'Amdrade tabeliam publico notayro judicial, escrivam da camara na dita vila por o Mui Ilustre Senhor Dom Jorge, mestre de Samtiaguo e d'Avis, duque de Coinbra, senhor de Montemoor, Torres Novas e das Beatriaz e nosso senhor que esta presemte procuraçam per mamdado e outorgamento todos ditos costetuimtes e povo e concelho escrevy e em ela meu pubrico synall fiz que tal he.

E apresemtadas asy as ditas procurações loguo polo dito Lecenciado Christovam Estevez e pelo Vasco Homem, procurador da dita vila, foy dito que elles estam ora comcertados per vertude das ditas procurações dele dito procurador da dita villa em nome da dita villa, tomar em sy as remdas das sisas da dita vila asy como soe de amdar em arrendamento e dar por ela ao dito senhor e a seus sobcesores pera todo sempre per outra tamta remda em cada hum anno como as ditas sisas amdaram em arremdamento os annos passados menos b- reaes que ao dito snehor apraz por fazer merce a dita vila de lhe quitar da contia em que a dita remda amdou arremdada os derradeiros anos passados. E esto pela maneira e com as condições e clausullas seguimtes:

Item primeiramemte disse o dito Vasco Homem que elle como procurador abastamte da dita villa, em seu nome e de todos os moradores delle e de seus sobcesores que ao diamte em ella e seus termos viverem, morarem ou povoarem se obrigava como de feyto loguo obriguou de dar e pagar em cada hum anno de janeiro que passou deste anno presemte de mil bc xxbij em diamte ao dito senhor e a seus socesores reis destes reinos em salvo pera todo sempre, cemto e sesemta e três mil ijc reaes por a remda das sisas da dita vila e seu termo asy como soe de amdar em arremdamento afora as hordinarias dos hoficiaes que he outro tamto como o anno passado esteve arremdada a dita remda polos oficiaes da fazemda do dito senhor afora os cimquo mil reaes que lhe quita e esto entramdo aquy o hum por cento das hobras pias e asy a valia de hũa arroba de cera avaliada em mil bjc reaes que he sua comum valia na dita vila e comarca, porquamto nos ditos annos passados esteve a dita remda arremdada por Clxb- reaes e hum por cemto e hũa arroba de cera avaliada em mil bjc reaes que he sua comum valia na dita vila e comarca, porquamto nos ditos annos passados esteve a dita remda arrendada por Clxb- reaes e hum por cemto e hũa arroba de cera que lhe vinha por repartiçam da cera de todo o almoxarifado afora has ordinarias que se pagavam aos hoficiaes a custa dos remdeiros. E tirados os b- reaes de quyta ficam Clx- reaes e no hum por cemto delles se monta j- bjc reaes e na arroba de cera outros j- bjc reaes e sam os ditos Clxiij- ijc reaes. Os quaes cento e sesemta e três mil dozemtos reaes afora ordinárias que ho dito concelho há de pagar aos hoficiaes segundo abaxo sera decrarado se obriga o dito Vasco Homem e de feyto loguo obrigou em nome da dita vila e como seu procurador pagar ao dito senhor e a seus sobcesores em cada hum anno pera sempre (...). [Fl. 38v] (...) Testemunhas, o Lecemciado Lopo Fernamdez, morador na villa de Samtarem, e Geronimo Ferraz, scprivam dos feitos da fazemda, e Gracia de Lucena, morador na villa de Castelo Bramco, e Gonçalo Nunez, morador na cidade de Lixboa, e Fernam Ximenez, morador na villa de Samtarem. E eu Pero Ribeiro, acima nomeado, pubriquo escrivam por autoridade do dito senhor o escrevy.

Pedimdo me por merce que me prouvesse de lhe confirmar, retificar e aprovar o dito concerto e contrato como nelle he conteudo. (...) Dada na villa d'Almeirim, a xbiij° de junho. Luis Alvarez a fez. De mil bc xxbij annos.

Doc. 4

1527 junho, 25, Almeirim – *Contrato de Pedrógão Pequeno.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 1, fls. 18v-20 e livro 7, fls. 49v-51.

Pedrogam Pequeno, obriga se a Riij- bjc xx reaes.

Em Nome de Deus, amen. Saibham quamtos este publico estormemto de comtrato virem que no anno do nacimemto de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc xxbij annos, aos xxb dias do mês de junho, na vila d'Almeirim, nas pousadas do Lecemceado Crystovam Estevez, do desembargo del rey nosso senhor e juiz dos feitos de sua fazemda, em presemça de mim Pero Ribeiro, escudeiro do Yfamte Dom Fernamdo, que per autoridade do dito senhor sam pubrico escprivam destes comtratos, e das testemunhas abaixo nomeadas, estamdo hy de presemte de huũa parte o dito Lecenciado Cristovam Estevez, procurador do dito senhor pera fazer os taães contratos, e da outra, Joam Duram, morador na villa de Pedrogam Pequeno, e seu procurador pera este comtrato segundo logo hy mostraram per duas procurações, das quaães o theor de verbo a verbo he o seguinte:

Dom Joam per graça de Deus rey de Portugall e dos Algarves, daquem e dallem maar em Africa, senhor de Guyne e da comquista navegação comercio d'Etiopia, Arabia, Persya e da Imdia. A quamtos esta minha carta de poder

e procuraçam virem, faço saber que nas cortes que fiz na villa de Torres Novas, no anno passado, de bc xxb, me foy requerido por os procuradores dalguũas das cidades e villas de meus regnos, que porquamto as minhas remdas das sysas continuadamente hyam em muito grande crecymento, e se receavam que nos tempos por viinr crecesem em tam grandes comtias que a elles e a seus sobcesores fosse muy dificultoso as poderem pagar (...). Dada em a villa d'Alcouchete, a dous dias de janeiro. Bertolameu Fernandez a fez. Anno de nosso senhor Jehsu Christo de mil bc xxbij.

Saibham quantos este estormento de procuraçam virem que no anno do nacimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc xxbij annos, aos omze dias do mês de junho, na villa do Pedrogam, na casa da camara da dita villa, estando hy juntos e chamados segundo custume pera o caso de que abaixo fara mençam, Pero Alvarez e Joam Afonso, juizes ordenairos, e Pero Martinz, vereador, e Lourenço Martinz, procurador do concelho, e Fernande Annes, e Rafael Pirez, e Mem Fernandez, omens da camara, e Joam Alvarez, e Memd'Afonso, e Luis Gonçalvez, e Diogo Pirez, e Joam Gonçallvez, e Francisco Afonso, e Pero Luis, e Mateus Eannes, e Luis Eannes, e Symaão Pirez, e Joam Pirez, e Felipe Gonçallvez, e Afonso Mateus, e Alvaro Lõpez, e Afonso Annes e Men Diãz e Afonso Annes, do Paynho, e Joam Pirez, e Joam Vãaz, e Fernam Ramalho, e Fernand'Afonso, e Alvaro Pirez, e Pero Annes, e Bertolameu Pirez, e Fernam Pirez, e Alvaro Pirez, e Bras Gonçalvez, e Joam da Rique, e asy outros muitos moradores desta villa e termo, que a todo presemte estavam. E logo por todos os sobreditos jumtamente peramte mim tabeliam e testemunhas abaixo nomeadas foy dito que a sua noticia viera ora que el rey nosso senhor mandava dar a[s] sysas pera todo sempre aos comcelhos e povos de seus regnos por certo preço [fl. 19] em cada hum anno pera o que dera poder ao Lecenciado Crystovam Estevez, do seu desembargo e juiz dos feitos de sua fazemda, pera se concertar com os ditos povos por rezam e causa das ditas sysas (...) e ordenavam por seus certos e avomdosos procuradores com lybera adminystraçam no milhor modo e maneira que elles com direito podiam pera esta procuraçam milhor valer e mais firme ser a Joam Duram, escudeiro, morador na dita villa do Pedrogam, e a Cristovam Fernandez, outros escudeiro e stprivam damte o juiz da villa de Samtarem e morador na dita villa de Samtarem, a todos jumtamente e a cada hum delles im solidum pera que por elles e em seus nomes e do dito concelho e de todos seos socesores elles ditos procuradores e cada huum por sys e concertem e posam comcertar com o dito Lecenciado Cristovam Estevez pera elles tomarem em sy as ditas sysas em cada hum anno pera todo sempre (...). Testemunhas que a esto forom presemtes, Rafael Fernamdez, e Pero Annes, o Novo, e Afonso Andre, e Fernande Annes, do Paynho, todos moradores na dita villa. E eu Cristovam Lois, escudeiro, publico tabeliam das notas e judicial e stprivam da camara e almotaçarias e dos órfãos que este estromento de procuraçam stprevi e em fim dele de meu publico synal syney que tal he.

E apresemtadas as ditas procurações, logo pollo dito Lecenciado Crystovam Estevez, procurador do dito senhor, e pollo dito Joam Duram, procurador da dita villa, foy dito que elles estam ora concertados por vertude das ditas procurações delle dito procurador[19] da dita villa em nome da dita villa e povo della tomar em sy a remda das sysas da dita villa asy como soe amdar em arremdamento e dar por ella ao dito senhor e a seus socesores pera todo sempre outra tamta remda em cada hum anno como as ditas sysas amdaram em arremdamento os annos passados menos três mil reaes que ao dito senhor apraz por fazer merce a dita villa de lhe quytar da comtia em que ha dita remda amdou arremdada os derradeiros annos passados. E esto polla maneira e com as comdições e clausolas seguimtes:

Item primeiramente disse o dito Joam Duram que ele como procurador abastante da dita villa em seu nome e de todos os moradores della e de seus sobcesores que ao diante em ela e seus termos vyverem, morarem ou povorarem, se obrygava como de feito logo obrigou da dar e pagar em cada hum anno de janeiro que passou deste ano presemte de j- bc xxbij em diante ao dito senhor e a seus sobcesores reys destes regnos, em salvo pera todo sempre, corenta [fl. 19v] e três mil e seiscemtos e vimte reaes polla remda das sysas da dita villa e seu termo, asy como soe amdar em arremdamemto afora as ordinárias dos oficiães que he outro tanto preço como os annos passados esteve a dita sysa arremdada pollos oficiães da fazemda do dito senhor, afora os três mil reaes que lhe quita. E esto emtrando aqui o hum por cento das obras pias e asy a vallia de vyntee e quatro arrates de cera avaliada a cincoenta reaes o arrátel que he sua comum vallia, porquamto nos ditos annos passados esteve a dita remda arrendada por coremta e cimquo mil reaes em cada hum anno, e vymte catro arrates de cera que lhe vinha por repartiçam da cera ordenada em todo o almoxarifado afora as ordinarias que se pagavam aos ofyciaes a custa dos remdeiros. E tirados os três mil reaes que o dito senhor lhes quita ficam coremta e dous mil reaes. E no hum por cento delles se monta quatrocentos e vinte reaes. E nos xxiiij arrates de cera a cimcoenta reaes o arrátel se momta mil e dozemtos reaes. E asy sam os ditos coremta e três mil e seiscemtos e vimte reaes. Os quães coremta e três mil e seiscentos e vimte reaes hafora ordinárias que o dito concelho pagara aos oficiaes segumdo abaixo sera declarado, se obrigava o dito Joam Duram e de feito logo obrigou em nome da dita villa e termo e como seu procurador de pagar ao dito senhor e a seus sobcesores reis deste regno em cada huum anno pera sempre pera que em paz e em salvo o dito senhor e seus sobcesores o ajam e pessuam pera todo sempre por tributo e dereito reall (...). [fl. 20] (...) Testemunhas que a todo foram presemtes, o Doutor Afonso Serrão, corregedor da Estremadura, e Tomas Luis, escprivam da chancelaria da correiçam da Beira, morador em Lamego, e Gomez Eannes, stprivam da camara do dito senhor e seu notairo geral nesta corte, e Aires Negro, escudeiro, da casa do dito senhor, morador na cidade do Porto. E eu Pero Ribeiro acima nomeado que esto por mandado e autoridade do dito senhor stprevi. (...)

19| Riscado: que elle dito procurador.

(Assinaturas) Christoforus Licenciatus. – Alfonsus (?)[20]. – Joam Duram. – Tomas Luis. – Gomez Anes Freitas. – Ayres Negro.

Doc. 5

1527 junho, 27, Almeirim – *Contrato do antigo concelho de Sobreira Formosa (Proença-a-Nova).*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 2, fls. 120-121.

Comtracto do concelho e villa de Sovereira Formosa.

Dom Joam e ct. A quamtos esta minha carta de comfirmaçam virem faço saber que por parte dos juizes e ofyciaes e homes boons e povo do concelho e villa da Sobereira Formosa, per Fernam Pirez, seu procurador, me foy aprezemtado hum pruviquo estormemto de comtrato que sobre o tomar das sisas da dita villa fizeram com o Lecenceado Cristovam Estevez, do meu desembargo que pera isso tem minha soficiemte procuraçam, de que o teor de verbo ad verbum he o seguimte:

Em nome de Deus, amem. Saibam quamtos este estormemto pubrico de contracto virem [que no] anno do nacimemto de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbij annos, aos xxbij das do mês de junho, em a villa d'Allmeirim, nas pousadas do Lecenciado Cristovam Estevez, do desembargo del rey nosso senhor e juiz dos feytos de sua fazenda, em presemça de mim Gomez Eannes de Freitas, escrivam da camara do dito senhor, notairo publico e jerall em sua corte e das testemunhas que se abaixo nomearam, estamdo hy de hũa parte o dito Lecenceado Christovam Estevez, procurador do dito senhor pera fazer os taes comtratos e da outra Fernam Pirez, almocreve, morador em Sovereira Fremosa, procurador do dito concelho e villa de Sovereira Fremosa, pera este contracto, segumdo loguo hy mostraram per duas procurações, scilicet, huũa do dito senhor feyta a ele lecenceado, asynada per sua alteza e aselada do seu selo pemdemte, e a outra dos hoficiaes da camara e povo da dita villa e termo, das quães procurações hũa apos outra ho trelado de verbo a verbo tal he:

Aqui se há de treladar a procuraçam do dito senhor feyta ao dito Lecenceado Christovam Estevez. E o mais he o seguimte:

Saibam quamtos este estormemto de procuraçam virem como no ano do nacimemto de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbij annos, aos xbij dias do mês de junho, em a villa de Sovereira Fermosa, demtro na camara da dita villa, estamdo jumtos, chamados a dita camara, Jorge Alvarez e Pero Afonso, juizes hordenairos, e Diogo Annes e Afonso Annes, veradores, e Grigorio Diaz, procurador do dito concelho, e Afonso Amriquez, mercador, e Joam Vaz Galhardo, e Joam Martinz, e Pero Gonçalvez, ferreiro, e Estevam Pirez, almocreve, e Pero Annes, alfaiate, e Pero Lopez, almocreve, e Joam Martinz, lavrador, e asy Martim Alvarez, d'Azinhagaa, e Pero Alvarez, e Alvaro Romeu, do Chão Redondo, e Pero Anes Pregos, e Pero Anes do Troviscall, e Joam Pirez, d'Atalaya, e Diogo Diaz, das Holiveiras, e asy os outros moradores da dita villa e termo ou a mor parte de todos, que a todo presemtes estavam, loguo por todos jumtamemte peramte mim tabeliam e testemunhas abaixo nomeadas, foy dito que a sua noticia viera ora que el rey nosso senhor mamdava dar as sisas pera todo sempre aos concelhos e povos de seus reinos por certo preço em cada hum[ano] pera o que dera poder ao Lecenceado Christovam Estevez, do seu desembargo, e juiz dos feytos de sua fazenda, pera se comcertar com os ditos povos por rezam e causa das ditas sisas e as dar aos ditos povos por certo preço em cada hum ano pera todo sempre (...) hordenavam por seu certo, avomdoso, soficiemte procurador com libera admenistraçam no milhor modo e maneira que eles com direito podiam per esta procuraçam milhor valer e mais fyrme ser a Fernam Pirez, em a dita villa morador, todos jumtamemte e cada hum deles im solidum pera que por eles e em seus nomes e do dito comcelho e de todos seus sobcesores, elle dito seu procurador se comcerte e possa comcertar com ho dito Lecenceado Cristovam Estevez (...) [Fl. 120v] Testemunhas que presemtes estavam, Amdre Rodriguez e Lopo Fernamdez, clérigos de misa e curas na dita villa. E Alvaro Jorge, criado do Senhor Coudel Moor, morador na dita villa. E eu Myguel Jorge, tabeliam pruviquo em a dita villa e seu termo pelo Senhor Coudel Moor, etc., meu senhor, a escrevy e comcertey com a propia que fica em meu livro de notas e asyney de meu pubriquo synall que tal he.

E apresemt[ad]as asy as ditas procurações, logo per o dito Lecenceado Christovam Estevez, procurador do dito senhor e por o dito Fernam Pirez, procurador da dita villa e povo, foy dito que eles estam ora concertados per vertude das ditas procurações delle dito procurador da dita villa em nome da dita villa e povo dela tomar em sy a remda das ditas sisas da dita villa em nome da dita villa e povo dela tomar em sy a remda das ditas sisas da dita villa asy como soe amdar em arremdamemto e dar por ela ao dito senhor e a seus socesores pera todo sempre outra tamta remda em cada hum anno, como as ditas sisas amdaram em arremdamemto os annos passados. E ysto por a maneira e com as comdições e clausulas seguimtes:

Ytem primeiramemte disse o dito Fernam Pirez que ele como procurador abastamte da dita vila e em seu nome e de todos os moradores dela e de seus socesores que ao diamte em ella e seus termos viverem, morarem ou povorarem se obrigava como de feyto logo obrigou de dar e pagar em cada hum anno de janeiro que passou deste presemte anno de mil bc xxbij em diante ao dito senhor e a seus socessores, reys destes regnos, em salvo pera todo sempre, viimta quatro mil e setecemtos e coremta reaes, por as remdas das sisas da dita villa e seu termo asy como soe amdar em arremdamemto afora as hordinarias do oficiaes que he outro tamo preço como o anno passado esteve a dita sisa arremdada por os oficiães da fazemda do dito senhor. E esto emtramdo aquy o hum por cemto das hobras pias e asy da valia de dez arrates de cera, quynhemtos reaes, a rezam de Lta reaes so arrátel, que he a sua comum valia

20| Assinatura correspondente ao Dr. Afonso Serrão, referido no rol das testemunhas presentes.

na dita villa e comarca porquamto nos ditos anos passados esteve a dita remda arremdada por os ditos viimta quatro mil e setecemtos e coremta reaes com hum por cemto e dez arrates de cera que lhe vinha por repartiçam da cera em todo o almoxarifado, afora as hordinarias que se pagavam aos hoficiaes a custa dos remdeiros.

Os quaes viimta quatro mil e setecemtos e quoremta reaes afora hordinarias que ho dito concelho e povo pagara aos oficiaes segumdo abaixo sera declarado se obriga o dito Fernam Pirez e de feyto logo obrigou em nome da dita villa e termo e comos eu procurador de pagar ao dito senhor e a seus socesores reys destes regnos em cada hum anno pera sempre (...). [Fl. 121] (...) Testemunhas, Alvaro Pacheco, cavaleiro fidalgo da casa do dito senhor, e Luis Alvarez de Proença, capelão do Senhor Cardeal Ifamte, e Pero Ribeiro, escudeiro do Senhor Ifamte Dom Fernamdo, e Jorge Caldeira, fidalguo, morador em Guimarães. E eu Guomez Eanes de Freitas, escrivam da camara do dito senhor e notairo pruviquo e jerall em sua corte que o escrevy. E por nom saber escrever, Fernam Pirez rogou a Pero Ribeiro que posesse em seu synall o nome.

Pedimdo me por merce que me prouvesse de lhe comfyrmar, retificar e aprovar o dito comcerto e contrato como nele he comteudo (...). Dada em a villa d'Allmeirim, a dez dias de março. Belchior Correa a fez. Ano do nacimento de nosso senhor Jhesu Christo de mil e quinhemtos e viimte oyto annos. (...)

Doc. 6

1527 julho, 17, Coimbra – *Contrato do antigo concelho de Álvaro (Oleiros).*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 7, fls. 90v-93v.

Comtrato da villa d'Alvoro.

Dom Joham e ct. A quamtos esta minha carta virem faço saber que por parte dos juizes e oficiães, homens boons e povo da villa d'Alvoro, per seu procurador, me foy apresemtado huum publico estormemto de comtrato que sobre o tomar das sysas da dita villa fezeram com o Lecenciado Cristovam Estevez do meu desembargo que pera isso tem minha sofeciemte procuraçam, de que ho teor de verbo ad verbum he o seguimte:

Em nome de Deus, amem. Saibam quamtos este estormento pubrico de comtrato virem que no anno do nascimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil e quinhemtos e vimte sete annos, aos dezassete dias do mês de julho, na cidade de Coimbra, nas casas da fazemda del rey nosso senhor que estam jumto com ho paço, em presemça de mim Pero Ribeiro, escudeiro do Ifamte Dom Fernamdo, que per especial mamdado do dito senhor sam pubrico esprivam destes contratos, e das testemunhas abaixo nomeadas, estamdo hy de presemte de huũa parte o Lecenciado Cristovam Estevez, do desembargo do dito senhor e juiz dos feytos de sua fazemda e seu procurador pera fazer os taães comtratos, e da outra Pero Fernandez, morador na villa d'Alvoro e seu procurador pera este comtrato segundo logo hy mostraram per duas procurações seguimtes, scilicet, huũa do dito senhor feyta ao dito lecemceado e outra dos officiães da camara e povo da dita villa feita ao dito Pero Fernandez, das quães ho teor dellas de verbo ad verbum he ao [sic] se ao diamte segue:

Dom Joham e ct. Aquy se há de treladar a procuraçom del rey nosso senhor feyta ao dito Lecenciado Cristovam Estevez. E a da villa he a seguimte:

Saibam quamtos este estormemto de procuraçam viirem que no anno do nascimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil e quinhemtos e vimte e sete annos, aos sete dias do mês de mayo, na villa d'Alvoro demtro na camara da dita villa, estamdo hy jumtos em camara chamados segundo custume pera o caso que abaixo fara memçam, scilicet, Afomso Gonçalvez e Fernamd'Afomso juizes, e Vasco Lourenço e Domingos Afomso, vereadores, e Alvoro Afomso, procurador do comcelho, e Martim Afomso, o Velho, e Lopo Diãz, e Pero Martinz, e Fernamd'Eannes, o Velho, e Mendo Nunez, e Luis Fernamdez, [fl. 91] e Pero Annes, do Adro, e Afoms'Alvarez, todos moradores nesta villa d'Alvoro, e outros muitos que a todo presemtes estavam segumdo jaa mais compridamemte estava per acordo de todo o povo que tomassem a dita sysa. E logo per todos os sobreditos jumtamente peramte mim tabaliam e testemunhas abaixo nomeadas foy dito que a] sua noticia viera ora que el rey nosso senhor mamdava dar as sysas pera todo sempre aos comcelhos e povos de seus regnos por certo preço em cada huum anno pera o que dera poder ao Lecenciado Cristovam Estevez, do seu desembargo e juiz dos feytos de sua fazemda pera se comcertar com os ditos povos por rezam e causa das ditas sysas (...) constetuiaram [sic] por seu certo e avomdoso procurador com libre admenistraçam no milhor moro e forma e maneira que o elles com direito podiam fazer e pera esta procuraçam milhor valer e mais firme ser a Pero Fernamdez, morador nesta villa d'Alvoro. E logo por elles tdos jumtamente e cada huum delles im solidum que por esses e em seus nomes e do dito comcelho e de todos seus sobcessores elle procurador se comcerta e posa comcertar com ho dito Lecenciado Cristovam Estevez pera elles tomarem a dita sysa (...). Testemunhas que presemtes estavam alem das acima nomeadas, Pero Fernandez, estrebuidor, e Martim Afomso, o Novo, e Gonçalo Annes, da Maria Gomez, todos moradores na villa e termo. E eu Pero Martinz, tabaliam do publico e judicial e notas por el rey nosso senhor nesta villa d'Alvoro que esta esprivy per mamdado dos sobreditos e da nota e propria oryginall que em poder de mim tabaliam fica treladey bem e fielmente e sobre todo meu publico synal fiz que tal he.

E apresemtadas asy as ditas procurações, logo pollo dito Lecenciado Christovão Estevez, procurador do dito senhor e pollo dito Pero Fernamdez, procurador da dita villa d'Alvoro, foy dito que elles estavão ora comcertados per vertude das procurações delle procurador da dita villa em seu nome e de todo o povo della tomar em sy a remda das sysas da dita villa asy como soem amdar em arremdamento e dar por ella ao dito senhor e a seus sobcesores pera todo sempre outra tamta remda em cada huum anno como as ditas sysas amdaram em arremdamento os annos passados. E esto pela maneira e com has comdições e clausollas seguimtes:

Item primeiramente disse o dito Pero Fernamdez que elles como procurador abastamte da dita villa d'Alvoro em seu nome e de todollos moradores della e de seus termos e de seus sobcesores que ao diamte em ella viverem, morarem ou povorarem se hobrigava como de feyto logo obrigou dar e pagar em cada huum anno deste janeiro que passou deste anno presemte de mil e quinhemtos e vimte e sete em diamte ao dito senhor e a seus sobcesores reis destes regnos em salvo pera todo sempre, coremta e seis mil e trezemtos e setemta e cimquo reaes polla remda das sysas da dita villa asy como soem amdar em arremdamento afora as ordinarias dos officiães que he outro tamto preço como o anno passado esteve a dita sysa arremdada pollos officiães da fazemda do dito senhor emtramdo aquy ho huum por cemto das obras pias. E asy a valia de dezoyto arrates e meio de cera avaliada a cimquoemta reaes o arratall que he sua comum valia porquamto o anno passado esteve a dita remda arremdada por coremta e cimquo mil reaes e mais [fl. 91v] huum por cemto que sam quatrocemtos e cimquoenta reaes e mais de cera dezoyto arrates e meio que lhe vinham por repartiçam da cera ordenada em todo o almoxarifado em que se momtavam novecemtos e vimta cimquo reaes a rezam de cimquoemta reaes o arratel. E asy fazem os ditos quoremta e seis mil e trezemtos e setemta e cimquo reaes afora ordinarias que se pagavam aos officiães a custa dos remdeiros.

Os quães quoremta e seis mil e trezemtos e setemta e cimquo reaes afora ordinarias que ho dito concelho pagara aos officiães, segundo abaixo sera declarado, se hobriga o dito Pero Fernamdez e de feyto logo obrigou em nome da dita villa e como seu procurador de pagar ao dito senhor e a seus sobcesores reis destes regnos em cada huum anno pera sempre (...). [Fl. 92] (...) Testemunhas que ha todo foram presemtes, o Doutor Joham do Avelar, logo temte de vedor da fazemda da cidade do Porto e o Lecenciado Francisco Samchez, morador em Tramcoso, e Duarte de Paz, cavaleiro da casa del rey nosso senhor, e Pero Ribeiro, stprivam da camara do concelho da Lousada, e Pero Freyre, moço da fazenda do dito senhor. E eu Pero Ribeiro, acima nomeado, que per autoridade do dito senhor sam publico stprivam que ho stprevy.

Pedimdo me por merce que me prouvesse de lhe confirmar, reteficar e aprovar o dito comcerto e comtrato como nelle he conteúdo. (...) [Fl. 92v] (...) Dada na cidade de Coimbra, aos trimta dias do mês de julho. Luis Alvarez a fez. De mil e quinhemtos e vimte e sete annos.

Doc. 7

1527 setembro, 21, Coimbra – *Contrato de Vila Velha de Rodão.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 8 fls. 54-58v.

Villa Velha do Rodam. Cto bij- bjc L reaes.

Em nome de Deus, amem. Saibham quamtos este pubrico estormento de comtrato virem que no anno do nacimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc xxbij annos, aos xxj dias de setembro em a cidade de Coymbra, nas pousadas do Lecemceado Cristovam Estevez, do desembargo del rey nosso senhor e juiz dos feitos de sua fazemda, em presemça de mim Pero Ribeiro, escudeiro do Yfamte Dom Fernamdo que por especial mamdado do dito senhor sam pubrico escprivam destes comtratos e das testemunhas abaixo nomeadas, estando hy de presemte de huũa parte o dito Lecenceado Crystovam Estevez, procurador do dito senhor pera fazer os taães comtratos, e da outra Symam Diãz, morador na Vila Velha do Rodam e procurador da dita villa pera este comtrato, segundo hy mostraram per duas procurações seguintes, scilicet, huũa do dito senhor, feita ao dito Lecenceado Crystovam Estevez, asynada per sua alteza e aselada do seu sello pendemte, e outra dos juizes e oficiaes e povo do dito concelho, feita ao dito Symam Diaz. E na dita procuraçam vynha acostada huũa carta que o dito senhor mandara a Joam d'Afonseca, juiz de fora, sobre huũa delegemcia que nella lhe mandava fazer sobre alguũas pessoas que depois de tomarem a sysa em tributo real e terem asynado segundo per huum acordo que alem do alvará vem treladado faz mençam a nam quiseram, segundo na dita carta de sua alteza e acordo e procuraçom todo mais compridamente he comteudo. Da qual carta e acordo e procurações hum apos outro tal he como se segue:

Dom Joam per graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves daquem e dallem maar em Africa, senhor de Guine e da comquysta, navegação, comercio de Etyiopia, Arabia, Persya e da Imdia. A quamtos esta minha carta de poder e procuraçam virem faço saber que nas cortes que fiz na villa de Torres Novas, no anno passado de bc xxb, me foy requerido por os procuradores dalgũas das cidades e villas de meus regnos que porquamto as minhas rendas das sisas comtinuadamemte hyam em muy gramde crecimento (...). [Fl. 54v] (...) Dada em a villa d'Allcouchete, a dous dias de janeiro. Bertolameu Fernamdez a fez. Anno de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc xxbij.

Saibam quantos este trellado de huũa carta del rey nosso senhor com o trelado de dous acordos e deligemcias que se por a dita carta fezeram, dado em pubrica forma per mamdado e autoridade de justiça virem, que no anno do nacimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc xxbij annos, aos dous dias do mês de setembro, em esta villa de Villa Velha do Rodom, em a casa da camara da dita villa, pareceo o Lecenceado Antonio Cardoso, juiz de fora em a villa de Castello da Vide, e apresemtou peramte mim taballiam aos juizes da dita villa e vereadores e procurador e homens boos hũa carta del rey nosso senhor sobre a deligencia que o dito senhor per elle mandava fazer ao dito juiz, os juizes da dita villa tinham já o povo jumto pera que com os moradores della se am de fazer o que o dito senhor per ella manda. Da qual o trellado he o seguimte:

Lecenceado Joam da Fomseca. Eu el rey vos envio muito saudar. Symam Diaz, lavrador e carniceiro e morador em a Villa Velha do Rodam me enviou dizer per sua petiçam que juntos os vereadores e procurador do concelho da dita villa e termo e outros muitos homens, acordarom todos em camara de por menos opressam tomarem a sysa da dita villa em tributo como os outros tomaram. E depois do povo terem três vezes jumto determinaram tomar a dita sysa. E

logo começaram a tirar dinheiro, o que cada hum queria dar pera que vyesem a minha corte a tomar a dita remda. E pera yso emlegeram dous homes, scilicet, o sprivam da dita villa e Alvoro Fernandez e Joam Fernamdez. E a estes se avya de dar o dito dinheiro que estava deposytado em mão de hum homem boom. O povo meudo requeria aos juizes e oficiães que mandassem tomar a dita remda, o que refusavam em especial o juiz e o dito sprivam e recebedor. E que o povo depois tornara com hum requerimento aos sobreditos e todavia nam queriam nem lhe quyseram dar estormento d'agravo porque na dita villa e termo nam avia mais que este stprivam que he da camara e d'almetaçaria e publico judicial e orfaãos e das ditas sysas e alcaide das sacas. E a este tal nam vay bem tomarem se as ditas sysas em tributo e por lhe asy nom quererem [fl. 55] dar o dito estormemto quebrou hũa telha que asi trazia em testemunho de verdade peramte muitas testemunhas. Pedimdo me que mamdase vir todollos asynados e acordos que o dito povo e homens boos tinham feitos e que pois ao povo meudo aprazia tomar a dita sysa ouve por bem. E pollo qual vos mando que tamto que vos esta for apresemtada, vades logo a essa Villa do Rodam e vos emformes do comteudo nesta petiçam e façaes viinr peramte vos todollos acordos e fazey ajuntar o povo e queremdo os mais dos moradores da dita villa e termo tomar as ditas sysas fares logo fazer huũa procuraçam por a [e]memta que este Symam Diaz, morador na dita villa leva. A qual mamdamos dar ao procurador ou procuradores que emlegidos forem pera virem fazer o comtrato. E a procuraçam fares fazer ao tabeliam dessa Villa do Rodam. E vos porem levares hum taballiam dessa villa de Castello da Vide comvosquo pera fazerdes os autos que vos parecerem serem necessairos contra o sprivam que dizem que lhe denegou o estormemto. E tirares dello testemunhas e fares huum auto, o qual me logo enviares. E por esta mamdo que vos obedeçam no que dito he e a este caso toca e vos dem pousadas e camas, a vos e ao tabeliam que levardes, sob penna de quem o asy nom comprir pagar xx cruzados pera os cativos. E vos compry o asy com muita deligemcia. Stprita em Coymbra, ao derradeiro dia d'agosto. Domingos de Paiva a fez. De mil bc xxbij.

E logo o dito povo, scilicet, os asynados neste acordo abaixo escpritos ordenaram de fazer a procuraçam que necessaria era pera o caso segundo mais compridamemte esta em meu livro de notas per amemta que o dito Symam Diaz trouxe e apresemtou ao dito juiz, que parecia ser asynada per Cristovam Estevez, juiz dos feitos de sua fazemda, do desembarguo do dito senhor. A qual eu tabeliam treladey e a comcertey com o dito juiz. Nom aja duvida nas duas amtrelinhas que diz huũa, o juiz, e a outra, era mais, que eu taballiam a fiz por fazer verdade.

Em comprimemto da qual carta foi o dito povo jumto e notificada per o dito juiz ao dito povo se queriam a dita sysa e em tributo real pello preço em que agora está. E pergumtado pello dito juiz, huuns diziam sy e outros nam. Os quaaes todos se apartaram e a mayor parte do povo se apartou a huũa bamda e a mayor parte do povo dissera, que a queriam por o preço em que agora esta quamdo se menos tomam podessem aver. E xxx homes omde emtravam os juizes e vereadores e procurador do comcelho e recebedor das sysas disseram que por o preço em que agora está a nom queriam que se lha dessem menos ate setemta ou oytemta mil reaes que ha tomariam. E por a mayor parte com o dobro da gemte e eu stprivam digo e dizem todos nam querem. E vieram logo todos jumtos aa camara e requereram logo ao dito juiz que se fezesse este acordo. E ordenaram logo por seus procuradores pera yrem pedir a dita sysa a Symão Diaz, carnyceiro, morador na dita villa, e Pero Annes, de Villar do Boy, termo da dita villa, aos quaaes disseram que davam todo seu comprido poder como logo lhe derom sua procuraçam segundo amemta do que se fez memçam [fl. 55v] na carta do dito senhor. E asy mandou o dito juiz a mim estprivam que lhe amostrassem os acordos que sobre este caso eram feitos. E eu stprivam lhe amostrey hum acordo que se sobre yso fezera, no qual estam asynados dos ditos juizes e vereadores e outros homes em que lhe aprazia de tomarem a dita sysa tamto por tamto em tributo ou por certos annos, o dito juiz mandou que todos e stprevesse. E asy o dito juiz com alguns delles o assynaram. E eu Gonçalo Diaz, sprivam o sprevi. Nam seja duvida na borradura e riscado que eu sprivam o fiz por fazer verdade.

E os que assynaram no dito acordo sam os seguintes, scilicet, o dito Amtonio Cardoso, juiz da villa de Castelo da Vide, e Diogo Annes, e Rodrigo[21] Alvarez, e Pero Velho, e Fernam Diaz, e Diogo Gil, e Fernam Bras, e Pero Vãaz, e Diogo Lopez, e Diogo Alvarez, e Joam Vaaz, e Joam Folgado, e Bemte Annes, e Diogo Vãaz, e Pero Fernamdez, e Alvaro Afomso, e Fernam Gomez, e Joane Annes, e Lourenço Alvarez,[22] Alvaro Annes, e Diogo Allvarez, e Afonso Annes, e Pero Lourenço, e Diogo Annes, e Lourenço Vaaz, e Bastiam Diaz, e Pero Annes, e Symam Diaz, e Alvaro Fernandez, e Symam Diaz, e Diogo Annes, e Lopo Fernandez, e Joam Annes, e Domingue Annes, e Diogo Fernamdez, e Amtonio Diaz, e Afonso Pirez, e Gonçalo Diaz, e Joam Pirez, e Fernam Diz, e Domingos Martinz, e Joane Annes, e Martim Pirez, e Lourenço Vãaz, e Pero Gill, e Joam Pirez, e Martin'Hannes, e Martim (?) Eannes, e Pero Vãaz, e Goldofre Annes, e Esteve Annes, e Pero Afonso, e Alvaro Pirez, e Joam Bras, e Lyote Pirez, e Roque Memdez, e Alvare Annes, e Myguel Fernandez, e Jorge Afonso, e Pero Fernandez, Bras Fernandez e Jorge Afonso, e Diogo Fernandez, e Vicente Gonçalvez, e Pero Vãaz e Sylvestre Lourenço, e Pero Vãaz, e Fernand'Eannes, e Joam Fernandez, e Lourenço Dominguez, e Joam Diaz, os quaães sam todos moradores na dita villa e termo e todos estam asynados no dito acordo.

Trelado do acordo que fezeram os juizes e oficiais.

Anno do nacimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc e xxbij annos, aos dez dias do mês de março do dito anno em esta villa de Villa Velha do Rodam, na casa da camara da dita villa, em camara, estando hi Bertolameu Alvarez, e Martim Lourenço, juizes, e Estevam Vãaz e Lourenço Annes, vereadores, e Domingue Annes, procurador do dito concelho, e o povo com a moor parte delle que se ajuntou e foi chamado a camara, todos jumtamemte e as mais vozes,

21| Palavra emendada aparentemente a partir de "Pero".

22| Riscado: Pero Annes.

acordaram que fossem por toda esta sysa asy geral como a dos panos da terra e se el rey nosso senhor quiser quitar do preço que lhe fara merce e nom quitando que tamto por tanto a querem em tributo ou em certos annos e emlegeram a mim stprivam e Alvoro Fernandez que fossemos por ella e fezesem procuraçam ao dito Alvoro Fernandez e que por seu trabalho a ele e a mim nos davam dous mil reaes pera despesas e mais as custas que se fezesem nos papees e de cada dez mil reaes que quitassem que lhe dessem hum alqueire de pam e do mais e do menos o que lhe coubesse a cada hum. E por verdade asynaram. E eu Gonçalo Diaz stprivam da camara que estprevy.

Os que asynaram no dito acordo sam os seguimtes, scilicet, Martim Lourenço, e Bertolameu Alvarez, juizes, Estevam [fl. 56] Vãaz, e Lourenço Annes, vereadores, e Domingue Annes, procurador do dito concelho, Pero Alvarez, Fernamd'Eannes, e Gill Diz, e Diogo Lopez, e Guilhelme Pirez, e Symam Diaz, e Diogo Alvarez, e Domingue Annes, e Fernam Braz, e Lopo Fernamdez, e Afonso Annes, e Diogo Annes, e Diogo Vaz, e Joam Diaz, e Gonçalo Afonso, e Joam Fernandez, e Goldofre Annes, e Pero Gonçallvez, e Pero Fernandez, e Marcos Alvarez, e Diogo Annes, e Myguel Rodriguez, e Roque Diaz, e Pero Annes, e Pero Diaz, e Diogo Gil, os quães acima espritos estam asynados no livro da camara da dita villa do dito anno de mil e quinhemtos vymta sete annos e sam todos moradores na dita vylla e seu termo.

Os quaães acordos e carta do dito senhor vam stpritos em cimquo meas folhas com esta, sem rescadura, nem borradura que duvida faça, somemte duas amtrelinhas e huũa borradura e huũa riscadura que vam ressalvadas que se fezerom no comcerto por fazer verdade. E a procuraçam vay stprita pegada na mesma folha. A qual he a seguimte:

Saibham quamtos este estromento de procuraçam virem como no anno do nacimemto de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc xxbij annos, aos dous dias do mês de setembro, em esta villa de Villa Velha do Rodam, na casa da camara da dita villa, estamdo hy jumtos, chamados em camara, demtro da camara, segundo seu custume pera o caso de que abaixo fara memçam, scilicet, Diogo Annes, e Rodrigo Alvarez, e Antonio Diaz, e Diogo Gill, e Joam Folgado, e Joam Vãaz, Esteve Annes, e Fernam Bras, e Pero Vãaz, e Fernand'Eannes, e Fernam Gomez, e Esteve Annes e asy a mayor parte com o dobro de todos os que jumtos foram, conforme a hum acordo que sobre o caso seguimte he feito, que a todo presemtes estavam, logo per todos os sobreditos jumtamemte peramte mim tabeliam e testemunhas abaixo nomeadas foy dito que a sua noticia viera ora que el rey nosso senhor mandava dar as sysas pera todo sempre aos comcelhos e povos destes regnos por certo preço em cada hum anno pera o que dera poder ao Lecenceado Cristovão Estevez, do seu desembargo e juiz dos feitos de sua fazemda, per se concertarem com hos ditos povos (...) ordenaram por seus certos e avondosos procuradores com[fl. 56v] livre adminystraçam no milhor modo e maneira que o elles com direito poderem pera esta procuraçam mais valer e mais firme ser, scilicet, a Symam Diaz, morador na dita villa e a Pero Annes, morador na Vila do Boy, termo da dita villa, a todos jumtamemte e a cada hum in solydo, pera que por elles e em seus nomes e do dito concelho e de todos seus sobcesores elles ditos procuradores e cada hum per sy se comcertem e possam concertar com o dito Lecenceado Cristovam Estevez pera elles tomarem em sy as ditas sysas (...). Testemunhas que eram presentes, Pero Alvarez, tabeliam na villa de Castello da Vyde, que com o dito juiz vynha, e Joam Gil, e Joam Diz, moradores no termo da villa da Sartã omde se chama o Nesperal, rendeiro desta comemda. E eu Gonçalo Diaz, publico tabeliam nesta Villa do Rodam e seu termo por el rey nosso senhor que esta procuraçam por mandado dos sobreditos stprevi e em ella meu publico synal fiz que tal he.

Os quaãis autos e procuraçam foram concertados com os propios com Mateus Diaz em que se o dito Symam Diaz louvou.

E apresemtadas asy as ditas procurações, logo pelo dito Lecenceado Cristovam Estevez procurador do dito senhor e por o dito Symam Diaz, procurador da dita villa, foi dito que elles estam [fl. 58] ora comcertados per vertude das ditas procurações delle dito procurador da dita villa em nome da dita villa e povo delle tomar em sy a renda das sysas da dita villa asy como soem amdar em arremdamemto e dar por ella ao dito senhor e a seus sobcesores pera todo sempre outra tamta remda em cada hum anno quamto as ditas sysas amdaram em arremdamento os annos passados menos cymquo mil reaes que ao dito senhor apraz por fazer merce a dita villa de lhe quitar da comtia em que a dita renda amdou os annos passados. E esto por a maneira e com as condições e clausolas seguimtes:

Item prymeiramente disse o dito Symão Diaz que elle como procurador abastamte da dita villa em seu nome e de todos os moradores della e de seus sobcesores que ao diamte em ella e seus termos viverem, morarem ou povoarem, se obrigava como de feito logo obrigou de dar e pagar em cada hum anno de janeiro que passou deste anno presemte de mil bc xxbij em diamte ao dito senhor e a seus sobcessores, reis destes reinos, em salvo pera todo sempre, cemto e sete mil seiscemtos e cimquoemta reaes, por a remda das sysas da dita villa e seu termo asy como soe amdar em arrendamento afora as ordinarias dos oficiais que he outro tamto preço como o anno passado esteve a dita remda arremdada por os oficiaes da fazemda do dito senhor afora os cimquo mil reaes que lhe quyta. E esto entramdo aqui o hum por cemto das obras pias e asy a valia de huũa arroba de cera avaliada a mil e seiscentos reaes que he sua cumum valia na dita villa e comarca, porquamto nos ditos annos passados esteve a dita renda arrendada por cento e dez mil reaes e huũa arroba de cera que lhe vynha por repartiçam da cera ordenada em todo o almoxarifado, afora as ordinarias que se pagavam aos oficiais a custa dos rendeiros. E tirados os cimquo mil reaes que ho dito senhor lhes quita ficam cento e cinquo mil reaes e no hum por cento delles se monta mil e cimquoenta reaes e na arroba de cera mil e seiscentos reaes, e sam os ditos cento e sete mil e seiscentos e cimquoenta reaes. Os quaãis cento sete mil seiscentos e cinquoenta reaes afora ordinárias que o dito concelho pagara aos oficiães segundo abaixo sera declarado se obryga o dito Symam Diaz e de feito logo obrigou em nome da dita villa e termo e como seu procurador de pagar ao dito senhor e a seus sobcessores em cada huum anno pera

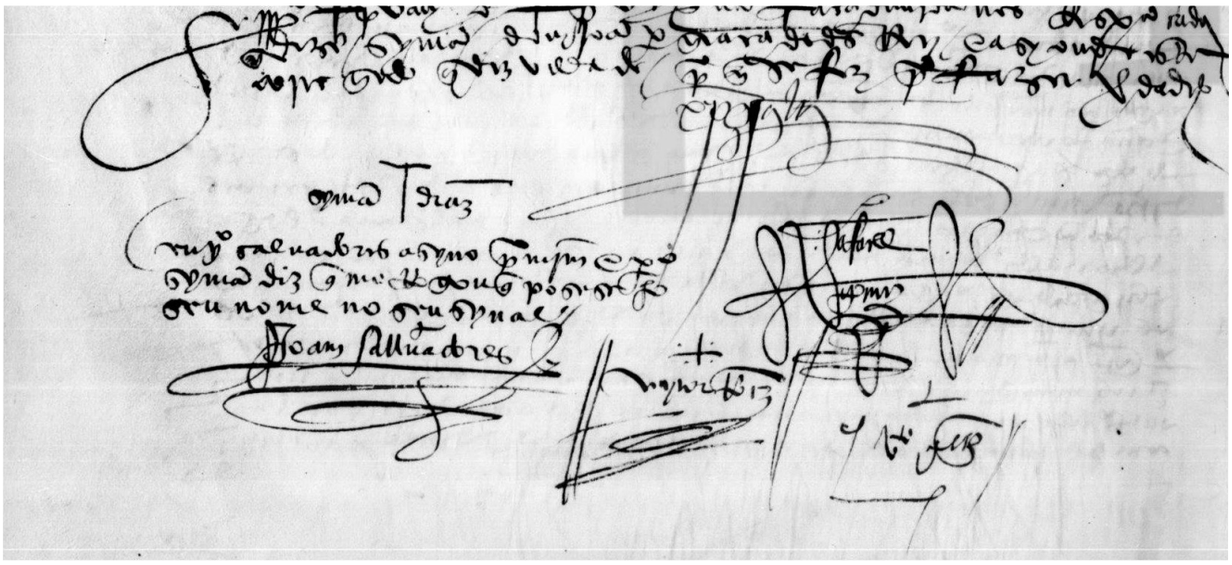


FIG. 3 | Detalhe do encerramento, com assinaturas, do contrato das sisas de Vila Velha de Rodão.

sempre (...). [Fl. 58v] (...) Testemunhas que eram presemtes, Rafael Nunez, morador em a villa de Torres Vedras, e Eytor Rodriguez, caminheiro da fazemda del rey nosso senhor, e Vicente Gonçallvez, morador na dita Villa Velha e Joam Salvadores, filho de Salvador Eannes, morador no Porto. E o dito Symam Diãz rogou ao dito <Joam> Salvadores que posesse o seu nome no seu synal porque nom sabia sprever. E eu Pero Ribeiro, acima nomeado, que per autoridade do dito senhor sam publico stprivam o stprevy. Nom faça duvida nos respançados que dizem, Symam, Dom Joam per graça de Deus rey, e asy onde este corregido que diz villa de, porque se fez por fazer verdade.

(Assinaturas) Christoforus Licenciatus. – Symam (Sinal) Diãz. Eu Yoam Salvadores asyno por mim e per Symam Diaz que me rogou que posesse ho seu nome no seu synal. Joam Sallvadores. – Rafael Gomez. – Eytor Rodriguez. – Vicente Gonçallvez.

Detalhe do encerramento, com assinaturas, do contrato das sisas de Vila Velha de Rodão.

Doc. 8

1528 janeiro, 8, Almeirim – *Contrato de Penamacor.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 7, fls. 112-115v.

Comtrato da villa de Penamacor. [Fl. 112v]

Dom Joam ect. A quamtos esta minha carta de comfirmaçam virem faço saber que por parte dos juizes e oficiaes e homens boons e povo da villa de Penamaquor per Martim Vaaz e seu procurador me foi apresemtado huum publico estormento de contrato que sobre ho tomar das sisas da dita villa fizeram com o Lecenciado Christovam Estevez do meu desembarguo que pera yso tem minha soficiemte procuraçam de que o trelado de verbo ad verbum he o seguimte:

Em nome de Deus, amem, Saibam quamtos este estormento publico de contrato virem que no anno do nacimento de nosso senhor Jhesuu Christo de j- bc xxbiij annos, aos biij° dias do mês de janeiro, em a villa d'Allmeirim, nas casas da fazemda omde pousa ho Lecemciado Cristovam Estevez, do desembarguo del rey nosso senhor e juiz dos feytos de sua fazemda, em presemça de mim Gomez Eannes de Freitas, escrivam da camara do dito senhor e notairo publico e jeral em sua corte e das testemunhas que se nomeara, estamdo hi presemtes de huũa parte o dito Lecenciado Christovam Estevez, do desembarguo do dito senhor e seu procurador pera fazer os tães contratos e da outra parte Martim Vaaz, escudeiro e morador em a villa de Pennamoquor, procurador da dita villa e dos moradores della e de seus termos, segundo loguo hi mostraram per duas procurações, huũa do dito senhor, feita a elle lecenciado, assinada per sua alteza e aselada do seu sello pemdemte, e a outra dos oficiães da camara e maior parte do povo da dita villa e moradores della e de seus termos das quães procurações o trelado de verbo ad verbum se ao diamte segue:

Dom Joam ect. Aqui se há de treladar a procuraçam del rei nosso senhor, <feita> ao dito Lecenciado Christovão Estevez, e o mais he o seguinte:

Saibam quamtos este estormento de procuraçam virem que no anno do nacimemto de nosso senhor Jhesuu Christo de mil bc xxbij annos, aos doze dias do mês de novembro, em a villa de Pennamaquor, estamdo hy o Lecenciado Christovam Memdez de Carvalho, do desembarguo del rei nosso senhor, que ora per seu espiciall mamdado vem dar as sisas aos povos peramte elle parecerem Felipe Diaz e Ramos Fernandez, juizes em a dita villa, e Martim Domingues e Afomso Vaz, vereadores em a dita villa, e Rodrigo Afonso, procurador do concelho della, e ao dito lecenciado apresemtaram huum acordo asynado e outorguado polos ditos juizes vereadores e procurador e per Francisco Allfaram, alcaide da dita villa, e per Vasco Vicente e per Antonio Afonso, e per Fernand'Allvarez, e per Luis Martinz, e per Martim Vaz, escrivam das sisas e per Luis

Estevez, e Diogo Diãz, e Diogo Fernandez, tabeliães e per Allvaro Estevez e per Lopo Fernamdez e per Rui Lourenço, escudeiros, e pessoas que amdam nos oficios do concelho, e per outros muitos moradores em a dita vila que eram a maior parte dos moradores da dita villa, e per Afomse Annes, do luguar do Pedroguam, com a maior parte dos moradores do seu lugar, e per Allvaro Fernamdez, juiz do luguar de Vall de Lobo, com a maior parte dos moradores do seu luguar e asy por outros juizes doutras alldeas do termo da dita villa e moradores della e por todos eram a maior parte dos moradores da dita villa e termo, do qual acordo o trelado tal he:

Anno do nacimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil quinhemtos e viimte sete annos, dez dias do mês de novembro, em a villa de Pennamoquor, estamdo hy o Lecenciado Christovam Memdez, do desembarguo del rei nosso senhor, que ora por seu ispiciall mamdado vem dar as sisas aos povos, e asy estamdo hy Felipe Diaz e Ramos Fernamdez, juizes da dita villa, e Martim Dominguez e Afomso Vaz, vereadores em a dita villa, e Rodrigo Afonso, procurador della, e asy Pero Lopez e Luis Estevez e Diogo Fernamdez, ambos tabeliães, e Martim Vaz, escrivam das sisas, e Gonçalo Lourenço, e Tristam Fernamdez, escudeiros, e pessoas que amdam nos oficios do concelho e asy outros muitos moradores da dita villa que eram a mãior parte dos moradores da dita villa. E loguo o dito lecenciado lhes disse que sua alteza por fazer merce a dita villa e termo lhes mandava dar as sisas della e do termo pera sempre pera a dita villa e termo e esto polos tirar de remdeiros e oficiães da recadaçam das ditas sisas e esto no preço em que estava arrematada, do quall sua alteza fazia <de> quita e merce dez mil reaes que se elles quisessem thomaar a dita sisa da dita vila [fl. 113] e termo pera sempre no preço em que estava arrematada, triados os ditos dez mil reaes que elle lhe daria em nome de sua alteza e como seu procurador que he per vertude de hũa procuraçam que de sua alteza tinha que he em poder de mim scripvam que lhes por mim escrivam foy passada, a qual era synada per sua alteza e aselada do seu sello pemdemte e feita per Bastiam da Costa, e fiqua em poder de mim escrivam da camara pera a treladar no livro dela, a qual sisa elle lecenciado lhe daria em nome de sua alteza per vertude da dita procuraçam pera a dita villa e termo <pera sempre> e ysto se o recebem em merce de sua alteza. E loguo per os ditos juizes e veradores, procurador e pessoas sobreditas, e os abaixo assinados, disseram que elles beijavam as mãos de sua alteza pela gramde merce que lhes fazia polos tirar d'achaques e opressões de remdeiros e oficiães d'arrecadaçam das ditas sisas que a elles lhes aprazia como de feito aprouve posto que a sisa da dita villa e termo estava em mui gramde preço e muito cara e mais que avia neste almoxarifado. Porem que comfiamdo elles na muita vertude de sua alteza e na vomtade que tem pera fazer merce a seus povos e a serems eus naturaes vassalos e serem moradores em a dita villa que he luguar d'estremo e que comtinoadamemte estam prestes pera seu serviço, a elles todos lhes aprazia, como de feito aprouve, de tomarem as sisas da dita villa e termo pera sempre pera a dita villa e termo e moradores della e de seus sobcesores pera todo sempre. E beijavam as mãos de sua alteza por a merce que lhes fazia em lhes quytar e fazer merce dos ditos dez mil reaes; que allem disso elles se punham em mãos de sua alteza e tomavam a dita sisa tirados della do dito preço do por que estava arrematada os ditos x- reaes e que no mãis se punham em mãos de sua alteza e tomavam a dita sisa no preço que sua alteza ouver por bem e seus erviço pera a dita villa e termo e moradores della e de seu termo e de seus socesores e que pera fazer a procuraçam pera tomar a dita sisa como sua alteza mamda davam seus livres e compridos poderes com libera'demenistraçam gerall e ispiciall mamdado aos ditos juizes e vereadores, procurador da dita villa aos quães fariam procuradores pera vir aa corte tomar a dita sisa da mão de sua alteza e fazer o contrato della (...) [Fl. 113v] (...) e ordenaram por seus certos, avomdosos procuradores com libera admenistraçam jerall e ispeciall mandado no milhor modo e maneira que o elles com direito podiam pera esta procuraçam milhor valler e mais fyrme ser aos ditos Felipe Diaz e Fernam Lopez e os ditos Luis Estevez e Martim Vaz ou a cada huum delles em solido, scilicet, a todos jumtamemte ou a cada huum delles em solido pera que por elles e em seus nomes e dos moradores da dita villa e termo e de seus socesores tomem a dita sysa e façam o contrato della pera sempre como sua alteza mamda (...). [Fl. 114] (...) Testemunhas que estavam presemtes, o Bacharel Amtam Fernamdez, prometor da justiça na dita correiçam, e Allvaro Gonçallvez, cidadão do Porto, morador em a villa de Covilhã, e Diogo Fernandez, tabeliam, escrivam da camara. E eu Thomas Luis, escrivam publico destes comtratos por mamdado de sua alteza o screpvi e aquy meu publico synall fiz que tal he.

Apresemtadas asy as ditas procurações, loguo pello dito Lecenciado Cristovam Estevez, procurador do dito senhor e pollo dito Martim Vaaz, procurador da dita villa, foy dito que elles estam ora concertados per vertude das ditas procurações delle procurador da dita villa em nome da dita villa e povo della e de seus termos tomar em sy a remda da sisa da dita villa asy como soe amdar em arremdamento e dar por ella ao dito senhor e a seus socesores pera todo sempre outra tamta remda em cada huum anno quanto as ditas sisas amdavam em arremdamento os annos passados menos treze mil reaes que ao dito senhor apraz por fazer merce a dita villa de lhe quytar da conthia em que a dita remda amdou harrendada os derradeiros annos passados. E esto posto que pello Corregedor Christovam Mendez lhe fosse já dada a dita remda em maior valia e preço e a dita villa a tevese tomada, porquamto ao dito senhor e asy a dita villa praz de novamente se fazer este contrato com a dita quyta que lhe o dito senhor ora faz. E esto pella maneira e com as comdições e crausullas seguimtes:

Item primeiramente disse o dito Martim Vaz que elle como procurador abastamte da dita villa e moradores della e de seus termos e de seus socesores que ao diante em elle e seus termos viverem, morarem ou povoarem se obriguava como de feyto loguo obrygou de dar e pagar em cada huum anno de janeiro que passou do anno de bc xxbij em diante ao dito senhor e seus socesores, reis destes reynos, em sallvo pera todo sempre, duzemtos e cimquoenta e dous mil e seiscemtos e setemta reaes por as remdas das sisas da dita villa e de seus termos asy como soe amdar em

arremdamemto afora as hordinarias dos oficiães que he outro tamto preço como o anno passado <esteve> a dita sisa arremdada pellos oficiães da fazemda do dito senhor afora os treze mil reaes que lhe asy quyta. E esto entramdo aquy o huum por cemto das hobras pias e asy ha vallya de duas arrovas de cera avaliada a cimquoenta reaes o arratell que he a sua comum vallya na dita villa e comarqua, porquanto nos ditos annos passados esteve a dita remda arremdada por duzemtos e sesemta mil reaes e huum por cemto e duas arrobas de cera que lhe vinha por repartiçam da cera ordenada em todo o almoxarifado, afora as ordinarias que se paguavam aos oficiães a custa dos remdeiros. E tirados os treze mil reaes que o dito senhor lhe quyta ficam duzemtos e quoremta e sete mil reaes. E no huum por cemto delles se monta dous mil e quatrocemtos e setemta reaes, e nas duas arrobas de cera se monta três mil duzemtos reaes. E asy sam os ditos duzemtos e cimquoenta e dous mil e seiscemtos e setemta reaes. Os quães ijc Lij- bjc lxx reaes afora as ordinarias que o dito concelho paguara aos oficiaes, segumdo abaixo sera decrarado, se obrigua o dito Martim Vaz e de feito loguo obriguou, em nome da dita villa e termo e como seu procurador, de paguar ao dito senhor e a seus socesores reis destes regnos em cada huum anno pera sempre (...). [Fl. 115v] (...) Testemunhas, Amrique da Mota, escrivam da camara do dito senhor, e Vasco Fernamdez, morador em o luguar de Punhete, e Diogo d'Aguyar, morador em Allvorninha, Guomez Eannes, ho stprevy.

Pedimdo me por merce que me prouvesse de lhe confirmãar, retifiquar e aprovar o dito comcerto e contrato como nelle he comtiudo. (...) Dada em a villa d'Allmeirim, a dez dias do mes de janeiro. Gomez Eannes de Freitas a fez. Anno de nosso senhor Jhesu Christo de mil quinhemtos e viimt'oyto. (...)

Doc. 9

1528 março, 11, Almeirim – *Contrato do concelho de Vila de Rei.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 2, fls. 130-131v e livro 6, fls. 53v-55.

Comtracto de Villa de Rey.

Dom Joham per graça de Deus rey de Portuguall e dos Allguarves daquem e dalem mar em Affrica senhor de Guinee e da comquista, navegação, comercio d'Etiopia, Arabia, Persia e da Imdea e ctª. A quamtos esta minha carta virem faço saber que por parte dos juizes e officiaes, homes boons e povo da vila de Vila de Rey per seu procurador me foy apresemtado hum pubriquo estormemto de contrato que sobre o thomar das sisas da dita vila fyzeram com o Lecenciado Christovam Estevez, do meu desembarguo que pera isso tem minha sofeciemte procuraçam, do que o teor de verbo ad verbum he o seguimte:

Em nome de Deus, amem, amem. Saibam quamtos este publico estormento de comtrato virem que no anno do nacimemto de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbiij annos aos xj dias do mês de março, na vila d'Almeirim, nas casas da fazemda del rey nosso senhor, em presemça de mim Pero Ribeiro, escudeiro do Yffamte Dom Fernamdo, que per autoridade do dito senhor sam pubrico escrivam destes comtratos e das testemunhas abaixo nomeadas, estamdo hi de presemte de hũa parte o Lecenciado Christovam Estevez, do desembargo do dito senhor e juiz dos feitos de sua fazemda e procurador do dito senhor pera fazer os taes comtratos e da outra Diogo Mateus, morador no Casal das Arnadas, termo da Villa de Rey e procurador da dita villa pera fazer este contrato segumdo loguo hy mostraram por duas procurações seguimtes, scilicet, hũa do dito senhor feyta ao dito Lecenciado Christovam Estevez, asynada per sua alteza e aselada do seu selo pemdemte e outra dos juizes e hofficiaes e povo da dita villa feita ao dito Dioguo Mateus, das quães procurações ho theor delas de verbo a verbo he o seguimte:

Dom Joam per graça de Deus e ct. Aquy se há de treladar há procuraçam do dito senhor feita ao dito Lecenciado Christovam Estevez. E o mais he o seguimte:

Saibam quamtos [este] estormemto de procuraçam virem como no ano do nacimemto de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbij annos, aos xxbij dias do mês de novembro da dita Era, em a villa de Villa de Rey, demtro na camara dela, semdo ahi jumtos chamados segumdo seu costume pera o caso de que abaixo fara memçam, Joam Vaz e Martim Annes, juizes em ela, e Nuno Alvarez, vereador e Adam Lopez, procurador do concelho, e Joam Rodriguez, e Joam Farinha, e Joam Ribeiro, e Pero Annes, e Vicente Afonso, e Diogo Diaz, e Joam Diaz, e Lopo Gonçalvez, e Pero Diaz, e Lopo Luis, e Afonso Gonçalvez, e Domimgue Annes, e Pero Luis, e Pero Pirez, e Luis Eanes, e Joam da Laguoa, Memdo Bras, e Vicemte Annes, e Bras Afonso, e Joam Domimguez, Diogo Diaz, e Dioguo Vicemte, e Guaspar Fernamdez, Pero Alvarez, Lopo Fernamdez, e os mais dos moradores da dita vila e termo. Loguo per todos os sobreditos jumtamemte peramte mim abaixo nomeado e das testemunhas abaixo escritas foy dito que era verdade que el rey nosso senhor fora requerido polos procuradores dalgũas das cidades e villa de seus regnos que lhe desse as sisas pera sempre no preço em que ora estavam, o que aos moradores da dita villa, scilicet, a maior parte deles, como dito he, parecia bem do povo de se tomar e porque alguns na dita villa nom queriam o dito senhor mamdara ora aa dita villa o Lecenciado Ruy Pirez, do seu desembarguo e corregedor da Beira, pera lhes tomar as vozes, como de feyto as tomara e lhes prazia ora a mãior parte da dita villa de as tomar. E por lhe ser dito que o dito senhor dera poder ao Lecenciado Christovam Estevez do seu desembarguo e juiz dos feitos de sua fazemda pera se comcertar com os ditos povos por razam e causa das ditas sisas e as dar aos ditos povos por certo preço em cada hum anno pera todo sempre. E comsiramdo eles que fazemdo se o tal comcerto elles seriam desemcarregados e livres de hopresões, perdas e danos (...) hordenavam por seu certo e avomdoso procurador com lybera admenistraçam no milhor modo e maneira que o eles com dereito podiam pera esta procuraçam milhor valer e mais fyrme ser, a Dioguo Mateus, morador no Casal das Arnadas, pera que elle em seus nomes e da dita villa e moradores dela e de todos seus sobcesores, elle dito seu procurador se comcerte e possa comcertar com o dito Lecenciado Christovam Estevez pera

eles tomarem em si as ditas sisas em cada hum ano pera todo sempre por preço e comtia de coremta mil reaes, no qual preço a eles tomam pera que o dito senhor o aja pera sy (...). [Fl. 130v] (...) Testemunhas que foram presemtes, Joam Farinha, e Roque Martinz, e Pedre Annes, e outros. E eu Vicente Pirez, cavaleiro da casa del rey nosso senhor que per seu mamdado a fiz e asyney deste synal pubriquo.

E apresemtadas asy as ditas procurações logo pollo dito Lecenciado Christovam Estevez, procurador do dito senhor e pollo dito Diogo Mateus, procurador da dita villa, foy dito que elles estam ora comcertados per vertude das ditas procurações delle dito procurador da dita villa em nome da dita villa e povo, tomar em sy a remda das sisas da dita villa asy como soem d'amdar em arremdamemto e dar por ela ao dito senhor e a seus sobcesores pera todo sempre outra tamta remda em cada hum anno quamto as ditas sisas amdaram em arrendamemto os annos passados menos dous mil reaes que ao dito senhor apraz por fazer merce a dita villa de lhe quitar da contia em que a dita remda amdou arremdada os derradeiros annos passados. E esto por a maneira e com as comdições e clausulas seguimtes:

Item primeiramemte disse o dito Dioguo Mateus que elle como procurador abastamte da dita villa em seu nome e de todolos moradores dela e de seus sobcesores que ao diamte em ela e seu termo viverem, morarem ou povoarem se obrigava como de feyto loguo obriguou de dar e paguar em cada hum anno de janeiro que passou deste anno presemte de mil e quinhemtos e viimte oito annos <em diante> ao dito senhor e a seus sobcesores reis destes regnos em salvo pera todo sempre coremta e hum mil e dozemtos reaes pola remda das sisas da dita villa e seu termo, asy como soe amdar em arremdamemto afora as hordinarias dos hoficiaes que he outro tamto preço como o anno passado esteve a dita sisa arremdada polos hoficiaes da fazenda do dito senhor, afora os dous mil reaes que lhe quyta. E esto emtramdo aqui o hum por cemto das hobras pias e asy a valia de mea arroba de cera avaliada a mil seiscemtos reaes arroba, que he sua comum valya na dita via e comarca, porquamto nos ditos annos passados esteve a dita remda aremdada por coremta e dous mil reaes, e hum por cemto e mea arroba de cera que lhe vinha por repartiçam da cera hordenada em todo o almoxarifado afora as hordinarias que se pagavam aos hoficiaes aa custa dos rendeiros. E tirados os dous mil reaes que lhes o dito senhor quyta, ficam coremta mil reaes e no hum por cemto deles se momta quatrocemtos reaes e na mea arroba de cera oitocemtos reaes e asy sam os ditos coremta e hum mil e dozemtos reaes. Os quães coremta e hum mil e dozemtos reaes afora hordinarias que a dita vila e termo paguara aos hoficiaes segumdo abaixo sera decrarado se hobrigua o dito Dioguo Mateus e de feyto loguo obriguo em nome da dita vila e termo e como seu procurador de paguar ao dito senhor e seus sobcesores reis destes regnos em cada hum anno pera sempre (...). [Fl. 131v] (...) Testemunhas que a todo forom presemtes, Guomez Eannes de Freitas, escrivam da camara del rey nosso senhor, e Amrique da Veygua, morador em Besteiros, e Francisco Allvarez, cleriguo de missa, morador na vila de Sortelha e procurador da dita villa que tambem veo fazer hum comtrato. E o dito Diogo Mateus, procurador, roguou ao dito Gomez Eannes que posese os eu nome em seu synall porque nom sabia escrever, e elle o pos peramte as testemunhas. E eu sobredito Pero Ribeiro o escrevy.

Pedimdo me por merce que me prouvese de lhe confyrmar, retificar e aprovar o dito concerto e contrato como nelle he conteudo (...). Dada na vila d'Almeirim, aos xxbij dias de março. Luis Alvarez de Proemça a fez. De j- bc xxbiij anos. (...).

Doc. 10

1528 março, 16, Almeirim – *Contrato do antigo concelho de Sarzedas.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 1, fls. 98-100.

Comtrato da villa das Sarzedas[23].

Dom Joam per graça de Deus rey de Portugall e dos Alguarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guine e da comquista, navegação e comercio d'Ethiopia, Arabia, Persya e da Imdia. A quamtos esta minha carta virem faço saber que por parte dos juizes e oficiães, homens boos e povo da villa das Çarzedas, per seu procurador, me foy apresentado huum pubrico estormemto de comtrato que sobre o tomar das sysas da dita villa fizeram com ho Lecenciado Cristovam Estevez, do meu desembargo que pera isso tem minha sofeciemte procuraçam, de que o teor de verbo ad verbum he o seguimte:

Em nome de Deus, amem. Saibam quamtos este pubrico estormemto de comtrato virem que no anno do nascimemto de nosso senhor Jhesuu Christo de mil e quinhemtos e vimt'oito annos, dezasseis dias do mês de março na villa d'Almeirim, nas casas da fazemda del rey nosso senhor, em presemça de mim Pero Ribeiro, escudeiro do Yfamte Dom Fernamdo, que per autoridade do dito senhor sam pubrico stprivam destes comtratos e das testemunhas abaixo nomeadas, estamdo hy de presemte de hũa parte o Lecemceado Cristovam Estevez, do desembargo do dito senhor e seu desembargador do paço e petições e procurador do dito senhor pera fazer os taães comtratos, e da outra Amrique Rodriguez, morador na villa das Çarzedas e procurador da dita villa pera fazer este comtrato, segundo logo hy mostraram per duas procurações seguimtes, scilicet, hũa do dito senhor, feita ao dito Lecenceado Cristovam Estevez, asynada per sua alteza e aselada do seu selo pemdemte, e outra dos juizes e oficiães e povo da dita villa, feyta ao dito Amrique Rodriguez, das quães procurações o teor dellas de verbo ad verbum he o seguimte:

Dom Joham e ct. Aquy se há de treladar a procuraçam del rey nosso senhor feyta ao dito Lecemceado Cristovam Estevez. E o mais he o seguimte:

Saibam quamtos este estormemto de procuraçam virem

23| Na carta régia, de 1552, em que se autoriza Jorge Álvares, tabelião do público e judicial e escrivão dos órfãos da vila de Sarzedas, a ter um ajudante, refere-se que essa vila tinha mais de quinhentos vizinhos. (ANTT – Chancelaria de D. João III: Privilégios, livro 1, fls. 132-132v).

como no anno do nascimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mil quinhemtos e vimt'oito annos, aos vimte cimquo dias do mês de fevereiro, em a villa das Çarzedas, demtro na camara da dita villa, estamdo ahy jumtos chamados segundo [fl. 98v] seu custume pera o caso de que abaixo fara memçam, Joham Rodriguez e Ruy Gonçallvez, juizes hordenairos na dita villa, e Rodrigo Afonso, e Francisco Fernamdez, vereadores, e Diogo Fernamdez, procurador do dito concelho. E outrosy estamdo hy Francisco Tramcoso, collaço do Senhor Coudel Moor e almotace, e Vasco Martinz, mercador, e Francisco Nunez, escudeiro do Senhor Coudel Mõor, stprivam da camara, e Gonçalo Annes, stprivam damte o dito ouvidor, e Bertolameu Afomso, da Praça, e Duarte Rodriguez, mercador, e Mestre Rodrigo, escudeiro do Senhor Coudel Mõor, e Diogo Memdez, escudeiro outrosy do Senhor Coudel Mõor, e Luis Vilees, escudeiro do dito Senhor, e Fernam Nunez, alfayate, e Domimgue Annes, da Rua de Cima, e Amtonio Lopez, e Gabryell Rodriguez, toalheiro, e Bertolameu Vãaz, do Vall da Via, e Cristovam Vãaz, remdeiro das sysas, e Amtam Lourenço, e Pero Annes, d'Armaceda, e Fernam Nunez, das Rochas, e Pero Rodriguez, cunhado de Luis Villees, e Pero Rodriguez Mamso, e Amdre Louremço, das Rochas de Fumdo, e Gonçalo Estevez, do Vall das Ramadas, e Luis Eannes, dos Vilares, e Alvoro Pirez, das Rochas, e Joham Annes, da Vozelha, e Jorge Afonso, da Villa, e Pero Annes, dos Villares, e Domimgue Annes, da Rua de Fumdo, e Diogo Fernamdez, çapateiro, e Vasco Magro, e Gonçalo Annes, gemrro d'Amtam Lourenço, e Lourenço Amtam, e Joham Gonçallvez, filho de Gonçalo Annes, e Diogo Lourenço, das Ferrarias, e Fernam Pirez Serrano, e Sylvestre Afomso, e Marcos Rodriguez, çapateiro, e Alvoro Crememte, e Gaspar Afonso, e Lucas Memdez, e Afonso Rodriguez, ferreiro, e Gonçalo Rodriguez, e Bastiam Rodriguez, cunhado de Luis Vallees, e Joham Alvarez, das Vesadas, e Joham Lopez, mercador, e Mende Annes, e Domingos Alvarez, gemrro de Gonçalo Annes, e Afomso Alvarez, filho de Maria Afomso, e Miguel Afonso, çapateiro, e Joham Diaz, e Pero Miguel, çapateiro, e Fernam Vãaz, tosador, e Rodrigo Annes, das Vesadas, e Gonçalo Amtam, filho d'Amtam Lourenço, e Gironimo Lopez, e Domingos Fernamdez, gemrro de Maria Afonso, e Gonçalo Nunez, e Alvoro Fernandez Delgado, e Bastiam Afonso, das Vesadas, e Gonçalo Annes, almocreve, e Joham Lopez, cardador, e Symão Lourenço, dos Villares, e Pero Afonso, gemrro d'Afonso Vãaz, do Vall da Livra, e Martim Afonso, dos Vilares, e Joham Gonçalvez, almocreve, e Estevão Pirez, e Joham Pãez, e Pero Alvarez, d'Almaceda, e Vasco Pirez, d'Almaceda, e Pero Annes, forneiro da Maa, e Diogo Fernamdez, forneiro de Martim de Martim [sic] Afomso, e Gonçalo Gonçallvez, de Vall Bom, e Joham Martinz, de Sam Domingos, e Pero Alvarez, de Sam Domingos, e Joham Rodriguez, mercador, e Diogo Pirez, e Joham Gonçallvez, salgueiro, e Gonçalo Alvarez, e Joham Pirez, dos Goaldes, e Roque Fernandez, e Adam Fernandez, seu irmão, e Joham Martinz, da Villa, e Afonso Vãaz, o Velho, e Fernand'Alvatez Marinho, e Amtonio Viçoso, cacereiro, e Alvoro Annes, filho de Joham Alvarez, e Bertolameu Gonçallvez, dos Villares, e Amtam Alvarez, d'Almaceda, e Amtonio Fernamdez, d'Almaceda, e Manuell Gonçallvez, jemrro de Pero Vãaz, e Manuell Gonçallvez, da Fomte Longa, e Gonçalo Fernamdez, da Villa, e Afomso Gill, e Graviell Rodriguez, mercador, e Joham Alvarez, da Villa, e Domingue Annes, do Vall d'Espada, e Crememte Afonso, almocreve, e Alvoro Afonço, çapateiro, e Grigorio Fernandez, mercador, Myguell Vãaz, e Amtonio Fernamdez, ferreiro, e Ruy Lopez, stprivam das sysas, e Amtonio Rodriguez, mercador, e Gaspar Gonçallvez, carpimteiro. E asy a mayor parte e caise todos os moradores desta villa e termo que a todo presemtes estavam. E logo per todos os sobreditos jumtamente peramte mim tabaliam e testemunhas abaixo nomeadas foy dito que a sua noticia viera ora que el rey nosso senhor mamdava dar as sysas pera todo sempre aos concelhos e povos de seus regnos por certo preço em cada huum anno, pera o que dera poder ao Lecenceado Cristovam Estevez, do seu desembargo e juiz dos feytos de sua fazemda, pera se comcertar com os ditos povos por rezam e causa das ditas sysas (...) e hordenavam como de feito fizeram, constetuiram e hordenaram por seus certos e avomdosos procuradores com libera admenistraçam no milhor modo e maneira que elles com direito podiam pera esta procuraçam milhor valer e mais firme ser, a Francisco Nunez, escudeiro do Senhor Coudell Mõor e stprivam da camara da dita villa, e Luis Villes, escudeiro do Senhor Coudell Moor e tabaliam na dita villa e a Ruy Lopez, stprivam das sysas na dita villa e a Cristovam Vãaz, recebedor das ditas sysas e a Diogo Memdez, escudeiro do dito Senhor Coudel Moor, e Amrique Rodriguez, tabaliam que foy na dita villa e moradores na mesma, a todos jumtamente e a cada huum delles in solidum pera que por elles e em seus nomes e do dito concelho e de todos seus sobcesores, elles ditos procuradores e cada per sy se comcertem e posam comcertar com o dito Lecenceado Cristovam Estevez pera elles tomarem em sy as ditas sysas em cada huum anno pera todo sempre (...) [Fl. 99] (...) Testemunhas que a todo foram presemtes, o Lecenciado Luis Rodriguez, juiz de fora com alçada pollo dito senhor na villa de Castelo Bramco, e Lopo Soarez, tabeliam do pubrico e judeciall da dita villa de Castello Bramco, e Bras Eannes, meirinho damte o dito juiz da dita villa de Castelo Bramco, e Manuell Martinz, e Estevão Pirez, homes do dito meirinho, moradores na dita villa de Castelo Bramco. E eu Francisco Lobo tabaliam do pubrico em ha dita villa das Çarzedas, que este estormento de procuraçam per mandado dos ditos constetuimtes stprevy e comcertey com a nota que em meu poder fica e em elle meu pubrico synall fiz que tal he.

E apresemtadas asy as ditas procurações, logo pollo dito Lecenceado Cristovam Estevez, procurador do dito senhor e pollo dito Amrique Rodriguez, procurador da dita villa, foy dito que elles estam ora comcertados per vertude das ditas procurações delle dito procurador da dita villa, em nome da dita villa e povo, tomar em sy as remdas das sysas da dita villa, asy como soe amdar em arremdamento. E dar por ella ao dito senhor e a seus sobcesores pera todo sempre outra tamta remda em cada huum anno quanto as ditas sysas amdaram em arremdamento os annos passados. E esto polla maneira e com as comdições e clausollas seguimtes:

Item primeiramente disse o dito Amrique Rodriguez que elle como procurador abastamte da dita villa em seu nome e de todos os moradores della e de seus sobcesores

que ao diamte em ella e seus termos viverem, morarem ou povorarem se obrigava como de feito logo obrigou de dar e pagar em cada huum anno de janeiro que passou deste anno presemte de mil e quinhemtos e vimt'oito em diamte ao dito senhor e a seus sobcesores reis destes regnos, em salvo pera todo sempre, novemta e três mil e trezemtos reaes polla remda das sysas da dita villa e seu termo asy como soee amdaar em arremdamemto affora as hordinarias dos officiães que he outro tamto preço como os annos passados esteve a dita sysa arremdada pollos oficiães da fazemda do dito senhor, emtramdo aquy o huum por cemto das obras pias e hũa arroba e meia de cera avaliada a mil e seiscemtos reaes arroba, que he sua comum vallia na dita villa e comarqua porquamto nos ditos annos passados estava a dita remda arremdada por novemta mil reaes e huum por cemto e hũa arroba e meia de cera que lhe vinha por repartiçam da cera ordenada em todo o almoxarifado, afora as hordinarias que se pagavam aos officiães a custa dos remdeiros. E no huum por cemto dos ditos novemta mil reaes se momta novecemtos reaes e n'arroba e meia de cera dous mil e quatrocemtos reaes. E sam os ditos novemta e três mil e trezemtos reaes.

Os quaees novemta e três mil e trezemtos reaes afora ordinarias que o dito concelho pagara aos officiães segundo abaixo sera declarado se obrigua o dito Amrique Rodriguez e de feito logo obrygou em nome da dita villa e termo e como seu procurador de pagar ao dito senhor e a seus sobcesores reis deste regno em cada huum anno pera sempre (...). [Fl. 99v] (...) Testemunhas que a todo foram presemtes, o Doutor Amdre Serrão e Amrique de Seyxas, escudeiro, morador em a villa de Sea, e Amtonio da Fomseca, escudeiro, morador na cidade de Viseu. E eu Pero Ribeiro, acima nomeado, o stprevy.

Pedimdo me por merce que me aprouvesse de lhe comffirmar, reteficar e aprovar o dito comcerto e comtrato como nelle he comtheudo (...) [Fl. 100] (...) Dada na villa d'Almeirim, a vimte dias do mês de março. Luis Alvarez de Proemça a fez. De mil e quinhemtos e vimt'oito annos. (...)

Doc. 11

1528 maio, 14, Lisboa – *Contrato das sisas do concelho da Covilhã.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 2, fls. 77v-80v.

Comtrauto da vila de Covilhaa[24].

Dom Joham per graça de Deus rey de Portugall e dos Alguarves daquem e dalem maar em Africa, senhor de Guinee e da conquista, navegação, comercio d'Etiopia, Arabia, Persia e da Imdia e ct. A quamtos esta minha carta de confirmação virem faço saber que por parte dos juizes, oficiaes, homens boons e povo da vila da Covilhã per seu procurador me foy apresemtado hum pubriquo estormento de comtrato que sobre o tomar das sisas da dita vila fezeram com o Lecenciado Christovam Estevez, do meu desembarguo e desembargador do paço e petições que pera isso tem minha soficiente procuraçam, do qual ho theor de verbo a verbo he o seguimte.

Em nome de Deus, amen. Saibam quamtos este pubriquo estormemto de comtrato virem que no anno do nacimemto de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbiij annos aos xiiij dias do mês de mayo, <na cidade de Lixboa>, nas pousadas do Lecenciado Christovam Estevez, do desembargo del rey nosso senhor e seu desembargador do paço e petições, em presemça de mim Pero Ribeyro, escudeiro do Ifamte Dom Fernamdo, que per autoridade do dito senhor sam publico escrivam destes contratos e das testemunhas abaxo nomeadas, estamdo hy de presemte de huũa parte o dito Lecenciado Christovam Estevez, procurador do dito senhor pera fazer os taes contratos, e da outra o Lecenciado Joane Mendez e Simam Rabelo, cavaleiros, moradores na Covilhãa, e Francisco de Vargas, morador no Fundam e procuradores da dita villa da Covilhãa pera fazer este contrado, segumdo loguo hi mostraram per duas procurações seguimtes, scilicet, hũa do dito senhor feyta ao dito Lecenciado Christovam Estevez, asynada per sua alteza e aselada do seu selo pemdemte, e outra dos juizes e hoficiaes e povo da dita villa, feita aos ditos Joane Mendez e Symam Rabelo e Francisco de Vargas, das quaes procurações o teor delas de verbo a verbo he o seguinte:

Dom Joam e ct. Aquy se há de treladar a procuraçam do dito senhor feita ao dito Lecenciado Christovam Estevez. E o mais he o seguimte:

Saibam quamtos este estormento de procuraçam virem que no anno do nacimento de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbij annos, aos xxix dias do mês de outubro, no lugar do Fundam, termo da vila da Covilhã, estamdo hi o Lecenciado Christovam Mendez de Carvalho, do desembargo del rey nosso senhor, que ora por seu espiciall mamdado vem dar as sisas aos povos, peramte elle pareceo Symam Rabelo, escudeiro del rey nosso senhor, que ora serve de juiz na dita villa, e asy Francisco da Cunha Freyre, fidalguo da casa del rey nosso senhor, e asy Alvaro de Madrill, e Baltesar Luis, todos três veradores em a dita vila, e asy Francisco da Costa, procurador do concelho dela. E asy os juizes do lugar do Fumdam, scilicet, Fernamd'Afomso e Alvaro Guomçalvez, e ao dito lecenceado apresemtaram hum acordo asynado e outorgado polos ditos juizes e oficiaes e pola mor parte dos moradores da dita villa e termo, scilicet, polos ditos juizes e oficiaes e por muitos moradores da dita villa e por Luis Fernamdez, juiz do lugar d'aldea do Mato, com a mor parte dos moradores da alldea do Mato, e por Joam Guomçalvez, juiz d'aldea do Souto com a mor parte dos moradores de seu lugar, e por Joam Fernamdez, juiz do Ferro, com a mor parte dos moradores do seu logar, e per Lourenço Afonso, juiz do logar d'Orjãees com a mor parte dos moradores do seu logar, e por Fernam Luis, juiz do Teyxoso e por muitos moradores do dito logar, e per Joam Fernandez e Pero Vaz, juizes do Boydobra e pola mayor parte dos moradores do

24| Registe-se que, por 1552 e 1553, a renda geral da vila da Covilhã atingia os 520 mil reais, em cada um ano, «acrecemtando na dita remda Ct° Lxxx- reaes em cada huum ano mais do que soia andar» . (ANTT – Chancelaria de D. João III: Perdões e Legitimações, livro 22, fls. 42v-43 e 83-83v).

seu loguar e polos juizes do logar do Salgueyro e Escariguo com a moor parte dos moradores do seu logar, e per Christovam Gonçalvez, juiz do logar de Peroviseu com a mor parte dos moradores de seu logar, e asy per Fernand'Afonso juiz de Pera Boõa com ha moor parte dos moradores de seu logar, e por Alvaro Pirez, juiz do logar de Verdelhos com a mor parte dos moradores de seu logar, e per Domimguos Gonçalvez, juiz do logar da Capinha, com a moor parte dos moradores desse logar, e Joam Fernandez, juiz do lugar de Sebes, com a mor parte dos moradores de seu logar, e asy Dioguo Vaz, juiz do logar da Trota, semdo com a muita parte dos moradores do seu logar, e per Joam Gonçalvez, juiz do lugar da Dominguiso, com a mor parte dos moradores de seu logar, e per Fernamd'Afonso e Alvaro Gonçalvez, juiz do logar do Fundom, com a mor parte dos moradores de seu logar, e Pero Vaz, juiz do logar d'Alcaria, com a mor parte dos moradores do seu logar, e asy a mor parte dos moradores do logar das Cortes e do Ourroudinho, e asy por Fernam Nunez, juiz d'aldea do Joane, com a mor parte dos moradores do seu logar e asy por Luis Eannes, juiz do logar do Vallverde, com a mor parte dos moradores de seu logar, e asy por Luis Cabellos, juiz do lugar d'Alcomgosta, com a mor parte dos moradores do seu logar, e per Afonso Lopez, juiz do logar do Paull, com a mor parte dos moradores do seu logar, e Pero Mendez, juiz do lugar do Telhado, com a mor parte dos moradores do seu logar, e per Pero Lopez, juiz do Souto da Casa, com a mor parte dos moradores do seu logar, e asy per Francisco Afonso e Amtam Amdres, juiz do logar d'Aldea Nova das Donas, com a mor parte dos moradores do seu lugar, e asy Gonçalo Annes, juiz do lugar do Freyxiall, com a mor parte dos moradores do seu lugar, e asy per Alvaro Afonso e Alvaro Afonso, juizes do lugar d'Aldea Nova do Cabo, com a mor parte dos moradores do seu logar, e asy per João Fernandez, juiz do Castelejo com a mor parte dos moradores do seu logar, e por Joam Rodriiguez, juiz das Relvas, e por Joam Gonçalvez, juiz do Arrodo, e per Christovam Gonçalvez, juiz do Barco, com a mor parte dos moradores dos seus logares, e per Jusarte Lopez, juiz d'alldea do Alcaide, e per Fernand'Estevez, seu parceiro, e per Amtam Luis, verador, e per Pero Annes, procurador do concelho, e por a mor parte dos moradores do seu logar, e por Pero Mendez, juiz do logar da Fatela, com a mor parte dos moradores de seu logar, e per Pero Gonçalvez, juiz das Peras e por a mor parte dos moradores do seu logar, e asy por outros juizes doutras alldeas do termo da dita villa com a mor parte dos moradores de seu logar que eram per todos a mor parte dos moradores da dita vila e termo que nelle asynaram e outorgaram, do qual acordo o trelado tal he: [fl. 78]

Anno do nacimemto de nosso senhor Jhesu Christo de mil bc xxbij annos, aos xbiij dias do mês d'oitubro, na villa da Covilhãa, na casa da camara, estamdo hi o Lecenciado Christovam Mendez, do desembarguo del rey nosso senhor que ora por seu espiciall mandado vem dar as sisas aos povos, e estamdo hi Simam Rabello, que ora serve de juiz em a dita villa, e Alvaro de Madrill e Baltesar Luis, ambos vereadores da dita villa, e Framcisquo da Costa, procurador do concelho dela e asy Amtonio de Matos, e Joam Mendez, e o Bacharell Bertolameu Gomez, e Fernamd'Eannes, e Fernam Gramaxo, e Vasco Fernandez, e Fernand'Afonso, e Alvaro Gonçalvez, e o Bacharell Guomez Diaz, e Palos Soarez, e Pero Vaz, tabeliam, e o Bacharell Jorge Rodriiguez, e Francisco Vaz, meirinho, e Fernam Carvalho, escrivam da camara, e o Lecenciado Joam Mendez, e Amtonio da Costa, cavaleiros escudeiros e pessoas que amdam nos oficios da dita villa, o dito Lecenciado Christovam Mendez lhes disse que el rey nosso senhor por fazer merce a esta villa lhes mandava dar as sisas da dita villa e termo pera sempre no preço em que verdadeiramente estava, apresemtamdo per yso hũa procuraçam soficiente do dito senhor que foy dada ao escrivam da camara pera há treladar no livro della, a qual era asynada per sua alteza e aselada do seu selo pendente, escrita por Bastiam da Costa, dizemdo lhes o dito lecenciado que se nisso recebessem merce de sua alteza que lha darya. E loguo polos sobreditos foy dito, tiramdo Vasco Fernamdez e Fernand'Eannes e Francisco da Costa, que disseram que a nam queriam, polos outros foy dito que elles beijavam as mãos de sua alteza pola merce que lhes fazia em os tirar d'achaques e opressões de remdeiros e oficiaes das ditas sisas. Porem que a dita villa e termo estava mui pobre e a mais agravada que haa em todo este almoxarifado porque os mais dos tratantes della traziam dinheiro[25] de homens e a ora que lhos tirase ficariam perdidos e fogiriam pera Castela como faziam outos muitos de dous annos pera quaa. E asy lhes lamçara Allvaro Pachequo mais oytemta mil reaes do comteudo no alvará del rey nosso senhor sobre que andavam a feyto peramte os veadores da fazemda. Os quães oytemta mil reaes sua alteza nunca levara porque os remdeiros da villa nam disseram a verdade ao dito Alvaro Pachequo em dizer que a vila estava em mais oytemta mil reaes porque os ditos remdeiros amtre sy poseram a dita villa no dito preço por lha tomarem outros remdeiros e quamdo acharam que lha nom queria nenguem tomar entam a poseram naquello em que amdava e caya em verdadeyra repartiçam comforme ao alvará de sua alteza que lhes tinha dada a dita sisa no preço verdadeiro em que estivera os annos passados, e esta soo soma se paga a sua alteza que he hum comto e dezassete mil reaes.

E posto que aimda a dita villa e termo esta muito cara e agravada, elles confiamdo na muita vertude del rey nosso senhor e a vomtade que conhecem elle ter pera fazer merce a seu povo se poem em sua mãos e sam contentes de tomar a dita sisa no preço que sua alteza ouver por bem, avemdo respeyto a muita quebra em que a dita villa e termo estaa e a serem seus naturaes vassalos e a merce que faz aos outros lugares que nam estam tam caros nem merecem mais merce a sua alteza, nem tamta causa pera serem desalivados como tem a dita villa e termo e allem das rezões que apomtaram a sua alteza, requeriam a ele lecenciado da sua parte que disso tome verdadeira enformaçam pera dar conta ao dito senhor. E pera fazer a procuraçam como sua alteza manda, davam seu livres e cumpridos poderes com libera admenistraçam

25| No documento está a abreviatura: drro., o que corresponderá à palavra "dinheiro"; mas a leitura não resulta muito clara, no seu significado, podendo aceitar-se, eventualmente, que a palavra a desdobrar seja preferencialmente "direito".

geral e espiciall mandado ao dito juiz, veradores e ao dito procurador, e ao dito Lecenciado Joane Mendez e ao dito Amtonio de Matos, e ao dito Bacharell Bertolameu Gomez, os quaes faram procuradores pera yrem a corte requerer a dita sisa e tomar a dita sisa da mão de sua alteza e fazer os contrato dela asy e da maneira que sua alteza manda, scilicet, ao dito juiz Symam Rabello e o dito Lecenciado Joane Mendez, e ao dito Amtonio de Matos ou a cada huum deles im solidum pera que por elles e em nome dos moradores da dita villa e termo e seus socesores possam yr a corte do dito senhor e tomar a dita sisa da dita villa e termo pera todo sempre no dito preço que sua alteza ouver por seu serviço e pera a paga da dita sisa elles obrigavam os bens do dito concelho e seus deles e dos moradores da dita villa e termo e de seus socesores asy moveens como de rãiz avidos e por aver.

E o dito lecenciado em nome de sua alteza e como seu procurador que he da dita maneyra lhes ouve por dada a dita sisa pera sempre e em nome de sua alteza aceitou a dita obrigação do modo sobredito e em todo o sobredito outorgaram e prometeram os ditos oficiaes e pessoas aquy asynadas em seus nomes e dos moradores da dita villa e termo e de seus sobcesores a elle lecenciado em nome de sua alteza a elles oficiaes em nome do dito povo aceitamtes e estipulamtes cada hum por sua parte cumprir e gardar e manter pera sy e pera seus sobcesores deste dia pera todo sempre sob obrigação de todos seus bens moveens e de rãiz, avidos e por aver, que pera ello obrigaram, e o dito lecenciado obrigou os bens do dito senhor e de seus sobcesores e de sua coroa reall. Testemunhas que estavam presemtes, o Bacharell Geronimo de Matos, e o Bacharell Antam Fernandez [fl. 78v] e Francisquo d'Afonseca, escrivam, e eu Thomaas Luis, o escrevy.

O qual he asynado pelos sobreditos e por o dito Francisco da Cunha, vereador, que ao diamte asynou. No qual acordo outorgaram e consemtiram e ouveram por bem os juizes das ditas alldeas com a moor parte dos moradores dellas e asy a mor parte dos moradores da dita villa, decrarando mais os juizes das ditas alldeas tiramdo o Fundam que os oficiaes da dita villa fezessem a procuraçam aos conteúdos no acordo ou a cada huum deles. E os do logar do Fundam disseram que lhes aprazia como de feyto aprouve de tomarem a dita sisa pera sempre pera sy e pera seus sobcesores e esto no preço em que estava comtamto que a villa de Covilhã nam entemda na repartiçam do dito logar. E que fazemdo lhe sua alteza algua merce e quyta lhes seja tyrada do preço. E pera a paga dele obrigavam os bens do dito logar e que os juizes fizessem a procuraçam a Joam Fernandez e a Francisco de Vargas e a Jorge Fernamdez ou a cada huum delles em solidum. E asy o disseram Alvaro Afonso e Alvaro Afonso juizes do logar d'Aldea Nova do Cabo que disseram que tomavam a sysa do dito logar asy e da maneira que a tinha tomada o logar do Fundam, asy como lhe cair em repartiçam com as condições com que as tomou o dito logar. E da dita maneira as tomou os juizes, vereadores, procurador d'aldea do Alcaide e que os oficiaes da dita villa da Covilhã cujo termo sam façam a procuraçam aos comteudos no acordo da villa conforme a elle.

Os quães hacordos ficam em poder de mim escrivam. Dezemdo loguo os hoficiaes da dita villa e asy os juizes do logar do Fundam que foram enlegidos pera fazer esta procuraçam, que por vir a sua noticia que el rey nosso senhor mandava dar as sisas a seus povos e ordenara pera se concertarem com os ditos povos ao Lecenciado Christovam Estevez do seu desembarguo e desembargador de sua fazemda, e ao Lecenciado Christovam Mendez de Carvalho, outrosy do seu desembarguo ou a cada hum deles, e por a dita villa e termo ora estarem concertados com ho dito Lecenciado Christovam Mendez e tinham tomada a dita sisa, conforme ao dito acordo, elles em nome da dita villa e termo ordenaram ora por seus soficientes procuradores ao dito Symam Rabello e ao dito Joane Mendez e ao dito Amtonio de Matos e Francisco de Vargas, e Joam Fernamdez e a Jorge Fernamdes, de Fumdam, ou a cada hum deles in solidum pera elles poderem fazer o contrato da dita sisa como sua alteza manda com os ditos lecenciados ou com cada hum delles e tomarem em sy pera a dita villa e termos as ditas sisas pera sempre (...). [Fl. 79] (...) Testemunhas que estavam presemtes, o Bacharell Amtam Fernamdez, e Pero Mendez, tabeliam do Fundam, e Diogo da Covilhãa, e Fernam Carvalho, escrivam da camara da dita villa, e Francisco de Vargas, morador no Fundam. E aldeã do Mato tomou a sisa no que estava e disseram que desta se desse hũa e duas procurações. Eu Tomas Luis, escrivam publico desses contratos, o escrevy e aquy meu pubriquo sinal fiz que tal he.

E treladada asy a dita procuraçam da nota como dito he, o dito Francisco de Vargas, procurador do Fundam, requereo que lhe fosse dada esta procuraçam pera se com ela ir a corte. E o dito lecenciado lha mandou dar e mandou que o lugar do Fundam nam mandasse seu procurador a corte sem o procurador da vila da Covilham e que outro tamto fara a vila da Covilhã, e seram na corte huns e os outros ate os xx de dezembro. E eu Thomas Luis, o escrevy.

E apresemtadas asy as ditas procurações, loguo polo dito Lecenciado Cristovam Estevez, procurador do dito senhor e polos ditos Simam Rabelo e Joane Mendez e Francisco de Vargas, procuradores da dita villa e termo, foy dito que eles estam ora concertados per vertude das ditas procurações deles ditos procuradores da dita villa e termo, em nome da dita villa e termo e povo, tomar em sy a remda das sisas da dita vila e termo asy como soe de amdar em arremdamento e darem por ela ao dito senhor e a seus sobcesores pera todo sempre outra tamta remda em cada hum anno quamto as ditas sisas amdaram em arremdamento os annos passados, menos setemta oito mil e dozemtos reaes que ao dito senhor apraz por fazer merce a dita villa e termo de lhe quitar da contia em que a dita remda amdou arremdada os derradeiros annos passados e esto por a maneira e com as condições e clausulas seguimtes:

Item primeiramemte disseram os ditos Lecenciado Joane Mendez e Symam Rabelo e Francisco de Vargas que eles como procuradores abastamtes da dita villa e termo em seu nome e de todolos moradores dela e de seus sobcesores que ao diamte em ela e seus termos viverem, morarem ou povoarem se obrigavam como de feyto logo obrigaram de darem e pagarem em cada hum anno de janeiro que passou do anno presemte de mil e bc xxbiij em diamte ao

dito senhor e a seus sobcesores, reis destes regnos, em salvo pera todo sempre per huum conto trimta e oito mil novecemtos e viimte reaes por a remda dos hoficiaes que he outro tamto preço como os annos passados esteve a dita sisa arremdada por os oficiaes da fazemda do dito senhor afora os setemta e oyto mil e dozemtos reaes que lhe quita. E esto emtramdo aquy o hum por cemto das obras pias e asy a valia de sete arrobas e omze arrates de cera avaliaa a mil seiscemtos reaes arroba, que he sua comum valia na dita villa e termo e comarca, porquamto nos ditos annos passados esteve a dita remda arremdada por huum conto noventa e cimquo mil e dozentos reaes e huum por cento e sete arrobas e omze arrates de cera, que lhe vinha por repartiçam da cera ordenada em todo ho almoxarifado afora as ordinarias que se pagavam aos oficiaes a custa dos remdeiros. E tirados os setenta e oito mil dozemtos reaes que o dito senhor lhes quita, ficam huum conto e dezassete mil reaes. E de huum por cemto deles se monta dez mil cemto e setemta reaes e nas sete arrobas e omze arrates de cera, omze mil setecemtos e cimquoemta reaes e sam os ditos hum conto trimta oyto mil novecemtos e viimte reaes. Os quaes hum conto trimta oyto mil novecemtos e viimte reaes afora ordinarias que a dita villa e termo pagara aos oficiaes segundo abaxo sera declarado, se obrigam os ditos Symam Rabello e Joane Mendez e Francisco de Vargas, como de feyto logo obrigaram, em nome da dita villa e termo e como seus procuradores, de pagarem ao dito senhor e a seus sobcesores, reis deste regno, em cada hum anno pera sempre (...). [Fl. 80] (...) Testemunhas que a todo foram presemtes, Gaspar de Prado, meirinho desta dita cidade de Lixboa, e Joam Ribeiro, escrivam das eyxecuções d'alfamdegua da dita cidade, e Bras Coelho, escudeiro, morador na cidade do Porto, e Luis Vaz, beneficiado em Sam Salvador de Samtarem. E eu Pero Ribeiro o escrevy. E eu Fernand'Alvarez, cavaleiro fidalguo da casa del rey nosso senhor, publico escrivam destes contratos o fiz escrever e o sobescrevy e fuy presente a outorga delle.

E despois desto, aos xj dias do mês de julho do dito anno de bc xxbiij, nas pousadas do dito Lecenciado Christovam Estevez, estamdo hi presemte o Lecenciado Joane Mendez, procurador da dita villa de Covylhãa, em minha presemça e das testemunhas abaxo nomeadas, e semdo tambem presemte o sobredito Symam Rabelo, foy dito polo dito Lecenciado Christovam Estevez, procurador do dito senhor, que a sua alteza prazia ora por fazer merce a dita villa da Covilham e moradores dela, de lhes quitar mais dezassete mil reaes da contia dos hum comto trimta oyto mil novecemtos e viimte reaes que per este comtrato aviam de pagar, posto que já estevesse asynado. E asy pagaram daquy em diante hum conto viimte huum mil novecemtos e viimte reaes em cada huum anno pera sempre, do dito primeiro de janeiro passado deste anno de quynhemtos e viimt'oito em diamte, forros pera o dito senhor, pela maneira conteúda no dito contrato. E polo dito Lecenciado Joane Mendez e Symam Rabello, procuradores da dita vila, foy dito que elles o aceitavam asy e beijavam por yso as mãos de sua alteza, e asynaram aquy ambos com o dito Lecenciado Christovam Estevez. E o dito Lecenciado Joane Mendez disse que posto que nam tinha asynado no contrato acima escrito, que elle asyna ora aquy por o dito contrato e por esse asemto. Testemunhas que a todo foram presentes, Pero Fernandez, tabeliam da vila d'Alcanede, e Rodrigo Homem, moço da camara do dito senhor, e Joam Rodriiguez, escudeiro, morador em Samtiaguo de Cacem. E eu Fernamd'Alvarez que ho escrevy.

Pedimdo me por merce que me prouvesse de lhe confirmar, retificar e aprovar o dito comcerto e comtrato como nelle he comteudo. (...) [fl. 80v] (...) Dada em a cidade de Lixboa, a xiij dias de julho. Joam Salvadores a fez. Anno de mil bc xxbiij annos. E eu Fernand'Alvarez o fiz escrever. (...).

Doc. 12

1534 novembro,6, Évora – *Contrato das sisas do antigo concelho de Castelo Novo.*

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 3, fls. 26v-28v.

Castelo Novo.

Dom Joham e ectª. A quamtos esta minha carta virem faço saber que por parte dos juizes e oficiaes, homes boons e povo da villa de Castello Novo per seu procurador me foy apresentado huum publico estromento de comtrato sobre o tomar das sysas da dita villa que fizeram com ho Doutor Christovam Estevez da Espargosa, do meu conselho e meu desembargador do paço e petições que pera yso tem minha sofeciemte procuraçam, do qual o teor de verbo a verbo he o seguymte:

Em nome de Deus, amem. Saibam quamtos este estromento de comtrato vyrem que no anno do nacimento de nosso senhor Jhesuu Christo de myll bc xxxiiij° annos, aos bj dias do mês de novembro, na cydade d'Evora, em as pousadas do Doutor Christovam Estevez da Espargosa, do conselho del rey nosso senhor e seu desembargador do paço e petições em presença de mym Amryque da Mota, escryvam da camara do dito senhor e escryvam publico per espiciall mandado de sua alteza pera os semelhamtes contratos e das testemunhas abaixo nomeadas, estamdo hy presente de hũa parte o dito Doutor Christovam Estevez, procurador do dito senhor pera fazer os taes contratos e da outra parte Joam Afonso da Praça, em nome e como procurador da villa de Castell Novo e dos moradores della e de seu termo e ramos segundo loguo hy mostraram per duas procurações, scilicet, hũa do dito senhor feita a elle doutor asynada per sua alteza e asellada do seu sello pendente e a outra dos oficiaes da camara e povo da dita villa e moradores della e de seu termo e ramos, das quaes procurações o trellado de verbo a verbo se segue:

Nam se treladou aquy a procuraçam do dito senhor por nam ser necessarya somente a dos moradores, da qual o teor tal he:

Saibam quamtos este estromento de procuraçam vyrem como no anno do nacimento de nosso senhor Jhesu Christo de myll bc xxxiiij° annos, aos xxiij dias do mês d'outubro do dito anno, em esta villa de Castell Novo, em o paço do concelho da dita villa, estando hy presente Pedro Afonso da Praça e Amtam Diãz, juizes ordinaryos em a dita villa, e asy

estando hy Bertolameu Pires e Lopo Alvarez, vereadores, e Domingos Paez, procurador do concelho da dita villa, e Pero Fernandez e Pero Diãz e Bras Ribeiro e Bertolameu Luys e Martym Fernandez, da Fontaynha. E Jurdam Afonso, procurador d'Alpedrinha. E Bastiam Fernandez, procurador da Povoa. E Joam Fernandez, procurador d'Atalaya. E Gonçalo Estevez, procurador da Lardosa, procuradores [fl. 27] das aldeas e arrabalde e da dita villa per elles e per todos os moradores da dita villa e termo e a mayor parte da villa e termo per elles todos jumtamente foy dito, segundo consta per seus asynados dos ditos moradores da villa e termo que foram chamados per vertude de hum mandado do Corregedor Joam da Vydeyra, corregedor da Comarqua de Pinhel e comtador na cidade da Guarda, per que mamda a eles juizes e vereadores que mandassem ajuntar todos os moradores da dita villa e termo pera vyrem dizer se queryam tomar a dita sysa em tributo segundo nos ditos mandados mays largamente he comteudo, ao que foy satisfeito. E foram juntos a dita villa e lugares do termo ou a mayor parte delles na dita villa em as casas do paço do concelho segundo costume que tem fazerem e ahy disseram que todos queryam a dita sysa em tributo pera todo sempre segundo se disso fez auto e se tomou seus asynados que em poder de Luys Afonso, stprivam da camara, ficam segundo me a mym tabeliam abaixo nomeado todo foy mostrado e elles querem tomar a dita sysa e asy se passar o dito ajumtamento peramte mym tabeliam e testemunhas abaixo nomeadas foy dito que a sua noticya vyera ora que el rey nosso senhor mamdava dar as sysas pera todo sempre aos concelhos e povos de seus reynos por certo preço em cada huum anno pera o que dera poder ao Lecenciado Christovão Estevez da Espargosa, do seu conselho e desembargo e desembargador do paço e petições ou com o Senhor Dom Rodrigo Lobo, veador da fazenda do dito senhor, pera se concertar com os ditos povos por rezam e causa das ditas sysas de as dar aos ditos povos por certo preço em cada hum anno pera todo sempre (...) e ordenaram por seu procurador avomdoso, seo procurador com lyvre admynistraçam no milhor e mays firme ser a Joam Afonso da Praça, morador na dita vylla que elle yn solydo pera que por elles e em seus nomes e do dito concelho e de todos seus socesores elle dito procurador por sy se comcerte e possa comcertar com o Lecenciado Christovam Estevez pera elle tomar em sy as ditas sysas em cada hum anno pera todo sempre (...). Testemunhas que presentes foram, Luys Afonso, escudeiro del rey nosso senhor e estpryvam da camara, e Bras Ribeyro, escudeiro d'Alvaro Pereira, que Deus tem, e Pero Fernandez, e Martim Fernandez, da Fomtaynha, todos moradores em a dita villa e outros. E eu Gonçalo Vãaz, tabeliam publico e do judicial em ella e seus termos por o dito senhor que este estromento de procuraçam escrevy per mandado e outorgamento dos sobreditos oficiães e aly eles asynaram e eu da nota tyrey e de meu publico synall asyney que tal he.

E apre [fl. 27v] semtadas asy as ditas procurações, loguo per o dito Christovão Estevez procurador do dito senhor e por o dito Joam Afonso da Praça, procurador da dita villa e termo e ramos, foy dito que elles estavam ora comcertados per vertude das ditas procurações de elle procurador da dita villa em nome da dita villa, termo e ramos tomarem em sy a renda das ditas sysas da dita villa, termo e ramos asy como soe amdar em arrendamento e dar por ella ao dito senhor e seus sobcesores pera todo senpre outra tanta renda em cada hum anno quamto as ditas sysas amdavam em arrendamento os annos passados menos quatro myll reaes que ao dito senhor apraz por fazer merce aa dita villa e seu termo e ramos lhe quytar da comtya em que a dita renda os annos passados estava arrendada. E esto posto que per o Lecenciado Christovam Mendez lhe fosse já dada a dita renda em mõor valya e preço e a dita villa a tevesse tomada porquanto ao dito senhor e asy a dita villa apraz de novamente se fazer este contrato com a dita quyta que lhe o dito senhor ora faz com as condições e crausollas seguyntes:

Item prymeiramente dyse o dito Joam Afonso da Praça que elle como procurador abastamte dos moradores da dita villa e de seu termo e ramo e de seus socesores que ao diante em ella e seus termos vyverem, morarem ou povorarem se obrigava como d efeito loguo obrigou de darem e pagarem em cada hum anno que começara de janeiro que passou do presente anno de bc xxxiiij° em diamte ao dito senhor noventa myll quatrocemtos e setemta reaes pelas rendas das sysas da dita villa e termo e ramos asy como soem amdar em arrendamento afora as ordinaryas dos oficiaes que he outro tamto preço como os annos passados esteve a dita sysa arrendada pelos oficiaes da fazenda do dito senhor, afora os quatro myll reaes que asy quyta e esto entramdo aquy o huum por cento das obras pias e asy a valya de hũa arrova de cera avalyada a cymcoenta reaes o arratell que he a sua comum valya na dita villa e comarca, porquanto a dita renda da [sic] esteve os anos passados arrendada por cento novemta huum myll reaes e huum por cemto e arrova de cera que lhe vynha per repartiçam da cera ordenada em todo ho almoxarifado afora as ordenaryas que se pagaram aos oficiaes aa custa dos remdeiros. E tyrados os quatro myll que o dito senhor quyta ficam cento oytenta e sete myll reaes, e no huum por cento deles se monta myll oytocemtos e satemta reaes e na arrova de cera se momta myll e seyscentos reaes. E asy sam ao todo os ditos CIR- iiijc lxx reaes, os quaes cemto novemta myll quatrocentos e satenta reaes afora as ordenaryas que a dita villa, seu termo e ramos pagaram aos oficiaes segundo neste contrato abaixo sera declarado se obrygou o dito Joam Afonso da Praça, procurador e de feito loguo obrigou em nome da dita villa, termo e ramos e como seu procurador, per vertude da dita procuraçam pagar ao dito senhor e a seus sobcesores reys destes reynos em cada huum anno pera sempre (...). [Fl. 28v] (...) Testemunhas que presentes foram, Belchyor Rodriguez, capelam do Cardeal, e Francisco Carneiro, cavaleiro da casa del rey nosso senhor, morador em Alcacere do Sall, e Freytas Anryquez, moço da camara do Cardeall. E eu Amryque da Mota que ho escrevy.

Pedimdo me por merce que me aprouvesse de lhe comfyrmar, reteficar e aprovar o dito concerto e comtrato como nelle he comteudo. (...) Dada em a cydade d'Evora, aos ix dias do mês de novembro. Amryque da Mota a fez. Anno de nosso senhor Jhesuu Christo de myll bc xxxiiij° annos.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 182 28/07/2025 11:42:38

UMA OBRA DE JOSÉ CAMPAS NA COLEÇÃO DE JOSÉ ALVES MONTEIRO – BREVE APROXIMAÇÃO AO IMAGINÁRIO RURAL DO INÍCIO DE NOVECENTOS

DIANA SALVADO
CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

A produção artística da centúria de Oitocentos e início da seguinte ficou marcada, tanto a nível nacional como internacional, por um inegável apelo ao universo rural manifestado, desde logo, na pintura. No seguimento da afirmação da pintura de género em Portugal, ocorrida sobretudo no século XIX, o mundo dos campos, as suas gentes e os seus costumes conquistaram uma atenção particular por parte dos artistas da época, que se arrastou até ao século XX, atestando-se, inicialmente, uma relativa continuação das temáticas exploradas, nunca esquecendo as sábias palavras de José-Augusto França: "O século XIX terminou e não terminou em 1900" prolongando-se "no domínio da pintura quarenta anos depois de outro ter começado"[1]. Esta relevância conferida ao universo rural prendeu-se com razões de distintas índoles, comuns, com leves diferenças, a toda a europa, e alicerçadas, principalmente, em realidades como: a necessidade de afirmação das nações (decorrente do período de instabilidade política e social que se vivia), cultivando-se temáticas que instigassem uma identidade coletiva e moldassem um passado comum ao país[2], definindo-se um elo unificador da nação[3]; a ideia de fuga à industrialização (funcionado o mundo rural, pacífico e tradicional, como alternativa à urbe, em constante mutação e parcial modernização, embora Portugal não apresentasse um nível de desenvolvimento industrial intenso[4], parecendo atestar-se, essencialmente, uma influência dos temas cultivados pela produção pictórica europeia); e os gostos estéticos em alteração (associados ao crescimento da burguesia)[5].

É neste enquadramento que acreditamos inserir-se a obra "Depois na Ceifa" (n.d.) (**FIG. 1**), da autoria de José Campas (1888-1971), exposta na sala de receção do salão nobre da Câmara Municipal do Fundão, tendo pertencido, no passado, à coleção pessoal de José Alves Monteiro, patrono do Museu Arqueológico do Fundão.

Nascido em Lisboa a 14 de julho de 1888, José Campas teve uma vida profissional profícua e variada, marcada pelo exercício de atividades como pintor, professor de Ensino Técnico, restaurador de quadros, colecionador e crítico de arte[6], sendo a sua faceta de artista aquela que importa, no âmbito do presente estudo, ressaltar. A sua formação académica foi repartida entre Lisboa e Paris, na Escola de Belas Artes e na École Nationale et spéciale des Beaux - Arts, respetivamente, tendo sido pensionista do Estado[7]. Atuou como delegado do governo português à Exposição Internacional de Artes Modernas Decorativas em Paris, em 1925[8] e participou nas exposições dos "Salons des Artistes

1| França, J. A. (1990). *A Arte em Portugal no século XIX*. Vol. II. Livraria Bertrand, pp. 313 e 326.

2| Ribeiro, C. (2012). *Cultura popular em Portugal: de Almeida Garrett a António Ferro*. População e Sociedade, CEPESE, 20, p.169; Sobral, J. (2003). A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*, XXXVII (165), p.1110. Para mais informações vide, por exemplo: Rosmaninho, N. (2010). Arte nacional: conceito e funcionalidade. In Ribeiro, M. (Coord.). *Outros Combates pela História*. (pp.521-527). Imprensa da Universidade de Coimbra.

3| Smith, A. (2009). *Ethno-symbolism and Nationalism. A cultural approach*. Routledge, p. 68.

4| Reis, J. (1987). A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*, XXIII (96), pp. 208 e 219.

5| Burke, P. (2009). *Cultura Popular en la Europa Moderna*. Alianza Editorial, pp. 47 e 48

6| Ferro, S. (2007). *Vultos na toponímia de Lagos*. Câmara Municipal de Lagos, pp. 100 e 101.

7| *Ibidem*

8| Fundação Calouste Gulbenkian (1957). *Exposição de artes plásticas organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian*. Fundação Calouste Gulbenkian, p. 31.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 183 28/07/2025 11:42:38

FIG.1 | José Campas, "Depois da Ceifa", n.d. Fonte: Fotografia da autora.

Français" em 1910, 1912, 1921 e 1922[9], onde foi premiado[10]. Nesta geografia, foi discípulo de artistas como Jean-Paul Laurens (1838-1921), Louis-Joseph-Raphaël Collin (1850-1916), Jacques Jobbe-Duval (1854-?), Léon Bonnat (1833-1922), e, a nível nacional, de Carlos Reis[11].

Artista "sensível e sabedor, em cujas obras há qualidade de observação"[12], como refere Fernando de Pamplona, foi premiado, nacional e internacionalmente, destacando-se, para além da já mencionada distinção no contexto do Salon, o prémio Anunciação em 1905/1906[13], a 1ª medalha na Sociedade Nacional de Belas Artes, na categoria de pintura, e outra, desta feita de bronze, a propósito da Exposição Panamá-Pacífico realizada em 1918[14].

José Campas perde a vida a 4 de janeiro de 1971, deixando-nos uma produção artística que urge ser estudada. Descrito pela imprensa da época como "ilustre", e "um dos mais talentosos artistas da nova geração", detentor de "raro mérito" e de "uma ânsia de perfeição"[15], a verdade é que, na atualidade, este artista parece estar algo esquecido, devido ao residual investimento bibliográfico que lhe foi concedido, encontrando-se a sua obra praticamente por analisar e inventariar.

Neste sentido, propomo-nos a construir uma singela contribuição mediante a exploração da pintura que deu mote ao presente artigo – "Depois da Ceifa". O tema da obra clarifica-se através de duas etiquetas, oriundas do atelier de José Campas, coladas na parte posterior do quadro (**FIG. 2**), que revelam, para além do título, uma informação locativa – "Portugal-Fundão" –, as medidas ("0,33x0,24") e o facto de tratar-se de um estudo para a obra "As Avé Marias". Esta última foi destacada num periódico da época, a *Illustração portugueza*, que dá conta de que fez parte de uma exposição de José Campas ocorrida em junho de 1919, no átrio da Misericórdia do Porto, e que foi adquirida pela Câmara Municipal da mesma cidade para o seu museu[16]. Neste artigo, o autor referiu-se ao título do quadro como "Ave-marias (Fundão)", o que comprova a sua ligação a esta geografia. Uma pintura intitulada "As Avé Marias" (1914) (**FIG. 3**), da autoria de José Campas, referenciada num catálogo da Galeria São Roque (Lisboa), afirma-se como uma possível correspondência para aquela a que a nossa obra serviu de estudo e que é mencionada no periódico.

A proximidade de José Campas ao Fundão é reforçada por uma outra obra sua, denominada "Casa Rústica – Fundão"[17], onde um homem conduz uma junta de bois afastando-se de uma casa típica da região – uma "Casa Beirã". Ilustra-se, assim, uma cena do quotidiano da vida rural contextualizada num cenário de arquitetura tradicional. A habitação foi representada com pormenor, observando-se o balcão, a escada exterior de pedra, o alpendre e a loja térrea, que habitualmente servia para abrigo aos animais, de onde saem os bois comandados pelo camponês.

Retornando ao exemplar em estudo, apontamos que numa das suas etiquetas se escreveu, ainda, uma dedicatória assinada pelo artista, com indicação do ano de 1941: "Ao ilustre (...) José Alves Monteiro Jr. com (...) admiração". Assim, clarifica-se que o quadro terá integrado a coleção particular de José Alves Monteiro nesse ano, contudo a sua data de produção permanece uma incógnita, sendo apenas possível sugerir que será anterior a 1914 (referente a "As Avé Marias", datada desse ano).

9| *Ibidem*

10| Howell, L. e Fernandes, M. (Org.) (1970). *Inventário: desenhos, aguarelas e óleos*. Câmara Municipal de Matosinhos, p. 18.; Pamplona, F. (1954 a 1959). *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses*. Vol. II. Livraria Civilização Editora, p. 22.

11| Pamplona, F. de (1943). *Um século de pintura e escultura em Portugal* (1830-1930). Livraria Tavares Martins- Porto, p. 299.

12| *Ibidem*

13| Ferro, S. (2007). *Vultos na toponímia de Lagos*. Câmara Municipal de Lagos, pp. 100

14| Howell, L. e Fernandes, M. (Org.) (1970). *Inventário: desenhos, aguarelas e óleos.* Câmara Municipal de Matosinhos, p.18.

15| Citações retiradas dos seguintes periódicos: A Ideia Nacional – revista politica bi-semanal, 24 de março de 1916, 1 anno, nº3, pp. 95 e 96; Ilustração, 1 de fevereiro de 1929, 4º anno, nº 75.

16| Illustração portugueza, 1 serie, nº693, 2 de junho de 1919, P.431

17| Esta pintura pertencia à leiloeira portuguesa Veritas Art Auctioneers, tendo sido vendida em 2022. C.f.: Website Veritas Art Auctioneers: [Leilão 115] Lote 51 - "Casa rústica - Fundão" - VERITAS Art Auctioneers

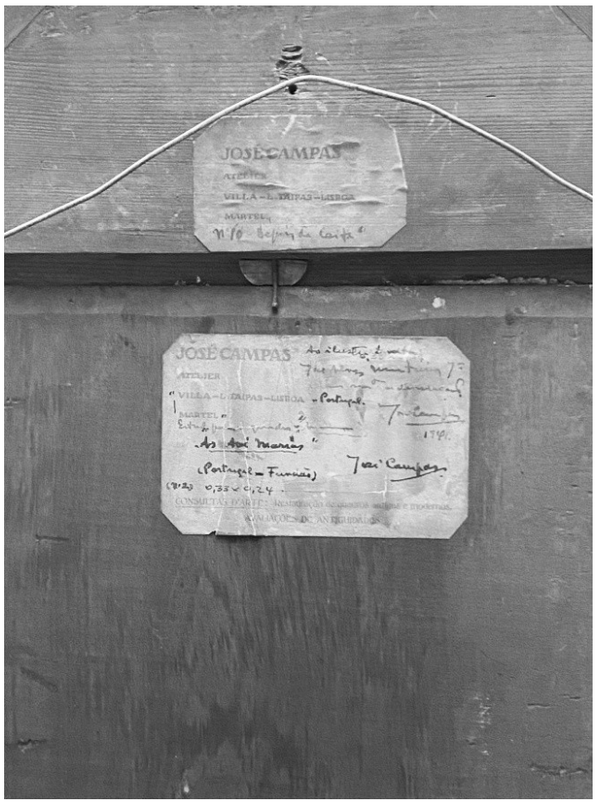


FIG.2 | Parte posterior do quadro com duas etiquetas.

FIG.3 | José Campas, "As Avé Marias", 1914. Fonte: V.A. (2021). *Pintura, escultura, cerâmica e fotografia na São Roque - Catálogo*. São Roque, p. 51.

Atualmente, pertence à coleção da Câmara Municipal do Fundão, fruto de uma doação por parte da família de José Alves Monteiro. Intelectual de interesses e ocupações diversas, José Alves Monteiro (1889-1980) foi o fundador do Museu Arqueológico do Fundão, tendo-se dedicado às áreas do direito, da literatura, da história, da arqueologia, da etnografia, entre outras, assumindo-se como uma personalidade de extrema relevância no panorama cultural da região[18]. "Depois da Ceifa" enquadra-se naquela que foi a sua coleção pessoal da qual faziam, também, parte obras como uma pintura de paisagem urbana (1941), da autoria de António Almeida Passos Maurício; uma ilustração a tinta-da-china de Álvaro Canelas intitulada "Lisboa – Alfama – Escadinhas de Santo Estêvão; Palácio Azevedo Coutinho" (1932) e, um quadro intitulado "Sr. da Cana Verde. ECCE HOMO" (séc. XVII), de autor desconhecido, todos expostos na referida sala de receção do salão nobre da Câmara Municipal.

Centraliza a obra uma figura feminina sentada num fardo de palha, empunhando uma foice e envergando traje de camponesa, com chapéu de palha e saia vermelha que assume, devido à cor, destaque na composição. O seu olhar baixo induz um momento de introspeção, em plena harmonia com a temática da tela a que este quadro serviu de estudo, as ave marias, momentos destinados à reza, definidos pelo tocar dos sinos das igrejas em três alturas do dia – de manhã, ao meio-dia, e ao final da tarde (que aqui se pintou). Assim, Campas retrata uma circunstância privada, de devoção pessoal e de forte carga psicológica, adotando o observador, em certa medida, a posição de voyer. A camponesa foi enquadrada num vasto campo dourado, pontuado por escassa vegetação verde, que se estende até uma linha do horizonte delimitada por arvoredo e uma mancha montanhosa. O céu acolhe as cromias do entardecer – um amarelo-pálido transforma-se, timidamente, junto às montanhas, num tom laranja avermelhado que encontra correspondência no tom da saia da ceifeira. A sua face, assim como a aba do chapéu, são iluminadas pela luz baixa e quente dos últimos raios do dia. Ilustra-se um momento exuberante, mas fugaz – o pôr do sol – que nos remete para a efemeridade da vida e para o final de um ciclo, valor tipicamente romântico. A camponesa reforça esta ideia, já que foi pintada aquando da conclusão de um dia de trabalho (relembrado pela foice que segura), enfatizando-se a premissa de que todos os ciclos cessam, sendo a vida do ser humano um exímio exemplo disso. Se, por um lado, a rapidez da pincelada e a relativa indefinição das formas já anunciam tendências plásticas do século XX, a temática evoca uma nostalgia tradicionalmente romântica oitocentista.

A mulher pintada evidencia as influências que a estadia em França, como pensionista do Estado, teve na produção

18| Salvado, P. Os "Cortejos de Oferendas" da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, território, identidade, poderes e caridade: uma leitura. *Revista online do museu de lanifícios da universidade da beira interior*. pp. (100-101) (pp. 95-113). e Silva, J. da; Veiga, A. (2003). *Fundão- Ecos de um Passado Milenar*. Héstia Editores, p.87.

artística de José Campas. Embora uma das etiquetas da obra inclua a indicação "Portugal-Fundão", como já mencionámos, a verdade é que um aspeto da sua indumentária, o chapéu, a aproxima de gramáticas internacionais, nomeadamente francesas, não esquecendo a vincada ligação que o autor estabeleceu com este país, a nível artístico. Efetivamente, se atentarmos, por exemplo, na pintura "Egarée (Na Bretanha)", onde José Júlio de Sousa Pinto (1856-1939), contemporâneo de José Campas, que foi, similarmente, bolseiro do Estado em Paris, retratou uma camponesa num campo de trigo, as semelhanças entre o seu chapéu e o da mulher do nosso quadro são consideráveis. De qualquer forma, a temática da ceifa associada ao universo feminino foi tratada pictoricamente em contexto nacional, de que é apurado exemplo "Ceifeiras – Lumiar" de António Carvalho da Silva Porto (1850-1893). Assim, acreditamos que "Depois de Ceifa", embora capte uma situação inserida no quotidiano rural português de então, denota a influência que os estudos em França detiveram nas criações de Campas.

Relativamente à pintura "As Avé Marias", que acima mencionámos, as semelhanças entre esta e "Depois da Ceifa" sustentam, a nosso ver, a suposição de que estão, efetivamente, relacionadas. Em adição, o seu ano de produção, 1914, não entra em contradição com a possibilidade de se tratar da mesma obra noticiada no periódico de 1919. "As Avé Marias" dedica-se a uma mulher camponesa que, embora numa posição igual à presente em "Depois da Ceifa" (sentada sobre um fardo de palha, de olhar baixo), apresenta um traje algo diferente, coincidindo apenas na saia vermelha, divergindo no lenço padronizado colocado pelas costas, assim como na ausência do chapéu. Ademais, ao invés de uma foice, a camponesa segura um bebé. Esta alteração empresta à obra uma maior carga emotiva, já que se representou, mais do que uma camponesa, uma mãe, gerando-se, assim, uma composição mais passível de instigar algum sentimentalismo no observador.

A envolvência da figura feminina é análoga nos dois casos: um terreno de trigo com alguma vegetação dilata-se até ao céu do pôr do sol, cujas cores se assumem, neste exemplar, mais intensas, no espectro do laranja e vermelho que, mais uma vez, parecem comunicar com a saia da mulher. Separa o plano terrestre do celeste uma faixa montanhosa, tal como em "Depois da Ceifa". Acreditamos que a exuberância cromática acrescida ao ocaso realça a temática da obra, conferindo, de certo modo, relevância ao céu, associado ao divino. Ambas as composições se desenvolvem verticalmente, ocupando o campo e a figura feminina mais de dois terços da tela.

É, ainda, possível estabelecer paralelos entre "Depois da Ceifa" e uma outra pintura de José Campas intitulada "Um casal de camponeses"[19] (**FIG. 4**). Assinada e datada de

FIG.4 | José Campas, "As Avé Marias", 1914. Fonte: V.A. (2021). *Pintura, escultura, cerâmica e fotografia na São Roque - Catálogo*. São Roque, p. 51.

1913[20], inova pela inserção do elemento família – homem, mulher e filho – , assim como na posição da figura feminina, que se encontra de pé e não segura nenhum instrumento de trabalho, mas sim o seu bebé. Não obstante, o olhar baixo da camponesa, o seu chapéu e saia encarnada, a par da envolvência – marcada pelo campo dourado, pelas montanhas longínquas e pelos tons do poente – e da temática, o momento de reza das ave marias, bem explícito nas mãos postas do homem, aproximam as duas obras. Como se torna evidente, também "As Avé Marias" encontra afinidades com "Um casal de camponeses", principalmente no que concerne à mulher que dá colo ao bebé, assim como ao contexto em que a cena toma lugar.

As três pinturas espelham duas facetas da mulher do povo – a de trabalhadora e de mãe –responsabilidades que conjugavam com frequência e que não se anulavam. A mulher do povo era, assim, alvo de uma verdadeira sobrecarga, o que contraria a ideia, tida por alguns, de que as mulheres no passado não trabalhavam e se mantinham confinadas à domesticidade. Nas camadas socias mais baixas, o feminino sempre esteve agregado ao mundo do trabalho, e o seu papel de mãe nunca serviu de dispensa para tal. Outra pintura de José Campas onde a dualidade *trabalhadora-mãe* se espelha é "Duas figuras - Criança às cavalitas da mãe" (n.d.) que idealiza uma jovem mãe carregando o seu filho por um campo de cultivo. A aparente leveza e alegria com que o faz, remete-nos para uma típica romantização da sua situação. Os bebés e crianças acompanhavam os pais no dia-a-dia dos campos, temática bem retratada, por

19| Pintura que se encontrava ao abrigo da leiloeira portuguesa Veritas Art Auctioneers, tendo sido vendida em 2021. Cf.: Catálogo on-line do leilão de 14-15 abril de 2021, *Veritas Art Auctioneers - antiguidades e obras de arte, pratas e jóias*, p. 450.

20| *Ibidem*.

exemplo, por José Malhoa, em "À sombra enquanto os pais trabalham" (1933)[21], onde, como o próprio título indica, um bebé descansa numa cesta de palha observando-se, num plano mais afastado, os pais no campo.

As pinturas de José Campas mencionadas exemplificam uma linha de representação largamente seguida pelo artista, centrada no povo rural, seus costumes e ocupações. É possível encontrar outras obras da sua autoria que registam, por exemplo, pormenores dos trajes tradicionais portugueses através de retratos femininos, como em "Menina do Ribatejo"[22], "Minhota"[23] ou "Paisagem com Menina"[24]. No primeiro, captou uma mulher de lenço decorado e colorido à cabeça, brincos de ouro e camisa verde, com um largo sorriso e faces coradas que lhe conferem um aspeto saudável, também observado em "Paisagem com menina", onde a fisionomia feminina e a ruborização do rosto sugerem robustez e vigor. Verifica-se, deste modo, a associação da mulher camponesa a um estado de saúde, em plena harmonia com a ideia cultivada em oitocentos e início de novecentos de que os campos, o mundo rural, constituíam uma verdadeira fonte de vitalidade (com frequência em contraposição à urbe). Em "Minhota", encontramos um retrato a corpo inteiro de uma rapariga do povo com traje que aparenta ser de trabalho, de lenço à cabeça, segurando um braçado de milho, num caminho de terra batida junto aos campos de cultivo, sugerindo-se, precisamente, um contexto de labor. De facto, José Campas dedicou-se à representação de vários trabalhos rurais, como é o caso das vindimas que deram nome a um quadro onde camponeses foram pintados com pinceladas rápidas, gerando-se uma quase fusão entre as figuras humanas e as videiras; ou a descamisada do milho, com a "Desfolhada"[25], que inclui um grupo de mulheres a descamisar espigas acumuladas em seu redor, retratando-se, assim, uma atividade tradicional que, realizada coletivamente, constituía um momento simultaneamente de trabalho e de convívio. Nesta linha temática, o pintor criou "Milheiral"[26], onde os tons de verde vibrante constroem um campo pontuado por figuras femininas, de lenço na cabeça, que colhem o cereal. Já a pastorícia é evocada, por exemplo, numa pintura, "Montachique"[27], de um pequeno rebanho guardado por um membro do povo numa envolvência de densa vegetação sob um céu carregado, provavelmente em Cabeço do Montachique. A tarefa das lavadeiras também marca presença na produção pictórica do artista, mediante um quadro de mulheres a lavar roupas num tanque rudimentar comunitário, abrigado por um telheiro, focando-se, de novo, num momento que, para além de laborioso, era também de convivência.

Outras coordenadas da vivência popular foram pintadas por José Campas, nomeadamente relacionadas com o calendário religioso, conforme se observa em "Preparativos para a Aleluia (Constância)"[28], obra centrada em duas raparigas sentadas num muro que abre vista a uma imensa paisagem natural, marcada por vegetação e um rio. Numa alusão à Páscoa, as mesmas parecem adornar uma pomba branca com uma fita.

Esta aproximação ao universo pictórico de José Campas, através da obra analisada, permitiu-nos, por um lado, contribuir para definir a circulação das suas criações e, por outro, identificar as fusões e influências ao nível da construção dos seus temas. Neste caso, em "Depois da Ceifa" espelha-se, mais do que uma ligação a uma geografia local concreta, uma tendência temática transversal à Europa rural do século XIX e início de XX.

21| Conservado no Museu de José Malhoa.

22| Cf.: Veritas Art Auctioneers, Leilão 63, sessão II, 22 de fevereiro, 2017.

23| Cf.: Corte Real Leiloeira, lote 231, 13 de maio de 2021.

24| Cf.: Leiloeira Serralves, lote 29, maio de 2015.

25| Cf.: Corte Real Leiloeira, lote 182, 27 de julho de 2023.

26| Cf.: Veritas Art Auctioneers, lote 600, 29 de maio de 2019.

27| C.f.: Palácio do Correio Velho Leiloeira, lote 337, 11 de março de 2009.

28| Conservado no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 188 28/07/2025 11:42:39

A PROPÓSITO DO TOPÓNIMO MESTAS

JORGE DE ALARCÃO
PROFESSOR CATEDRÁTICO APOSENTADO DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Na sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, André de Resende referiu-se a quatro miliários que viu caídos "junto à encruzilhada a que chamam Mestas" (RESENDE, 1996: 179).

Também no séc. XVI, Claude de Bronseval, passando pelas Mestas (a que, aliás, chama *Asmester*), escreveu:

> *Nestes desertos, onde não há estradas nem caminhos, porque não há homens nem animais que por eles passem (esta região é miseravelmente deserta), encontram-se, aqui e acolá, colunas de pedra para indicar o caminho aos viandantes... Dizem que foi Júlio César Augusto quem as mandou pôr quando percorreu as Espanhas, com a intenção de indicar o caminho aos infelizes que viessem a passar por aí* (BRONSEVAL, 1970: 503; COCHERIL, 1955: 206).

Claude de Bronseval exagerou o "deserto", como exagerou na descrição de outros lugares do reino. É curioso recordar a sua descrição de Lisboa: "valhacouto de judeus, medrança de índios, enxovia de filhos de Agar, burra de mercancias, forja de usurários, estalagem de luxúria, babel de avarícia, monte de soberba, refúgio de foragidos, asilo de franceses condenados pela justiça" (BRONSEVAL, 1970: 329; COCHERIL, 1955: 202-203).

Asmester de Bronseval não seriam área sem estradas nem caminhos. Alguma estrada há-de ele ter seguido. Podemos, todavia, aceitar o seu testemunho de que seria zona pouco povoada — mas não nos devemos esquecer de que, tendo por ali passado nos finais de Dezembro, não seria natural que tivesse encontrado muita gente.

Onde ficaria a encruzilhada das Mestas de Resende? E onde *Asmester* de Bronseval?

André de Resende deve ter seguido a estrada de Alpiarça para Ponte de Sor; Bronseval, a de Ponte de Sor para Tancos.

No séc. XVI manter-se-ia, sem alterações significativas, a velha estrada romana que, por *Scallabis*, ligava *Olisipo* a *Augusta Emerita*. Dela arrancaria uma outra que atravessaria o Tejo nas imediações de Constância e se dirigia a *Sellium* (Tomar) (ALARCÃO, 2006).

Talvez *Mestas* fosse nome de área vasta, entre o Tejo e o Sorraia. Costa Veiga (1941: 21-22) identificou dois lugares com o nome de Mestas: um a oeste de Montargil e a norte de Couço; outro sobre a ribeira de Erra, entre Lamarosa e Montargil. Provavelmente, não foi nem por um nem por outro que passaram André de Resende e Claude de Bronseval.

O nome de *Mesta* é bem conhecido como o de uma associação castelhana de criadores de gado lanudo à qual o rei Afonso X deu, em 1273, estatutos e privilégios. Estes criadores recorriam à transumância e os rebanhos, de milhares de cabeças, seguiam canadas autorizadas.

O nome de *Mestas* encontra-se, todavia, em documentos da Galiza e de Portugal anteriores àquela data de 1273.

No *Tombo de Celanova* achamos três exemplos, nos documentos 478, 487 e 210.

O primeiro, de 934, é a *divisio* feita por (S.) Rosendo e seus irmãos, dos bens de seu pai, Guterre Mendes. Menciona-se aí, na região de Orense, o salto de *Ambas Mestas*.

No documento 487, de 983, regista-se uma troca: Sandino e sua mulher cedem ao abade de Celanova *uma villa in ripa fluminis sive territorio quam inquiunt Karioga, discurrente rivulo Dornas, quomodo dividet cum Ambas Mestas*.

Datado de 991, o documento 210 é a doação de Goncina, ao mesmo mosteiro, de *villas et hereditates* de que era proprietária *de rivulo Barvantes usque se fluvius Silis in Mineum flumen infundit, ubi ex antiquis consuetudine Ambas Mixtas nuncupantur*.

Este último documento é particularmente importante. Primeiro, porque regista a forma *Ambas Mixtas* em vez de *Ambas Mestas*, sugerindo que mixtas é o étimo de *Mestas*. Segundo, porque declara que o nome vinha de antigamente. Terceiro, porque situa *Ambas Mixtas* na confluência dos rios Sil e Minho. Como já veremos, tem-se sustentado que *mestas* significa confluência de rios.

Não menos importante nos parece ser o documento de 934, que refere o salto de *Ambas Mestas*. *Saltus* é palavra latina que significa terreno de pastagem (embora em Isidoro de Sevilha, *Etim*. XIV, 25 e XVIII, 8 nos apareça como lugar vasto e denso de árvores altas).

Na carta de couto concedido à Sé de Braga em 1109 (?) (DR. 16) lemos:

> *...inter Couas et Vimarei et inde per Penna Maurisca et inde ad Autili inter ambas mestas et inde quomodo diuidet ipsa aqua de Alistolio usque ad porto de Letila et inde ad foz Camtabrom et inde ad Recarei et inde ad illum alium de Asprones et inde ad alpe Sancte Marte...*

Se alguns destes nomes não são hoje facilmente identificáveis, *Couas* corresponde a Covas, *Asprones* a Esporões e *alpe Sancte Marte* à Falperra. A *aqua* de *Alistolio* — diminutivo de *Aliste*, que era o nome do rio Este — deve ser o hoje chamado ribeiro da Veiga. *Ambas Mestas* situar-se-ia, pois, na baixa entre este ribeiro e outra linha de água que vai lançar-se no rio Este em Celeirós.

Em 1133, Madredulce doou à Sé de Viseu *illa mea hereditate que jacet ad illas mestas que clamant de Viseo* (VENTURA e MATOS, 2010, doc. 65).

Também na freguesia de Tropeço (concelho de Arouca) surge, em 1146, 1148, 1152 e 1193, o topónimo Mestas (COELHO, 1977, docs. 81, 94, 109 e 158).

No foral da Guarda, datado de 1199 (*Leges*: 508-512; DS, doc. 121), referem-se as *mestas das Teixeiras*, por onde o concelho partia com o de Valhelhas.

Nas *Inquirições de 1258* (*Inq.*: 550) fala-se de *aqua de mestis que venit de Vilarino et de Sancto Tome*, na freguesia de S. Salvador de *Mouri* (hoje freguesia de Moure, concelho de Felgueiras).

Nas mesmas Inquirições lê-se: *Item Monio Caravas juratus dixit quod Rodericus Johannis de Alvares miles defendit et imperat rivum de Barosela de las mestas de Barosa usque ad portum de Thogiaes* (*Inq.*: 1074). O rio Varosa é afluente da margem esquerda do Douro e corre entre Lamego e Armamar.

A. de Almeida Fernandes (FERNANDES e SILVA, 1995: 203; FERNANDES, 1999: 423 e 2002: 90-91) deu a *mestas* o sentido de "águas confluentes ou misturadas" ou de "local onde confluem duas correntes de água, mesmo que insignificantes".

Também Carlos Búa (2009: 141) atribuiu ao nome o sentido de "confluências", abonando-se com o topónimo galego *Augas Mestas* na convergência dos rios Lor e Sil e com Mestas na confluência dos rios Batán/Vaos e Masma. Mencionando o topónimo Entreambas Mestas, considerou-o equivalente a Entrambasguas ou Entreambosríos.

Os documentos galegos e portugueses que inventariámos parecem confirmar a associação de *mestas* a confluências ou, pelo menos, a áreas por onde corriam diversos cursos de água. No caso do foral da Guarda, as *mestas das Teixeiras* parece deverem situar-se onde várias linhas de água se lançam na ribeira de Gaia: o ribeiro de Vale das Teixeiras, as ribeiras de Santo Amaro, da Amezendinha e do Avereiro. Também na área existe o topónimo Entre-Águas.

O nome *mesta*(s), derivado do latim *mixta*, que significa "misturada" (como, aliás, observou A. de Almeida Fernandes), tendo mantido o sentido do étimo, pode ter designado tanto confluências de rios como lugares de compáscuo onde se misturavam (não no sentido de se confundirem, mas no de se juntarem ou reunirem) gados de várias espécies ou rebanhos de vários proprietários.

Voltando àquela região de entre Tejo e Sorraia onde há (ou houve) vários lugares de nome Mestas, recordaremos a doação que D. Sancho I fez, em 1208, ao mosteiro da Santíssima Trindade de Santarém: *meas terras quas habeo in campo de Erreas, et casalia ejus et meas vacas, meas oves, meas equas, meos porcos et hereditates quas ibi habeo* (DS, doc. 173). O *campo de Erreas* ficava em Erra (Coruche), onde as águas da ribeira do Divor se juntam às do rio Sorraia. Como atrás dissemos, Costa Veiga identificou aí dois lugares com o nome de Mestas. Seria uma *mesta* essa área onde, nos inícios do séc. XIII, havia bustos de vacas, greges de ovelhas, manadas de éguas, varas de porcos? E poderiam vir para aí gados do Alentejo, ou regularmente, nos meses de estio, ou em anos de aflição devido a extrema secura dos pastos mais a sul da província de Entre Tejo e Odiana?

Na sua écloga de Jano e Franco, Bernardim Ribeiro imagina o pastor Jano, em tempo em que o Alentejo era um dó, "enxuito de água e mui seco de prado", fugindo com seu gado do Torrão (Alcácer do Sal) para a ribeira do Tejo; aí os animais puderam finalmente relvar (mas muitos lhe haviam morrido no caminho, de cansaço).

Mestas, inicialmente um adjectivo com o sentido de agrupado, ajuntado, reunido, passou a substantivo locativo para designar sítio onde algo se juntava ou reunia? Neste caso, é verdadeiramente original ou primitivo o sentido de confluência de águas, ou a associação a águas explica-se porque era junto delas que se reuniam os gados para pastar?

Numa *mesta* podiam reunir-se rebanhos de vários pastores ou de vários proprietários.

Conhecido é o hábito que antigamente houve de os proprietários de reduzido número de cabeças se associarem para, pondo seus animais em conjunto, os enviarem a um pasto comum. Na guarda dos animais revezavam-se os proprietários: hoje era este que tomava conta dos gados de todos; amanhã era aquele; no outro dia, um terceiro. Estes homens, que iam à vez, eram os vezeiros. Talvez o topónimo Valdevez corresponda a vale ou compáscuo onde os vezeiros levam o gado.

Mais comum do que *Mesta*(s) na actual toponímia portuguesa é o nome *Mestras*. J. P. Machado (1993), registando o topónimo Mestras em vários lugares do país, considerou-o plural de "mestra", no sentido de "professora". Contestou-o A. de Almeida Fernandes. Escreveu este que Mestras é corruptela de Mestas. Seguiu o autor a opinião de J. D. Lucas Batista (1994: 136-139).

Na carta 1: 25 000 registámos mais de duas dezenas de *Mestras*, de Ponte da Barca até Almodôvar e Tavira. Possivelmente existem muitas mais, numa microtoponímia que aquela carta não acolheu. Nalguns sítios, o nome aparece em composição, como em Ponte das Mestras (Montijo), Monte das Mestras (Almodôvar), Monte das Mestras de Baixo (Évora). Parece rara a forma Mesta (no singular).

É admissível que Mestras seja corruptela de Mestas por se ter perdido o significado deste nome e ele se ter tornado incompreensível.

Temos de reconhecer que Mestras se encontra geralmente junto de cursos de água, mas nem sempre em confluências, e que, muitas vezes, esses cursos são pequenos arroios que nem nome têm na carta 1:25 000. Por outro lado, há coexistências que devem ser observadas. Assim, na serra da Lousã temos Mestras muito perto de Relva de Tábuas; na mesma serra, o topónimo surge perto de Chão do Bardo; em Seia temos o topónimo perto de Fonte da Malhada.

Já poucos usam "relvar" no sentido de pastar, mas esse é um dos sentidos da palavra. "Tábua(s) era nome que antigamente se usava para rechã ou área aplanada numa zona montanhosa. Bardo e malhada são nomes que se usam no sentido de cercado onde se junta o gado.

Se admitirmos que *Mestras* é, de facto, corruptela de mestas, devemos interrogar-nos sobre se o sentido original de *mesta* não é, afinal, o de terreno de compáscuo. Estes terrenos ficariam junto de linhas de água (que são muitas vezes, repetimos, pequenos arroios).

Cândido de Figueiredo (1986) deu a mestras o sentido de "porção de terreno que os trabalhadores deixam por cavar, para se facilitar a medição do trabalho feito" — mas não encontrámos este significado noutro dicionário.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Jorge de (2006) — "As vias romanas de *Olisipo a Augusta Emerita*". *Conimbriga*, 45, Coimbra, pp. 211-251

BATISTA, José David Lucas (1994) — *Toponímia do concelho de Manteigas*. Manteigas: Câmara Municipal e Parque Natural da Serra da Estrela.

BRONSEVAL, Claude de (1970) — *Peregrinatio Hispanica* (1531-1533). Paris: Presses Universitaires de France e Fondation Calouste Gulbenkian

BÚA, Carlos (2009) — "Hidronimia e teonímia". In KREMER, Dieter (ed.), *Onomástica galega. II. Onimia e onomástica prerromana e a situación linguística do Noroeste peninsular*. Santiago de Compostela: Universidade, pp. 51-153

COCHERIL, Maur (1955) — "Le Portugal et la *Peregrinatio Hispanica* de Frère Claude de Bronseval". *Revista Portuguesa de História*, 6, Coimbra, pp. 169-216

COELHO, Maria Helena da Cruz (1977) — *O mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra

DR = Documentos medievais portugueses. Documentos régios. Lisboa: Academia Portuguesa da História, I, 1958

DS = Documentos de D. Sancho I (1174-1211). Edição de AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979

FERNANDES, A. de Almeida (1999) — *Toponímia portuguesa (Exame a um dicionário)*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense

FERNANDES, A. de Almeida (2002) — *Tabuaço. Toponímia*. Tabuaço: Câmara Municipal e Associação da Defesa do Património Arouquense

FERNANDES, A. de Almeida e SILVA, Filomeno (1995) — *Toponímia arouquense*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense

FIGUEIREDO, Cândido de (1986) — *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Bertrand

Inq. = Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977

Leges = Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856-1868

MACHADO, José Pedro (1993) — *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte

RESENDE, André de (1996) — *As antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentários de FERNANDES, R. M. Rosado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

SAA, Mário 1964) — *As grandes vias da Lusitânia. O itinerário de Antonino. Vol. V*. Lisboa: Edição do autor

TC = O Tombo de Celanova. Edição de ANDRADE, José M. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1995

VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1941) — "A via romana de Lisboa-Alter-Mérida". *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 5, Lisboa, pp. 15-36

VENTURA, Leontina e MATOS, João José da Cunha (2010) — *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História da Sociedade e da Cultura e Imprensa da Universidade de Coimbra

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 191 28/07/2025 11:42:39

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 192 28/07/2025 11:42:39

TECNOLOGIAS TRADICIONAIS NO ALCAIDE
OS CESTEIROS

ALBANO MENDES DE MATOS
ANTROPÓLOGO

O homem, único ser criador de cultura e senhor de um genial espírito inventivo, tentou desde as mais remotas origens ampliar as suas capacidades físicas e cognitivas para, através de artifícios, tentar superar as suas naturais limitações. Para anular essas limitações, foi criando, inventando e aperfeiçoando tecnologias e instrumentos que lhe proporcionassem uma vida mais fácil, dominando e adaptando os elementos naturais que o ambiente lhe facilitava.

Numa longa história de trabalho e de pensamento, o homem foi aperfeiçoando técnicas e utensílios, consoante as necessidades sempre crescentes, produzindo objectos destinados aos mais diversos fins, desde os primitivos instrumentos de pedra, de osso e de madeira, até às mais sofisticadas máquinas e aos materiais sintéticos, que foram substituindo os materiais naturais.

A arte da cestaria, com cestos, cestas, açafates, canastras, berços, armadilhas, crivos, joeiras, etc., com imensas finalidades e funções, vem de tempos imemoriais. A cestaria compreende qualquer forma de vaso ou objecto de uso doméstico obtido pelo processo de entretecer vergas, ramas, cascas, juncos, ráfia ou outros produtos vegetais semelhantes. O cesto, tecido com os mais diversos materiais, encontra-se em todas as culturas, especialmente ligado à actividade agrícola. Em grande variedade de formas, o cesto serve para uma infinidade de usos.

Como tecnologia de fixação e elemento de cultura material, a cestaria alterou-se pouco ao longo dos anos. Apenas há algumas décadas passou a ser destronada pela revolução dos plásticos, produto sintético industrial complexo.

CASTANHEIROS E CASTINCEIRAS

O Castanheiro

O castanheiro (*Castanea sativa* Mill.) teve grande importância no Alcaide, quer pela madeira, quer pela produção de castanha, especialmente o que produz a castanha longal, que é a de melhor qualidade. A castanha foi muito utilizada, no regime alimentar do alcaidense, até aos meados do século XX, como atestam os vestígios de antigos soutos, em vários locais da freguesia, e como referem os alcaidenses mais idosos. Hoje, restam algumas árvores isoladas, com insignificante produção, embora existam algumas plantações de castanheiros de novas espécies.

A castanha era consumida em verde, cozida ou assada, normalmente à ceia, ou destinada à sopa de castanha, conhecida por caldudo da Beira Baixa, depois de seca no caniço e descascada (pilada) em cestos apropriados, de verga ou metálicos.

A atestar a presença dos castanheiros no Alcaide, ainda existem os caniços sobre as lareiras, em algumas casas construídas até 1930, as castinceiras, como rebentos das raízes dos castanheiros de antigos soutos, e o topónimo souto a denominar alguns locais. Existem, em vários locais da aldeia, castanheiros reboleiros, produtores de castanha não comercializável, ou seja, a castanha reboleira ou rebola, de fraca qualidade.

Até finais do século XIX, as encostas setentrionais da Gardunha estavam ornamentadas com matas de castanheiros numa extensão de catorze quilómetros, da serra do Alcaide até Souto da Casa. A primeira plantação destas árvores foi efectuada no tempo do Rei D. Dinis, o Rei que fez tudo quanto quis, como dizem os cronistas.

Os castanheiros da Gardunha foram quase extintos, durante o século passado, pela doença da tinta, doença que ataca as raízes, provocada por um fungo, que parasita a matéria viva do castanheiro acabando por matá-lo.

Do castanheiro, tudo se aproveita excepto os ouriços: a madeira é uma madeira fina, o fruto, a castanha, foi alimento de ricos e de pobres, antes do aparecimento da batata, a folha, curtida em esterco, regenera o húmus das terras, os rebentos das castinceiras, as varas, servem de matéria-prima para cestos, escadas, barrotes, torças e vigas, as raízes e restos de troncos (cepos) serviram de lenha para as lareiras e ainda hoje alguns são queimadas no madeiro do Natal, que a tradição dizia ser sempre de castanho.

O castanheiro constava na superstição juvenil, pois, existiu a crença de que um rapaz, para ter sorte na vida, tinha que, no dia de São João, beber água em três fontes e engolir, ao mesmo tempo, um ouriço no início da sua formação, antes do nascimento do sol.

Dos rebentos viçosos, em crescimento, faziam os rapazes assobios ou rouxinóis que, colocados junto do lábio inferior e soprando, produziam diferentes tonalidades de sons, conforme o deslocamento da madeira, como se fosse um êmbolo, numa fracção de casca solta, aumentando ou diminuindo a câmara de vibração do ar.

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 193 28/07/2025 11:42:39

Os troncos carcomidos dos castanheiros serviam para inúmeras brincadeiras das crianças, deles fazendo refúgios, esconderijos, abrigos, casas e igrejas.

O castanheiro é a árvore que oferece melhor sombra ao homem, pois, refresca as pessoas nos dias quentes do Estio. O próprio São Macário, isolado no seu cabeço, oferecia a sombra dos castanheiros, hoje desaparecidos, aos romeiros, como ficou na literatura tradicional local:

Glorioso São Macário,
Que dais aos vossos romeiros?
Dou água da minha fonte
E sombra dos meus castanheiros.

A castanha está tradicionalmente ligada a costumes sociais, para além do valor alimentar. Estão, neste caso, as castanhas cozidas ou assadas, em assador próprio, de barro, na lareira, à volta da qual se juntam familiares e vizinhos, em convivência, contando anedotas, recitando contos ou cantando, bebendo jeropiga ou vinho, e os magustos, em que se juntam rapazes e raparigas, nos pinhais ou nos soutos, em momentos de alegria, de zombaria, de brincadeiras e acima de tudo, de fraternidade humana.

A produção cíclica dos diversos produtos alimentares, com tempos de fartura e tempos de míngua, ficou registada na literatura tradicional, como exemplificam as seguintes quadras, demarcando, no ano agrícola, um período de abundância, que vai da colheita da cereja, em Junho, até à apanha da castanha, em Outubro ou Novembro, no qual é recolhida a maioria dos produtos agrícolas, e um período de menos fartura ou de fome, de Novembro a Maio, durante o qual os produtos vão escasseando.

Dizem os seguintes aforismos:

Da cereja à castanha,
Toda a gente se amanha;
Da castanha à cereja,
É tempo que não se deseja.

Do cerejo ao castanho,
Bem eu me avenho;
Da castanha ao cerejo,
Mal eu me avejo.

Como na azeitona, também a castanha, a partir do dia de São Martinho, em 11 de Novembro, é do povo. Nesse dia, especialmente as crianças, as mulheres e os idosos percorriam os soutos apanhando os frutos que restavam, indo ao rebusco, facto que ficou no rifoneiro tradicional: *Pelo São Martinho, larga o teu soutinho!*

Para não ficar muita castanha, para a apanha colectiva, principalmente se vinham serôdias, os donos mandavam varejar os castanheiros, para apanharem o máximo do fruto, antes do São Martinho.

Seria interessante um estudo antropológico do castanheiro, fixando a sua relação com o homem, estudo que não cabe neste trabalho.

As Castinceiras

As castinceiras, «cartaceiras» ou «castaceiras» no Alcaide, são os rebentos ou vergônteas que crescem, à flor da terra, nos troncos ou cepos de velhos castanheiros, caídos pelos anos, ou cortados para madeiras. Depois de cortadas as madeiras, crescem, nos troncos, grande coroas de rebentos, as castinceiras, que formam os castinçais ainda visíveis em alguns locais da serra do Alcaide e muitos lugares da Gardunha.

Normalmente, ao fim de três ou quatro anos faz-se o primeiro desbaste das varas, ainda finas, nas castinceiras, para fazer caniços, sobre as lareiras, além de outras utilidades, como utensílios para atar molhos ou feixes de matos ou de lenha, ligando as varas, depois de serem torcidas, para fácil manuseamento. Um a dois anos depois, faz-se um segundo desbaste, cortando as varas para a cestaria: cestas, cestos, canastras e outros objectos.

Algumas das melhores varas são deixadas crescer e cortadas, normalmente, ao fim de cerca de dez anos, denominadas então por paus, para, depois de secos, serem aparelhados para serem utilizados como caibros ou barrotes e para fabrico de aduelas para pipos e dornas. Os paus de melhor qualidade e mais perfeitos são destinados ao fabrico de escadas. Deixando engrossar mais os paus que ficaram, como árvores já formadas, antigamente chamados «paus ressalvados», são abatidos e destinados a vigas, sonaves e madeira grossa, para a construção de casas.

Cada castinceira dá, em poucos anos, de seis a vinte varas e paus, o que torna os castinçais uma notável fonte de receita.

FIG.1 | Castinceira

O CESTEIRO E A CESTARIA

O Cesteiro

Na aldeia de Alcaide, alcandorada num contraforte norte da Gardunha, a pouco mais de uma légua da cidade do Fundão, não tendo grandes tradições na cestaria, como a vizinha aldeia de Alcongosta, conhecida como a terra dos cesteiros, havia, ainda nos finais do século passado, três cesteiros em laboração, naturais de povoações vizinhas, mas radicados na aldeia. Actualmente, existe um cesteiro, mas não trabalha nesse ofício.

Como, no Alcaide, a profissão de cesteiro está praticamente extinta, recorda-se e regista-se na história da aldeia.

O tipo de trabalho dos cesteiros era o de regime por conta própria: cada um trabalhava para si, em oficina familiar, muitas vezes, obrando trabalhos por encomenda. A aprendizagem era proporcionada pela escola familiar. Era uma arte ligada à tradição da família. Era-se cesteiro por herança paterna, actividade complementada com a agricultura a tempo parcial.

«O meu avô era cesteiro, o meu pai era cesteiro e, eu, cesteiro sou. Continuo a arte, na tradição da família, embora ela esteja em crise.» Comentou, em 1987, um cesteiro casado no Alcaide, com oficina na loja da sua casa.

Nos princípios da década de noventa do século XX, verificava-se a existência de alguns rapazes na aprendizagem da arte de cestaria, que logo abandonaram, porque não a viam como interessante.

A Cestaria

A cestaria, no Alcaide, era produzida a partir de matéria viva, que são as varas cortadas nas castinceiras, usando técnicas artesanais tradicionais que eram verdadeiros elementos de cultura, que o homem criou ao longo das eras.

O cesteiro, para produzir as obras, movia-se entre a serra, onde cortava as varas, que comprava aos ricos, senhores dos castiçais, o refogadouro, onde refogavam as varas e as descascavam, o tanque, onde as varas amoleciam e a oficina, normalmente uma loja da sua casa, onde transformava as varas em vergas e tecia a cestaria.

As varas de castanho eram cortadas, com o podão, nas castinceiras, de Outubro a fins de Janeiro, antes de tomarem «cio», o viço, com o crescimento de três ou quatro anos, porque, depois daquele tempo tomavam miolo e eram de inferior qualidade.

As varas, que não eram para aplicação imediata, eram refogadas ou esquentadas no refogadouro, uma fogueira, entre duas pedras, sobre as quais eram colocadas até ficarem com a casca tostada, para mais facilmente serem descascadas, e serem transformadas em vergas, consoante as necessidades.

As varas refogadas podiam estar até três anos, com a casca, à sombra, sendo previamente postas em água, por alguns dias, antes de serem trabalhadas. As varas não refogadas podiam ser enterradas, em locais próprios, onde não entrasse água, nem luminosidade, para que não «grelassem», tomassem rebentos, ou apodrecessem.

Na oficina, o cesteiro tinha o acervo de instrumentos necessários à sua arte: o podão, o cutelo, a mula, a faca de cesteiro, o batedor e a faca.

Com o podão, cortava as varas nas castinceiras e na oficina, nas medidas convenientes.

Com o cutelo, rachava as varas, longitudinalmen-te, transformando-as em vergas de dois a cinco milímetros de espessura. Primeiro, abria as varas pelo meio, depois, rachava as metades em duas, três ou mais, consoante as suas espessuras, com utilização do cutelo, rasgando e puxando verga a verga. Com a ajuda do pé, segurava as varas apertando-as contra o chão, para as manter firmes.

Na mula, torno ou banco de cesteiro, preparava as vergas para obrar a cestaria, podendo, também, nela rachar as varas.

A mula é formada por duas tábuas dispostas em V, pregadas no vértice, num extremo, e separadas por uma tábua, prolongada para servir de perna, no outro extremo. Para segurar as vergas, durante a sua preparação, existe na mula um dispositivo de madeira, com um pedaço saliente, a cabeça, na parte superior, e uma espécie de pedal, na parte inferior. Este dispositivo atravessa as tábuas da mula, actuando a cabeça na tábua superior para apertar as vergas, prendendo-as, por acção de um pé do cesteiro, que faz pressão na parte inferior do dispositivo, como se fosse um pedal.

Com a faca de cesteiro, as vergas eram raspadas e alisadas para que ficassem com igual espessura em todo o comprimento. A faca de cesteiro é composta por uma lâmina de aço e duas pegas laterais, perpendiculares ao gume e voltadas no sentido deste.

FIG.2 | Varas

O batedor ou ferro de tecer serve para apertar as vergas, na tecedura, batendo-as.

Com a faca, o cesteiro preparava as vergas mais finas, as correias, e fazia o acabamento das obras, cortando tudo o que fosse supérfluo.

As vergas eram escolhidas e separadas, segundo o tamanho e a qualidade, com nós ou sem nós, para serem utilizadas nas diferentes partes dos objectos a obrar. As vergas maiores, mais largas e mais resistentes, chamadas costeiras ou fundeiras, eram utilizadas no fundo e na estrutura lateral dos artefactos, servindo de teia; as travadeiras eram as que subiam nos cantos, as betas eram as do meio, mais largas, as médias ou medianas, mais estreitas e mais finas, serviam de trama, para tecer, passando em xadrez pelas anteriores; as correias ou mendinhas eram as vergas mais estreitas, finas e delicadas, sem nós, que eram usadas nos acabamentos, para debruar os bordos e guarnecer as asas dos cestos e das cestas. As correias eram preparadas sobre o joelho, protegido por uma joelheira, aparadas com uma faca bem afiada.

Preparada a madeira, o conjunto das vergas, para obrar, manufacturar, começava a tecedura cruzando as vergas fundeiras, com passagem ora por baixo, ora por cima, até obtenção do fundo com as dimensões desejadas, apertando-as com o batedor. Depois, adornavam-se ou dobravam-se para cima, na vertical ou obliquamente, consoante o modelo da obra, e teciam-se os lados com as vergas médias, como se procedia para o fundo, tendo o cuidado de bater muito bem as vergas, para ficarem apertadas.

As vergas da última volta a tecer deviam ser das melhores e mais resistentes.

Para as asas de cestos e de cestas, eram escolhidas as melhores e mais compridas vergas, porque deviam servir da tecedura do fundo, por oferecerem maior resistência.

Na manufactura, ou obrar dos artigos, as vergas deviam ser muito bem batidas, para ficarem apertadas, correndo a seguinte sentença: «Um cesteiro deve fazer uma cesta de modo a que tire água de um poço», isto é, com as vergas bem unidas e justíssimas.»

Acabada a tecedura procedia-se ao acabamento. Para segurança da peça, algumas das pontas das vergas fundeiras, por exemplo, uma sim, uma não, dobravam-se sobre a última verga transversal, para o lado de fora, e introduziam-se as pontas, que eram afiadas, sob as últimas vergas transversais. Para facilitar a operação de dobragem, era diminuída a espessura das vergas, com a faca, no ponto a dobrar.

O bordo ou boca podia ficar apenas com a última verga ou ser reforçado com uma verga, no exterior, ou com duas vergas, uma no interior e outra no exterior, sobrepostas à última verga da tecedura.

O bordo e os aros ou asas eram debruados com as correias. Por fim, aperfeiçoava-se e limpava-se o artefacto, cortando tudo o que era inútil.

Neste tipo de artesanato, são obradas a cestaria grossa, cestos rudes e fortes, utilizados na agricultura e na indústria, com diversos tamanhos, por vezes, servindo de medida, para transacção de produtos agrícolas, por exemplo, batatas, castanhas e azeitonas, e canastras, servindo de berços para crianças e para transporte de produtos diversos, e a cestaria pequena, cestas para transporte de produtos, açafates para costura, cestos para papéis, recipientes para o pão e outros artefactos para diversos fins, mesmo para usos ornamentais.

Quando escasseava a madeira de castanho para as vergas, eram utilizadas varas de mimosa, de cor rosada, sós ou misturadas com castanho, para produção de cestaria com pouca qualidade.

Os produtos desta arte eram comercializados nas feiras e nos mercados das aldeias, vilas e cidades vizinhas, estando, actualmente, a serem procurados por turistas. Antes dos transportes modernos, os cestos eram levados para os mercados do Fundão e feiras de outras localidades, às costas, em burros ou em carros de bois, em atados de doze cestos, metidos uns nos outros.

FIG.3 | O cesteiro prepara vergas, com a faca de cesteiro, na mula ou banco

FIG.4 | Começo de uma cesta

A cestaria do Alcaide enquadrava-se no tipo de cestaria tecida, com vergas cruzadas em xadrez, fazendo parte do património cultural da aldeia, fruto de um processo histórico de relação do homem com o meio natural, modificando matéria viva do ambiente, segundo tecnologias simples, aprendidas no meio familiar, como foi referido, hoje praticamente em extinção.

A obra de artesanato podia apresentar-se com dois tipos de uso: o uso vulgar, do quotidiano, um sentido dinâmico, principal fim para que foi criado, um sentido utilitário, e o uso extraordinário, decorativo, ornamental, um sentido estético, segundo uso, para o que o artesão acabava por imprimir um novo aspecto às obras, como a introdução de vergas de cores, como as do sanguinho (*Cornus sanguinea* L.), espécie de vime, com madeira de cor amarela, com efeitos puramente ornamentais, dando ao objecto um valor estético, ou seja, um signo de uma nova linguagem, mesmo que esse objecto tivesse ainda o anterior uso funcional. Deste modo, às tecnologias do simples investimento técnico, para fabricação de objectos utilitários, associavam-se as técnicas artísticas, actos de julgamentos estéticos, envolvendo formas expressivas que alteram o aspecto tradicional, com a aplicação da acumulação de saberes e de procedimentos tecnológicos, provenientes da relação entre os apetrechos técnicos e a habilidade, no sentido de que resulte uma arte da actividade humana, sob os aspectos da cultura material, que é englobada na designação de cultura popular, ou seja, tudo aquilo que é criação do povo, ou de que o povo se apropriou, fazendo hoje parte do seu património espiritual, moral ou de capacidade de realização prática.

FIG.5 | Acabamento de uma cesta

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 198 28/07/2025 11:42:40

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 199 28/07/2025 11:42:40

AF_EBUROBRIGA11_2025_MIOLO.indd 200 28/07/2025 11:42:40